

**ЧЕТВЪРТЪК 6 ФЕВРУАРИ 2014 Г.  
JUEVES 6 DE FEBRERO DE 2014  
ČTVRTEK 6. ÚNORA 2014  
TORSDAG DEN 6. FEBRUAR 2014  
DONNERSTAG, 6. FEBRUAR 2014  
NELJAPÄEV, 6. VEEBRUAR 2014  
ΠΕΜΠΤΗ 6 ΦΕΒΡΟΥΑΡΙΟΥ 2014  
THURSDAY, 6 FEBRUARY 2014  
JEUDI 6 FÉVRIER 2014  
GIOVEDÌ 6 FEBBRAIO 2014  
CETURTDIENA, 2014. GADA 6. FEBRUĀRIS  
2014 M. VASARIO 6 D., KETVIRTADIENIS  
2014. FEBRUÁR 6., CSÜTÖRTÖK  
IL-ĦAMIS, 6 TA' FRAR 2014  
DONDERDAG 6 FEBRUARI 2014  
CZWARTEK, 6 LUTEGO 2014  
QUINTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014  
JOI 6 FEBRUARIE 2014  
ŠTVRTOK 6. FEBRUÁRA 2014  
ČETRTEK, 6. FEBRUAR 2014  
TORSTAI 6. HELMIKUUTA 2014  
TORSDAGEN DEN 6 FEBRUARI 2014  
ČETVRTAK 6 VELJAČE 2014**

4-002-000

**PRÉSIDENCE DE MME ISABELLE DURANT**  
*Vice-présidente*

**1. Ouverture de la séance**

4-004-000

*(La séance est ouverte à 8 h 30)*

**2. Virements de crédits: voir procès-verbal**

### 3. Éradication des mutilations génitales féminines (débat)

4-007-000

**La Présidente.** - L'ordre du jour appelle le débat sur la question orale à la Commission sur l'éradication des mutilations génitales féminines de Mikael Gustafsson, au nom de la commission des droits de la femme et de l'égalité des genres (O-000029/2014 – B7-0106/2014) (2014/2511(RSP)).

4-008-000

**Inês Cristina Zuber,** *Autora* . - A violência contra as mulheres e as raparigas é um fenómeno estrutural generalizado. Quase todas as mulheres na União Europeia sofreram algum tipo de violência durante a vida: uma em cada cinco foi vítima de violência doméstica e uma em cada dez poderá ser violada ou forçada a atos sexuais. A mutilação genital feminina é uma das formas mais graves de violência contra as mulheres e raparigas; é também uma forma de abuso infantil e, principalmente, uma grave violência contra meninas e raparigas que origina problemas de saúde a curto e a longo prazo.

O Parlamento Europeu e especialmente a Comissão para os Direitos da Mulher e Igualdade de Género requereram à Comissão Europeia que iniciasse ações concretas a nível europeu para acabar com a violência dos homens contra as mulheres e meninas.

A ausência de uma estratégia global contra a violência contra as mulheres, incluindo a mutilação genital feminina, não contribui para um combate estruturado a estes crimes.

A Comissão FEMM, na proposta de texto para resolução do Parlamento Europeu, considerou que uma diretiva abrangente a nível da União Europeia seria um passo importante. Não é justo que as questões dos direitos das mulheres sejam sempre remetidas para segundo plano e não recebam a atenção e prioridade que merecem.

Recomendamos a assinatura e a ratificação da Convenção do Conselho da Europa, Convenção de Istambul, sobre a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, que inclui normas mínimas relativas aos direitos, apoio e proteção de todas as mulheres e meninas. É um passo que cada Estado-Membro e a União Europeia podem dar no sentido de proteger as mulheres e meninas contra a mutilação genital feminina e outras formas de violência.

Há também uma série de instrumentos internacionais que sublinham a importância de acabar com a violência contra as mulheres e a mutilação genital feminina: a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção sobre os Direitos da Criança, instrumentos estes que são fundamentais implementar.

A mutilação genital feminina afeta entre 100 a 140 milhões de mulheres e raparigas em todo o mundo. Anualmente, 3 milhões de raparigas correm o risco de ser vítimas deste tipo de violência. No momento em que as novas Metas do Milénio, a partir de 2015, estão a ser discutidas, é extremamente importante que os direitos das mulheres e a igualdade de género estejam no cerne destas novas metas.

Da mesma forma, os direitos das mulheres e o combate à violência contra as mulheres e raparigas devem ser considerados como objetivos fundamentais e prioritários. É importante definir objetivos concretos e medidas concretas com compromissos políticos concretos para a erradicação da mutilação genital feminina, a redução da mortalidade infantil, a

melhoria da saúde materna, com uma forte ênfase na promoção e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em todo o mundo. Como sabemos, a mutilação genital feminina tem um impacto horrível sobre a saúde reprodutiva e a saúde sexual das mulheres.

Acabar com todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas, incluindo a mutilação genital feminina, deve ser uma prioridade, especialmente nos tempos de crise que vivemos. Todos nós sabemos que as medidas de austeridade e os cortes nos apoios sociais e serviços públicos têm consequências graves na igualdade entre homens e mulheres, empurrando as mulheres de volta para casa para cuidar de crianças e idosos, empurrando-as para condições de trabalho precárias mas também empurrando-as para o aumento da violência contra elas.

É importante utilizarmos hoje uma terminologia não discriminatória e não estigmatizante que leve e possa levar ao isolamento ainda maior das mulheres vítimas ou potenciais vítimas da mutilação genital feminina. É fundamental criminalizar e punir os criminosos, mas também prevenir, levar ações de sensibilização e consciencialização às comunidades onde se perpetram estes crimes, educar novas gerações para os direitos das mulheres. O poder político tem aí o poder da iniciativa.

É fundamental que existam estratégias coordenadas para acabar com todas as formas de violência contra as mulheres, com base nos direitos humanos e no princípio da igualdade. Os números deste crime macabro não podem continuar a aumentar se caminhamos e se queremos caminhar no sentido do progresso social.

4-009-000

**Štefan Füle**, *Member of the Commission* . - Madam President, today is International Day against Female Genital Mutilation (FGM). It is an opportunity to remind the world that the European Union condemns this abhorrent crime. It is our legal and human obligation to protect women and girls, both within and outside the European Union, from the risks of mutilation. I welcome this initiative by the European Parliament to hold a debate on the subject.

Female genital mutilation is a brutal manifestation of gender inequality and a violation of human rights. On several occasions, this Parliament has called on the Commission to act ambitiously. The Commission and the European Union as a whole are committed to a strengthened policy response to combat all forms of violence against women within the Union territory and in our external relations. This is demonstrated in the Commission's action plan implementing the Stockholm Programme, the Women's Charter and the Commission's strategy for equality between women and men. The Commission is working to improve knowledge and data collection and to prevent violence. This is being achieved through awareness raising and exchanges of good practice and by providing funding to governments, NGOs and networks active in this field. The Commission's most recent sign of commitment was the adoption on 25 November 2013 of its communication on eliminating female genital mutilation.

FGM is also a form of child abuse. It is estimated that currently 500 000 women and girls in the European Union alone may have suffered from this harmful practice.

This Parliament calls for a specific strategy and an action plan on violence against women. I would like to emphasise that all the Commission initiatives and measures are mutually complementary and that they already constitute a solid and comprehensive framework

for concrete action, bringing tangible results and making full use of EU competences to support the Member States in eliminating all forms of violence against women.

FGM is a very specific form of violence: it reflects a deep-rooted social norm; it is often practised in the belief that it is beneficial for the girl; and it is an intimate issue and still, in many cases, a taboo subject. It is crucial to take into account its complexities. That is why the Commission adopted its action plan on FGM, following Parliament's resolution in 2012.

Let me now address the question of European Union legislative action. We have made significant progress in adopting concrete legislative proposals in the field of criminal and civil justice to support women against violence. This includes: the Directive on Trafficking in Human Beings; the Directive against Sexual Abuse and Sexual Exploitation of Children and Child Pornography; the Directive on the European Protection Order applicable in criminal matters, complemented by a regulation applicable in civil matters; and the Directive on the Rights of Crime Victims. This legislation emphasises the need for specific and appropriate protection for victims of gender-based violence.

We have a comprehensive legal framework at European level to protect women against all forms of violence. This framework needs to be effectively implemented by Member States at national level. The Commission is assisting them in this respect and will monitor effective implementation. In addition, as I mentioned earlier, there is a series of non-legislative measures: awareness-raising, exchanges of good practice and funding. Those measures already contribute to supporting Member States in preventing the violence.

As regards external relations policy, I reiterate that human rights, democracy and the rule of law are inherent in our analysis when it comes to assessing whether – and what type of – budget support is appropriate in a given country. Women's and girls' rights are, of course, part of this. The European Union is also taking its first steps towards developing and applying a human-rights-based approach in development cooperation. Civil society organisations are recognised as fully-fledged actors and partners for development.

When it comes to FGM in particular, the European Union has, for many years, been participating actively in international cooperation initiatives to promote the elimination of FGM. The Union systematically raises the issue of FGM in its dialogues with African, Caribbean and Pacific countries and underlines the need for African states to ensure that the practice is effectively prohibited. The European Union supports capacity-building for government officials and advocacy and awareness-raising for all sectors of society, and it is preparing a regional campaign on FGM, which will be carried out by its delegations in third countries in 2014.

The European Union also funds projects. From 2006 to 2012, 17 projects addressing FGM in 18 countries benefited from EU funding of approximately EUR 8 million. For example, an innovative EU and UNICEF project has contributed to changing attitudes towards FGM in Egypt, Eritrea, Ethiopia, Senegal and Sudan. Additionally, through the European Instrument for Democracy and Human Rights (EIDHR), the EU has supported several important projects run by human rights NGOs in this area.

4-010-000

**Mariya Gabriel**, *au nom du groupe PPE*. – Madame la Présidente, Monsieur le Commissaire, chers collègues, tout d'abord, je me réjouis que nous votions, aujourd'hui, sur cette résolution et sur la question orale sur l'éradication des mutilations génitales féminines.

Au sein de la commission des droits de la femme et de l'égalité des genres, nous avons adopté la résolution à l'unanimité et j'espère qu'en plénière le Parlement européen saisira cette occasion pour envoyer un signal clair de son engagement pour mettre fin à cette cruelle violation des droits de l'homme.

Ainsi, nous serons en cohérence avec l'engagement de la Commission et notamment celui de Mme Reding, qui avait déjà lancé la campagne sur la tolérance zéro, qui a permis d'ouvrir le débat et de sensibiliser au fléau des mutilations génitales féminines.

J'aimerais insister sur quelques points, qui me semblent importants lorsque l'on vise à éradiquer les mutilations génitales féminines.

Premièrement, les mutilations génitales féminines constituent une atteinte indiscutable à l'intégrité physique et psychologique des femmes, au droit des femmes et, en définitive, cela perpétue les inégalités entre les hommes et les femmes. Or, je voudrais le dire clairement, il n'y a pas d'excuse culturelle, traditionnelle ou religieuse valable pour ne pas respecter les droits de l'homme.

Deuxièmement, rappelons que les mutilations génitales féminines se produisent aussi bien en Europe que dans nos pays partenaires et qu'il est toujours malvenu de pointer du doigt arbitrairement et globalement le continent africain, qui révèle des réalités très différentes selon les pays.

Il est important que l'Union européenne se dote d'une stratégie globale et intégrée qui permette d'avoir une cohérence entre notre politique interne et notre politique externe et de ne pas se contenter de donner des leçons sur les mutilations génitales féminines.

S'agissant des campagnes de sensibilisation et de prévention, mots-clés, elles sont demandées dans le cadre de la stratégie européenne pour la lutte contre les mutilations génitales. J'insiste, il faut penser à inclure les hommes et les petits garçons pour qu'ils participent à l'abandon définitif de ces pratiques. Sans eux, l'éradication ne se fera pas. Le dialogue à l'intérieur d'une communauté est extrêmement crucial pour parvenir à nos fins.

Enfin, il me semble qu'il ne faut pas tomber dans le piège de l'excision médicalisée, qui serait plus acceptable. On l'entend ici ou là. Il s'agit toujours d'une mutilation génitale même si elle est réalisée dans un environnement stérile par un médecin.

Chers collègues, Monsieur le Commissaire, je voudrais, en cette journée internationale de tolérance zéro contre les mutilations génitales féminines, saisir l'occasion pour encourager toute la communauté internationale, pas seulement européenne, à redoubler d'efforts pour mettre fin à ce fléau et remercier tous ces hommes et toutes ces femmes courageuses qui y contribuent chaque jour.

4-011-000

**Edite Estrela**, *em nome do Grupo S&D*. – Já aqui foi dito: cerca de 140 milhões de mulheres já foram submetidas à Mutilação Genital Feminina. Todos os anos, 3 milhões de meninas e adolescentes são mutiladas. Uma a cada 6 minutos. Dantes, a mutilação era feita por volta dos 8/9 anos. Agora, as vítimas têm apenas 2 e 3 anos.

Esta é a triste realidade em países terceiros, em muitos países, mas também se observa em determinadas comunidades residentes em alguns países da União Europeia. No Mali, por exemplo, 98% das mulheres e meninas são mutiladas, num ritual em que participa a família da vítima, inclusive os próprios pais. A pressão para sujeitar as meninas à MGF vem das

famílias e das comunidades, tanto nos países de origem como na Europa. É necessário coordenar esforços para pôr termo a este flagelo.

A MGF representa uma grave violação dos direitos humanos. Os Estados-Membros não podem ser condescendentes com práticas criminosas que, em nome de uma pretensa tradição, põem em causa a integridade e a saúde física e psicológica das mulheres.

As mulheres e as adolescentes sujeitas à MGF sofrem consequências gravíssimas: morte por hemorragia ou infeção, transmissão de doenças como a sida, a hepatite e o tétano, incontinência, disfunções sexuais e graves complicações durante a gravidez e o parto são algumas delas. E há os efeitos devastadores a nível psicológico, semelhantes aos efeitos da violação. Os Estados devem, por isso, promover serviços de apoio social e psicológico e tomar medidas para melhorar as condições de saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, de forma a auxiliar as meninas que são sujeitas a este tipo de violência.

Há muito a fazer: nós temos obrigação de fazer mais por estas jovens, por estas adolescentes.

4-012-000

**Angelika Werthmann**, *im Namen der ALDE-Fraktion*. – Frau Präsidentin! 2004 wurde der heutige *International Day of Zero Tolerance to Female Genital Mutilation* ins Leben gerufen. Vieles hat sich seither getan, jedoch noch immer viel zu wenig! Weltweit sind von dieser brutalen Verstümmelungspraktik mehr als 140 Millionen Frauen und Mädchen betroffen. Es gibt viele Plattformen – wie z. B. in meiner Heimat Österreich *stopFGM.net* –, die alles tun, um aufzuklären, zu unterstützen und letztendlich dieses menschenrechtsverletzende und in vielen Fällen tödliche Ritual zu stoppen.

Viele Länder tun sehr viel und sehr viele Menschen kümmern sich um dieses Thema mit sehr großem Engagement. Solange es diese Verstümmelungspraktik noch immer gibt, ist dies meiner Meinung nach alles viel zu wenig. Ich denke, dass wir hier mit einer einheitlichen Strategie in der Tat – zumindest in der Europäischen Union – noch wesentlich erfolgreicher sein können, hoffentlich dieses Ritual auch stoppen können, und dass wir hier mit einer Stimme auch gegenüber den Drittstaaten vehement auftreten müssen. Hier darf es null Akzeptanz geben! Hier darf es meiner Meinung nach aber auch nicht sein, dass mit europäischen Geldern Drittstaaten unterstützt werden, in denen diese Praktik noch immer Gesellschaftsstatus hat.

Abschließend stelle ich uns die Frage: In welcher Welt leben wir, wenn es akzeptiert wird, Mädchen und Frauen Gewalt anzutun? Ich möchte noch anmerken: Der Rat fehlt bei diesem durchaus wichtigen Thema!

4-013-000

**Raül Romeva i Rueda**, *on behalf of the Verts/ALE Group*. – Madam President, in December 2012 the United Nations General Assembly adopted a resolution on intensifying efforts to end female genital mutilation (FGM). The resolution calls for the development of a comprehensive strategy aimed at eliminating the practice.

In Europe, the European Parliament estimates that half a million women – the equivalent of the population of Malta – live with the consequences of the practice and another 180 000 are at risk every year. These estimates show how important it is for the EU to play its part in ending the practice. In that respect the Commission action plan represents a key element of the European response to the calls and commitments made in the UN resolution.

The role of the European Parliament will be to monitor progress on the implementation of the action plan to eliminate FGM. The action plan promotes a comprehensive and multidisciplinary approach. It reflects international human rights standards and insists on the need to focus on prevention.

Prevention of FGM means working for, and with, affected communities and in particular with young people. It means working on gender stereotypes and seeking to identify and overcome barriers to ending FGM within each community. Prevention also means training professionals who are likely to be in contact with affected women and girls. But prevention does not mean prosecution. We need to move away from the criminalisation approach. There is to date no evidence and no research to prove the deterrent effect of prosecution on the perpetuation of the practice. Yes, there is a need for legislation on FGM. There is a need for child protection measures and laws which acknowledge that FGM is an act that affects society as a whole. However, there is also a need to analyse the impact of prosecution on the female child. Judicial procedures, prison sentences, large fines or long separations from the parental family may have a serious impact on the child's well-being. It is crucial not to confuse prevention and prosecution and not to confuse understanding and fear.

If we aim for long-term prevention, we first need to work on changing the belief systems and social norms of those affected by FGM. Working towards ending FGM is therefore a long-term goal which requires long-term vision. Communities need to be involved in the development of such a vision and we need data, in particular on prevalence, in order to monitor and evaluate the impact of existing measures and develop relevant policy responses.

As MEPs, we should commit to supporting those who are already working to end the practice, and I am very glad to see that the resolution we have adopted today will support the work of FGM campaigners in Europe. Those of us standing again in the forthcoming election campaign are seeking to be in the House over the next five years. Already, however, we can show determination and continue fighting to prevent FGM by signing the pledge that the END FGM European Campaign has put at our disposal.

4-014-000

**Marina Yannakoudakis**, *on behalf of the ECR Group* . – Mr President, female genital mutilation is a horrific and violent act committed against young girls, against children. You will hear today that approximately 500 000 girls as young as three are at risk in Europe. In the United Kingdom we estimate as many as 65 000 girls are at risk, most of whom live in my constituency of London.

In the UK, FGM was criminalised in 1985, yet in the past 29 years there has not been one single prosecution. We in the United Kingdom have started the fight to stop this barbaric practice. The leading London paper, the London Evening Standard, is in the forefront of this fight. By highlighting and informing the public of this practice, we can put a stop to it.

I look to other MEPs to join me in the fight against this form of violence, of child abuse, not only today – the International Day of Zero Tolerance to FGM – but every day.

This week we put forward a resolution as a first step to stop FGM in the EU. In the next week, I will be holding a public hearing on the prevalence of FGM in Europe. We will share information and data in a move towards eliminating this practice in all Member States. Next month, I am holding a public hearing in my constituency of London bringing together

experts in this field. You are all welcome to join me at either or both events. We need to work in our Member States to put forward a policy of zero tolerance.

We need to support NGOs who are working around the world to educate and approach communities, to inform them that this is not an acceptable practice. It is child abuse, and has no place in our society. The resolution this week is a call for action. Today I ask you to join me in this action.

4-015-000

**Martina Anderson**, *on behalf of the GUE/NGL Group* . – Madam President, today – 6 February – marks the tenth International Day of Zero Tolerance for Female Genital Mutilation. It is estimated that well over 3 000 women in Ireland have been victims of FGM, despite the fact that the law prohibits it, and that thousands of girls and women across Europe are at risk of undergoing the procedure, either illegally in Europe or by being brought back to their parents' country of origin. This is, without doubt, a barbaric and archaic practice which needs to stop.

Many people who are forced to undergo this procedure bleed to death or die of infections after being cut with dirty utensils. It involves removing and damaging healthy and normal female genital tissues, and hence interferes with the natural functions of girls' and women's bodies. The practice causes severe pain, and has several immediate and long-term health consequences, including difficulties in child birth. It can also cause damage to the child. Those who survive the procedure have severe and lasting effects from infection.

I praise those, such as the National Network of Migrant Women Living in Ireland, for the work that they have done in this area, but I regret that the practice still takes place at all. Obviously, the fact that we are still here discussing this means that not enough has been done. In my own constituency in the North of Ireland, teachers are being warned to watch out for girls taking prolonged absences from school to visit their – or their families' – countries of origin for fear that they are at risk of being mutilated.

Ireland has done well to make this practice illegal under Irish law, but there is still a lot of work to be done with regards to awareness of this issue. FGM is recognised internationally as a violation of the human rights of girls and women. It reflects a deep-rooted inequality between the sexes and constitutes an extreme form of discrimination against women. It is nearly always carried out on minors and is a violation of the rights of children.

Successive presidencies of the European Council have failed to make this a priority, but it is a European problem. I am glad that the UN General Assembly in December 2012 adopted a resolution on the elimination of female genital mutilation. Whilst I welcome the fact that it has been discussed here today, and that the European Parliament has already passed a resolution, we need to do much, much more.

4-016-000

**Claudio Morganti**, *a nome del gruppo EFD* . – Signora Presidente, onorevoli colleghi, i dati di cui disponiamo in merito a questa terribile pratica sono impressionanti, e a far riflettere è anche la casistica europea, secondo cui nel nostro continente vi sono ben 500 mila donne colpite da questo fenomeno. È vero che sono un numero limitato, se paragonato ai 125 milioni considerati globalmente nel mondo, ma questo non deve assolutamente sminuire la gravità dei fatti, soprattutto qui da noi. Questa barbara usanza proviene infatti



da culture e tradizioni ben lontane dalla nostra, ed è incredibile come ancora oggi, nel ventunesimo secolo, si debba parlare di questa realtà.

In Italia, secondo le stime dell'Istituto europeo per l'uguaglianza di genere, le donne vittime di mutilazioni genitali sono all'incirca 35 000, mentre le ragazze a rischio sono un migliaio: bisogna assolutamente intervenire per bloccare immediatamente questo fenomeno, prima che si espanda anche da noi. Innanzitutto devono essere colpiti con pene severe coloro che commettono questo reato, perché non è ammissibile che qualcuno voglia portare in Italia e in Europa questa barbarie. Si tratta di una pratica senza senso, violenta e pericolosa, contro natura la definirei, prodotto di una sottocultura arretrata, con pesanti implicazioni religiose.

L'Europa oggi, in occasione di questa giornata internazionale, dovrebbe avere il coraggio di dire come stanno realmente le cose, da dove viene questa pratica, da quali paesi, e quali sono le religioni che la tollerano, a partire dall'Islam. Non nascondiamoci dietro a un dito, non è certo con una strategia europea globale contro la violenza di genere che possiamo combattere questo fenomeno, che rimane limitato a un determinato ambiente culturale.

Quando l'Europa si vergogna di difendere le proprie origini cristiane, dovrebbe ricordarsi di questo e di altri episodi, per farci capire che noi siamo differenti dagli altri, e lo dico in maniera orgogliosa, perché io mi sento profondamente diverso da coloro che arrivano a usare perfino schegge di vetro o di legno, o pietre appuntite, per compiere questo orrore che può anche portare alla morte di queste povere bambine, dopo atroci e interminabili sofferenze.

4-017-000

**Teresa Jiménez-Becerril Barrio (PPE).** - Señora Presidenta, no voy a repetir aquí la definición que de «mutilación genital femenina» hace la Organización Mundial de la Salud, pero recomiendo que quienes no consideren urgente poner freno a este sufrimiento físico y psicológico para la mujer, se informen sobre lo que es exactamente. Es la resección parcial o total del clítoris.

¿No creen, Señorías, que es necesario que actuemos con diligencia? 140 millones de niñas y mujeres han sufrido esta forma de violencia en el todo el mundo, que apunta a las niñas desde su infancia a la adolescencia. Esta práctica brutal no se registra solo en terceros países, sino que afecta a niñas que residen en la Unión Europea, llegando a la alarmante cifra, como han dicho sus Señorías, de 500 000 que ya la han sufrido y muchísimas más que están en riesgo de sufrirla.

Sabemos que la mutilación genital femenina se realiza en condiciones antihigiénicas, lo que conlleva en muchos casos consecuencias irreparables para la salud de la niña. La protección de los derechos del niño ya consagrada en leyes en nuestros Estados miembros y a nivel internacional nos obliga a no admitir esta práctica, que no se justifica bajo ninguna tradición cultural.

En este Parlamento se han aprobado varias Resoluciones orientadas a combatir la mutilación genital femenina. En el marco de la Directiva sobre los derechos, el apoyo y la protección de las víctimas de delitos, de la que fui ponente, pedí que este delito fuera sancionable en los 28 Estados miembros. Mi país, España, tiene una legislación penal específica, pero no existe uniformidad en este sentido en la Unión Europea. Necesitamos un enfoque común, con datos compartidos. El Servicio Europeo de Acción Exterior tiene que adoptar una

posición firme respecto a terceros países que no condenan esta forma de violencia contra la mujer.

Creo que son muchas las víctimas que no tienen voz y tenemos la obligación de prestarles la nuestra para erradicar esta forma de violencia que va contra los derechos humanos en pleno siglo XXI.

4-018-000

**Joanna Senyszyn (S&D).** - Pani Przewodnicząca! Okaleczanie żeńskich narządów płciowych to bezsens, forma przemocy, dyskryminacji, znęcania się nad dzieckiem, brutalnego naruszenia integralności i osobowości kobiet i dziewcząt oraz ciężkie łamanie praw człowieka, które dotyczy 500 tysięcy kobiet w samej Unii i ponad 125 milionów na całym świecie. Najprawdopodobniej dane te są zaniżone. W Unii statystyki dotyczące liczby okaleczanych kobiet oraz dziewcząt znajdujących się w grupie ryzyka są dostępne jedynie w niektórych krajach członkowskich.

Komunikat Komisji zawiera wiele znakomitych i niezbędnych działań na rzecz zwalczania okaleczania narządów płciowych kobiet w Unii Europejskiej i poza nią. Działania te, aby przyniosły wymierne rezultaty, muszą stanowić część globalnej kompleksowej strategii. Konieczne jest prawo, które skutecznie będzie chronić dziewczynki przed zbrodniczym okaleczaniem ich narządów płciowych. Potrzebna jest współpraca wewnątrzunijna, z ONZ, z organizacjami pozarządowymi i społecznościami dotkniętymi tym problemem.

Parlament wielokrotnie apelował do Komisji o przedłożenie aktu prawnego w sprawie środków na rzecz promowania i wspierania działań państw członkowskich w obszarze zapobiegania i zwalczania przemocy wobec kobiet, w tym okaleczania żeńskich narządów płciowych.

Kolejna kwestia to skuteczność działań Unii prowadzonych poza Europą w odniesieniu do procederu okaleczania kobiet. Konieczne jest stosowanie jednolitej restrykcyjnej polityki wobec państw, które otrzymują pomoc unijną, a nie prowadzą działań w celu eliminacji tego zbrodniczego procederu. Parlament apelował do Komisji o włączenie klauzuli o eliminacji okaleczeń żeńskich narządów płciowych do negocjacji i porozumień o współpracy z odnośnymi krajami. Co w tej sprawie zostało zrobione? Mamy obowiązek zapewnić ochronę ofiarom tego typu okaleczeń. Nieodłącznym elementem strategii prewencyjnych musi być pomoc psychologiczna i medyczna.

4-019-000

**Cecilia Wikström (ALDE).** - Fru talman! Många tror att tortyren av kvinnor som sker genom könsstympning är någonting som sker långt borta från våra europeiska medlemsstater, men så är inte fallet. En halv miljon kvinnor i EU och 125 miljoner kvinnor globalt i världen utsätts för detta. Att utsättas för könsstympning är en kränkning av de grundläggande mänskliga rättigheterna, en anomali i vår tid och ett barbariskt beteende som för längesedan borde ha utrotats.

Kvinnor och deras rätt till hälsa har visat sig vara ett känsligt ämne här i Europaparlamentet. Jag tänker nu på det omdiskuterade Estrella-betänkandet och Lunacek-betänkandet, som vi röstade om härom dagen, när vi har blivit spammade och det har rört upp känslor här i huset. Det är väldigt förvånande att kravet på kvinnors rätt till sin egen kropp är så provocativt, så skrämmande och så hotfullt att det rör upp sådana känslor.

Vi måste emellertid konstatera att kvinnlig könsstympning är en grym tortyr. Det påverkar offren fysiskt och psykiskt under lång tid, kanske hela livet. Vi kritiserar ofta andra länder som inte gör tillräckligt för att bekämpa detta fasansfulla, men vi måste också vara självkritiska. Att en halv miljon kvinnor i våra medlemsländer utsätts för detta är inget annat än ett misslyckande som vi måste ta tag i. Vi får inte blunda för det som sker framför våra ögon.

Jag skulle välkomna en handlingsplan från kommissionen om våld mot kvinnor som tar upp problemet med kvinnlig könsstympning. Vi måste skydda offren men samtidigt arbeta förebyggande.

4-020-000

**Emma McClarkin (ECR).** - Madam President, two years ago I spoke in this very Chamber about the case of Waris Dirie, who is now a UN Ambassador for the abolition of female genital mutilation. As a young woman, I read her book 'Desert Flower' and her case was the first time that I had heard about FGM. As I have said before, it moved me to tears. The physical and mental impact of this devastating practice and the harrowing experience of a young woman, echoed by millions across the globe, left a lasting impression on me.

As today is the International Day of Zero Tolerance to Female Genital Mutilation, I feel it is more important than ever to call on the Commission to set out its recommendations on how Member States can tackle this illegal practice, which affects more than half a million women here in the EU. We must make sure that the public realise that this practice constitutes a gross form of violence against women and violence against the child. But we must also ensure that the Member States themselves understand better the prevalence of this in their own society, as well as tackling the problem through effective prosecution and punishment. The Commission must also consider how it can help to eliminate the practice in third countries.

The fact that 125 million women around the world are affected by this brutal practice, which leaves them with serious health and life-threatening problems, is an astonishing figure that commands our attention. The practice of FGM must be condemned worldwide and I fully support calls for the Commission and the External Action Service to take a firm stance on those countries which do not. We must lift this taboo, we must face up to the scale of the problem and we must reach out to find a way to bring an end to this barbaric practice the world over.

4-021-000

**Paul Murphy (GUE/NGL).** - Madam President, I shall start by saying that I do not find it surprising – but I do find it quite disgusting – that you have MEPs of the far right, like MEP Morganti, trying to use this barbaric practice, this pain of so many women, as an argument to back up a racist, Islamophobic line of argument. We should remind ourselves that African cultures, cultures that have Islam as a prominent religion, are not alone in barbaric practices against women. Let us look at the violence against women within the EU, within white Christian EU communities. Let us look at the domestic violence which affects one in five women, let us look at rape which affects one in 10 women. This is not about imposing some great European values on other countries or other cultures, it is a struggle for human rights, for women's rights, for children's rights, which involves people in African cultures struggling for those rights and with their allies all around the world.

Alice Walker wrote a very powerful novel about the experience of a woman living with FGM called *Possessing the Secrets of Joy*. She said it was about the ways in which women are rather routinely mutilated in most parts of the world and how people tend to think of the pain done to women as somehow less than the pain done to men. That gets to the point about what FGM is about. It is not some isolated barbaric practice, it is about the oppression of women. It is a manifestation and an instrument of oppression against women and it is a way of denying women as sexual beings, of denying sexual pleasure to women. The EU has a responsibility here. Every year, an estimated 20 000 women flee these practices and seek asylum in the EU. About 9 000 of them flee having been cut themselves. The rest flee in order to protect their children.

Reports from victims illustrate that they are often met with disbelief, with scepticism, with a lack of knowledge about this practice. Activists have also raised the fact that some Member States have deported women back to countries where they are at risk of FGM. This is another dark stain on Europe's immigration policies, and we have plenty of them at the moment. Member States have an obligation to protect women and girls trying to escape FGM.

In many countries where FGM persists the practice is illegal. It goes to show that more than laws are needed: investment in publicly owned, free healthcare systems that guarantee full sexual and reproductive rights to women, that lower the dependence on traditional circumcisers, who often also play a role as midwives or nurses in the community; ending the economic dependency of women through establishing a living wage; full employment; closing the wage gap and a full programme of education.

4-022-000

*(Le débat est suspendu)*

#### **4. Souhais de bienvenue**

4-024-000

**La Présidente.** - Chers collègues, avant de donner la parole à Mme Corazza, permettez-moi d'accueillir en votre nom une délégation arménienne qui participe à la 14<sup>e</sup> réunion de la commission de coopération parlementaire CCPPE-Arménie. Bienvenue aux membres de cette délégation, bienvenue en particulier à M. Farmanian, qui la dirige.

Cette délégation rencontrera tout à l'heure la commission des affaires étrangères. J'espère que les coopérations que nous allons engager et les échanges de vues de cette journée nous permettront d'aller plus loin.

Chers amis arméniens, le débat porte aujourd'hui sur la question des mutilations génitales féminines, en cette journée de lutte contre ce fléau. Vous avez la chance et l'occasion de le suivre. Bienvenue à vous!

#### **5. Éradication des mutilations génitales féminines (suite du débat)**

4-026-000

**La Présidente.** - Nous reprenons à présent notre débat sur la question orale de Mikael Gustafsson (O-000029/2014 - B7-0106/2014) (2014/2511(RSP)).

4-027-000

**Anna Maria Corazza Bildt (PPE).** - Madam President, I am truly happy that today, apparently, we are joining forces across political lines, with a broad consensus on a strong call to stop the barbaric practice of genital mutilation of women and girls. I also welcome the fact that the Commission, with its communication, measures and funding, is committed to doing something about this.

The figures have already been mentioned and they are heart-breaking: millions of girls are concerned – this is about children – and it is happening in Europe. We have half a million women and girls in Europe at real risk, so we should definitely treat this practice as violence against women and as child abuse, and we should therefore criminalise it. I call on the Member States to treat genital mutilation as a crime and to step up both prevention and prosecution.

Every time we talk about this issue, the objection is raised that Europe is patronising people. We are told: 'You are imposing your values; you are not respecting our different traditions.' But this is totally unacceptable because, as the Secretary-General of the United Nations, Ban Ki-moon, has said, we need to preserve the best in any culture and leave the harm behind. In order to leave the harm behind, we have to be strong in saying that violence is never justified by culture, tradition or religion.

We are not imposing a model: we are standing up for universal values recognised and enshrined in the Charter of the United Nations, and we should all be very firm on that. It is important too that we work on changing cultural attitudes and that we support all the wonderful advocacy and awareness-raising activities for women's empowerment which civil-society organisations are carrying out in our own countries. We also need to work more closely with professionals in various fields, such as health, education, prevention and social services, and to identify better the risk groups in order to be better able to prevent the practice.

Madam President, I have joined, and am committed to, the campaign that the Commission has launched for zero tolerance on female genital mutilation. I hope everybody else will do likewise and that we will continue to take action on this together.

4-028-000

**Zita Gurmai (S&D).** - Madam President, despite the growing recognition of the problem from the global health community, as well as from national authorities, the figures remain staggering – both inside and outside the EU. This represents not only a blatant violation of the most fundamental rights of women and girls on multiple counts, but also a serious cause for concern regarding their health and a major barrier to women's empowerment. The deeply rooted social traditions behind this harmful practice make it particularly difficult to address. It also calls for greater improvements in terms of education, prevention and dialogue with all stakeholders.

Several successful programmes, including those launched by the EU with UNICEF, show that a comprehensive approach, based on dialogue and backed by genuine political will, have produced encouraging results. Now is the time to step up efforts and to incorporate the elimination of female genital mutilation into a broader action plan on combating gender-based violence. In this respect, and given the lack of reliable data at EU level, I welcome the fact that the EU Institute for Gender Equality is developing resources and tools to tackle female genital mutilation. I also believe that we have to be extremely tough

towards healthcare providers who engage in such practices, and that the principle of extraterritoriality applied in some Member States – which makes it possible to prosecute the practice, even when it is committed outside the countries' borders – should be extended.

I would just like to thank Commissioner Füle for being here and for the excellent job he has done as a Commissioner. I believe that he should come back because we need an engaged guy like him.

4-029-000

**Sarah Ludford (ALDE).** - Madam President, I am very pleased to join this cross-party debate and I am also pleased that we have abandoned the unacceptable old practice of talking about female circumcision. Female genital mutilation much better conveys the full horror of the practice – that it is child abuse, even child torture. The estimates of girls at risk in the UK range from 20 000 to 65 000. This figure comes from recent research.

65 000 girls at risk in the UK? It is completely unacceptable that this should be even remotely tolerated. The press in the UK today is reporting that prosecution is imminent in the UK. Well, we have had it criminalised for decades in Britain, but there have been no successful prosecutions. I am glad that the Crown Prosecution Service, which is actually now led by a woman, has established a network of specialised prosecutors around the country and I think they are upping their game, but it does, as others have said, rely a great deal on education and awareness.

The time is absolutely ripe for an EU-wide initiative. I am proud that a party colleague of mine in the UK, the Liberal Democrat Minister for international development, Lynne Featherstone, has committed GBP 35 million internationally to fighting FGM and has recently visited Burkina Faso.

Today at 11 a.m. UK time – midday here – there will be a Twitter thunderclap campaign to end FGM within a generation. Please join it.

4-030-000

**Edit Bauer (PPE).** - Madam President, as this discussion is showing, we all agree that data on women and girls affected by FGM are more than shocking. It was mentioned that more than 140 million women have experienced this type of violence. The most affected countries are Egypt, Ethiopia, Somalia and Sudan, where prevalence rates can be as high as 98%. In other countries, such as Nigeria, Kenya, Togo and Senegal, the prevalence rate varies between 20% and 50%, but it is not present only in Africa. FGM takes place in parts of the Middle East too, for example in Yemen, Oman, Iraqi Kurdistan, and among some Bedouin women in Israel as well.

Statistics released recently by Unicef, analysing data from 29 countries in Africa where FGM is most prevalent, show that 18 of these countries are in West and Central Africa and that FGM affects one fifth of young girls in sub-Saharan Africa itself. Bearing in mind that FGM is mostly carried out on young girls between infancy and the age of 15, we should speak about a serious breach of children's rights as well as equally serious violence against girls and women. As a result of immigration and refugee flows, FGM is now being practised by ethnic minority populations in other parts of the world, including the European Union. As mentioned, we have an estimated 500 000 women and girls at risk.

Ten Member States have specific criminal law provisions on FGM, but on the basis of existing criminal codes it can be prosecuted as a criminal offence in all Member States. In addition, all Member States, in the process of prosecuting FGM, have recognised the legal principle of extraterritoriality. In certain Member States, high prevalence was detected, for example in France, where the estimated number is more than 60 000, and in the UK, with more than 65 000. Although, as mentioned, there is provision for prosecution in FGM cases, in the EU this is still rare, so what we need is law enforcement.

4-031-000

**Iratxe García Pérez (S&D).** - Señora Presidenta, la mutilación genital femenina es una forma de violencia contra las mujeres y las niñas y, por lo tanto, constituye una clara infracción de los derechos fundamentales de las personas. Era necesario que este Parlamento se pronunciara contra esta cuestión.

Hemos hablado de datos. 140 millones de niñas y mujeres en el mundo. 500 000 en Europa. Hay estudios que dicen que cerca de 17 000 niñas en mi país, en España, están en riesgo de sufrir mutilación genital femenina. Por todo esto, tenemos que acoger con satisfacción la estrategia de la Comisión Europea y entender que es necesario pasar de las meras palabras a la acción, con la necesidad de impulsar distintas estrategias de cara a favorecer la prevención y la erradicación de una forma brutal de violencia contra las mujeres.

Es necesario insistir en la importancia de la formación de los profesionales médicos y del ámbito educativo. El trabajo de cooperación entre las instituciones públicas y las organizaciones que trabajan en la sociedad civil es fundamental para conseguir el objetivo de acabar con esta práctica brutal de violencia, que no tiene cabida en el siglo XXI. Porque, si alguien pretende justificar esta práctica bajo algunas excusas, digamos muy claro que el respeto de las tradiciones y las culturas tiene, como límite infranqueable, el respeto de los derechos humanos.

4-032-000

**Fiona Hall (ALDE).** - Madam President, I too very much welcome the initiative of my UK colleague, the UK Minister for International Development, Lynne Featherstone. She has made it a UK Government priority to end female genital mutilation in a generation, both at home and abroad.

I would urge the Commission and the External Action Service to continue to work with Member States and to commit funding to sensitive local projects. The best progress is made when projects take place on the ground in local communities, with families coming out and declaring publicly that they have abandoned the practice of female genital mutilation.

However, as well as that action on the ground, it is also important to take action at the highest diplomatic level. The EU needs to work with global partners, such as the African Union, to build a global consensus on ending female genital mutilation. The Joint Parliamentary Assembly is meeting here in Strasbourg next month: I wonder whether the Commission could tell us what special initiatives it is planning, taking the opportunity of this meeting to push effectively for joint action by Europe and Africa on the commitment to end female genital mutilation once and for all. I welcome what the Commissioner said. This is child abuse and we have to stop it.

4-033-000

**Barbara Matera (PPE).** - Signor Presidente, onorevoli colleghi, colleghe, oggi voglio richiamare l'attenzione della Commissione europea sulla priorità della violenza contro le donne perché quando parliamo di mutilazioni genitali femminili parliamo di violenza contro le donne.

Questo Parlamento nel 2009 si è già espresso con una larga maggioranza votando una relazione d'iniziativa proprio su questo tema, ma è ancora questo tema che non occupa oggi la priorità nell'agenda dell'Unione europea. Questa è un'inazione, è uno schiaffo, un oltraggio alle donne europee, a quelle 500 mila donne del nostro continente che hanno subito questa brutale pratica, è uno schiaffo a 125 milioni di donne nel mondo e a quelle 5 bambine che ogni minuto vengono infibulate e che guardano all'Europa come a una culla dei diritti umani.

Sono orgogliosa che il mio paese abbia una legislazione avanzata con una legge approvata nel 2006 che vieta le mutilazioni genitali femminili nel nostro paese prevedendo, contestualmente, la promozione di numerose attività di contrasto e prevenzione verso questa forma di violenza inaccettabile.

Ecco colleghe, Commissario, la parola più importante, il mezzo, lo strumento più forte che noi abbiamo è la prevenzione, contrasto e prevenzione. Ancora una volta sono felice di questo: il mio paese con 4 milioni di euro – cifra non importante ma comunque è sempre un segno, un gesto importante – ha messo in pratica, attraverso il dipartimento di pari opportunità, una campagna d'informazione che si chiama "Nessuno escluso" che si rivolge proprio ai genitori immigrati, puntando proprio alla responsabilizzazione rispetto alla decisione di praticare MGF sulle proprie figlie. E ancora un numero verde che sia dedicato principalmente all'accoglienza delle segnalazioni.

E allora l'Unione europea deve puntare a misure concrete, allo scambio di buone pratiche, soprattutto a implementare e a sostenere la risoluzione dell'Assemblea generale delle Nazioni Unite proprio sulle MGF, perché questa inazione dell'Unione europea non può essere che vista soltanto come inattività rispetto a un tema a noi tutte molto caro, ma che è caro soprattutto anche agli uomini, ne sono sicura, sulla violenza contro le donne.

4-034-000

**Emer Costello (S&D).** - Madam President, as today is International Day of Zero Tolerance to Female Genital Mutilation (FGM), it is important and appropriate that we discuss it here in the European Parliament. FGM is a completely horrific practice and 140 million women have suffered globally. Two million per year are still subjected to FGM, half a million of these in the EU. In my own country, over 3 500 women have been subjected to FGM, which is – as has been said – very often carried out against children and is a form of child abuse. It leads to many serious physical, medical and indeed psychological problems.

The Commission action plan is a good start. It sets out a roadmap for dealing with this and I commend the work of organisations which campaigned for this, such as the END FGM European Campaign, which was led by Amnesty International. Most EU countries now have legislation in place to ban FGM. Ireland was one of the last countries and that was very much due to the work of a young Somali woman, Ifrah Ahmed, who has been campaigning.



While legislation is necessary, I think there does need to be an emphasis on prevention as well. We need to change mindsets, because FGM can never be justified on the grounds of culture or religion. In December 2012, the UN carried a resolution condemning the practice. These resolutions were supported by all countries in the African Union, yet rates for FGM are more than 90% in the Horn of Africa. So I am glad to hear, Commissioner, that you say that the EU will pursue this with the External Action Service. Indeed, Ifrah Ahmed will be returning to Somalia next month to actually campaign on this issue.

We need more support here in Europe as well, to support professionals, teachers and social workers. We need data collection, but most of all we need a concerted effort to support the END FGM campaign. I call on all MEPs to support the petition which is at [endfgm.eu](http://endfgm.eu).

4-035-000

**Elisabeth Morin-Chartier (PPE).** - Madame la Présidente, Monsieur le Commissaire, nous voilà sur un sujet dont nous ne devrions même plus avoir à parler tant il est contraire à toutes les valeurs qui fondent l'Union européenne et, particulièrement, à l'égalité des citoyens, à l'égalité entre les hommes et les femmes et à la préservation des droits des femmes, ainsi qu'à notre volonté de lutte contre les violences faites aux femmes.

Je n'ai pas entendu ce matin un discours dissonant. Nous avons les textes: la charte des droits fondamentaux et la convention d'Istanbul contre les violations faites aux femmes.

Savons-nous combien il y a, effectivement, de victimes d'excision? Combien il y a de mutilations génitales féminines? Nous ne le savons même pas exactement.

Les mutilations génitales féminines sont d'une cruauté inouïe. C'est, bien sûr, la dégradation des femmes, la dégradation des jeunes filles, la dégradation des petites filles, puisque cette pratique s'effectue souvent à un très jeune âge. Nous devons être entièrement mobilisés, dans ce sens, pour les petites filles sans défense.

Ce sont des pratiques culturelles mais, bien au-delà, ce sont des pratiques barbares. Ces mutilations sont définitives. Elles mutilent les femmes pour toute leur vie. Elles provoquent des problèmes de santé et d'hygiène, qui conduisent à la mort. Nous ne pouvons pas les admettre. Cela se passe sur notre territoire et en dehors du territoire de l'Union. Mais ce n'est pas parce que cela se passe en dehors de l'Union que nous ne sommes pas responsables. Nous sommes concernés!

Les mutilations génitales féminines sont de graves violations des droits humains, notamment des droits à la santé, à la sécurité et à l'intégrité physique, ainsi que du droit de ne pas être soumis à la torture et à un traitement cruel, inhumain ou dégradant.

La France est un des premiers pays d'asile pour les femmes victimes de mutilations génitales féminines et nous avons dû faire une loi pour protéger ces victimes.

Ce problème culturel, nous devons le prendre à bras-le-corps, avec les hommes, avec les petits garçons et au moyen de campagnes d'information, à l'intention notamment des petites filles et des jeunes femmes.

Aucune tradition ne peut être considérée comme valable à l'égard de cet acte de barbarie. C'est pour cette raison que nous devons légiférer et que je voterai aussi pour le paragraphe 4, qui nous demande d'avoir une vraie législation au niveau européen pour entraîner ce mouvement contre les mutilations génitales féminines.

4-036-000

**Michael Cashman (S&D).** - Madam President, we stand here and congratulate ourselves that today is International Day against Female Genital Mutilation. I do not congratulate us, however. Every single day of every single year should be an international day of action against female genital mutilation. After 15 years in this Parliament, I cannot believe that we are still standing here calling for action.

I welcome the Commission's communication involving six directorates-general, which is as it should be because we are dealing with a horizontal human rights issue. But we need an action plan and we need it before the end of this parliamentary term.

Female genital mutilation is an internationally recognised abuse of human rights, children's rights and women's rights. It can be addressed only if we recognise the holistic rights of women, including sexual-health and reproductive rights: the right of a woman, not a man and certainly not a cleric, to decide what to do with her body.

I have witnessed the physical effects of female genital mutilation and they are horrific. Now is the time for action: the numbers in our Member States are terrifying. And let me say this, Commissioner, because I know you listen: we have to address our friends, and those who do not want to deal with this issue, face on. There is no alternative: the practice must end. We need fewer words and more action, and therefore I urge the EU and all the Member States to sign up to the European Convention on Preventing and Combating Violence against Women. We need that broad framework.

I hope we never have to address this issue in the next parliamentary term.

4-037-000

**Silvia Costa (S&D).** - Signora Presidente, onorevoli colleghi, credo che siamo tutti molto convinti che la pratica delle mutilazioni genitali femminili si debba combattere su due piani. Uno è quello richiamato anche poco fa dall'onorevole Cashman e altri miei colleghi del gruppo S&D, ma per fortuna molto trasversale che c'è nella risoluzione, cioè di arrivare a una legislazione e a un'armonizzazione delle legislazioni nazionali, e la direttiva dell'Unione europea può dare più forza in questo senso, perché anche in Europa noi abbiamo legislazioni diverse, alcune sono solo a tutela dei minori su cui si pratica questa tremenda mutilazione e altre invece, come in Italia, sono molto più severe, come anche in altri paesi.

Secondo: nelle relazioni di cooperazione – questo lo accennava prima il Commissario – l'Europa deve dare segnali molto forti come alcuni paesi hanno fatto negli accordi bilaterali, perché questa campagna e la legislazione contro questa pratica siano inserite come "*more for more*", ecco, diciamo con questo slogan che abbiamo adottato anche nell'ambito della cooperazione con paesi in particolare dell'Africa ma non solo.

Terzo: anche nei paesi come il nostro – lo richiamava prima l'onorevole Matera – parlo del mio paese, che ha visto, che vede, una grande campagna – numero verde eccetera – si parla di 6 000 bambine al giorno che vengono sottoposte a questa pratica. Quindi c'è da fare molto in Europa, ma credo che proprio per la ragione che si diceva prima, che purtroppo ci sono comunità intere che la vivono come una iniziazione, se non si agisce sul piano culturale, sugli uomini e sulla comunità con una forma di informazione a partire anche dalle scuole, penso che l'approccio solo sanzionatorio non sia sufficiente.

4-038-000

**Sergio Gaetano Cofferati (S&D).** - Signora Presidente, onorevoli colleghi, quella delle MGF, come è stato detto opportunamente, è una delle forme di violenza più odiose nei confronti delle donne e in particolare delle minori, dunque va contrastata con tutti gli strumenti a disposizione.

Le azioni repressive sono importanti ma non sono sufficienti. Io credo che sia molto utile, come ricordava poco fa l'onorevole Silvia Costa, agire anche sul versante culturale. Non ha nessuna giustificazione una violenza di questa natura. È un atto barbaro, odioso, nei confronti di ragazze, allora dobbiamo partire dalla scuola. L'Unione europea deve sempre, tutte le volte che definisce una politica, che riguardi lo sviluppo, che riguardi la cittadinanza, aggiungere a questa politica le sanzioni e gli stimoli culturali per quanto riguarda la diffusione dei diritti delle persone. È lì che dobbiamo intervenire.

Dobbiamo far sì che cresca la consapevolezza che siamo di fronte alla negazione di diritti fondamentali che riguardano i minori e riguardano le donne. Dunque repressione sì, ma insieme alla repressione anche grandi azioni culturali.

4-039-000

**Britta Thomsen (S&D).** - Fru formand! Hr. kommissær! Under dække af at være en religiøs og kulturel tradition bliver omskæring stadig udført på kvinder over hele verden, også her i EU! Bare i Europa vurderes det, at en halv million kvinder lider af fysiske og psykiske men efter at være blevet udsat for kønslemlæstelse. 180.000 piger og kvinder vurderes at være i fare lige nu for at blive udsat for omskæring.

Omskæring er en af de mest grænseoverskridende former for mishandling og vold mod kvinder. Der er ingen medicinske grunde til disse kirurgiske indgreb, der fjerner store dele af kvinders kønsorganer, og ofte foregår det, som regel foregår det under kummerlige og uhygiejniske forhold og uden bedøvelse. Denne barbariske og ekstreme form for kønsdiskrimination er umenneskelig og strider imod vores grundlæggende europæiske værdier og grundlæggende menneskerettigheder. Derfor hilser jeg Kommissionens initiativer til styrkelse af indsatsen mod kvindelig omskæring meget velkommen. Det er meget vigtigt, at Kommissionen har indført en nultolerance over for omskæring, og det må håndhæves ude i medlemsstaterne!

Jeg vil benytte lejligheden til at understrege, at der er behov for en lovgivning om forebyggelse af vold mod kvinder. En lovgivning, som gælder i hele Europa, og som også indeholder kvindelig omskæring, så vi kan komme den modbydelige form for overgreb til livs.

4-040-000

**Andreas Mölzer (NI).** - Frau Präsidentin! Mit der massenhaften Zuwanderung aus dem außereuropäischen Bereich haben wir natürlich auch Probleme wie Ehrenmorde oder Genitalverstümmelung mit importiert. Obgleich Genitalverstümmelungen seit mehr als 20 Jahren als Menschenrechtsverletzung gelten, konnten bis dato in den Ländern, in denen diese vorwiegend praktiziert werden, kaum Fortschritte erzielt werden. Eine Sensibilisierung der Angehörigen von Gesundheitsberufen, Beratungsstellen, entsprechende Ausbildung in den Bereichen Medizin, Polizei und Justiz ist sicher hilfreich.

Klar ist indessen auch, dass viele Migrantinnen während eines Besuchs in ihren jeweiligen Heimatländern beschnitten werden. Bis heute jedoch können Täter bei uns nicht vor Gericht

gestellt werden, wenn die Tat in einem Land begangen wurde, in dem Genitalverstümmelung keine Straftat darstellt.

Es ist meines Erachtens wahrlich eine Schande, dass, obgleich die Opferzahl in Europa auf 500 000 geschätzt wird, es in diesem Zusammenhang bis dato nur eine Handvoll von Strafverfahren gegeben hat. Das muss dringend geändert werden.

4-041-000

*Interventions à la demande*

4-042-000

**Phil Prendergast (S&D).** - Madam President, every eleven seconds a girl somewhere in the world has her genitals mutilated. The barbaric procedure involves the removal of parts of the outer genitals and the removal of the clitoris. The inside labia are often completely removed or partially severed using razors, shards of glass or scissors – always unsterilised and under unhygienic conditions. In 15% of cases, the large labia are also scratched out and the remaining skin is then sewn up, leaving just a tiny opening, or infibulation.

This barbaric practice has nothing to do with culture, tradition or religion; it is torture and it is a crime. Over 3 million girls are affected by what is a huge and gross torture. Having worked as a midwife, it is horrendous to try and deliver a baby to these women without doing damage to their bladders. If that baby is a girl, the look of horror for these women is enhanced many, many millions of per cent. This is such an abuse of human rights, and I welcome the fact that we have an opportunity here today to throw some light on it again.

4-043-000

**Phil Bennion (ALDE).** - Madam President, I asked the Commission a question very similar to the one asked today after a constituent of mine from Birmingham highlighted a campaign they are running there to help put an end to female genital mutilation (FGM). I would mention too that my Liberal Democrat colleague Lynne Featherstone, in the coalition government in the UK, has made it one of her priorities to end this horrific practice.

FGM is not acceptable. It is a violation of fundamental rights and it affects thousands of women and girls living in Europe. I would like to know why the European Union is not more vocal on this issue both in Europe and with our international partners. Also, what immediate action is being taken to help Member States combat FGM, in terms, for instance, of sharing best practice for outreach to those communities where the practice is most prevalent?

4-044-000

*(Fin des interventions à la demande)*

4-045-000

**Štefan Füle, Member of the Commission .** - Madam President, I would like to thank you for putting female genital mutilation (FGM) on the agenda today. No girl should ever have to experience this traumatic breach of her rights. I would also like to thank the Parliament and the Committee on Women's Rights and Gender Equality for their commitment to combatting violence against women, and FGM in particular.

Every day in Europe, women are raped or beaten, or die, just because they are women. This is not acceptable and nor is the fact that millions of young women are still subjected to genital mutilation every year. They risk death, and if they survive their injury they face the prospect of disability and very risky childbirth.

The European Union will continue to campaign for the rights and empowerment of women in all contexts by fighting gender-based violence and supporting relevant initiatives against this abhorrent crime. The Commission will continue developing targeted and consistent initiatives to support Member States in achieving tangible results in eradicating all forms of violence against women – making full use of European Union competences.

As far as non-Member States are concerned, women's and girls' rights form an integral part of the Commission's deliberations when it comes to assessing what type of budget support is appropriate in a third country. But it does not end with this: it does not end simply with money. Our efforts are about building global consensus. All recent European Union trade agreements have been linked to the relevant political framework agreement governing the Union's overall relations with third countries, or incorporated into broader association agreements, and these framework or association agreements include a clause establishing respect for human rights as an essential element underpinning relations, as well as a comprehensive cooperation pillar establishing channels for dialogue on a broad range of issues.

Honourable Members, let us continue our close cooperation on this matter and let us use every opportunity to make our case. I will consult my colleague Commissioner Reding concerning all useful suggestions, including the one made by Ms Hall earlier today.

4-046-000

**La Présidente.** - J'ai reçu, conformément à l'article 115, paragraphe 1, du règlement, une proposition de résolution.

Le débat est clos.

Le vote aura lieu jeudi, le 6 février 2014, à 12 heures.

### **Déclarations écrites (article 149)**

4-047-000

**John Attard-Montalto (S&D),** *in writing*. – Notwithstanding all the efforts to eliminate female genital mutilation, the practice is still going on. It is so ingrained in particular regions that its elimination is a real challenge. I do not think that this elimination can be effected through the passage of laws. What is involved is a mentality – a tradition, a belief – which has to be challenged through explanation and education.

4-047-500

**Franz Obermayr (NI),** *schriftlich*. – Laut einer Studie des Europäischen Instituts für Geschlechtergerechtigkeit sollen europaweit über 500 000 Mädchen und Frauen Opfer brutaler Genitalverstümmelungen geworden sein, wobei die Dunkelziffer noch weit höher liegt. Die Verbreitung der Beschneidung von Frauen in Europa ist eine Folge der Massenzuwanderung; die Mehrheit stammt aus dem asiatischen und afrikanischen Raum. Trotz bestehender Verbote kommt es oft zu keiner strafrechtlichen Verfolgung oder diese verläuft im Sand. Das Problembewusstsein in der Gesellschaft muss geweckt werden, weil

diese widerwärtige Praxis oft tabuisiert wird. Besonders Ärzte und Angehörige anderer Gesundheitsberufe sollten sensibilisiert werden und Verdachtsfälle anzeigen.

Wollen wir diese frauenverachtende Praxis effektiv bekämpfen, dann müssen wir uns auch damit auseinandersetzen, dass Genitalverstümmelungen gerade im islamischen Kulturkreis praktiziert werden: Obwohl der Koran Frauenbeschneidungen nicht ausdrücklich fordert, sind sie in vielen islamischen Ländern verbreitet. Auch in Europa gilt: Je höher der Anteil an muslimischen Migranten, wie etwa Großbritannien oder Frankreich, desto häufiger kommen Genitalverstümmelungen vor. Das ist die Realität, die im gegenständlichen Entschließungsantrag leider nicht einmal erwähnt wird! Wir dürfen in Europa Frauenbeschneidungen nicht unter dem Deckmantel der Toleranz und der Religionsfreiheit tolerieren! Das sind schwere Körperverletzungen, die gravierende körperliche und seelische Folgen für die Opfer haben und die nicht selten aufgrund von Infektionen mit dem Tod enden!

## **6. NAIADES II: programme d'action pour le développement du transport par voies navigables (débat)**

4-049-000

**La Présidente.** - L'ordre du jour appelle le débat sur la question orale à la Commission sur NAIADES II: Programme d'action pour le développement du transport par voies navigables de Brian Simpson, au nom de la commission des transports et du tourisme (O-0000126/2014 - B7-0104/2014) (2013/3002(RSP)).

4-050-000

**Mathieu Grosch,** *im Namen der PPE-Fraktion* . – Frau Präsidentin, sehr geehrter Herr Kommissar, werte Kolleginnen und Kollegen! Ich gehe davon aus, dass doch die meisten, die das Thema kennen, wissen, warum wir heute zu diesem Verfahren greifen. Wir hatten neben den zwei Berichten zu NAIADES II auch eine Mitteilung der Kommission, hatten aber jetzt am Ende der Wahlperiode keine Zeit, eine Stellungnahme dazu auszuarbeiten, und deshalb hier diese Intervention direkt im Plenum.

Die Binnenschifffahrt ist ein wichtiger Transportweg, ich glaube, wir haben das hier oft unterstrichen. Dieses Transportmittel ist aber auch konfrontiert mit größeren Herausforderungen. Die Wirtschaftskrise hat auch diese Transportart sehr stark eingeholt, weil sie bereits in den letzten Jahren davor schon mit dem Problem der Überkapazität konfrontiert war. Dieser Sektor ist auch seit Jahren unterfinanziert. Das bedeutet, dass Probleme entstehen, was Unterhalt, Innovation und insbesondere auch umweltfreundliche Innovation angeht. Und der Bankensektor, der insgesamt den KMU nicht bestens gesonnen ist, ist auch diesem Sektor nicht besonders gut gesonnen, weil auch die Prognosen hier nicht die besten sind. Also all das sind Gegebenheiten für diese Transportart, die aber in unseren Augen eine sehr wichtige Rolle spielen kann und soll.

Nicht zuletzt haben wir im Weißbuch über Transport festgehalten, dass die Binnenschifffahrt in einer effizienten Ko-Modalität eine wichtige Rolle spielen kann, zum einen weil dieses Transportmittel untergenutzt ist, aber zum Zweiten auch weil es eindeutig dazu dienen kann, die überforderten Straßentransporte zu entlasten. Wenn wir davon ausgehen, dass heute über 80 % des Güterverkehrs über die Straße gehen, wissen wir, dass alle anderen Transportarten mehr als gefordert sind. Es wird im Weißbuch wiederholt, es wird in den

Stellungnahmen der verschiedenen Länder wiederholt, aber es wird in unseren Augen zu wenig getan.

Wir erwarten von der Kommission neben der Mitteilung, die sie vorgelegt hat, einen viel konkreteren Aktionsplan als das, was wir haben. Wir wollen zuerst, dass die Mittel, die bestehen, besser genutzt werden – etwa die Fonds –, um doch klare Akzente zu setzen. Zum Zweiten sind wir sehr glücklich, dass u. a. im Kernnetz der Transeuropäischen Netze die Binnenschifffahrt überall aufgenommen wurde, weil die Binnenschifffahrt ja auch als solche die Verbindung u. a. zwischen Häfen und Hinterland gewährleistet – auch dort, wo heute Transportlücken bestehen. Die Binnenschifffahrt kann auch in den multimodalen Projekten, in den Plattformprojekten – u. a. in Marco-Polo-Projekten – noch stärker berücksichtigt werden. All das soll zu einer Kohärenz geführt werden und nicht nur ein Flickwerk von verschiedenen Initiativen sein. Deshalb erwarten wir von der Kommission, dass wir hier einen gemeinsamen Plan machen.

Wir brauchen bessere Forschung, wir brauchen bessere Finanzierung. Wir müssen uns auch mit der Ausbildung – Ausbildung bedeutet auch morgen Beschäftigung – auseinandersetzen. Und das bedeutet abschließend, dass nicht nur die Kommission, nicht nur wir hier im Parlament gefordert sind, sondern dass wir auch eindeutig die Partnerschaft der Länder brauchen. Sie können sich hier nicht aus der Verantwortung herausstellen. Und deshalb wäre dieser Aktionsplan zusammen mit Parlament und Rat in unseren Augen der richtige Schritt, um hier genauer Akzente für die Zukunft zu setzen!

4-051-000

**Štefan Füle**, *Member of the Commission*. - Madam President, every year around 500 million tonnes of cargo are transported on inland waterways, particularly in Europe's most densely populated and congested areas. This silent and energy-efficient sector makes an important contribution to the European Union's transport system. However, the sector is undergoing difficult times and structural changes are needed to enable inland navigation to fulfil its full potential.

In September 2013, the Commission presented the NAIADES II programme to improve the quality of the sector's operating conditions and six key areas of intervention: infrastructure, environmental performance, markets, innovation, jobs and skills and the integration of the sector into the logistical chain. For each priority area, concrete initiatives are listed in the NAIADES II Communication. For instance, under infrastructure, light bridges will be adapted to today's vessels, particularly container transport. The parallel technical standards of the different river organisations that generate costs for the sector will become streamlined across the European Union. Training and recognition of the professions will be harmonised and adapted to today's demands and make the professions more attractive, just to give a few examples.

What is more, the first steps towards implementation of these measures are already under way. The Commission proposals for making available the reserve fund will provide much-needed financing for modernising vessels and upgrading professional qualifications. The proposal for technical requirements for inland waterway vessels will eliminate the fragmentation of technical standards for inland waterway vessels by creating a single set of standards across Europe. Both proposals are under debate in Parliament and Council. Together with the rapporteur, the Commission is hoping that they will be adopted as quickly as possible.

Let me take this opportunity to thank you, Ms Wortmann-Kool, for your very ambitious schedule and the good cooperation on those files.

For each of the six key areas mentioned, the Commission has already, in its Communication, specified operational outputs with target dates and identified the actors responsible for their implementation. It is regularly following up the implementation with all actors in the NAIADES implementation group. I will keep this House informed of progress.

In that context it is important that the private sector fully assume its prime role for improving inland navigation. Much more can be done by the sector to improve cooperation, share information and foster integration of inland waterway operators into logistic chains. We will of course support the sector in its endeavours.

Your second question asked how to stimulate innovation to increase the environmental performances of the inland waterway fleet and, in particular, to help the SMEs to access finance. The Commission has programmed a financial contribution of EUR 20 to 40 million for waterborne vessels for the period 2014-2015 in the Horizon 2020 work programme. Overall, EUR 6.3 billion are available in the programme for transport and, of course, support for improving the environmental performance of the fleet will continue after 2015.

The Connecting Europe Facility (CEF) contains EUR 26.25 billion for transport to be used, inter alia, to remove bottlenecks and create missing links in the inland waterways network and provide financing for new technologies such as LNG. The Connecting Europe Facility instrument will be used in conjunction with the cohesion funds, under which another EUR 6 billion is available for transport.

The Commission is also investigating how to facilitate access to support the inland waterways sector in its future investments and green technologies. Helping the inland navigation sector also means strengthening its SMEs, which represent 80% of the companies in the sector. Stronger and well-functioning associations and cooperation structures are needed to strengthen the position of these SMEs and to help them make better use of the available funding from the European Union and Member States.

There too, the Commission will provide support, for instance by proposing to open the reserve fund to fund associations representing the sector or by identifying the best practice in cooperation.

To conclude, the Commission has put in place an ambitious programme containing concrete measures with a lasting effect on the sector. NAIADES II will be implemented with money from the European Union budget but NAIADES II can only succeed if all actors join forces. The Commission therefore calls upon all stakeholders including the European Parliament to take an active part in the implementation of NAIADES II.

4-052-000

**Ismail Ertug,** *im Namen der S&D-Fraktion* . – Frau Präsidentin, sehr geehrter Herr Kommissar! Dieses Paket trägt schon auch positive Züge. Zum einen gelingt es uns dadurch – so hoffen wir –, eine Harmonisierung der technischen Erfordernisse zu bekommen, auf der anderen Seite gibt es uns nun auch den lang ersehnten Zugang zu dem Europäischen Reservefonds, der derzeit mit 35 Millionen Euro ausgestattet ist. Dennoch ist das nur ein kleiner Schritt. Wir müssen es tatsächlich noch schaffen, die Binnenschifffahrt zukunftsfähig und nachhaltig zu stärken.



Wir haben im Weißbuch Verkehr auch seinerzeit das Ziel vereinbart, die Güter weg von der Straße hin auf die umweltfreundlichen Verkehrsträger, nämlich Schiene und auch Binnenschifffahrtswege, zu verlagern. Dieses Ziel haben wir konsequenterweise auch in den Transeuropäischen Verkehrsnetzen verankert. Jetzt ist die Frage: Was passiert mit der Umsetzung im Fall des Aktionsprogramms?

Klar ist, dass der Reservefonds nicht ausreichen wird und auch nicht dafür gedacht ist, dass wir letztendlich den Binnenschifffahrtssektor allein dadurch auf Vordermann bringen. Diese Gelder sind bereits für die Aus- und Fortbildung von Beschäftigten verplant.

Es gibt aber noch viele Baustellen im Fall der Binnenschifffahrt: Zum Beispiel brauchen wir erstens eine bessere Verzahnung zwischen diesen verschiedenen Verkehrsträgern – Straße, Schiene und den Wasserwegen –, um die Kapazitäten der Binnenschifffahrtswege auszunutzen. Vor allem brauchen wir eine zügige Umrüstung auf die abgasarmen Motoren. Wir dürfen auch nicht vergessen, dass wir es hier nicht mit vom Menschen geschaffenen Verkehrswegen zu tun haben, sondern mit einem Stück Natur, das ein komplexes Ökosystem ist, welches nicht nur uns dient, sondern auch der Flora und Fauna, und dass wir die Eingriffe, die wir vollziehen, nicht einfach wieder rückgängig machen können.

Daher meine drei Fragen an die Kommission: Wie können wir europaweite Anreize für Mitgliedstaaten schaffen, in die Binnenschifffahrt zu investieren? Welche Mittel, zum Beispiel im Rahmen der Fazilität Connecting Europe, können wir dafür einsetzen? Wird die Kommission eine gesamtheitliche Strategie diesbezüglich vorschlagen?

4-053-000

**Gesine Meissner**, *im Namen der ALDE-Fraktion*. – Frau Präsidentin! Ich kann nahtlos an dem, was mein Kollege Ertug gerade eben gesagt hat, anknüpfen. Ich fange mal hinten an. Natürlich wollen wir gerne eine Strategie. Bei dem, was vorgeschlagen worden ist bei NAIADES II, was wir jetzt auch begrüßen, da geht es darum, wie man in der Förderperiode 2014-2020 jetzt auch Mittel generieren kann, um die Binnenschifffahrt nach vorne zu bringen, aber in einem viel zu kleinen Umfang. Es geht darum, den Reservefonds eben wirklich für kleine und mittelständische Unternehmen zugänglich zu machen. Die sind es nämlich – großenteils ziemlich kleine Unternehmen –, die die Binnenschifffahrt betreiben. Bis jetzt wurden teilweise die geringen Mittel noch nicht mal ausgeschöpft, weil der Zugang zu schwierig war.

Das ist aber nur die eine Seite der Medaille. Es geht tatsächlich eben auch darum, den großen Wurf zu schaffen oder eben generell weiter voranzukommen im Sinne des Weißbuchs. Wir wollen einen umweltfreundlicheren Verkehr. Wir sind damit konfrontiert, dass wir auf jeden Fall einen ansteigenden Verkehr haben werden. In Europa werden wir zwar weniger Menschen, aber weltweit werden es mehr. Wir werden mehr internationalen Handel haben, wir wollen ja als Europäer immer auch am Ball bleiben. Es wird mehr Verkehr geben, und der kann natürlich nicht ganz auf der Straße bleiben, viel Fracht, der größte Teil ist ohnehin auf der Straße. Und wir wollen eine Verlagerung auf Schiene und Wasserstraßen, weil das umweltfreundlicher ist.

Jetzt geht es eben darum, dass man natürlich gerade bei den Wasserstraßen sehen muss, dass nicht alle Potenziale, die ausschöpfbar sind, sind ausgeschöpft. Es ist aber auch die Frage, ob wir alle Potenziale, die bei den Binnenwasserstraßen möglich sind, immer ausschöpfen wollen. Dort müssen wir vieles eben auch berücksichtigen, was Tourismus, Natur und ähnliches angeht. Aber es geht darum, z. B. Brücken anzuheben: Das kostet

Geld. Es geht darum, die Binnenhäfen zu erschließen: Das kostet Geld. Es geht darum, auch intermodalen Verkehr zu ermöglichen, dass die Binnenhäfen also auch angeschlossen sind an die anderen Verkehrsnetze. Es ist schon sehr gut, dass wir bei den TEN-T-*Guidelines* jetzt in sechs von neun europaweiten Korridoren Binnenwasserstraßen integriert haben. Das ist das erste Mal, und ich finde das sehr gut. Nicht überall in Europa haben wir Binnenwasserstraßen, aber gerade im Norden sind sie sehr stark da und können eben aktiv miteingebunden werden.

Wir müssen jetzt in allen Programmen, nicht nur bei HORIZON 2020, sehen: Wie können wir das verbessern? Wie kann man also wissenschaftliche Erkenntnisse für Innovation reinbringen? Wie können wir bei der Strategie für die Infrastruktur für alternative Energien besonders dafür sorgen, dass auch LNG-Flüssiggas für Schiffe möglich ist, damit die Binnenschifffahrt noch umweltfreundlicher wird? Und wie können wir generell Projekte zum Ausbau der Binnenwasserstraßen in die *Connecting Europe Facility* – dieses Finanzierungsmodell für unsere Korridore – miteinbeziehen?

All das sind Fragen, die wir uns natürlich stellen. Wir wissen, der Kommissar hat auch gesagt, die Kommission will sich darum kümmern. Aber wir möchten halt gerne konkrete Strategien auf dem Tisch haben.

4-054-000

**Eva Lichtenberger**, *im Namen der Verts/ALE-Fraktion*. – Frau Präsidentin! Herr Kommissar, die Debatte um die Binnenschifffahrt ist von zwei Elementen geprägt: Auf der einen Seite erwartet man sich viel höhere Wachstumsraten, weil man nach wie vor der Ansicht ist, dass das ein umweltschonenderer Verkehr ist. Auf der anderen Seite sagt man, es wäre günstig, den Warenverkehr von der Straße auf die Binnenschifffahrt zu verlagern, um in erster Linie einen ökologischen Aspekt zu erfüllen, aber auch, um die Straßen zu entlasten.

Dabei haben wir jetzt nur ein ganz kleines Problem: Der Zugang zum Geld ist die eine Sache. Die Frage ist aber für mich in erster Linie: Wofür wird das Geld denn eingesetzt? Sie haben von dem Anheben der Brücken oder vom Eintiefen der Flussläufe gesprochen. Ich sehe – und vor allem an der Donau muss man das konstatieren – ein ganz großes Defizit, und das besteht zum Beispiel darin, dass die Waren gar nicht zu den Häfen, zum Fluss kommen, weil es keine hinreichende Vernetzung der Verkehrswege untereinander gibt – zwischen Straßen, zwischen Bahnen und zwischen dem Fluss. Da liegen die Hauptdefizite.

Dann kommt noch ein zweiter Punkt dazu: Wenn wir immer nur die Herrichtung der Flüsse für die großen Container fördern, nicht jedoch die Diversifizierung oder den Zugang zum Fluss, dann setzen wir das wenige Geld, das ohnehin schon schwer zugänglich ist, noch einmal falsch ein. Hier muss es ein Konzept geben, das viel weiter geht. Das muss also erstens die Naturräume an den Flüssen erhalten, das ist ein Zweck an sich. Aber es hat auch Relevanz für den lokalen Tourismus, das muss man auch dazusagen.

Und wir haben eine Bedrohung – und dazu möchte ich Sie auch noch einmal in aller Deutlichkeit befragen –, die aus meiner Sicht noch viel zu wenig berücksichtigt worden ist: Es gab ein europäisches Forschungsprojekt von Wissenschaftlern aus Deutschland, aus Italien, aus der Schweiz und aus Frankreich, in dessen Rahmen unter anderem untersucht wurde, wie zum Beispiel der Klimawandel in den Alpen und das Schwinden der Gletscher sich auf die Wasserführung der beiden großen schiffbaren Flüsse in Europa – Rhein und Donau – auswirken.

Bei diesen Forschungen – das war ein europäisches Projekt – wurde festgestellt, dass mit dem Verschwinden der Gletscher auch eine Speicherfläche verschwindet, die die Wassertiefen halbwegs harmonisch oder gleichförmig hält. Wenn die Gletscher als Speicher wegfallen, dann haben wir viel mehr Hochwasser und Niedrigwasser in diesen beiden Flüssen. Was bedeutet das für uns? Es gibt einen europäischen Forschungsbericht – der wurde übrigens hier im Hause präsentiert von meiner Kollegin Toia aus Italien –, dessen Ergebnisse offensichtlich nach wie vor ignoriert werden.

Müssen wir nicht den Weg gehen, dass wir nun auf an den Fluss angepasste Schiffe setzen, die weniger Sensibilität gegen Hoch- und Niedrigwasser haben, anstatt sich auf Ozeanriesen oder gigantische Containertürme einzustellen? Wenn wir überhaupt bei geringerer Schiffbarkeit in den Flüssen diese Wasserstraßen noch fördern und erhalten wollen, dann müssen wir hier genauer hinschauen. Ich frage Sie: Haben Sie das getan, oder werden Sie das tun?

4-055-000

**Peter van Dalen**, *namens de ECR-Fractie*. – Voorzitter, de resolutie die het Parlement heeft opgesteld, is volkomen duidelijk. Wij hebben in de resolutie duidelijk gemaakt dat de binnenvaart in de problemen is door de economische crisis, de schulden die velen hebben. Daar komt dan nog de enorme overcapaciteit bij.

Onze resolutie geeft ook een hele duidelijke boodschap af. Door een gebrek aan ambitie en financiële steun gaat NAIADES II de problemen voor de binnenvaart zeker niet oplossen, want in feite zegt de Europese Commissie met NAIADES II zoals dat nu op tafel ligt: sector binnenvaart, u moet vooral zelf uw problemen oplossen.

Dat betreur ik, want zoals NAIADES er nu uitziet, is het voor de binnenvaart niet voldoende. De Commissie moet echt in de komende jaren met aanvullende voorstellen komen, zodat de sector werkelijk vooruit kan worden geholpen, ook in financiële zin. De mooie woorden van het Witboek Transport moeten concreet in daden worden omgezet.

Tegelijk, Voorzitter, merk ik op: de sector zelf is ook aan zet. Meer samenwerking is noodzakelijk om te overleven. Schippers en organisaties moeten de handen ineenslaan, stoppen met het gekibbel over competenties en eigen koninkrijkjes. Gebeurt dat niet, dan zullen steeds meer schippers werkloos aan de wal komen te staan. Dan ziet de toekomst van deze prachtige sector er somber uit.

4-056-000

**Jaroslav Paška**, *za skupinu EFD* – Obnovenie programu na podporu vnútrozemskej dopravy dáva subjektom pôsobiacim v tomto odvetví nádej na získanie potrebnej podpory Európskej únie určenej na zvýšenie konkurencieschopnosti prepravy tovaru po vodných cestách. Lodná preprava tovaru je energeticky efektívna, a preto je dôležité vytvárať podmienky na to, aby ostala integrovanou súčasťou podporovaného dopravného systému Únie. Pokračovanie programu vnútornej vodnej dopravy NAIADES musí byť zamerané tak na zdokonalenie infraštruktúry vnútrozemských riečnych ciest, ako aj na technickú modernizáciu plavidiel poskytujúcich dopravné služby. Vnútrozemské vodné cesty sú súčasťou šiestich z deviatich koridorov základnej siete TEN-T, a preto v rámci budovania multimodálnej dopravy treba vytvárať chýbajúce prepojenia a pri riešení kolíznych miest sa musia využiť aj kapacity nástroja na prepájanie Európy. Dôležité tiež bude podporiť začlenenie informačných systémov vodnej dopravy do informačných tokov ostatných druhov dopravy kvôli efektívnemu zapojeniu lodnej dopravy do integrovaného

vnútrozemského multimodálneho dopravného systému. Rovnako ako v oblasti automobilového priemyslu musíme aj v lodiarstve podporiť zavádzanie moderných technológií s cieľom zvýšiť ekologickú výkonnosť lodnej dopravy. Program NAIADES, podľa môjho názoru, môže byť výrazne nápomocný pri revitalizácii vodnej prepravy tovaru v rámci Európskej únie.

4-057-000

**Γεώργιος Κουμουτσάκος (PPE).** - Κύριε Πρόεδρε, κύριε Επίτροπε, κάθε χρόνο περίπου 500 εκατομμύρια τόνοι φορτίου μεταφέρονται δια των εσωτερικών πλωτών οδών. Ο όγκος αυτός ισοδυναμεί με τη μεταφορά φορτίων από 25 εκατομμύρια φορτηγά και με 140 δισεκατομμύρια τονοχιλιόμετρα μεταφοράς φορτίου. Αυτή είναι η μεγάλη προσφορά των ποτάμιων μεταφορών. Προσφέρουν μεγάλα πλεονεκτήματα σε μεταφορικές επιδόσεις, σε βιωσιμότητα και σε εξωτερικό κόστος. Ένα καλά συντηρημένο δίκτυο πλωτών οδών, χωρίς σημεία συμφόρησης και ελλείψεις ζεύξεις, είναι συνεπώς απαραίτητο προκειμένου να ολοκληρωθεί η ολοκλήρωση της εσωτερικής ναυσιπλοΐας και να διασφαλιστεί η αξιοπιστία της. Κατά τη διάρκεια του προγράμματος NAIADES I, το δίκτυο των πλωτών οδών δεν συντηρήθηκε επαρκώς, ούτε ολοκληρώθηκαν οι ελλείψεις ζεύξεις, σε πολλές περιπτώσεις λόγω εθνικών δημοσιονομικών περικοπών. Καλωσορίζουμε λοιπόν τη νέα δέσμη μέτρων NAIADES II που παρουσιάζει η Επιτροπή για την καλύτερη αξιοποίηση των δυνατοτήτων των εσωτερικών πλωτών οδών. Η Επιτροπή προτείνει να πραγματοποιηθούν διαρθρωτικές αλλαγές στον κλάδο της εσωτερικής ναυσιπλοΐας, με βελτιώσεις στους τομείς της ποιότητας, των συνθηκών λειτουργίας των επί μέρους κλάδων και των υποδομών καθώς και με την ένταξη του κλάδου στην αλυσίδα της εφοδιαστικής διαχείρισης. Ωστόσο, η Επιτροπή δεν προτείνει καινοτόμα συγκεκριμένα μέτρα, όπως κατάλληλη και ειδική χρηματοδότηση, με τα οποία θα διασφαλιζόνταν η πλήρης υλοποίηση του προγράμματος δράσης. Το NAIADES II φαίνεται να αποτελεί μια άτακτη σύνθεση υφιστάμενων μέτρων χωρίς πραγματικές προτεραιότητες και χωρίς πραγματικές ιεραρχήσεις. Έχοντας επίγνωση της σπουδαιότητας του κλάδου της εσωτερικής ναυσιπλοΐας και της διασφάλισης της βιώσιμης αλυσίδας μεταφορών, εκφράζω την ανησυχία μου για την απουσία σταθερής και συγκεκριμένης στρατηγικής για τον κλάδο εσωτερικής ναυσιπλοΐας, συνοδευόμενης από επαρκή χρηματοδότηση. Για τον λόγο αυτό, προσβλέπουμε εν συνεχεία σε μια νέα, πιο φιλόδοξη πρόταση και αναμένουμε πάντως να αξιοποιηθούν οι δυνατότητες που παρέχουν τα νέα διευρωπαϊκά δίκτυα με τον προϋπολογισμό του μηχανισμού "Διευκολύνοντας την Ευρώπη" και με το πρόγραμμα "Ορίζων 2020".

4-058-000

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** - Doamnă președinte, domnule comisar, sunt întru totul de acord cu cele spuse de colegul Koumoutsakos. Aș vrea să subliniez faptul că obiectivul declarat al NAIADES II este crearea condițiilor necesare pentru ca transportul pe căile navigabile interne să devină un mod de transport de bună calitate, bine gestionat, eficient, sigur, integrat în lanțul intermodal, cu locuri de muncă de bună calitate, ocupate de lucrători calificați și respectând standardele de mediu ridicate.

Atragem atenția că aceste obiective nu vor putea fi îndeplinite fără o strategie a Uniunii Europene pe căile navigabile interioare și fără o finanțare adecvată din partea Uniunii și mai ales fără implicarea tuturor actorilor din domeniu. De asemenea, susțin că aspectele privind transportul și mediul din strategia Uniunii Europene pentru regiunea Dunării să fie integrate în viitoarea strategie a Uniunii Europene pentru căile navigabile interioare. Subliniez aici faptul că armatorii de pe Dunăre consideră că sunt prea greoaie condițiile de a utiliza programul NAIADES, drept pentru care, până acum, programul NAIADES nu a fost suficient utilizat.

În legătură cu modernizarea și reorganizarea flotelor, subliniez că ar trebui prevăzute măsuri sociale și în special de natură financiară, care să sprijine sectorul. De asemenea, ar trebui să se recurgă la observarea detaliată și armonizată a pieței în domeniul transporturilor pe căile navigabile interioare și al porturilor interioare, cu scopul de a ajuta Comisia să consolideze cercetarea în sectorul transporturilor pe căi navigabile interioare.

În final, Comisia și statele membre ar trebui să revizuiască foaia de parcurs pentru cercetare, dezvoltare și inovare în sectorul căilor navigabile pentru a include echipamentele și infrastructurile portuare.

4-059-000

**Phil Bennion (ALDE).** - Madam President, the use of canals in the UK for transporting goods has almost died out, with the exception – of course – of the Manchester Ship Canal. Today, our waterways are mainly used for leisure. I am always defending regional, national and European freight transport strategies that encourage a modal shift from road to more sustainable modes of transport, such as rail and inland waterways. Clearly, the NAIADES II Package has not delivered on that so far.

Given the name of this strategy 'Making better use of Europe's waterways', I would also like to ask the European Commission: what is its action plan to improve the connection between waterways that are mainly used for leisure and tourism and their connections to other forms of transport, as well as to ensure that these waterways are also used in the most environmentally friendly way?

4-060-000

**Dominique Riquet (PPE).** - Madame la Présidente, mes chers collègues, la part modale du transport fluvial ne décolle pas alors que ses atouts sont nombreux: faibles émissions de CO<sub>2</sub>, niveau de sécurité élevé, nuisances sonores modestes, absence de congestion. Or le fait de ne pas exploiter tout ce potentiel et ce mode de transport n'est pas sans conséquence pour l'efficacité et la durabilité de notre système de transport.

L'analyse de la situation faite par la Commission dans sa proposition Naiades II semble juste. Au-delà d'un problème conjoncturel, il y a des problèmes structurels indéniables: infrastructures en mauvais état, flotte vieillissante, manque de formation des personnels et manque d'ambition des programmes. Cependant, les mesures à prendre pour corriger cette situation ont un coût, et c'est là que la stratégie de la Commission n'apparaît pas clairement.

Je salue la mesure visant à élargir le champ d'application du fonds de réserve. Elle permettra aux organisations représentatives de le mobiliser plus facilement pour stimuler les programmes des groupements d'entreprises, améliorer la qualification des bateliers et promouvoir l'adaptation technique des bateaux. Or, si l'on veut que les choses progressent, il faut un plan d'ensemble et beaucoup de mes collègues avant moi ont regretté son absence.

Il s'agira au moins de mieux coordonner les fonds disponibles, le nouveau fonds pour les infrastructures, à savoir le mécanisme pour l'interconnexion en Europe, axé sur les transports verts, qui prévoit pour le secteur fluvial un cofinancement important, notamment pour la résorption des goulets d'étranglement, "Horizon 2020" et le programme Platina, plate-forme permettant la mise en œuvre de Naiades sur le plan de l'innovation technologique – là encore il ne faut pas sous-estimer cet aspect –, COSME, qui est également un programme utile, puisque le transport fluvial se compose en grande partie de petites et moyennes

entreprises, les fonds FEDER, les fonds de cohésion, les interventions de la BEI et les instruments financiers.

Nous demandons à la Commission de mettre en musique un plan d'ensemble avec tous ces dispositifs, faute de pouvoir bénéficier d'un dispositif spécifique. De façon plus générale, cette coordination, y compris avec les États membres et les acteurs privés, nous permettrait de fixer des objectifs quantitatifs dans le temps qui soient un peu plus ambitieux.

Pour conclure, Madame la Présidente, il faut mieux contrôler l'usage des prélèvements sur les modes de transport – je ne ferai pas d'allusion au *earmarking*, fait par les États membres – et renforcer la stratégie européenne en matière d'internalisation des coûts externes, ce qui ne pourrait que profiter à ce transport si vertueux qu'est le transport fluvial.

4-061-000

**Franco Frigo (S&D).** - Signor Presidente, onorevoli colleghi, signor Commissario, mi pare che l'aver posto all'attenzione del Parlamento la questione del trasporto fluviale sia un elemento per non farlo morire, come veniva ricordato.

Gli oltre 37 000 chilometri interessati a questa modalità di trasporto vedono l'Italia interessata marginalmente, anche se però si tratta di una marginalità molto significativa, perché riguarda l'area più industrializzata del paese e parte del corridoio mediterraneo, il già corridoio 5, e quindi rappresenta sicuramente un contributo alla modalità di trasporto per quanto riguarda il sistema delle merci, ma soprattutto anche alla valorizzazione del sistema portuale dell'alto Adriatico.

Però io vorrei ricordare che la navigazione interna, oltre che per questioni di natura turistica, ha anche altre opportunità che qui venivano ricordate, non tanto la navigazione, ma i canali e i fiumi navigabili. Ed è, il tema, se vogliamo, idraulico. Le modifiche, diciamo, del clima, hanno determinato situazioni particolari, esondazioni di fiumi, questioni di allagamenti, per cui alcuni canali navigabili potrebbero essere utili come invaso idraulico, oltre che come approvvigionamento idrico per il sistema complessivo agricolo, quindi occorre vedere il tema delle vie navigabili non solo dal punto di vista del trasporto, ma per un sistema integrato di migliore utilizzazione del territorio.

4-062-000

**Hubert Pirker (PPE).** - Frau Präsidentin, Herr Kommissar! Wir haben soeben beschlossen, dass wir neun Kernnetzkorridore in Europa einrichten, damit die wichtigen Wirtschaftsräume optimal zu verbinden versuchen und somit einen wesentlichen Beitrag leisten, dass die Europäische Union auch in Zukunft im Wettbewerb mit den anderen großen Wirtschaftsräumen wird bestehen können. Das ist eine entscheidende Weichenstellung.

Wir wissen, dass diese Korridore dann besonders effektiv arbeiten werden können, wenn die Knotenpunkte, die Verbindungsterminals, die Schnittstellen zwischen den einzelnen Korridoren auch mit der notwendigen Infrastruktur und mit der notwendigen Logistik ausgestattet werden. Das Zweite ist, dass wir zweifelsohne die jeweils optimalen Verkehrsmittel/Verkehrsträger für die einzelnen Korridore zur Verfügung werden stellen müssen. Und das Dritte ist, dass auch die Zubringersysteme von den kleinen und mittelständischen Unternehmen zu den Korridoren, zu den Knotenpunkten funktionstüchtig sein müssen.

Wir wissen, dass große Investitionsvorhaben, insbesondere im Bereich der Schiene, aber auch im Bereich der Straße vorgesehen sind. Wir haben aber in der Diskussion gemerkt – und das ist die kritische Anmerkung –, dass gerade im Zusammenhang mit der Schifffahrt und mit der Binnenschifffahrt zu wenig Investitionen getätigt werden. Dabei lägen im Transport mit dem Schiff große Chancen aus ökonomischen Gründen. Aus ökologischen Gründen wäre es sehr oft das optimale Transportmittel.

Ich sehe in der Zielstellung von NAIADES etwas Positives. Die Binnenschifffahrt sollte ausgebaut werden. Das wäre z. B. eine Riesenchance für die Weiterentwicklung des Donauraums, die wirtschaftliche Stärkung dieses Raums. NAIADES hat als Zielstellung, Triebkraft für die Binnenschifffahrt zu sein. Das ist die Zielstellung. Die Frage ist aber: Wie kann tatsächlich eine Umsetzungsstrategie so effektiv auf die Beine gestellt werden, dass dann tatsächlich all diese Effekte, die man sich bei NAIADES wünscht, in der Praxis auch tatsächlich wirksam werden?

4-063-000

**Zita Gurmai (S&D).** - Madam President, while we need more sustainable and diversified means of transport, improving the development of European inland waterway transport is crucial, especially for freight. In this respect, the NAIADES II Programme is essential. We know that this sector has largely suffered from the crisis and that the navigability of European waterways, as well as the development of efficient intermodal systems, can and needs to be improved. I share the views of my colleagues that, despite the interesting proposals included in the Communication, a clearer and more comprehensive global strategy is still needed. Bottlenecks along the inland waterway network need to be resolved. Integration into a genuine intermodal system and access to finance and sufficient funding for projects from the Connecting Europe Facility (CEF) and Horizon 2020 are also essential.

Dear Commissioner, I strongly believe that an ambitious strategy for inland waterways transport can be a strong lever for green growth, innovation and development that would also boost regional and cross-border cooperation. Let us work together to improve this programme and make sure it is fully implemented.

4-064-000

**Seán Kelly (PPE).** - A Uachtaráin, tá áthas orm páirt a ghlacadh sa díospóireacht thábhachtach seo agus ba mhaith liom cúpla pointe a rá.

Firstly, as the Commission document points out, this is largely about 20 Member States who between them have 37 000 kilometres of inland waterways carrying 500 million tonnes of cargo per annum. These are obviously mainly on continental Europe, and it is only right that because they have suffered due to the economic recession there is now an opportunity to develop. Therefore, we should be helping them to connect and develop in every way. Most of these are either privately owned or owned by SMEs, and often they are not in a position to be aware of the resources that the European Union can offer. I think it is right that this should be pointed out in terms, particularly, in relation to the ERDF, the ESF, the Cohesion Fund, etc. and particularly to focus on RDI for this area. That is a very important point and I agree with it.

One other area which I think is very important, and which the Commission points to, is that of LNG. It says, for instance, that based on the current state of technology, LNG fuel ships would considerably contribute to achieving emission limits for the more ambitious approach. However, the uptake of LNG by the sector is currently hampered by regulatory,

financial, technical and infrastructural barriers. Urgent action is therefore needed to overcome these barriers, so that LNG can be used by 2016 at the latest. I agree completely with that, and there is actually a proposal in my country to have an LNG terminal. Certainly that needs to be encouraged.

Finally, I would like to make the point that Mr Bennion made, which is that in places like Ireland we should be focusing on the tourism and leisure side, because areas like the Shannon have a huge potential to develop the whole inland waterways sector from a leisure point of view. I would like to see an overall package incorporating cargo and leisure as the final result here. It says the work has started; let it be as comprehensive as possible.

4-066-000

*Interventions à la demande*

4-067-000

**Ivana Maletić (PPE).** - Gopodo predsjednice, gospodine povjereniče, podržavam Akcijski plan za potporu prijevozu unutarnjim plovnim putovima. Predložene mjere su važne i doprinijet će poboljšanju prometnog povezivanja Europske unije.

Međutim, nekoliko je nedostataka koje moramo pokušati riješiti. Prvo, povezanost Akcijskog plana sa strategijama u kojima su plovni putevi okosnica postizanja ciljeva poput Dunavske strategije. Drugo, jasnija povezanost s proračunom te utvrđivanje izvora financiranja, što će se financirati iz proračuna Europske unije, što iz proračuna država članica, a zašto možemo osigurati povoljne izvore financiranja preko Europske investicijske banke, EBRD-a i drugih izvora.

Isto tako nedostaje jasna vremenska dinamika provedbe mjera i jasna uloga svake države članice. Ne možemo svugdje u Uniji financirati različite prioritete i ciljeve.

U Republici Hrvatskoj je isto tako prepoznata važnost plovnih puteva, pripremamo projekte Dunav – Sava, Vukovar – Sisak – Osijek – Slavonski brod i znamo da je to važna okosnica za gospodarski razvoj.

4-068-000

**Marino Baldini (S&D).** - Poštovana predsjedateljice, poštovani povjereniče Štefane Füle, istina je da na kraju legislature baš i nema vremena analizirati i dohvatiti sve ono što bi trebalo, ali se slažem sa sadržajem Bijele knjige, odnosno prijedlogom NAIADES II, u smislu poticanja transporta rijekama.

Na unutarnjim plovnim putovima može se mnogo toga učiniti, ne samo u podizanju njegove kvalitete. Posebno od Europske komisije očekujemo da se napravi plan kojim bi se povećale mogućnosti obnove jednog od najučinkovitijih i povijesno najpraktičnijih prometa, potvrđenog od davnina.

Vrlo je važno veće povezivanje i plovidba rijekama posebno u istočnoj Hrvatskoj, primjerice, glavni je grad Zagreb nekada bio plovni putom Savom te bi danas opet trebalo uspostaviti plovnost prema Sisku i dalje. Treba uspostaviti sve veze i komunikacije koje su nekada postojale, a sada su zapuštene ili ne postoje.

Primjerice u Istri, iz koje ja dolazim, nekada je bila plovna rijeka Mirna, što bi trebalo opet uspostaviti, barem u turističke svrhe. Naravno, riječnim lukama osim plovnosti treba sva



infrastruktura – treba posebno povezati s europskim koridorima te riječne putove, ali i sa svim infrastrukturama koje su s tim povezane.

4-069-000

**Miloslav Ransdorf (GUE/NGL).** - Paní předsedající, já bych se chtěl zeptat pana komisaře Füleho, zda mezinárodní dohody, které se týkají splavňování řek, jsou závazné nebo pouze doporučující. Ptám se proto, že od roku 2006 české vlády nepokračují v tom splavňování řek a místo toho se spíše stavějí mosty. Mě by zajímalo, zda tedy opravdu jsou prostředky poskytované za tímto účelem správně využívány.

4-070-000

**Zbigniew Zaleski (PPE).** - Pani Przewodnicząca! Panie Komisarzu! Rozumiem, że propozycje i wysiłki, które Komisja podejmuje, są związane z rozwiązaniami technicznymi jeżeli chodzi o transport śródlądowy. Chciałbym, żeby mnie Pan posłuchał przez jeden moment. Do tego dochodzi turystyka, ale z literatury wiem, że pojawia się problem związany z edukacją dzieci tych rodzin, które często żyją prawie całe życie na łodziach. Nazywam ich marynarzami. Teraz sprawa nie jest tak trudna, ponieważ mamy dobre sieci internetowe. Niemniej jednak na to Komisja musi zwrócić uwagę, bo to jest bardzo ważny ludzki czynnik: dzieci, które wychowują się na łodziach. Dlatego chciałem, żeby Pan Komisarz tego nie zagubił wśród różnych spraw technicznych.

4-071-000

**Mairead McGuinness (PPE).** - Madam President, thank you for allowing me to take the floor late, and my apologies to all of those who participated in the debate. There are just two points I want to make.

In Ireland, there is huge interest in the inland waterway sector and in the idea of it both as an enterprising industry and also as a tourist attraction. There is a great need to fund local communities which want to redevelop walkways and pathways associated with inland waters. That is one key point in this debate.

Secondly, it would be remiss of me today – having come from Ireland – not to mention my concern about Ireland. We have had terrible rainfall there. The river Shannon has been mentioned, and we are concerned today that there will be incredible flooding because of the tremendous rain. My thoughts are with the citizens in Ireland, particularly because of the difficult weather they have experienced. We will be calling on the Commission to take account of this and to provide as much support as possible to a weather-stricken country.

4-072-000

*(Fin des interventions à la demande)*

4-073-000

**Štefan Füle,** *Member of the Commission* . - Madam President, I would like to thank the honourable Members for their valuable comments. Together with my colleagues, I have taken note of your concern and we will make sure that these are taken into account by the Commission for the implementation of NAIADES II.

Many of you stressed the word 'implementation' and have a good strategy for implementation. Let me recall, again, that NAIADES II is based on the lessons learned

during the previous programme and was adopted only very recently, in September of last year. The target date for many programmes has actually been pushed forward to 2016-17.

I tried to present to you the six fields. I could present it in much greater detail, so as to underline the efforts to put forward a comprehensive programme to create conditions for the much greater effectiveness of inland water transport. Some of the initiatives we have been talking about will lead to profound changes aimed at adapting the inland waterways sector to today's requirements for an efficient and integrated transport system, but these changes are unavoidable. The Commission is convinced that the inland waterways sector is an important element of a well-functioning, safe and green transport system. With NAIADES II, we are creating the conditions to fully realise this potential and thus to contribute to growth and employment in the European Union.

The Commission takes the task to revitalise this sector seriously. It will play an important role in stimulating the sector to take the measures needed to overcome the structural weaknesses from which it is suffering. NAIADES II – and let me underline this again – provides for many concrete initiatives to this effect.

The key factors responsible for the crisis, such as its fragmentation or its lack of integration into the logistic chains, require structural change. Any action taken by the Commission cannot be a substitute for action taken by the sector itself to bring about this change. NAIADES II therefore passes a clear message to the sector about its responsibility to take action to make the necessary structural improvements which, together with the implementation of NAIADES II, create the platform for the continuing dialogue between the various stakeholders in the European Union – primarily the Commission, the Parliament and the Council – on the follow-up to NAIADES II, addressing the many calls I heard during this debate for that strategy to be both comprehensive and ambitious.

4-074-000

**La Présidente.** - J'ai reçu, conformément à l'article 115, paragraphe 1, du règlement une proposition de résolution.

Le débat est clos.

Le vote aura lieu jeudi, le 6 février 2014, à 12 heures.

4-075-000

*(La séance, suspendue à 10 h 40, est reprise à 11 heures)*

4-076-000

**VORSITZ: MARTIN SCHULZ**

*Präsident*

**7. Einheitliche Vorschriften und ein einheitliches Verfahren für die Abwicklung von Kreditinstituten und bestimmten Wertpapierfirmen im Rahmen eines**

## **einheitlichen Abwicklungsmechanismus und eines einheitlichen Bankenabwicklungsfonds: Ergebnis der Verhandlungen (Aussprache)**

4-078-000

**Der Präsident.** - Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über einheitliche Vorschriften und ein einheitliches Verfahren für die Abwicklung von Kreditinstituten und bestimmten Wertpapierfirmen im Rahmen eines einheitlichen Abwicklungsmechanismus und eines einheitlichen Bankenabwicklungsfonds: Ergebnis der Verhandlungen.

Ich weise darauf hin, dass es bei dieser Aussprache kein *Catch-the-eye*-Verfahren gibt. Auch das Verfahren der „blauen Karte“ findet keine Anwendung.

4-079-000

**Corien Wortmann-Kool,** *on behalf of the PPE Group* . – Mr President, we feel a strong sense of urgency to complete the Banking Union before the European elections. That is why we have to confirm today our strong and united mandate for the negotiations on the Single Resolution Mechanism, a mandate that has already been voted through with a large majority by the competent parliamentary committee.

This plenary vote should serve as a wake-up call for the Council. It was good that the Greek Deputy Prime Minister was present at the debate on Tuesday where this broad unity was confirmed. This underlined the great importance the Greek Presidency attaches to this regulation. He clearly indicated the willingness to work constructively on a common agreement, but the Greek Presidency cannot negotiate when they do not get a substantial mandate from the Ecofin Council and there is a clear urgency – the markets are watching, so we have to get it right from the start.

When we negotiated the Stability and Growth Pact, we corrected an institutional shortcoming. We moved the supervision on commonly-agreed rules away from governments, giving more objectivity. In the end we both agreed, and this is what made the ‘six-pack’ a credible and good deal. But now the Council is suggesting the reverse: leaving crucial decisions on resolving failing banks up to the Member States. It is hard to see how this would lead to effective and efficient objective decision-making, let alone how this would work when a bank needs to be resolved within 48 hours.

It could also seriously undermine the effective application of the resolution tools. We want to ensure that bail-in will be applied to make sure that shareholders and investors have to pay, but it should be equally applied to failing banks irrespective of the Member States in which they operate. Equal treatment, where needed, with regard to access to the Fund is another area in which the Council’s position falls short, because the Fund is rigidly broken down into national compartments. This could reinforce the damaging link between Member States and banks, instead of breaking it.

The risk of reputational damage for this new resolution authority is substantial, especially in the first years. We cannot afford to let that happen. The Single Fund has to be up and running from the start of the Single Resolution Mechanism through a swift mutualisation of bank levies, instead of 10 years of national compartments. A lending facility is needed for that as well.

The Committee on Economic and Monetary Affairs (ECON) voted in favour of a clear position for a Single Resolution Mechanism with a truly Single Fund, where a bank can be resolved within a weekend – a system where the banks have to pay. Our Group really wants to protect the taxpayers from having to pay the bill again for failing banks.

The Council introduced an intergovernmental agreement – a temporary one – but we have grave reservations about this, as we do not believe in intergovernmental solutions unless we are convinced that it is absolutely necessary in order to fulfil constitutional requirements, and also unless we are convinced that it is legal. I have some understanding for the constitutional concerns of one Member State concerning the transfer of contributions from banks to a European fund, but we cannot accept an intergovernmental agreement that takes out other crucial elements of the Single Resolution Mechanism and leaves them to the discretion of the Member States. The negotiating table is here in this House – not in the Council building.

The dialogues with the Greek Presidency are the only format for negotiating for this Parliament, and I would like to welcome the helpful contributions made by Commissioner Barnier during the debate on Tuesday. His initial proposal for a Single Resolution Mechanism is the right basis; it shows the right way. We also truly trust in his insistence on a credible and workable system. We trust that he shares our view that an agreement is urgently needed, but cannot be done at any price.

Completing the Banking Union is the number one priority for the PPE Group in the last months of this term. The Single Resolution Mechanism is the final brick we have to add in order to restore credibility, to ensure a safe and stable financial system with better access to loans for our businesses and households, and to protect our citizens and their deposits from failing banks. The Banking Union is crucial to regaining trust and speeding up economic recovery.

The EPP is aware of the great responsibility resting on us. We want a deal. We will now vote on this dossier to achieve one important purpose: to give a strong signal of unity. Our line that was agreed in the Economic and Monetary Committee will get the full backing of this House. We are not modifying our negotiated position, but repeating our views, which were expressed by ECON already in December of last year. But we are not concluding our first reading; we are keeping the door open, and this should serve as a wake-up call for the Council. Parliament is ready and open to accelerating these negotiations and achieving a deal before the European elections. We will be firm, but constructive in the negotiations. However, we cannot just accept any old agreement. Completion of the Banking Union is at stake, but we have to get it right.

4-080-000

**Hannes Swoboda**, *on behalf of the S&D Group* . – Mr President, the message is very clear from my political group. First of all, we want a solution, but not the solution that the Council proposed, which is not acceptable to us.

Secondly, we want a quick decision on the mandate of the Council. If the Council is taking things seriously, then it should act quickly to give a mandate for negotiations. If one looks back to the time when the European Council decided we wanted a Banking Union, and all the months that have passed until now, it is not our responsibility – it is not our fault – that we do not yet have the Banking Union. It is the fault of the Council, because they are either being lazy or they do not want a solution.

What is the real problem? The real problem for us is the following: the Council does not like the fact that the real European institutions – Parliament and the Commission – are getting more and more influence and more power in European issues, which is strange because they are European issues. We are seeing more and more examples where the Council – the Ministers – are saying no, of course, we agree on the substance, but we the Ministers want to do it. This means that we have to explain to our citizens, to the audience up here, that these decisions are very often not efficient, because to come to an agreement in the Council – although there are only 28 members – is much more difficult than to come to an agreement here in this Parliament when we have clear votes and good cooperation. Proposals by the Council are not efficient and are therefore rejected.

The Council chose a legal basis which may be correct, but was ultimately a political decision, because a different legal basis giving the Community method and a bigger role to the Commission and Parliament would be correct as well. So why did they choose intergovernmental cooperation as the legal basis? It was because they want to keep their national influence. But the banking system is no longer a national banking system. It is a European banking system, and therefore we need a European solution and not a sum of national solutions.

Secondly, one should also explain to our citizens that the Banking Union is not something for the banks. The Banking Union is something for citizens – citizens who are afraid that they may lose their deposits, citizens who are afraid they will not get credit or who have problems when a bank fails. Therefore, we should also explain that the expression Banking Union is perhaps not the right one, and that this is a project for the citizens, and not for the banking sector. Why is it important to have a strong European solution? Well, I can see – if I am reading the *Financial Times* correctly – how, for example in Britain, dear colleague Callanan, they are already trying to circumvent some of the rules we have decided, such as on bonus solutions. New speculation is taking place and it is being supported by higher bonuses in a different form, which legally may more or less be correct, but whose content, and the purpose of our rules, have been circumvented by the banks. I fully agree with what our colleague Ms Wortmann-Kool said. It is now time for a solution which does not put the burden on the taxpayers, but on the banks themselves.

As I said, the mechanism is not a good mechanism. Coming to a decision is a long process. Therefore, we have to do something about that mechanism. We were very happy with the Commission ultimately deciding whether the resolution of a bank was necessary. It would be good to go back to that solution or, at least, to find a better solution than we have now. The solution now is a complicated process – much too complicated. I have compared it with a situation in which a fire breaks out and one then has to ask the city council if one can do something. President Schulz said that if you go to the emergency room you do not want to have to ask the administrative council of the hospital to say what should be done; you want a doctor directly and a doctor to decide directly. Something has to be done on this issue very decisively.

Secondly, the timing. Ten years is too long to set up the Fund when this, in any case, may not be not enough. Some would argue that if you reduce the time to, say, five years, which would be reasonable, then some of the banks in weaker countries would have to pay too much. That would be an additional burden to the banks. So at least let us have a backstop, and a viable backstop. Then the Fund can go to the capital market with guarantees at its back to catch up with the necessity of what has to be done. These are the two major points we have to demand from the Council.

Finally, I want to thank the negotiating team. I have full confidence in the negotiation team because I see the unity and strong position of that negotiating team – and I would say to Ms Goulard and Mr Verhofstadt that if they are not in agreement with having a strong negotiating team, then they should be. However, the view of our political group is that the negotiating team must have a clear position. No solution is better than a bad solution. We are not ready to accept any solution just because we have to have a solution quickly, because if we have a bad solution it will be hard to get a better solution afterwards. That, therefore, is what we are saying as a social and democratic group.

Again, we would ask the Council to give a quick mandate. Mr President, I would like you to write to the Council. Approach the Council, and do not wait until 17 or 18 February; do it next week. At the beginning of next week you can have a mandate to negotiate. Once again, our position is very clear. We want a solution, but we will not accept – and do not expect – a bad solution because, for us, having no solution is, at the end of the day, better than having a bad solution.

4-081-000

**Guy Verhofstadt**, *on behalf of the ALDE Group* . – Mr President, the first question that I want to raise to you is this: where is the Council in this debate? We are putting out a message here. It is not a message for Mr Barnier, because Mr Barnier is 100% behind us and we have the same opinion. For whom do we have a message? For the Council! Why is the Council not here?

No, it is not for the media, Mr Callahan. You are doing that for the media because you are perhaps against a Banking Union. That I can understand, so you are intervening. Since the Presidency is not here, they have to make a new proposal to us.

Mr Swoboda is totally right: it is totally unacceptable that it will now take until – what is the date of the next Ecofin, Mr Barnier? – 17 February 2014 before they can have a new mandate. That is 14 days that we are losing on top of all the other months, because the Council decided on the Banking Union, Mr Swoboda, in June 2012. And today they are not capable of defining a new mandate so that the negotiations with the Parliament can really go forward. Let us be honest, we have already said a few times that the proposal of the Council is not acceptable and that we need another one.

The dramatic point in this is that it was six years ago that the financial crisis started. Six years ago – and we have still not found a solution for the banking crisis! The Americans did that immediately. The first thing the Americans did, within a year of the start of the financial crisis, was to recapitalise their banks and to solve the problem. They did what the Swedish did after their real estate and banking crisis. What we are following is the path of the Japanese. They also waited 15 years before recapitalising their banks. A long period of economic stagnation was the outcome of that approach. I am asking, Mr President, that you send a letter – in the name of the united Parliament – to the President of the Council to say that it is not acceptable to us, and that we are asking them to speed up their negotiations inside the Council so that they come with a new mandate.

The second point is on the speed. Everybody agrees: the speed we see now in the Council proposal is like that of a Trabant, if I can use the metaphor of a car. It is a very long and slow procedure, when what you need is a McLaren or a Ferrari if you want to solve a banking problem in a weekend.

Finally, regarding the legal basis: as you know, there is only one good legal basis and that is Article 114. Why? Because the money involved, the contributions, are private contributions. They are not the contributions of the banks – it is not public money that we want to be involved. Article 114 is the right legal basis. I have already heard that some people are ready to make agreements on that, to compromise on that. Maybe we should insert a sunset clause in this intergovernmental agreement at the end, so that the whole system can later fall under Community law.

That is what we normally do if we do not agree with the Council, we say: OK, you can start with that system, but within a year, within two years, within five years the whole EGA has to fall under community law. That could be the outcome. Is that good? Maybe it is better than an EGA for eternity, but let us start these negotiations with the Council on sticking to Article 114. If the legal service of the Council, the legal service of the Commission and the legal service of the European Parliament are saying the same thing, then it is a miracle. Normally these three legal services have different opinions. This time they have the same opinion, and it is only because one country – it may then be the biggest country – is opposing it that we are looking to an intergovernmental system again, which is outside the Treaties and which will have, in fact, negative consequences for the powers of the European Parliament.

4-082-000

**Daniel Cohn-Bendit**, *au nom du groupe Verts/ALE*. – Monsieur le Président, chers collègues, Guy Verhofstadt a raison.

Savez-vous pourquoi le Conseil agit de la sorte? Parce qu'il connaît le Parlement. Le Conseil sait que, si on pousse ce Parlement dans ses derniers retranchements en lui disant: "Vous n'allez pas quand même pas refuser l'union bancaire au dernier moment, comme cela a été le cas pour les budgets" – je peux donner de nombreux exemples –, au dernier moment, par hasard, vous verrez que la moitié de la proposition du Conseil sera reprise et acceptée par le Parlement avec, peut-être, ce que vient de dire Guy Verhofstadt, qui est: "Bon, nous verrons dans trois, dix ou cinquante ans, ou je ne sais pas quand... si nous pouvons faire autre chose".

Voilà pourquoi le Conseil ne se presse pas. Parce que, plus on s'approche des élections, plus on arrive à la fin de cette législature, plus il sait qu'il va gagner. C'est le problème.

Deuxièmement, c'est vrai que le charabia institutionnel est compliqué: article 114, article 352... Il faut dire une chose: il ne s'agit pas de l'argent public! Que les Allemands ne nous cassent pas les pieds! La Cour constitutionnelle allemande n'a rien à voir là-dedans. C'est de l'argent privé! L'argent de banques privées, qui sont des banques multinationales. Vous allez me dire que la *Deutsche Bank* – je sais qu'elle s'appelle *Deutsche Bank* – fait des affaires dans toute l'Europe. *UniCredit* fait son plus gros chiffre d'affaires en Allemagne. Alors qu'on arrête de nous raconter – c'est ce qu'on fait croire aux citoyens – qu'il s'agit de protéger l'argent des citoyens. Non! Il s'agit de trouver un mécanisme de résolution pour des banques privées. C'est pour cela que les États, tels qu'ils sont, n'ont pas à mettre un drapeau sur ce mécanisme.

Par conséquent, le Parlement doit être clair. Comme il s'agit d'organiser la protection des citoyens et de faire en sorte que les banques ne puissent plus revenir vers les citoyens, c'est-à-dire vers les États, pour dire: "Nous sommes en faillite, donc c'est à vous de payer", il faut qu'il y ait un mécanisme européen. On ne peut pas agir pays par pays, comme le

proposent certains États membres et le Conseil – et c'est cela qui est tout de même incroyable. Faire cela, ce serait encore une fois démontrer notre incapacité à faire preuve de solidarité. Les plus faibles resteraient faibles et les plus forts resteraient forts. C'est ce que ce Parlement doit refuser. Voilà un peu la leçon qu'on voudrait donner avec ce qu'on est en train de faire.

Le seul moyen de gagner, c'est que ce Parlement dise et répète: "Mieux vaut pas de solution qu'une mauvaise solution." Ce n'est que si nous sommes capables de tenir et de l'expliquer que nous avons une chance de forcer la main au Conseil. Si, dès le début, nous disons entre nous: "Oui, nous devons accepter parce qu'il faut trouver une solution, etc.", alors nous avons perdu.

J'espère donc que ceux qui négocient le montrent clairement. J'espère que le Président du Parlement le dit clairement. Que l'on envoie les vidéos de ce débat au Conseil puisque le ministre est incapable de prendre l'avion d'Athènes pour venir ici. On peut les envoyer par *webstreaming*, ces débats, pour qu'au moins il écoute ce qui a été dit. On peut aussi les envoyer aux vingt-sept autres gouvernements et surtout au gouvernement allemand. Disons-le et faisons-le savoir quand nous voterons tout à l'heure: "Il n'y aura pas de solution qui ne passe pas par la méthode communautaire". Parce que la méthode communautaire protège les citoyens contre les intérêts des banques privées. Dans un combat électoral, cela se défend et c'est ce que nous devons défendre.

4-083-000

**Martin Callanan**, *on behalf of the ECR Group*. – Mr President, I generally try to be optimistic about these matters. One day, I believe, even Mr Cohn-Bendit will say something sensible. However, just a year ago I was sceptical about whether the Council could reach any agreement on these issues in the last stage of Banking Union.

Let us be realistic: we are talking about a very significant shift in sovereignty within the eurozone and we are talking about very large amounts of money. We have the makings of a deal that would provide much-needed certainty to the eurozone banks. Surely that is in everyone's interests. Although it does not involve my country, I believe it is in our interests that such certainty should be provided. It is also in everyone's interest to end the practice whereby banks make the profits yet taxpayers bear the losses if they go wrong. I do not disagree with many of the views on that.

My group is not opposed to much of the Committee on Economic and Monetary Affairs (ECON) text. However, we do have some serious concerns with Parliament's position. Firstly, I believe we have to ensure that those countries outside the eurozone, such as the Czech Republic and Sweden, which have many eurozone-bank subsidiaries, are fully involved in the decisions that will affect their interests. Secondly, I believe we have to protect the EU budget from being called upon to shore up banks in a currency that many Member States have no intention of joining. Those are our red lines, and Parliament's proposals as they stand do not currently guarantee them.

I do, however, agree with the need for clarity on who will make the decisions when a eurozone bank fails, and I appreciate the concern that a few large countries could call the shots in the operation of such a mechanism. But we must also be careful not to go the other way and put in place a structure so rigid that it would fail to respond appropriately to the many different ways that a bank can fail at any time or in any place. So there is a need to



improve Parliament's and the Council's positions before we can find a settlement that suits both northern and southern countries and non-euro and euro countries.

Unfortunately, for some people, today's debate and vote are not about trying to move forward or to find a solution: they are about institutional power play and posturing. Even Mr Verhofstadt said that, for a change, we should copy the United States of America. Perhaps we should try that in a few other policy areas as well.

My Group is not completely satisfied with either the Council's or Parliament's position. We believe we need to respect the rules of the single market, we believe we need to respect the state aid rules. However, we have tried to approach these issues looking at the bigger picture, which ought to transcend the petty institutional wrangling that some people want to take part in. Under the Lisbon Treaty, this Parliament has significant powers: let us try to exercise those powers responsibly.

4-084-000

**Gabriele Zimmer**, *im Namen der GUE/NGL-Fraktion* . – Herr Präsident! Der Abwicklungsmechanismus für die Banken, über den wir jetzt reden, ist ein wesentlicher Bestandteil der Bankenunion. Er sollte ursprünglich auch dazu dienen, dass die exzessiven Auswirkungen und Auswüchse der Finanzmärkte beschränkt werden.

Wenn wir uns aber die ganze Debatte anschauen, müssen wir feststellen, dass wir sowohl was die Vorschläge und die bisherige Argumentation des Rates als auch unsere Diskussion hier im Parlament betrifft, letztendlich große Verkündungen gemacht haben, aber möglicherweise am Ende, wenn die Bankenunion und auch der Abwicklungsmechanismus bestätigt worden ist, zu der Erkenntnis gelangen, dass wir zwar als Löwen gesprungen, aber als Bettvorleger gelandet sind. Insofern gehe ich davon aus, Herr Präsident, dass Sie dem Rat, der heute hier durch Abwesenheit glänzt, mit Blick auch auf die Übertragung eines Mandats an die griechische Ratspräsidentschaft sehr deutlich auch unsere Positionen hier sagen.

Ich halte es auch für gar nicht verkehrt, dass die Kommission hier anwesend ist, denn ich glaube nicht, dass das, was wir zu sagen haben, nicht auch an die Kommission gerichtet ist. Meine Fraktion ist zum Beispiel gar nicht so überzeugt davon, dass der Brief, die Antwort, die wir von Herrn Barroso auf Ihre Anfrage, auf Ihr Schreiben hin bekommen haben, eine ausreichende Basis ist. Ich hätte mir auch von der Kommission eine klarere Position gewünscht, d. h., dass hier in dieser Verhandlungssituation auch die Kommission klar und deutlich sagt, worauf sie hinaus will und was eigentlich nur möglich ist, wenn sie wirklich als Hüterin der Verträge auftritt.

Aber nun zu dem Stand der Verhandlungen. Wir haben gestern hier die Trilogverhandlungen gehabt. Wir werden sicher nachher nochmal kurz dazu eine Einschätzung hören. Fakt ist aber, dass es keinerlei Bewegung beim Rat gegeben hat, weder mit Blick auf die intergouvernementalen Abkommen noch mit Blick auf die Entscheidungsprozesse im Abwicklungsfall. Wir fordern klar, dass wir bei Artikel 114 bleiben, dass es um die Gemeinschaftsmethode geht. Wir möchten auch vermeiden, dass das Parlament sich darauf einlässt, zu sagen oder schon zu signalisieren, wir wären unter Umständen auch bereit, auf ein enger gefasstes Mandat für zwischenstaatliche Abkommen einzugehen. Wir sollten hier klar bleiben: Alle wichtigen Entscheidungen bei dem Abwicklungsmechanismus müssen mit Beteiligung des Europäischen Parlaments getroffen werden.

Ich möchte hier auch deutlich sagen, dass wir nicht akzeptieren, dass der letzte Entscheider der Rat sein wird, weil wir genau wissen, wie das dann funktioniert: Die stärkeren Mitgliedsländer im Rat wollen dann für sich und für ihre Banken wiederum eigene Regeln durchsetzen, lassen eigene Vorbehalte einfließen, und dann tritt auch wieder der Fall ein, dass doch wieder eine Sozialisierung der privaten Schulden der Banken stattfinden wird und die Mitgliedsländer, die Steuerzahler aufgefordert werden, diese zu übernehmen. In der Endkonsequenz wird dann natürlich auch wieder eine stärkere Ungleichheit zwischen den Mitgliedsländern entstehen. Das würde das Problem noch verschärfen! Darauf möchte ich hinweisen, das teilen wir überhaupt nicht.

Ich möchte aber noch eine grundsätzliche Bemerkung machen, und zwar dazu, was ich mit dem „als Löwe gesprungen und letztendlich als Bettvorleger gelandet“ meinte: Wenn wir immer wieder die Debatte aufmachen über dieses „*too-big-to-fail*“-Problem, akzeptieren wir ja letztendlich, dass die Banken nicht auf ihr eigentliches Kerngeschäft zurückgeführt werden. Wir diskutieren über unheimlich komplizierte Abwicklungsmechanismen, anstatt davon auszugehen, dass Banken, die verkleinert werden und die das Kerngeschäft betreiben, für das sie zuständig sind, dann auch in der Lage sind, in Insolvenz zu gehen. Da sparen wir uns riesige Abwicklungsmechanismen. Die sind eigentlich überhaupt nicht notwendig. Das möchte ich hier nochmal sehr deutlich sagen.

Wir haben vor einigen Tagen auch vom deutschen Bundesfinanzministerium ein Rechtsgutachten bekommen, in dem erklärt wird, Artikel 114 des Vertrags sei nicht ausreichend, für den Fonds bräuchten wir Artikel 352. Wir halten die vom Finanzministerium der Bundesrepublik Deutschland gegebene Begründung für absolut nicht ausreichend. Es gibt keinen Grund, warum wir von Artikel 114 abweichen sollten. Ich hoffe sehr, dass sich in der Bundesregierung, die ja als Große Koalition aus zwei verschiedenen Hauptpartnern besteht, nicht nur der konservative Teil durchsetzt, sondern dass auch die Sozialdemokraten bei dem bleiben, was sie in den letzten Monaten immer wieder erklärt haben, und dass sie in der Bundesregierung selbst auch Druck machen, damit nicht diese Position des konservativen Teils letztendlich auch die Position des Rates insgesamt wird. Das kann nicht funktionieren und das muss verhindert werden. Hier erwarte ich, dass die Sozialdemokraten ihrer Verantwortung nachkommen.

Ein letzter Punkt: Ich möchte, dass wir als Parlament uns klar und deutlich dafür aussprechen, dass wir uns nicht unter Zeitdruck setzen lassen. Nicht wir haben diesen Zeitdruck verursacht. Dass das Mandat bisher nicht eindeutig geklärt ist, liegt eindeutig am Rat. Sollten wir innerhalb der Legislatur nicht zum Ende kommen, dann gibt es eben keine Entscheidung. Dann gibt es keine und dann muss wieder neu verhandelt werden.

4-085-000

**Sampo Terho,** *EFD-ryhmän puolesta* . – Arvoisa puhemies, minusta pankkiunionin ensimmäinen vaihe oli hyvä ja äänestin sen puolesta, mutta tämän toisen vaiheen suhteen minulla on sekä periaatteellisia että käytännöllisiä epäilyksiä.

Taloustieteilijät ovat paljon spekuloineet, että näin pienen rahaston kerääminen ja sen mahdollisen käytön tehottomuus tekevät koko pankkiunionihankkeen tyhjäksi. Itse olen huolissani ennen kaikkea järjestelyn yhteisvastuullisuudesta, joka myös on tuonut hallitukset siihen mukaan. Oli minusta päivän selvää, että jäsenmaat haluavat valtaa järjestelyssä, jos se sisältää yhteisvastuullisuutta niiden pankkien kautta tai millä tahansa muulla järjestelyllä. Niiden pankkien kautta se on nyt toteutumassa.

Meidän ei pitäisi myöskään myydä tätä järjestelyä kansalaisille sillä ajatuksella, että tämä muka säästää heidät kustannuksilta, eihän se ole koko totuus. Jos me keräämme pankeilta rahaston, on erittäin todennäköistä, että pankit siirtävät kustannukset ihan normaaleihin pankkipalvelumaksuihin, jotka koskettavat tietenkin vähävaraista kaikkein pahiten. Kansalaiset eivät selviä tästä ilman kustannuksia, ja tätä ei voida myydä sillä ajatuksella, että tulevasta kriisistä selvittää ilman veronmaksajien osallistumista. Päinvastoin, veronmaksajat osallistuvat nyt, tulee kriisiä tai ei.

Ennen kaikkea olen huolissani aikataulusta. Mielestäni me kiirehdimme tätä nyt väärällä tavalla. Jos pankkiunioni täytyy saada nopeasti kasaan, jos se halutaan täyteen valmiuteen nopeammin, ei pidä leikata aikaa tästä neuvotteluvaiheesta. Me voimme leikata aikaa esimerkiksi rahastonkeruuvaiheesta, jolle on nyt varattu 10 vuotta, mutta ei tästä neuvottelujasta. Epäonnistuminen ei ole vaihtoehto. Tämä on liian tärkeä hanke.

Otan esimerkin siitä, kuinka monimutkaista tämä hanke on eri maille. Kotimaani Suomi omaa käytännössä kolme suurta pankkia. Kaksi niistä on integroitunut pohjoismaisesti. Kuitenkin Pohjoismaista Ruotsi ja Tanska ovat jäämässä ulos. Tämä herättää vain lisää kysymyksiä ja monimutkaisia kysymyksiä: mitä tapahtuu, jos nämä pohjoismaiset pankit joutuvat ongelmiin? Luoja paratkoon, tällä hetkellä näyttää siltä, että niin ei tapahtuisi ja että pohjoismaiset pankit ovat kunnossa, mutta jos ne joutuisivat ongelmiin, miten sitten eri tilanteissa olevissa maissa käyttäydytään? Meillä on ihan aiheellinen pelko, että joudumme tässä vain maksumiehen rooliin.

Ennen kaikkea olen huolissani siitä, että kun kiirehdimme tätä asiaa, joiltakin tuntuu unohtuvan, että tämä tehdään tulevia kriisejä varten, ei tätä nykyistä. Kaikkein tärkeintä on pitää huolta, ettei nykyisiä ongelmalainoja eikä nykyisiä ongelmataseita tuoda tämän järjestelmän piiriin.

Stressitestit, joita nyt tehdään, ovat epäonnistuneet ennenkin. Jos ne epäonnistuvat tällä kertaa, syntyy pankkiunioni kuolleena. Siksi uskon, että hyvän pankkiunionin kaava ja hyvän pankkiunionin saavuttaminen ei synny kiirehtimällä eikä poliittista painetta kasvattamalla vaan rauhallisella neuvottelulla.

4-086-000

**Димитър Стоянов (NI).** - Г-н Председател, в моята работа в този мандат в Европейския парламент аз винаги съм заемал позиция и съм защитавал европейските граждани.

Ето тези граждани, които сега ни гледат от балкона, които с труда си и своята иновативност и идеи движат Европейския съюз напред. Тези граждани, като нормални хора съвсем нормално искат техните спестявания да бъдат сигурни, да бъдат подсигурени, да бъдат управлявани отговорно, а не да плащат два пъти за грешките на безскрупулните финансови акули.

В един момент, и този момент като че ли е дошъл, трябва да теглим чертата и да си припомним, че Европейският съюз все още е федерация и то много широка конфедерация на 28 независими суверенни държави членки, а не 28 полуавтономни провинции.

Тук искам да се съглася с г-н Свобода за това, което той каза, че не може да се приема подход, при който част от държавите се изключват на някакво основание.

Ако има общ регулаторен механизъм, той трябва да важи за всички държави членки, а не само за някои от тях, но тук се сблъскваме с проблем, защото очевидно е, че Европейският съюз не разполага със законовите правомощия и компетентност да действа в тази област.

И щом една от държавите членки, при това най-голямата държава членка, държавата, в която е базирана Европейската централна банка, повдига въпроса, е редно да се замислим дали има проблем да признаем, че такъв действително съществува, че този механизъм, и пак казвам аз всички негови идеи подкрепям и съм съгласен с тях, и моята работа по докладите и по Европейския банков орган, и по схемата за гарантиране на депозити, на практика всички доклади, които са били свързани с реформата на банковия сектор, аз съм бил докладчик по становище, доказват, че подкрепям този доклад.

Но очевидно е, че за да може тази система да бъде приложена за всички, е необходимо да минем през обикновената реформа на основното съюзно законодателство, именно Договорите.

Има нужда Договорите да бъдат изменени и когато всички държави членки ратифицират, техните суверенни национални парламенти или народи с референдум ратифицират тези промени, тогава можем да преминем към следващия етап на това федерализиране.

Смятам, че Европейската комисия и Супер Марио Драги са преминали границите на това, което е възможно. Дами и господа, това не е игра, в която вървим по екрана и ядем магически гъбки, и събираме златни стотинки от въздуха.

Това е въпрос за структурата, за принципите, за върховенството на закона, на които се гради този Съюз.

4-087-000

**Sharon Bowles**, *Chair of the Committee on Economic and Monetary Affairs*. - Mr President, we have heard from the Group Presidents, reinforcing the position taken by my committee and our debate earlier this week. In the trialogues, I have and will continue to maintain that all issues are on the table for negotiation.

We have had three trialogues, where the Greek Presidency has had no negotiating mandate beyond that of the Council position. There are limits to how long we can go on explaining one another's position to each other. Time has been wasted.

I have taken the initiative on my own shoulders and put ideas forward beyond those in the Parliament position. I have tried to be enterprising. The Commission has helped, but it takes two sides to move. I cannot lead colleagues on a one-way journey and I do not have any appetite or intention to do so.

So the Council must move, use its imagination and be more European. It must be clear that minute and incremental steps are not enough. I have heard some Ministers say there is no flexibility. That is not how it works. There are merits in aspects of both the Council and Parliament positions. If there is to be an SRM, I can accept that there has to be the best of both. It is not the best and worst of one side only. Co-decision means we must try to find the best of both. We can show you today that we can vote just one side's position. We can come back again and we can vote a fair compromise, but we will not come back and vote the Council position or some almost identical version thereof.

4-088-000

**Antolín Sánchez Presedo**, *ponente suplente*. - Señor Presidente, en nombre de la ponente Elisa Ferreira, quisiera agradecer el tono y el contenido de los debates que se han realizado con motivo de la presentación...

*(El Presidente interrumpe al orador por motivos de interpretación)*

...de nuestra posición en la Comisión de Asuntos Económicos y Monetarios y hoy por parte de los líderes de Grupo.

Ahora creo que pasamos a la siguiente fase...

*(El Presidente interrumpe al orador por problemas de interpretación)*

Pues bien, como ha expresado la presidenta de nuestra comisión, Sharon Bowles, los diálogos a tres bandas hasta ahora no han producido resultados y, por lo tanto, nos enfrentamos a las votaciones que se deben realizar en el Parlamento.

Les pido que realicen una votación, en primer lugar, por la que el Parlamento asuma sus responsabilidades como colegislador. En segundo lugar, que asegure que la legislación contendrá todos los elementos esenciales y, además, que lo realicemos de una forma clara y robusta.

La unión bancaria debe formar parte de la Unión Europea, es un proyecto comunitario. Necesitamos un Mecanismo Único que pueda actuar con rapidez. Necesitamos un Fondo Único que funcione desde el primer momento y que tenga posibilidades financieras, y necesitamos hacerlo apelando al Consejo para que se mueva, para que dé un mandato de negociación a la Presidencia griega, porque la voluntad del Parlamento es alcanzar un acuerdo en primera lectura, pero un acuerdo ambicioso y sustancial. Y por eso pensamos que en este momento el Parlamento tendrá que tomar la palabra y hacer un llamamiento al Consejo porque ahora es el que tendrá que responder.

4-089-000

**Michel Barnier**, *membre de la Commission*. - Monsieur le Président, Mesdames et Messieurs les députés, je vous remercie de m'inviter à m'exprimer à nouveau, cette semaine, sur ce dossier majeur de l'union bancaire et ce deuxième pilier de l'union bancaire, après que nous avons construit rapidement et sérieusement le premier pilier, celui de la supervision de toutes les banques de la zone euro et des pays qui voudraient rejoindre l'union bancaire sur une base volontaire avant même de rejoindre l'euro.

J'ai souvent dit, Mesdames et Messieurs les députés, qu'en matière financière, comme d'ailleurs en matière écologique, la prévention coûte moins cher que la réparation. La supervision, c'est la prévention. Mais quand il faut réparer – et cela arrive quelquefois que l'on doive, malgré tout, réparer –, une réparation préparée coûte toujours moins cher qu'une réparation improvisée ou désordonnée, que finalement on demande aux contribuables de payer.

Nous sommes là. J'ai longuement expliqué devant vous mardi la position de la Commission, qui partage largement cette conviction que la résolution à laquelle nous travaillons est à la fois urgente, comme l'a dit Corien Wortman-Kool, et nécessaire.

J'ajoute que la Commission, comme votre assemblée, souhaite un bon accord, c'est-à-dire un accord crédible dans son fonctionnement et vis-à-vis des acteurs des marchés financiers, mettant en place un mécanisme robuste, efficace, qui assure la résolution et, lorsque c'est nécessaire, qui organise la mise en faillite ordonnée des banques sans délai inutile et surtout sans qu'on fasse – comme d'habitude ou comme avant – un recours systématique au contribuable. Je le dis à Monsieur Terho, qui évoquait tout à l'heure les contribuables.

C'est dans cet esprit que j'ai pris part au trilogue qui a eu lieu hier et où j'ai constaté l'état d'esprit constructif. Le vôtre, naturellement, celui de la présidente, Sharon Bowles, qui a mené les débats avec compétence, mais aussi celui de Mme Wortman-Kool, de Mme Goulard, de Mme Ford, de M. Giegold, de M. Sanchez Presedo qui, d'ailleurs, représente Elisa Ferreira – je le dis en passant, parce que je pense qu'au-delà de ces murs, Monsieur le Président, nous pouvons avoir une pensée amicale pour elle, qui est éloignée pour des raisons de santé et à qui nous souhaitons un prompt rétablissement mais qui suis, je le sais, très attentivement le travail que nous faisons.

C'est aussi le cas du Conseil qui était ouvert hier, comme l'avait dit M. Venizelos, il y a quelques jours. Nous avons pu ainsi passer en revue les différents aspects techniques de ce texte. Nous parlons d'aspects très complexes. Il y a beaucoup d'enjeux de grande ampleur et qui justifient donc une discussion en substance.

Je rappelle que nous parlons de résolutions d'institutions qui financent 75 % de l'économie européenne, des entreprises, des territoires et des consommateurs, et dont les difficultés ont eu un impact systémique sur les États et l'économie durant toute la crise.

Voilà pourquoi nous devons agir dans un temps limité – je le répète – Mme Wortmann-Kool l'a dit, sans perdre de temps. C'est ce que nous avons fait tout au long de cette crise. M. Verhofstadt n'est pas là; il parlait tout à l'heure des leçons de la crise. Mesdames et Messieurs, soyons justes avec le travail que vous avez fait, vous-même, que le Conseil a fait et que j'ai pu faire avec toutes mes équipes. Nous avons beaucoup travaillé pour tirer les leçons de la crise. Près de trente lois ont été proposées et la plupart votées pour tirer les leçons de cette crise et, comme l'ont fait les Américains de leur côté, d'une autre manière, avec le *Dodd-Franck Act*, protéger les épargnants, respecter les contribuables et protéger également les consommateurs et les citoyens.

Nous n'avons pas fini. Il reste ce deuxième pilier de l'union bancaire et il reste – je le dis à Madame Zimmer, qui ne m'écoute pas mais je pense qu'elle aura le compte rendu... Oui, Madame Zimmer, je vous ai écoutée et je voulais vous dire d'être attentive au dernier texte que j'ai présenté la semaine dernière, au nom de la Commission, sur la réforme structurelle des trente plus grandes banques, parce que nous voulons traiter précisément cette question pour les encourager à faire leur travail, comme vous l'avez dit, Madame Zimmer, qui est de prêter à l'économie, qui est de prêter aux entreprises et aux consommateurs plutôt que de faire de la spéculation.

Cela dit, nous devons être honnêtes, nous avons encore beaucoup de travail à faire pour trouver un accord.

En premier lieu, il y a cette question centrale et très sensible pour votre assemblée de l'accord intergouvernemental auquel les ministres se sont résolus. Il a été voulu par le Conseil. Je vous ai indiqué mardi la position de la Commission sur ce point. Nous sommes convaincus, Mesdames et Messieurs les députés, que l'article 114 est la bonne base. Monsieur Stoyanov, je l'ai dit et je le confirme, nous avons une base pour agir et pour établir le fonds de résolution: c'est l'article 114.

La seule chose que je peux ajouter ou confirmer sur cet accord intergouvernemental, c'est que le recours à un tel accord n'est pas, en tant que tel, contraire au traité, selon nos services juridiques, dès lors qu'il porte exclusivement sur le transfert et la mutualisation des fonds.

Là aussi, notre position est claire, Madame Zimmer, vous m'avez interrogé sur ce point. Le président Barroso a répondu au président Schulz et je reste à votre disposition, comme

je l'étais hier lors du trilogue pour préciser les points de vue, répondre à toutes vos questions, y compris sur le plan juridique.

Soyons clairs, Mesdames et Messieurs. Si votre assemblée décidait finalement de faire preuve d'un esprit de compromis sur ce point très sensible, alors mon opinion, c'est que le Conseil – j'espère qu'il nous entendra – devra apprécier correctement et à sa juste valeur ce mouvement, en mesurer l'importance et en tirer toutes les conséquences sur tous les autres aspects de la négociation.

À cet égard, il y a un certain nombre de points du mécanisme de résolution qui doivent faire l'objet de véritables discussions et surtout de décisions, de même que toutes les questions qui sont en débat, comme l'a dit Sharon Bowles, tout à l'heure.

J'ai mentionné devant vous quelques points: le financement, la gouvernance et la responsabilité démocratique du conseil de résolution unique. Sur chacun de ces points, j'ai fait devant vous des propositions que j'ai détaillées lors du trilogue. Je voudrais brièvement en rappeler les aspects principaux.

Premièrement, nous pouvons réfléchir à une accélération de la mutualisation des compartiments nationaux pour aboutir plus rapidement à un fonds commun. Et même, idéalement, comme cela a été dit par Mme Wortmann-Kool, à un fonds commun dès le premier jour. Je pense qu'on pourrait ainsi permettre, en écho à l'idée de M. Verhofstadt, de donner une durée limitée à l'accord intergouvernemental.

Deuxièmement, nous devons également avancer sur la question des *backstops*, même si ceux-ci ne sont pas mis en commun immédiatement et que cette mutualisation se met en place progressivement.

Troisièmement, il est également important de concevoir un mécanisme qui permette une prise de décision rapide et efficace offrant toutes les garanties juridiques, une vraie capacité d'action et de décision. M. Callanan a raison. Il faut que ce mécanisme soit efficace pour avoir une capacité d'anticipation et préparer, comme vous l'avez dit, Monsieur Callanan, la crise d'après et pas seulement traiter la crise d'avant.

Enfin, je crois qu'il est nécessaire de renforcer la légitimité démocratique du mécanisme que nous voulons créer, en nous inspirant de ce qui a été fait pour le mécanisme de supervision.

Au total, Mesdames et Messieurs les députés, les sujets à traiter sont tous sur la table. Il y a des voies de compromis, il faut maintenant avancer avec volontarisme car le temps est compté.

Je sais que votre assemblée y est prête. C'est en tout cas le sens de cette séance exceptionnelle, dès lors qu'il s'agit de parvenir à un accord ambitieux sur un mécanisme robuste qui pourra protéger les épargnants, les contribuables et l'économie européenne toute entière. Là aussi, je voudrais faire allusion, en tant que commissaire chargé du marché intérieur et des services, à l'unité et à la cohérence du marché unique. Il y a des pays qui n'ont pas ou pas encore adopté la monnaie unique et la stabilité de la zone euro est tout aussi importante pour eux. Je veux veiller, notamment avec l'application des mêmes règles pour tous, notamment les règles sur les aides d'État, à la cohérence du marché unique avec vingt-huit pays qui sont tous intéressés par la cohérence de ce marché.

Nous pouvons aller de l'avant. Il faudra pour cela, comme l'ont dit M. Swoboda et M. Verhofstadt, qu'il y ait un nouveau mandat pour le Conseil Ecofin. C'est aussi l'appel que vous avez lancé et que je peux relayer.

La Commission, pour sa part, est prête à jouer son rôle. Elle continuera à le faire. Nous sommes totalement mobilisés. Tout cela doit nous permettre, Mesdames et Messieurs les députés, de construire un mécanisme authentiquement européen, comme l'a dit M. Cohn-Bendit et comme vous l'avez dit, Monsieur le président Swoboda, et pas seulement une simple addition d'autorité et d'intérêts nationaux.

En tout cas, la Commission est décidée à travailler à la construction d'un mécanisme authentiquement européen.

*(Applaudissements)*

4-090-000

**Der Präsident.** - Meine Damen und Herren, ich danke für die Erklärungen der Fraktionen. Ich gehe davon aus, dass wir darin übereinstimmen, dass die Bankenunion sicher eines der bedeutendsten, wenn nicht das bedeutendste politische Projekt in dieser Wahlperiode ist und dass wir mit der Verabschiedung und Einrichtung eines einheitlichen Abwicklungsmechanismus ein Projekt von zentraler Bedeutung für die wirtschaftliche Stabilität nicht nur in der Eurozone, sondern in der EU insgesamt schaffen.

Die Situation ist jetzt wie folgt: Der Wirtschafts- und Währungsausschuss dieses Hauses hat seine Position im Dezember bestimmt. Der Rat hat seine Position am darauffolgenden Tag festgelegt. Es muss jetzt zwischen den beiden Gesetzgebern eine Vereinbarung gefunden werden, ein sensibler Kompromiss, der auf beiden Seiten eine Mehrheit findet. Ich verstehe Ihre Äußerungen heute als Fraktionsvorsitzende und als Ausschussvorsitzende und Berichterstatter so, dass Sie darauf beharren, dass die Rolle des Mitgesetzgebers Europäisches Parlament im Gesamtverfahren von zentraler Bedeutung ist. Bei Ihren Ausführungen bin ich angehalten worden, auf zwei Dinge hinzuweisen: Einmal, dass der Ort der demokratischen Transparenz und Legitimität dieses Haus ist, und auf der anderen Seite, dass dieses Haus nicht akzeptieren kann, dass es als Gesetzgeber ausgeschlossen wird.

Sie haben darum gebeten, dass ich dem Rat einen Brief schreibe, in dem ich eine Sondersitzung des ECOFIN verlange. Das ist von den Fraktionen mit breiter Mehrheit hier gewünscht worden. Ich werde in diesem Sinne ein entsprechendes Schreiben an den Rat schicken und hinzufügen, dass Sie, Herr Barnier, bereit sind, an einer vorgezogenen Beratung im Namen der Kommission teilzunehmen. Ich werde das dem abwesenden Rat in dieser Form übermitteln.

4-091-000

**Herbert Reul (PPE).** - Herr Präsident! Vielleicht kann mich einfaches Gemüt mal jemand aufklären, was dieses komische, merkwürdige und etwas außergewöhnliche Verfahren bei diesem Thema hier jetzt eigentlich soll. Ich habe es nicht verstanden. Der Ausschuss hat beschlossen, in den Trilog zu gehen und keine Abstimmung im Parlament zu machen. Dann ist mit den Gesprächen begonnen worden. Das fand ich prima. Jetzt wird in dieser Plenarwoche an zwei Tagen zweimal gesondert über ein Thema geredet. Auch das habe ich noch nie erlebt. Dann wird heute eine Entscheidung getroffen. Dann wird zusätzlich von Ihnen ein Brief geschrieben, und parallel dazu wird auch das normale Verfahren des Trilogs durchgeführt.



Warum wird hier weder das eine noch das andere Verfahren gewählt, sondern so ein Gemischtwarenladen? Ich verstehe das Verfahren nicht. Das haben wir noch nie gemacht. Gibt es einen Grund, warum wir von einem klaren Verfahren abweichen und diese Verfahren mischen? Ich muss das nur mal verstehen. Ich hätte dann nämlich die Idee, das in Zukunft immer so zu machen.

(Beifall)

4-092-000

**Der Präsident.** - Herr Reul, ob Sie ein einfaches Gemüt sind, das überlasse ich Ihrer eigenen Feststellung. Ich bin gehalten, die Beschlussfassung der Konferenz der Präsidenten umzusetzen. Das ist exakt das, was ich getan habe.

Die Konferenz der Präsidenten hat gewünscht, dass vor dem Trilog vom Mittwoch hier beraten wird. Die Konferenz der Präsidenten hat daraufhin beschlossen, dass sie sich nach dem Trilog von gestern heute Morgen mit dem Verhandlungsteam trifft – das ist geschehen –, und dass es anschließend hier eine Runde der Fraktionsvorsitze gibt, die die Position der einzelnen Fraktionen im Lichte der Resultate des gestrigen Trilogs hier vorträgt. Das ist gerade geschehen.

Außerdem hat die Konferenz der Präsidenten beschlossen – und zwar bereits vor vierzehn Tagen –, die Änderungsanträge des ECON-Ausschusses aus seiner Sitzung heute hier zur Abstimmung zu stellen mit der Empfehlung, es nicht zu einer Schlussabstimmung kommen zu lassen. Ich glaube, die Motivation der Konferenz der Präsidenten war, dem Rat noch einmal zu signalisieren, und zwar mit breiter Mehrheit, was die Position des ECON ist – unterstützt durch das Plenum –, um damit die Verhandler in ihrer Verhandlungsfähigkeit mit dem Rat zu stärken. Das ist übrigens in der Konferenz der Präsidenten mit Ausnahme von zwei Fraktionen so in breiter Mehrheit beschlossen worden. Ich stelle aber anheim, dass Sie mit den Verantwortlichen der EVP-Fraktion nochmal darüber reden.

Ich habe in treuer Erfüllung meiner Pflicht die Beschlüsse der Konferenz der Präsidenten hier umgesetzt. Es war nicht meine Anregung. Es war ein Beschluss der Konferenz der Präsidenten. Aber ich habe ihm zugestimmt.

4-093-000

**Konrad Szymański (ECR).** - Panie Przewodniczący! Wczoraj przed finalnym głosowaniem nad sprawozdaniem o polityce klimatycznej i energetycznej do roku 2030 prowadząca obrady uniemożliwiła mi wygłoszenie opinii na temat finalnego kształtu tego sprawozdania. Miało to z pewnością wpływ na finalny wynik głosowania. Po południu otrzymałem informację z Prezydium Parlamentu, że faktycznie nie dochowano obowiązków w tej sprawie. To dobra wiadomość, jednak chciałbym usłyszeć oficjalne stanowisko przewodniczącego Parlamentu Europejskiego wobec tej karygodnej praktyki.

4-094-000

**Der Präsident.** - Herr Szymański! Ihre Wortmeldung ist absolut gerechtfertigt. Sie hatten gestern vor der Abstimmung das Wort erbeten, und zwar schriftlich am Abend vorher. Insofern haben sie sich absolut korrekt verhalten. Es ist ein Fehler der Sitzungsdienste, der amtierenden Vizepräsidentin, gewesen, diese Wortmeldung nicht mitzuteilen. Normalerweise wird das in den Sitzungsunterlagen vermerkt, und Sie hätten dann entsprechend auch das Wort bekommen. Nachdem Ihre Beschwerde eingegangen ist, habe

ich das heute Morgen auch in der Konferenz der Fraktionsvorsitze besprochen und Ihr Fraktionsvorsitzender hat es auch angemerkt. Wir haben das geklärt. Ich muss Ihnen sagen, da, wo Menschen arbeiten, passieren Fehler. Es war in der Tat ein Defizit der Sitzungsdienste, die sich auch in aller Form dafür entschuldigt haben. Ich bitte Sie, diese Erklärung zu akzeptieren. Das ist echt eine Unterlassung. Sie hätten das Wort bekommen müssen.

4-095-000

**Seán Kelly (PPE).** - Mr President, my point of order is in relation to the Conference of Presidents' decision to postpone a debate today on the devastation caused right across the western seaboard of the European Union – Spain, Portugal, France, Ireland and the United Kingdom in particular – as a result of the continuing and unprecedented storms and consequent flooding that has impacted so severely on peoples' lives. At this time we should be having a timely debate to show solidarity with these people, so I want to know why it was postponed, particularly as there was a lull in proceedings today; nothing happened between 10.30 and 11.00 because there was no debate scheduled. So will it be rescheduled for the next part-session? And will we express our solidarity with these affected peoples and also make every instrument available to help them? Our Spanish colleague mentioned it yesterday.

(Applause)

4-096-000

**Hannes Swoboda (S&D).** - Herr Präsident! Ich will nur Herrn Kelly sagen, dass bereits ein Antrag besteht, das auf die Tagesordnung der nächsten Plenartagung zu setzen, weil es auch in anderen Regionen, auch in Österreich und in Italien, schwere Schneefälle und Überflutungen gibt. Wir haben daher beantragt, das Thema auf die Tagesordnung der nächsten Parlamentstagung zu setzen. Ich nehme an, dass auch Ihre Fraktion zustimmen wird.

4-097-000

**Bruno Gollnisch (NI).** - Monsieur le Président, je serai très bref. Il est très heureux que vous ayez, dans le cadre de votre fonction, reconnu l'erreur qui a été commise au détriment de M. Szymański. Permettez-moi de vous dire que ce qui est attendu de la part d'un certain nombre de membres de ce Parlement, ce ne sont pas tellement des excuses. M. Szymański a annoncé que, en sa qualité de rapporteur, il recommandait de voter contre le texte, ce qui est quand même assez rare, et ce qui aurait eu, si son intervention avait eu lieu, une incidence déterminante sur le résultat du vote. Par conséquent, on peut penser légitimement que le vote a été vicié. Dans ces circonstances, puisque le règlement, qui donne de droit la parole au rapporteur, n'a pas été observé, il me semble que le vote devrait être recommencé.

4-098-000

**Der Präsident.** - Herr Gollnisch! Logischerweise haben wir diese Frage sehr intensiv auch von der Geschäftsordnung her geprüft. Die ablehnende Haltung von Herrn Szymański gegenüber dem Bericht war den meisten Beteiligten bekannt. Das hat auch dazu geführt, dass es ein relativ klares Abstimmungsergebnis gab. Es war ja nicht so, dass der Bericht Delvaux und Szymański zum ersten Mal hier beraten wurde. Aber ganz unabhängig davon ist es so, dass unbeschadet der Unterlassung, die eindeutig zu kritisieren ist, der Artikel 171 Absatz 5 der Geschäftsordnung eindeutig ist. Er heißt: „Über die Gültigkeit des verkündeten Ergebnisses entscheidet der Präsident. Die Entscheidung ist unanfechtbar.“ Frau Podimata

als amtierende Präsidentin hat die Entscheidung festgestellt. Damit ist sie nach unserer Geschäftsordnung unanfechtbar. Das ist ein bedauerlicher Vorgang, aber ich kann es so nicht ändern.

## 8. Erklärung des Präsidenten

4-100-000

**Der Präsident.** - Meine sehr geehrte Damen und Herren, liebe Kolleginnen und Kollegen! Ihnen sind heute Morgen sicherlich die beiden Transparente im Hof des Louise-Weiss-Gebäudes aufgefallen, auf denen die Freilassung der in Syrien als Geiseln festgehaltenen Journalisten gefordert wird. Das Europäische Parlament möchte den Journalisten damit zeigen: „Wir haben Sie nicht vergessen“. Und ihre Familien sollten von uns die Botschaft erhalten: „Wir stehen an Ihrer Seite und unterstützen Sie mit aller Kraft.“

Syrien ist heute für Journalisten sicher der gefährlichste Ort der Welt. Seit 2011 wurden in Syrien 27 Journalisten und 98 Bürgerjournalisten getötet. 16 Journalistinnen und Journalisten sind weiterhin in Geiselhaft. Einige von ihnen wurden entführt, andere sind verschwunden, von vielen fehlt seit Monaten jede Spur. Unter ihnen sind viele Mitbürgerinnen und Mitbürger aus den Ländern der EU, aus Frankreich, aus Spanien, aus Polen – das sind unsere Mitbürgerinnen und Mitbürger.

Ich glaube, Sie alle bewundern so wie ich den Mut dieser Männer und Frauen, die für eine freie Berichterstattung und für das Recht auf Information ihr Leben riskieren. Wir bewundern ihr Eintreten für eine Bevölkerung, die im Laufe des nunmehr drei Jahre währenden brutalen Bürgerkriegs immer stärker unter der eskalierenden Gewalt leidet. Ohne die Arbeit von Journalistinnen und Journalisten wüssten wir fast nichts von den Gräueln dieses Krieges, von den Folterungen, von den Massakern an unschuldigen Menschen, auch an Kindern, und nichts von dem alltäglichen Leid der Bevölkerung.

Wir gedenken heute all jener Journalisten, die in diesem Krieg ihr Leben verloren haben, ganz gleich, ob sie aus Europa, Syrien oder anderswoher stammen. Wir fordern die sofortige Freilassung aller gefangen gehaltenen Journalisten.

## 9. Abstimmungsstunde

4-102-000

**Der Präsident.** - Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Abstimmungsstunde.

*(Abstimmungsergebnisse und sonstige Einzelheiten der Abstimmung: siehe Protokoll).*

### 9.1. Abwicklung von Kreditinstituten und bestimmten Wertpapierfirmen im Rahmen eines einheitlichen Abwicklungsmechanismus und eines einheitlichen Bankenabwicklungsfonds (A7-0478/2013 - Elisa Ferreira) (Abstimmung)

4-104-000

– *Vor der Abstimmung:*

4-105-000

**Sharon Bowles,** *Chair of the Committee on Economic and Monetary Affairs.* – Mr President, this is just to explain that we are asking for a postponement of the legislative resolution

so that we can continue negotiations with the Council with the reinforced mandate from this plenary session. We have had two debates on this very important matter, and it is quite clear that to try to have just one side negotiating all by itself and saying that there is no room for manoeuvre is not co-decision and is not satisfactory. I appreciate the support of colleagues in sending a strong message to Council on this dossier.

4-106-000

**Antolín Sánchez Presedo (S&D).** - Señor Presidente, me dirijo al Pleno en nombre de Elisa Ferreira. Después de hablar con los ponentes de los distintos Grupos, de escuchar la posición de la presidenta de nuestra comisión y oída la Conferencia de Presidentes, sí pedimos que, con arreglo al artículo 57, apartado 2, del Reglamento, se posponga la votación relativa al proyecto de Resolución legislativa porque nuestra voluntad es que se proceda a alcanzar un acuerdo, si es posible, en primera lectura con el Consejo.

Para eso, lo que pedimos al Consejo es que escuche el resultado de esta votación, que esperemos que sea clara y robusta, que se mueva y que atienda la petición de la carta que le enviará el Presidente del Parlamento, según ha anunciado.

4-107-000

– Vor der Abstimmung über Änderungsantrag 1:

4-108-000

**Vicky Ford (ECR).** - Mr President, I have two oral amendments. The first is very short. They are both to ensure that what we have previously agreed across the single market in the RRD, and the principles that we have agreed on the Banking Union, are respected again in this dossier. The first amendment is just to add the words 'and non-participating' after the words 'each participating'. This is to make sure that every country gets a say when a bank that has a subsidiary in its jurisdiction is involved in a resolution process. I shall give the second one after we have voted this one.

4-109-000

*(Der mündliche Änderungsantrag wird nicht übernommen.)*

4-110-000

**Vicky Ford (ECR).** - Mr President, I will read this amendment reasonably speedily as I suspect colleagues will oppose it as well. The amendment is: 'Any liabilities of the Union in relation to non-contractual liabilities and costs related thereto relating to the performance by the Council or the Commission of their tasks under Article 16 of this Regulation may under no circumstances entail any financial liability for the Member States that are not participating Member States (the "non-participating Member States"). The participating Member States shall establish arrangements to ensure that the non-participating Member States are reimbursed in full, promptly and with interest, in relation to any amounts paid in own resources in respect of any application of the Union budget for the purposes described in the first subparagraph.'

May I make it clear: we are not stopping banking union but it needs to be very clear where the costs lie.

4-111-000

(Der mündliche Änderungsantrag wird nicht übernommen.)

(Die Abstimmung über die legislative Entschließung wird vertagt.)

4-112-000

## VORSITZ: RAINER WIELAND

Vizepräsident

4-113-000

**Der Präsident.** - Ich darf zunächst Herrn Enrique Iglesias, Generalsekretär des Iberoamerikanischen Bündnisses, sehr herzlich begrüßen, der das Europäische Parlament anlässlich des EUROLAT-Gipfels besucht. Herzlich willkommen!

(Beifall)

**9.2. Empfehlung für einen Beschluss gemäß Artikel 88 Absätze 2 und 3 GO zu dem Entwurf einer Verordnung der Kommission über das Ursprungsland oder den Herkunftsort von frischem, gekühltem oder gefrorenem Fleisch von Schweinen, Schafen, Ziegen und Geflügel (B7-0087/2014) (Abstimmung)**

4-115-000

– Nach der Abstimmung:

4-116-000

**Daniel Caspary (PPE).** - Herr Präsident! Ich wollte nur fragen: War für diese Abstimmung nicht die qualifizierte Mehrheit erforderlich?

4-117-000

**Der Präsident.** - Das würde für die folgende Abstimmung der Fall sein.

**9.3. Empfehlung für einen Beschluss gemäß Artikel 87a Absatz 4 GO über die delegierte Verordnung (EU) Nr. .../... der Kommission vom 28. August 2013 zur Erstellung des Anhangs III der Verordnung (EU) Nr. 978/2012 des Europäischen Parlaments und des Rates über ein Schema allgemeiner Zollpräferenzen (B7-0089/2014) (Abstimmung)**

**9.4. Empfehlung für einen Beschluss gemäß Artikel 88 Absatz 4 Buchstabe d und Artikel 87a Absatz 6 GO, keine Einwände gegen den Entwurf einer Verordnung (EU) Nr. .../... der Kommission zur Änderung der Verordnung (EU) Nr. 1031/2010 insbesondere zur Festlegung der im Zeitraum 2013–2020 zu versteigernden Mengen von Treibhausgasemissionszertifikaten zu erheben (B7-0090/2014) (Abstimmung)**

4-120-000

**Der Präsident.** - Gemäß Artikel 87a Absatz 6 Spiegelstrich 3 GO hat die Präsidentschaft Einwände der EFD- und der ECR-Fraktion sowie auch die Einwände von Herr Protasiewicz und 42 anderen Mitgliedern des Europäischen Parlaments zu der Empfehlung des Umweltausschusses, keine Einwände gegen den Entwurf der Kommission zur Änderung

der Verordnung (EU) Nr. 1031/2010, insbesondere zur Festlegung der im Zeitraum 2013–2020 zu versteigernden Mengen von Treibhausgasemissionszertifikaten, zu erheben, erhalten. Über die Empfehlung des Umweltausschusses wird deshalb in der heutigen Abstimmungsstunde abgestimmt.

– Vor der Abstimmung:

4-121-000

**Zbigniew Ziobro (EFD).** - Panie Przewodniczący! Na podstawie artykułu 177 ust. 4 Regulaminu w imieniu Grupy EFD zgłaszam wniosek formalny o to, aby Wysoka Izba przeniosła głosowanie nad tym punktem na następną sesję plenarną. Sprawa *backloadingu* jest niezwykle istotna i brzemenna w skutki jeśli chodzi o przemysł europejski, prowadzi do wzrostu cen energii, prowadzi do wzrostu kosztów produkcji i wzrostu bezrobocia w efekcie. Niezależnie jakie mamy poglądy w tej sprawie i różnymi się poglądami, okażmy szacunek sobie nawzajem i pewnym regułom gry i przełożmy to głosowanie, bo musimy się nad tym zastanowić, przeanalizować sytuację i później dopiero podjąć brzemenną w skutki decyzję w tej sprawie.

4-122-000

*(Der Antrag auf Vertagung der Abstimmung wird abgelehnt.)*

**9.5. Lage in der Ukraine (RCB7-0138/2014, B7-0138/2014, B7-0139/2014, B7-0140/2014, B7-0158/2014, B7-0161/2014, B7-0163/2014, B7-0164/2014) (Abstimmung)**

4-124-000

– Vor der Abstimmung über Änderungsantrag 1:

4-125-000

**Helmut Scholz (GUE/NGL).** - Mr President, in the light of yesterday's debate and with a clear look towards Ukraine, I would suggest that we clearly state that it is the right of the Ukrainian people to decide on their future without any international intervention. Therefore, I suggest replacing Amendment 1 with the following wording: 'underlines the fact that it is for the Ukrainian people – and only for them – to decide, free from foreign interference, on the geopolitical orientation of the country and on which international agreements and communities Ukraine should join'. I suggest that the sentence should be added as a new last sentence to paragraph 19.

4-126-000

*(Der mündliche Änderungsantrag wird übernommen.)*

– Vor der Abstimmung über Ziffer 14:

4-127-000

**Elmar Brok (PPE).** - Herr Präsident, Kolleginnen und Kollegen! Ich möchte darauf hinweisen, dass es durch ein Versehen in der Zusammenarbeit zwischen Antragsteller, Tabling Office und Übersetzung in Ziffer 14 zweiter Satz heißt: „... and the introduction of personalised targeted measures“. Richtig soll es heißen: „preparation of personalised targeted measures“. Bitte, dass das dann so abgestimmt wird.

**9.6. Lage in Syrien (RCB7-0141/2014, B7-0141/2014, B7-0142/2014, B7-0143/2014, B7-0144/2014, B7-0155/2014, B7-0157/2014, B7-0160/2014) (Abstimmung)**

**9.7. Lage in Ägypten (RCB7-0145/2014, B7-0145/2014, B7-0146/2014, B7-0147/2014, B7-0148/2014, B7-0153/2014, B7-0154/2014, B7-0162/2014) (Abstimmung)**

**9.8. Gipfeltreffen EU-Russland (B7-0149/2014, RCB7-0150/2014, B7-0150/2014, B7-0151/2014, B7-0152/2014, B7-0156/2014, B7-0159/2014) (Abstimmung)**

**9.9. Fortschrittsbericht 2013 über Bosnien und Herzegowina (B7-0074/2014) (Abstimmung)**

4-132-000

– *Nach der Abstimmung:*

4-133-000

**Bernd Posselt (PPE).** - Herr Präsident! Bitte akzeptieren Sie ausnahmsweise einen winzigen Regelverstoß. Niemand hat solche Verdienste um Bosnien und Herzegowina wie die Kollegin Pack. Und nachdem das vermutlich ihr letzter Bosnien-Bericht hier im Haus ist, finde ich, man sollte ihr für ihren jahrzehntelangen Einsatz danken!

*(Beifall)*

**9.10. Fortschrittsbericht 2013 über die Ehemalige Jugoslawische Republik Mazedonien (B7-0073/2014) (Abstimmung)**

**9.11. Fortschrittsbericht 2013 über Montenegro (B7-0072/2014) (Abstimmung)**

**9.12. Abschaffung der Genitalverstümmelungen bei Frauen und Mädchen (B7-0091/2014) (Abstimmung)**

**9.13. NAIADES II – Aktionsprogramm zur Förderung der Binnenschifffahrt (B7-0094/2014) (Abstimmung)**

4-138-000

**Der Präsident.** - Damit ist die Abstimmungsstunde geschlossen.

## **10. Stimmerklärungen**

4-140-000

**Der Präsident.** - Als nächster Punkt der Tagesordnung folgen die Erklärungen zur Abstimmung. Wir beginnen mit den Erklärungen zur Abstimmung, die gestern nicht behandelt werden konnten. Danach folgen die Erklärungen zur Abstimmung zu den Punkten, über die heute abgestimmt wurde.

## 10.1. Ausgleichs- und Unterstützungsleistungen für Fluggäste im Fall der Nichtbeförderung und bei Annullierung oder großer Verspätung von Flügen (A7-0020/2014 - Georges Bach)

4-142-000

### Mündliche Erklärungen zur Abstimmung

4-143-000

**Rina Ronja Kari (GUE/NGL).** - Hr. formand! Først og fremmest så vil jeg sige, at det selvfølgelig er dejligt, at der sker en afklaring af flypassagerens rettigheder. Men jeg vil også sige, at det er brandærgerligt, at Kommissionen åbenbart mener, at strejker er noget, som man må betragte som usædvanlige omstændigheder. Det er helt tydeligt, at Kommissionen benytter lejligheden til at sige, at strejker, det er simpelthen ikke noget, som flyselskaberne er skyld i. Men det er jo ikke rigtigt! Hvis flyselskaberne i øvrigt behandler deres medarbejdere ordentligt, kan de jo sagtens undgå strejkerne. Derfor synes jeg, det er dybt beklageligt.

4-144-000

**Dubravka Šuica (PPE).** - Poštovani predsjedniče, putnici često ne uspiju iskoristiti svoja prava i naša je zadaća da omogućimo ravnomjernu primjenu zakona diljem Europske unije. Putnici imaju pravo na jasnoću i na informaciju, i nadam se da će se situacija s kašnjenjem, odštetama i neželjenim pojavama koje idu na uštrb kompanija polagano riješiti.

Veseli me što u ovom prijedlog imamo popis izvanrednih okolnosti i što konačno znamo što su to izvandredne okolnosti. U svakom slučaju, putnik treba biti odštećen u slučaju insolventnosti kompanije. Prava putnika ne smiju ovisiti o tome imamo li povezani ili jednostavni let i vjerujem da je ovo velika pomoć hrvatskom turizmu jer on jako ovisi o zračnim vezama. Zato se veselim što smo na tragu usvajanja ove rezolucije.

4-145-000

**Adam Bielan (ECR).** - Panie Przewodniczący! Chociaż transport lotniczy charakteryzuje się stale rosnącą konkurencyjnością, to jednakże kwestia ochrony praw pasażerów tego środka komunikacji wciąż pozostawia wiele do życzenia. Sytuację tę obrazują wyroki Europejskiego Trybunału Sprawiedliwości.

Opowiadam się za wszelkimi rozwiązaniami zwiększającymi komfort podróży i ułatwiający dochodzenie roszczeń. Warto jednak zwrócić uwagę, że część propozycji zamieszczonych w tym sprawozdaniu może w rzeczywistości działać na szkodę konsumentów. Przykładowo regulacje dotyczące odszkodowania za opóźnienie w lotach łączonych nieproporcjonalnie obciążają przewoźników regionalnych, co może skutkować wydłużeniem czasu i wzrostem kosztów podróży. Dodatkowo pasażerowie mogą zostać zmuszeni do wielokrotnej rejestracji bagażu podczas takich podróży. Niektóre przepisy spowodują, że przewoźnicy będą częściej stosowali praktykę odwoływania lotów, na czym również tracą pasażerowie.

4-146-000

**Monika Smolková (S&D)** - Podporila som návrh, ktorým sa ustanovujú spoločné pravidlá systému náhrad a pomoci cestujúcim pri odmietnutí nástupu do lietadla a ďalších náhrad,



pretože je to dobré opatrenie na ochranu obyvateľov, ktorých dopravným prostriedkom mnohokrát je iba lietadlo.

Počas päťročného mandátu v Európskom parlamente som na letiskách strávila veľa času. Teda mám aj vlastné skúsenosti s meškaním či zrušením letov, s problémami s príručnou batožinou, ktorá bola iba nákupom na letisku. Často som sa musela dožadovať kompenzácií za zrušené lety a nie vždy to bolo jednoduché. Preto som uvítala, že je taxatívne vymenované, ktoré okolnosti zrušenia letov sú mimoriadne okolnosti a ktoré sú také, za ktoré zodpovedá prepravca a musí kompenzovať náklady cestujúcim. Za veľmi dôležité ale považujem, aby cestujúca verejnosť sa o prijatých opatreniach v nariadení dozvedela, aby si ich aj vedela uplatňovať v každodennej praxi.

4-147-000

**Seán Kelly (PPE).** - A Uachtaráin, bhí áthas orm tacaíocht a thabhairt don tuarascáil seo agus vótáil le mo ghrúpa i ngach aon vóta. Is minic nuair a bhímid ag plé ábhair sa Pharlaimint go ndeirtear nach dtuigimid cás na saoránach. Ní dóigh liom go bhfuil sé sin fíor ach cinnte sa chás seo tuigimid cás na bpaisinéirí níos mó ná aon ghrúpa eile. Mar Fheisirí Eorpacha bíonn orainn a laghad dhá eitilt a fháil gach seachtain. Sin céad eitilt in aghaidh na bliana nó cúig chéad i rith na tréimhse cúig bliana. Dá bhrí sin, tuigimid an strus a bhíonn ar phaisinéirí nuair a chuirtear eitiltí ar ceal nó nuair a chuirtear siar iad ar feadh cúpla uair an chloig. Dá bhrí sin, is ceart dúinn cúnaimh agus cúiteamh a thabhairt do phaisinéirí nuair a tharlaíonn rudaí den sórt sin. Dá bhrí sin, bhí áthas orm vótáil agus déanfaidh sé seo maitheas do phaisinéirí amach anseo.

4-148-000

**Giommaria Uggias (ALDE).** - Signor Presidente, recuperavo il testo della dichiarazione scritta. Credo che con la revisione del regolamento che disciplina il diritto dei passeggeri aerei questo Parlamento abbia reso un eccellente servizio ai cittadini europei e alle loro istanze.

Con i colleghi della commissione trasporti abbiamo approvato un testo più ambizioso rispetto alle proposte della Commissione, che rafforza il grado di tutela dei passeggeri aerei, i quali potranno finalmente avvalersi di nuovi strumenti per l'assistenza, il rimborso, le competenze in caso di disservizi legati ai voli. Il nuovo testo limita al massimo le ragioni per cui una compagnia può negare ai passeggeri la compensazione, restringendo il campo di quelle che possono essere circostanze eccezionali, cui spesso le compagnie fanno riferimento quando negano ai passeggeri un rimborso.

Viene inoltre sancito il diritto al risarcimento nel caso di ritardi prolungati. Altra importante novità introdotta dal regolamento è il divieto della politica "no-show", la mancata presentazione all'imbarco da parte dei passeggeri che si verifica quando una compagnia nega l'imbarco ai passeggeri su un volo di ritorno se questi non hanno utilizzato il volo di andata del biglietto.

4-149-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-149-125

**Luís Paulo Alves (S&D),** *por escrito.* - Aprovo o presente relatório, pois considero que o setor da aviação sofreu alterações significativas nos últimos anos, associadas a um aumento

do número de passageiros e de voos no mercado europeu liberalizado. No entanto, esta evolução globalmente positiva foi acompanhada, de uma certa forma, pela ocorrência de práticas desleais e por uma redução da qualidade dos serviços, com consequências negativas para os passageiros. Além disso, desde a entrada em vigor do regulamento em 2004, surgiram problemas derivados das diversas interpretações resultantes de zonas de sombra e de lacunas existentes no atual regulamento, de uma aplicação não uniforme nos Estados-Membros e das dificuldades sentidas pelos passageiros para fazer valer os seus direitos quando as transportadoras aéreas não cumprem a legislação. O Parlamento exprimira já a sua opinião sobre vários destes pontos no contexto das suas resoluções aprovadas em 2012. Posso no entanto destacar vários elementos da proposta da Comissão como sendo um passo em frente na aplicação dos direitos dos passageiros aéreos.

4-149-250

**Marta Andreasen (ECR)**, *in writing* . - I voted against this report because it fails in its stated aims. Decreasing the length of delay after which compensation can be claimed from five to three hours would incentivise airlines to cancel flights in order to maintain their schedule and minimise compensation. Secondly, it would put a disproportionate burden on feeder flights. If adopted, these proposals would lead to a reduction in services (particularly from the regions) and would threaten 'inter-lining', thus increasing journey times and requiring passengers to check baggage in and out for 'connecting flights'.

In addition, the proposals would not remove a clause suspending the application of air-passenger-rights legislation to Gibraltar. In 2006, the UK, Spain and the Government of Gibraltar concluded the 'Cordoba Agreement' to ensure that Gibraltar Airport was part of the EU's single market. I share the UK Government's strong view that Gibraltar is an EU airport and that, in line with the Treaties, all EU aviation measures must be extended to Gibraltar.

4-149-500

**Roberta Angelilli (PPE)**, *per iscritto* . - L'applicazione e l'interpretazione uniforme dei diritti dei passeggeri nell'Unione europea è un obiettivo giusto e opportuno, che ci poniamo da tempo.

La revisione del regolamento (CE) n. 261/2004 si è resa necessaria a causa di diverse problematiche emerse in questi dieci anni: problemi interpretativi della normativa, difficoltà nella gestione dei reclami, difficoltà nell'applicazione delle sanzioni, costi imposti all'industria aeronautica ormai sproporzionati rispetto al mercato.

Oltre a mettere ordine e aggiornare questi punti, la nuova normativa incrementa le tutele per i passeggeri. Direi di più, il passeggero diventa giustamente il fulcro attorno al quale ruota la revisione del regolamento. Sempre con la massima attenzione alla misura e alle proporzioni dei nostri interventi: attenzione quindi a non penalizzare eccessivamente le compagnie aeree e a tutelare le esigenze di libera concorrenza delle imprese.

4-149-750

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *raštu* . - Balsavau už šį siūlymą, kuriuo siekiama sustiprinti lėktuvų keleivių teises. Šiandien tik 2 procentai lėktuvų keleivių, pateikusių skundus skrydžių bendrovėms, sulaukia kompensacijų. Šioje srityje stipresnė vartotojų apsauga yra būtina. Svarbu, kad keleivių teisės egzistuotų ne tik „popieriuje“. Naujomis taisyklėmis bus patobulintos skundų teikimo procedūros ir vykdymo užtikrinimo priemonės, kad keleiviai

galėtų realiai pasinaudoti savo teisėmis ir gauti kompensaciją. Oro uostuose įstrigę keleiviai igis geresnių galimybių gauti informaciją, pagalbą ir būti nukreipti kitais maršrutais. Jei į keleivio skundą neatsakoma per 2 mėnesius, tai reikš, kad oro vežėjas sutinka su prašomu kompensavimu. Bagažo apribojimai turės būti aiškiai įvardinti perkant bilietą ir registruojantis į lėktuvą. Taip pat siekiama įpareigoti vežėjus apsidrausti arba kaupti lėšas specialiuose fonduose, iš kurių bankroto atveju būtų gražinami pinigai už bilietus arba apmokamas keleivių parskraidinimas namo. Kartu griežtėja nacionalinių ir Europos valdžios institucijų vykdoma oro vežėjų priežiūra.

4-149-875

**Erik Bánki (PPE),** *írásban*. - Támogattam szavazatommal a rendelet módosítását, melyre az elmúlt évek során óriási igény jelentkezett jogalkalmazói részről, beleértve a végrehajtással, ellenőrzéssel felruházott szervezeteket és a légifuvarozókat is. A módosítást többek között az Európai Bíróság jogalkotói döntései is sürgették, például a jelentős késésekkel kapcsolatos kártalanítási kötelezettség kapcsán. Nagyon fontosnak tartom, hogy az utasokat megillető jogokat, beleértve a kártérítést is, minél pontosabban szabályozzák annak érdekében, hogy azokat a légitársaságok is megfelelően betarthassák. A jogbiztonságot szolgálja a parlamenti jelentésnek azon lényeges módosítása is, mely végre világosan rögzíti, hogy a repülőtéri vásárlás során vásárolt cikkeket tartalmazó csomagot is felvihessék az utasok a repülőgépre a megengedett számú poggyászon felül. A szabályozási bizonytalanság ugyanis számos kellemetlenséget okozott eddig az utasoknak.

4-149-906

**Heinz K. Becker (PPE),** *schriftlich*. - Heute haben wir mehr Rechte für Flugpassagiere durchgesetzt. Für über 26 Millionen Fluggäste, die allein in Österreich jährlich starten und landen, wird es künftig mehr und schnelleren Schadenersatz und vereinfachte Beschwerdeverfahren bei Verspätungen und Annullierungen geben. Fluggäste bekommen bei großen Verspätungen von mehr als drei Stunden die gleichen Rechte wie Fluggäste, deren Flug annulliert wurde. Das bedeutet 300 Euro Entschädigung bei Flügen bis 3 500 km, und für Langstreckenflüge gibt es bis zu 600 Euro. Auch die Handgepäck-Schikane mancher Billig-Airlines hat nun ein Ende. Ab jetzt soll die Obergrenze des gesamten zulässigen Handgepäcks pro Fluggast in Höchstabmessung und Höchstgewicht angegeben werden. Die Anzahl der Gepäckstücke darf nicht mehr begrenzt werden. Die mühsamen Beschwerdeverfahren halten die Passagiere oft davon ab, von ihren Rechten Gebrauch zu machen. Deshalb verpflichten wir ab jetzt die Fluggesellschaften, Anlaufstellen an den Flugterminals für Information und Hilfe für Fluggäste einzurichten!

4-149-937

**Fabrizio Bertot (PPE),** *per iscritto*. - Ho votato a favore della relazione dell'onorevole Bach, ritenendo opportuno rivedere la normativa in materia di tutela dei passeggeri al fine di evitare il diffondersi di pratiche sleali e il peggioramento della qualità dei servizi.

Alla luce delle lacune presenti nella legislazione vigente e della mancata uniformità applicativa negli Stati membri, nonché della difficoltà dei passeggeri a invocare i propri diritti, plaudo alle proposte del relatore considerando insufficienti, o per meglio dire imprecise, le proposte avanzate dalla Commissione, sebbene vadano nella giusta direzione soprattutto relativamente ai reclami.

Sovente si rileva un'insoddisfazione del passeggero che non dispone delle informazioni necessarie e che, scoraggiato dagli elevati costi legati al diritto di adire un tribunale e dalla complessità delle procedure, decide di non presentare un reclamo. In linea con quanto espresso dal relatore, credo che i seguenti punti della proposta di regolamento della Commissione vadano pertanto rivisti: diritto al risarcimento in caso di ritardi prolungati, negato imbarco, diritti relativi alle coincidenze, tutela in caso di ripetute interruzioni del volo, circostanze eccezionali, diritto alla sistemazione in albergo, diritto all'informazione, procedura di reclamo, ritardi in pista, bagaglio autorizzato e smarrimento, danneggiamento o ritardo dei bagagli.

4-150-000

**Sebastian Valentin Bodu (PPE)**, *în scris* . - Industria aviatică a suferit modificări semnificative în ultimii ani, asociate cu o creștere a numărului de pasageri și a zborurilor pe piața europeană liberalizată. Această evoluție, în general pozitivă, a fost însoțită într-o oarecare măsură de o serie de practici injuste și de o reducere a calității serviciilor, cu consecințe negative pentru călători. În plus, de la intrarea în vigoare a regulamentului, în 2004, s-au constatat probleme cu privire la o serie de interpretări diferite, din cauza zonelor gri și a lacunelor din actualul regulament, a aplicării neuniforme în statele membre și a dificultăților pasagerilor în exercitarea drepturilor lor în cazul în care operatorii de transport aerian încalcă legislația.

Implementarea incompletă și incoerentă a regulamentului existent de către operatorii de transport aerian și de către autoritățile naționale creează confuzie atât pentru pasageri, cât și pentru sector. În plus, pasagerii nu dispun încă de toate informațiile cu privire la drepturile lor și sunt nemulțumiți de condițiile și costurile asociate cu concretizarea acestora.

4-150-250

**Philippe Boulland (PPE)**, *par écrit* . - J'ai voté pour ce rapport qui vise à renforcer la législation en vigueur en offrant notamment des précisions quant à l'information aux passagers et à l'obtention de compensations en cas de refus d'embarquement, d'annulation, ou de retard d'un vol. C'est une des très grandes avancées de l'UE pour la protection des passagers.

4-150-281

**Philip Bradbourn (ECR)**, *in writing* . - The Bach report on air passenger rights contains many positive improvements to the existing regulation. I support the moves to improve legal clarity and to close loopholes that allow some airlines to avoid paying passengers the full compensation to which they are entitled.

I am also a strong advocate of greater transparency for passengers with regard to hand-luggage allowances, particularly airport shopping purchases. I was glad, too, to see the inclusion of my amendment requiring all airports with more than one million passengers to have a 'changing places' facility for severely disabled people.

Despite my support for these measures, however, I abstained in the vote on the final report as Conservative amendments to include Gibraltar in the regulation were rejected. I could not, in all conscience, vote for a report on passenger rights that took away the rights of the people of Gibraltar and failed to recognise Gibraltar as part of the European Union.

4-150-312

**Arkadiusz Tomasz Bratkowski (PPE)**, *na piśmie*. - Zagłosowałem za przyjęciem zmian w istniejących rozporządzeniach (WE) nr 261/2004 oraz (WE) nr 2027/97 określających pomoc i odszkodowanie dla pasażerów w przypadku odmowy przyjęcia na pokład, odwołania lub dużego opóźnienia lotów. Zwiększona liczba przelotów, a tym samym pasażerów korzystających z usług linii lotniczych, doprowadziła do obniżenia jakości usług świadczonych przez przewoźników lotniczych oraz częstego nieprzestrzegania praw przysługujących ich pasażerom. W związku z powyższym przedmiotowe rozporządzenie ma na celu wzmocnienie przepisów wobec pasażerów korzystających z usług linii lotniczych. Zaproponowane zmiany w bardziej przejrzysty sposób klasyfikują ich prawa do pomocy i odszkodowania w przypadku dużych opóźnień w rozkładzie lotów. Kolejne regulacje odnoszą się do uprawnień przysługujących podróżującym w przypadku lotów łączonych, odmowy przyjęcia na pokład, nadzwyczajnych okoliczności czy też planów postępowania awaryjnego. Jestem przekonany, że przyjęcie powyższego sprawozdania w dzisiejszym głosowaniu zapewni pasażerom Unii Europejskiej sprawniejsze i bardziej przejrzyste dochodzenie swoich praw, jak również wpłynie na podniesienie poziomu usług ze strony przewoźników lotniczych.

4-150-375

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - Voto favoravelmente o presente relatório para aumentar os níveis de proteção, não deve ser possível impedir os passageiros de embarcar numa etapa de voo de um bilhete de ida e volta com base no facto de não terem realizado a viagem de ida ou de não terem utilizado todos os segmentos do bilhete. Os fabricantes deverão elaborar uma declaração UE de conformidade, a fim de facultar as informações exigidas pela presente diretiva acerca da conformidade de um instrumento de medição com a presente diretiva e com outra legislação de harmonização da União aplicável.

4-150-406

**Anna Maria Corazza Bildt (PPE)**, *skriftlig*. - Flygresor är avgörande för vår ekonomi, både för turism och för jobb, och påverkar många av oss i vardagen. Men förseningar, brist på information och varierande affärspraxis mellan flygbolagen skapar ofta irritation och oro hos resenärerna. Därför stöder jag de nya reglerna för flygpassagerare för att förbättra villkoren för konsumenter. Vi har nu klubbat en bra balans mellan tydligare regler för klagomål och kompensation, samtidigt som vi tar hänsyn till flygbranschens ansträngda ekonomiska situation. Bland annat förtydligar vi definitionen av "extraordinära omständigheter" så att det inte ska kunna missbrukas som ursäkt för att inte kompensera resenärer. Dessutom höjer vi kraven på upplysning från flygbolagen om förseningar och kostnader för bagage. Tack vare trösklar för kompensation och förbud mot "no show policy" ökar vi konsumentskyddet. Samtidigt uppmanar jag konsumenter att vara ansvarsfulla och t.ex. meddela flygbolagen när de inte använder en sträcka i sin bokning.

4-150-437

**Emer Costello (S&D)**, *in writing*. - Implementation of the existing EU rules on compensation and assistance to passengers in the event of their flight being delayed or cancelled suffers from many shortcomings, and this creates uncertainty both for air passengers and for airlines, particularly those who respect the rules.

The new regulation, as passed by Parliament, is intended to address the gaps in the existing rules and ensure that passengers who face long delays have the same rights as passengers of a cancelled flight. It is intended to enhance transparency in relation to final ticket prices and to ensure that handbags are not considered as carry-on luggage. It sets out a clearer definition of 'extraordinary circumstances justifying the non-payment of compensation'. From now on, airlines will not be able to avoid their responsibilities by citing 'technical problems'.

Other improvements include more, and more accessible, contact points at airports, easier procedures for making complaints, and a strengthened enforcement regime. I would urge the Council and the Commission to work closely with MEPs over the coming months so that we can quickly strengthen air passengers' rights and provide greater clarity for airlines.

4-150-468

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. – Je soutiens ce texte qui vise à renforcer les droits des passagers aériens dans l'Union européenne. Ces droits demeurent trop souvent méconnus. Il semble essentiel d'œuvrer en faveur d'une meilleure sécurité juridique des citoyens en Europe. Les compagnies aériennes doivent s'attacher à une politique de transparence et de diffusion de l'information en cas de perturbation du voyage, notamment par la création d'un point de contact pour chaque compagnie. En outre, je me félicite de la proposition qui a été faite pour assurer également une meilleure transparence des prix des billets et pour protéger les passagers contre d'éventuels abus.

4-150-484

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. - Pretende-se que transportadoras aéreas tenham uma pessoa de contacto em cada aeroporto em que operam para prestar informações e dar assistência aos passageiros em caso de cancelamento ou atraso dos voos, recusa de embarque e extravio ou atraso na entrega de bagagem. Os passageiros poderão também apresentar as suas reclamações a essa pessoa de contato diretamente no aeroporto. Defende-se que a informação sobre a bagagem permitida terá de ser claramente indicada na fase inicial do processo de reserva e no *check-in*. O Parlamento Europeu defende que os passageiros devem poder transportar a bordo, na cabina, a título gratuito, objetos ou pertences pessoais essenciais, tais como casacos e malas de mão, incluindo pelo menos um saco de dimensão normalizada com artigos comprados no aeroporto, adicionalmente à bagagem máxima autorizada na cabina. Para além disso, em caso de cancelamento ou atraso na partida, a transportadora aérea deve informar os passageiros da situação, incluindo da causa da perturbação, logo que esta informação esteja disponível, e em qualquer caso o mais tardar 30 minutos após a hora programada de partida. A proposta obriga as companhias aéreas a assegurar o reencaminhamento dos passageiros.

4-150-500

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - A diretiva aprovada altera uma outra que regula a indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos. Esta alteração revela melhoramentos no que respeita à defesa dos direitos dos passageiros dos transportes aéreos – em concreto, a garantia de proteção dos seus legítimos interesses, o direito à qualidade dos serviços, o direito à proteção dos seus interesses económicos e o direito à informação. A proposta da Comissão não garantia um elevado nível de proteção dos consumidores em algumas áreas, como o reforço do direito de compensação decorrente das situações de

atraso prolongado e a proibição total da chamada cláusula *no-show*, impedindo que o embarque possa ser injustificadamente recusado e passageiros que não utilizem a totalidade do bilhete de transporte ou até mesmo que não possam ser cobradas quaisquer taxas adicionais pelo mesmo facto. São ainda incluídos deveres das companhias aéreas de informarem os consumidores sobre bagagem de mão e porão, assim como a clarificação de conceitos usados para isentar as companhias da responsabilidade de indemnização, nomeadamente as *circunstâncias extraordinárias* tantas vezes utilizadas pela sua ambiguidade. Votámos favoravelmente.

4-150-562

**Carlo Fidanza (PPE)**, *per iscritto* . - Esprimo il mio voto favorevole.

Le attuali norme del settore sono incomplete e non vi è una corretta applicazione del regolamento in vigore da parte dei vettori e delle autorità nazionali. Questo porta pertanto a confusione fra i passeggeri e l'industria. In particolare i passeggeri sono poco informati riguardo ai loro diritti e sono insoddisfatti delle circostanze e dei costi connessi all'applicazione di tali diritti.

Le preoccupazioni principali sono state affrontate: diritto al risarcimento in caso di ritardi prolungati, diritti in materia di voli di collegamento, negato imbarco, circostanze straordinarie, diritto all'alloggio e informazioni, nonché trasparenza dei prezzi, franchigia bagaglio, bagagli persi danneggiati e ritardi. Con il voto di oggi è stata rinforzata la proposta della Commissione europea nell'unico interesse dei passeggeri europei.

4-150-593

**Lorenzo Fontana (EFD)**, *per iscritto* . - La relazione riguarda la modifica del regolamento (CE) n. 261/2004 e del regolamento (CE) n. 2027/97, relativi all'assistenza dei passeggeri in caso di ritardo, cancellazione del volo o negato imbarco.

I dati affermano che nel 2012 i passeggeri che hanno subito disagi senza nessun rimborso sono stati 1,7 milioni, facendo risparmiare alle compagnie aeree 400 milioni di euro. Le cause sono da attribuire ad una mancata applicazione del regolamento del 2004, alla non consapevolezza del viaggiatore e alla scarsa informazione da parte delle compagnie aeree.

La Commissione ha avanzato alcune proposte: aumentare da 3 a 5 le ore di attesa per avere diritto al rimborso; l'inserimento della clausola difetti tecnici (oltre alla clausola circostanze eccezionali) con il rischio di un suo abuso da parte delle compagnie al fine di evitare un rimborso a favore dei passeggeri.

Infine il ritardo sul *tarmac*, ovvero un non chiarimento sui diritti dei passeggeri nel caso in cui il ritardo si verifichi quando i passeggeri siano già stati imbarcati sull'aereo. Visto la mancata chiarezza nei punti sopraelencati esprimo voto favorevole alla proposta del Parlamento la quale respinge le proposte della Commissione.

4-150-625

**Juozas Imbrasas (EFD)**, *raštu* . - Aviacijos pramonė pastaraisiais metais patyrė didelių pasikeitimų, susijusių su keleivių skaičiaus padidėjimu ir skrydžiais liberalizuotoje Europos rinkoje. Tačiau šį plačiąją prasme teigiamą pokytį tam tikra prasme lydi taikoma nesąžininga praktika ir pablogėjusi paslaugų kokybė. Vežėjai ir nacionalinės institucijos nevisiškai ir nevienodai įgyvendina esamą reglamentą, atsiranda painiavos ir keleiviams, ir pramonei. Be to, keleiviams trūksta informacijos apie jų teises ir jie yra nepatenkinti aplinkybėmis ir

išlaidomis, susijusiomis su tų teisių vykdymo užtikrinimu. Skaičiai rodo, kad tikrovėje tik maža dalis keleivių, kurie teoriškai turėtų teisę gauti išmokas ir kompensacijas, pateikia prašymą ar gauna išmokas. Svarbiausias faktorius yra tai, kad skrydžius vykdančios oro vežėjai automatiškai nepripažįsta atitinkamų keleivių teisių. Klientai jaučiasi nesaugūs dėl sudėtingo proceso. Daugelis keleivių yra nelinkę kreiptis į teismą dėl su tuo susijusių didelių išlaidų. Pritariau pasiūlymams, kuriais bendrai paėmus siekiama stiprinti keleivių teises.

4-150-750

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit*. – J'ai soutenu le rapport de mon collègue Georges Bach portant sur les droits des passagers aériens. Ce rapport livre une définition claire des "circonstances extraordinaires" pour lesquelles une compensation financière peut être refusée et vise à renforcer la législation en vigueur en fournissant des précisions quant à l'information aux passagers, notamment concernant le traitement des bagages, et à l'obtention de compensations en cas de refus d'embarquement, d'annulation ou de retard d'un vol. Ce rapport a été largement adopté avec 580 voix pour, 41 contre et 48 abstentions, et je m'en félicite.

4-150-812

**Jacek Olgierd Kurski (EFD)**, *na piśmie*. - Ujednolicenie przepisów dotyczących ochrony pasażerów poprzez wprowadzenie wspólnych regulacji jest niezwykle istotne. Bardzo częste sytuacje polegające na opóźnieniach lub odwołanych lotach stanowią źródło poważnych problemów zarówno natury zawodowej, jak i finansowej dla pasażerów. Pasażerowie, którym odmówiono wejścia na pokład, a także ci, których loty zostały opóźnione lub całkowicie odwołane, powinni zostać objęci ochroną w postaci prawa pomocy w zakupie nowych biletów oraz innych udogodnień zwiększających komfort oczekiwania na kolejny lub opóźniony lot. Nieodzownym elementem takiej ochrony jest prawo do sprawiedliwego odszkodowania, którego podstawą jest niewykonanie lub nienależyte wykonanie zobowiązania przez przewoźnika lub administrację lotniska.

4-150-875

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto*. - Con l'evoluzione del settore dell'aviazione, che ci ha permesso di spostarci più velocemente all'interno del territorio europeo e non solo, si è verificata anche una propensione a pratiche sleali e ad una riduzione della qualità dei servizi offerti.

Tutto ciò ha prodotto, negli anni, un impatto negativo sui passeggeri. Per questi motivi, abbiamo ritenuto opportuno lavorare per migliorare il quadro di diritti esistenti a favore dei passeggeri e abbiamo approvato questa relazione, con cui si aumentano i diritti a loro disposizione in caso di disservizi o la messa in atto di pratiche sleali.

4-150-937

**Constance Le Grip (PPE)**, *par écrit*. – J'ai voté en faveur du rapport Bach sur la révision du règlement sur les droits des passagers aériens. En effet, le Parlement souhaite renforcer l'effectivité de ces règles en s'assurant que ni les compagnies (ni les passagers eux-mêmes!) ne puissent plus oublier leurs obligations (et leurs droits) en cas de retard ou d'annulation d'un vol. J'espère que les négociations sur ce dossier avec le Conseil de l'Union européenne pourront rapidement avancer, car au-delà du fait que c'est un excellent exemple de tout ce que l'UE fait concrètement pour nos concitoyens, la protection des droits des passagers est un point crucial des échanges commerciaux et humains en Europe.



4-151-000

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *în scris*. - În ultimii ani s-a observat o creștere a numărului de pasageri și a numărului de zboruri în Europa. Acest lucru este benefic economiei Uniunii, ușurând libera circulație și reducând fragmentarea pieței unice.

În același timp, această dezvoltare a industriei aviatice ridică noi probleme la nivel european, în particular în ceea ce privește protecția consumatorilor. Odată cu creșterea numărului de pasageri, se reduce și calitatea serviciilor, dacă nu există o reglementare bună în această privință. Susțin acest raport deoarece este nevoie de o legislație completă în acest domeniu, pentru a reduce confuzia în rândul pasagerilor, privind drepturile pe care le au, și în rândul companiilor aeriene, privind obligațiile pe care trebuie să le respecte. Mulți pasageri refuză să meargă în instanță datorită cheltuielilor mari la care trebuie să se supună în fața unor companii internaționale mari. Acest fapt este exploatat de companiile aviatice rezultând în încălcarea unor drepturi fundamentale.

4-151-125

**Светослав Христов Малинов (PPE)**, *в писмена форма*. - На 5 февруари 2014 г. Европейският парламент гласува на първо четене проект за подобряване на правата на пътниците, ползващи въздушен транспорт на територията на Европейския съюз.

Статистиката показва, че едва 2% от пътниците, подали оплакване след отменен или забавен полет, получават обезщетение от съответната авиокомпания. Приетите текстове възлагат допълнителни задължения за авиолиниите, свързани с информираността на пътниците при закъснения, както и подобрени правила за регистрирането и обработката на жалби.

Друго нововъведение е предложението за изплащане на обезщетения на пътниците при закъснение на полети повече от 3 часа. Едно от най-важните предложения на Европейския парламент е да се определи ясно терминът „извънредни обстоятелства“ със затворен списък, който конкретно да изброи всички ситуации, които не са под контрола на авиокомпаниите и за които не се дължи обезщетение.

Нещо повече, гласуваните текстове определят конкретна отговорност за фирмите превозвачи по отношение на настаняването и грижата за техните пътници при природни бедствия или извънредни кризи. Пресен е примерът с избухването на исландския вулкан, който през 2010 г. парализира Европа и остави десетки хиляди европейски граждани да спят по летища, далеч от дома си.

Окончателното приемане на този регламент ще бъде важна стъпка за подобряването на потребителските права на милионите европейски граждани, използващи въздушен транспорт!

4-151-250

**Véronique Mathieu Houillon (PPE)**, *par écrit*. - J'ai voté en faveur du rapport car selon moi le refus d'embarquement, le retard ou l'annulation d'un vol devrait faire l'objet d'une compensation aux passagers par les compagnies aériennes, sauf circonstances extraordinaires clairement définies par le texte. Par ailleurs, chaque compagnie devrait avoir un point de contact dans chaque aéroport qu'elle dessert afin de répondre aux difficultés rencontrées par les passagers et de mieux les informer, notamment quant à leurs droits et aux procédures de plainte. Les compagnies aériennes devraient aussi répondre aux plaintes dans un délai de deux mois, sans quoi elles seraient considérées comme acceptées.

4-151-375

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. - A aprovação desta nova proposta vem conferir novos direitos aos passageiros dos transportes aéreos em matéria de assistência, reencaminhamento e informações, sempre que fiquem retidos nos aeroportos. As regras, que têm ainda de ser negociadas com os Governos nacionais, reforçam também o direito a indemnização dos passageiros que sejam vítimas de longas esperas ou de problemas com a bagagem. É necessário eliminar as matérias menos claras da atual legislação. Com a aprovação deste relatório, tal será possível em matérias como: melhor assistência nos aeroportos, bagagem permitida na cabina, atraso, cancelamento, reencaminhamento, reclamações e falência da companhia aérea. Daí o meu voto favorável.

4-151-500

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - He votado a favor del presente informe porque realiza una propuesta de normativa que supone una mejora sustancial de los derechos de los pasajeros frente a las aerolíneas que los transportan. El informe recoge numerosos puntos en los que mejora los actuales derechos de los pasajeros: por ejemplo, incrementa el tiempo máximo durante el que tienen derecho a recibir una compensación económica, obliga a informar con dos semanas de antelación sobre cualquier cambio en el vuelo, desarrolla los derechos de los pasajeros ante un retraso de más de dos horas, etc. En definitiva, supone una apuesta para que los pasajeros puedan exigir el cumplimiento de sus derechos ante las aerolíneas. Es por esto por lo que he decidido votar a favor del presente informe.

4-152-000

**Claudio Morganti (EFD)**, *per iscritto*. - Negli ultimi anni, con l'aumento dei voli e dei passeggeri, sono aumentati anche i casi di disagio e disguidi registrati: nel solo 2012 abbiamo avuto oltre un milione e mezzo di viaggiatori in Europa che hanno lamentato ritardi o cancellazioni, senza ottenere alcun risarcimento dalle compagnie aeree, che hanno potuto così risparmiare centinaia di milioni di euro di rimborsi teoricamente dovuti.

Tutto questo avviene perché spesso i passeggeri non sono consapevoli dei loro diritti, e le compagnie ovviamente non fanno nulla per agevolarli, mentre chi dovrebbe vigilare non è sempre attento. Questo nuovo regolamento dovrebbe migliorare la situazione attuale, e devo dire che il Parlamento ha ottenuto buoni risultati, a partire da una maggiore tutela in caso di "circostanze eccezionali", e limitando a 3 ore la soglia minima di ritardo per cui richiedere un rimborso, rispetto alle 5 inizialmente proposte dalla Commissione europea.

È giusto quindi che vi siano maggiori garanzie e che sia garantita una giusta informazione, poiché spesso un grosso ritardo o peggio la cancellazione di un volo possono portare a numerose problematiche per i passeggeri, che purtroppo spesso non sono di lieve entità.

4-152-031

**Katarína Nevedálová (S&D)**, *písomne* - Letecký priemysel absolvoval v posledných rokoch veľké zmeny. Ide predovšetkým o zvýšenie počtu cestujúcich a letov na spoločnom európskom trhu. Tento vo väčšine prípadov pozitívny vývoj však bol a stále je do istej miery sprevádzaný uplatňovaním nekalých praktík a znížením kvality služieb s negatívnymi dôsledkami pre cestujúcich. K najvypuklejším príkladom takéhoto správania, podľa môjho názoru patrí správanie niektorých nízkonákladových spoločností, operujúcich na európskom trhu. Aj keď sa ich praktiky javia na prvý pohľad v poriadku, takpovediac v

súlade nariadeniami a pravidlami, pri bližšom skúmaní a hlavne osobnej skúsenosti môžeme vidieť, že to tak nie je. Spôsob predaja služieb je mnohokrát neprehľadný a účelovo zavádzajúci, čo spôsobuje komplikácie pri uplatňovaní práv pasažierov. Nekonzistentné uplatňovanie súčasného nariadenia dopravcami aj vnútroštátnymi orgánmi tým pádom spôsobuje zmätok nie len pre cestujúcich, ale aj pre celé odvetvie. Súhlasím so spravodajcom, že jedným z hlavných problémov je, že dopravcovia neuznávajú práva dotknutého cestujúceho automaticky. Pasažieri preto musia individuálne uplatňovať svoje nároky u veľkých spoločností, čo spôsobuje neistotu spojenú s faktom, že nemajú čas a finančné prostriedky na uplatňovanie svojich práv pred súdom. Preto za hlavné priority považujem zvýšenie transparentnosti, zlepšenie prístupu k informáciám a lepšiu vymožitelnosť práv za pomoci národných orgánov.

4-152-062

**Alfredo Pallone (PPE)**, *per iscritto*. - Nei paesi dell'Unione spesso non c'è un'applicazione coerente dei diritti dei passeggeri aerei, le compagnie agiscono in modi differenti senza tutelare i diritti dei passeggeri in casi di ritardo, cancellazioni o problemi relativi ai bagagli.

Con la relazione appena approvata si istituiscono regole comuni in materia di compensazione ed assistenza, con parametri ben definiti per valutare le circostanze (cosiddette "circostanze eccezionali") in cui le compagnie aeree sono tutelate quando le cause del disagio vanno oltre la loro responsabilità e criteri di risarcimento per cui a seconda del ritardo e della distanza del volo sono obbligate a rimborsare i passeggeri.

4-152-125

**Franck Proust (PPE)**, *par écrit*. - La législation européenne concernant les droits des passagers aériens devait absolument être clarifiée afin de pouvoir les protéger le mieux possible. Je suis donc très heureux d'avoir voté en faveur de ce rapport. En effet, celui-ci propose d'édicter des règles compréhensives et claires afin d'empêcher une mauvaise application de la législation. La définition de certains termes est indispensable pour éviter d'installer un vide juridique qui peut être utilisé contre les passagers par des compagnies aériennes malveillantes. Il faut responsabiliser tous les acteurs pour qu'ils indemnisent leurs passagers en cas d'annulation ou de retard important d'un vol et en établissant des sanctions si les droits des passagers ne sont pas respectés. Pour que le marché européen soit plus mobile, il faut tout d'abord faciliter le déplacement des voyageurs en leur garantissant le respect de leurs droits.

4-152-250

**Marie-Thérèse Sanchez-Schmid (PPE)**, *par écrit*. - Seuls 2 % des passagers aériens obtiennent une indemnisation après avoir introduit une plainte : tel est le déséquilibre actuel entre le voyageur et la compagnie aérienne. J'ai donc voté pour ces nouvelles dispositions afin que les passagers immobilisés, dont les bagages ont été endommagés ou dont le vol a été retardé soient mieux informés et puissent obtenir des compensations. Le texte prévoit également d'augmenter le nombre de bagages autorisés en soute en incluant les sacs à main, les manteaux et les sacs d'achat à l'aéroport.

4-152-500

**Salvador Sedó i Alabart (PPE)**, *por escrito*. - El respeto de los derechos de los ciudadanos, a la vez consumidores y pasajeros, es un objetivo esencial de la Unión Europea y, en el caso concreto de los pasajeros, es un requisito básico para que el mercado único sea completo.

El tráfico aéreo es esencial para el libre movimiento de personas, por lo que debe llevarse a cabo en unas condiciones justas y favorables para los pasajeros. Normalmente, estos no disponen de toda la información necesaria sobre sus derechos a la hora de volar y la ejecución de los mismos es bastante confusa y costosa. Por eso, es urgente reforzar estos derechos y coordinar la aplicación de medidas estatales en este ámbito, ya que se trata de un tema transnacional que afecta a todos los pasajeros que vuelan tanto a nivel nacional como a nivel europeo e internacional.

Desde el Parlamento Europeo, hemos votado a favor de esta propuesta de la Comisión, que incluye el establecimiento formal de los derechos a compensación por retrasos largos, denegación del embarque y cancelación de vuelos, así como derechos a recolocación y cambios de ruta por causas extraordinarias —específicamente enumeradas— o el derecho a información, entre otros.

4-152-625

**Michèle Striffler (PPE)**, *par écrit*. – J'ai voté en faveur du rapport sur l'indemnisation et l'assistance des passagers en cas de refus d'embarquement et d'annulation ou de retard important d'un vol. L'Europe a déjà beaucoup contribué à protéger les droits des passagers aériens, en cas de perte des bagages ou d'annulation des vols. Pourtant, dans de nombreux cas, les compagnies aériennes refusent d'accorder ces droits ou retardent les procédures d'indemnisation. Face à cette situation, ce rapport simplifie les démarches à effectuer pour les passagers aériens et oblige les compagnies aériennes à informer correctement et en temps utile tous les passagers qui ont le droit à une indemnisation. Grâce à ce texte, les citoyens européens seront mieux protégés face aux compagnies aériennes qui font trop souvent preuve de mauvaise volonté.

4-152-750

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris*. - Am votat pentru modificarea Regulamentului (CE) nr. 261/2004 de stabilire a unor norme comune în materie de compensare și de asistență a pasagerilor în eventualitatea refuzului la îmbarcare și anulării sau întârzierii prelungite a zborurilor și a Regulamentului (CE) nr. 2027/97 privind răspunderea operatorilor de transport aerian privind transportul aerian al pasagerilor și al bagajelor acestora.

Serviciile de transport aerian sunt plătite în avans de pasageri și, prin urmare, biletele de avion ar trebui considerate drept „contracte cu rezultat”, companiile aeriene garantând îndeplinirea obligațiilor contractuale cu toată diligența.

Salut îmbunătățirile aduse de noul regulament în special în ceea ce privește informarea pasagerilor, bagajele, anularea sau întârzierea unui zbor, precum și în cazul insolvenței sau falimentului unui operator aerian. Astfel, în cazul în care un pasager anulează zborul, operatorii de transport aerian ar trebui să aibă obligația de a rambursa, cu titlu gratuit, taxele deja plătite de acesta.

Protecția financiară a pasagerilor în caz de faliment al companiei aeriene constituie o componentă esențială a unui sistem eficace în materie de drepturi ale călătorilor. Pentru a consolida protecția pasagerilor companiilor aeriene în eventualitatea anulării zborurilor din cauza insolvenței unui transportator aerian, operatorii de transport aerian ar trebui să fie obligați să prezinte dovezi suficiente care să garanteze rambursarea banilor pasagerilor sau repatrierea acestora.

4-153-000

**Giommaria Uggias (ALDE)**, *per iscritto*. - Con la revisione del regolamento che disciplina i diritti dei passeggeri aerei questo Parlamento ha reso un eccellente servizio ai cittadini europei e alle loro istanze.

Con i colleghi della commissione trasporti abbiamo approvato un testo più ambizioso rispetto alle proposte della Commissione, rafforzando il grado di tutela dei passeggeri i quali potranno finalmente avvalersi di nuovi strumenti per l'assistenza, il rimborso e le compensazioni in caso di disservizi legati ai voli. Il nuovo testo limita le ragioni per cui una compagnia può negare ai passeggeri la compensazione, restringendo il campo delle "circostanze eccezionali", cui spesso le compagnie fanno riferimento quando negano ai passeggeri il rimborso.

Viene sancito il diritto al risarcimento in caso di ritardi prolungati. I passeggeri avranno diritto a un indennizzo di 300 euro a partire dalle tre ore di ritardo del volo, e non dalle cinque ore, come richiesto dalla Commissione nella sua proposta. Altra importante novità introdotta dal nuovo regolamento è il divieto della politica del "no-show", che si verifica quando una compagnia nega l'imbarco ai passeggeri su un volo di ritorno se questi non hanno utilizzato il viaggio di andata di un biglietto. Per questi motivi ho sostenuto la revisione di questo regolamento e mi complimento con il relatore Bach per l'eccellente lavoro svolto.

4-153-500

**Inese Vaidere (PPE)**, *rakstiski*. - Teju vai katrs no mums ir saskāries ar situāciju, kad kavējas lidmašīnas pacelšanās. Vairākas, īpaši tā saucamās zemo cenu, avioliņijas, šādās situācijas nenodrošina pasažieriem nekādu kompensāciju par aizkavējušos reisus. Šobrīd no visām pasažieru prasībām pēc kompensācijas tikai 2 % tiek apmierinātas.

Tādēļ atbalstīju priekšlikumu, kas nosaka, ka aviokompānijām ir jāizmaksā kompensācija lidmašīnu pasažieriem, kuru lidojumi kavējas vai tiek atcelti.

Jaunie noteikumi samazina to lidmašīnas aizkavēšanās laiku, pēc kura pasažieriem ir tiesības no aviokompānijas saņemt ēdienu, iespēju veikt telefona zvanu un, ja nepieciešams — izmitināšanu. Tāpat jaunie noteikumi paredz, ka pasažieriem ir tiesības atgūt par lidojumu samaksāto naudu, ja tas ir atcelts vai aizkavējas par vairāk nekā trim stundām, kā arī, ja nepieciešams — bezmaksas lidojumu uz vajadzīgo galamērķi.

Noteikumu uzlabojumi paredz arī to, ka pasažieri lidmašīnas salonā bez maksas var ienest mēteļus, rokas bagāžas izmēra somu un vienu maisiņu ar lidostā veiktajiem iepirkumiem.

Tāpat katram var gadīties situācija, kad nopirkto lidmašīnas biļeti nevar izmantot. Šādā gadījumā, lielākā daļa aviokompāniju atmaksu neizsniedz. Tādēļ atbalstīju noteikumus, kas paredz, ka pasažierim ir tiesības saņemt atpakaļ samaksātos lidostas nodokļus, arī tad, ja viņš pats atceļ savu lidojumu.

Ne mazāk svarīgi, ir tas, ka aviokompānijām būs divu mēnešu laikā jāatbild uz klientu sūdzībām. Neieklāšanās termiņā nozīmēs, ka aviopārvadātājs piekrīt apmierināt klienta prasības.

Paldies!

4-153-625

**Inese Vaidere (PPE), rakstiski .** - Teju vai katrs no mums ir saskāries ar situāciju, kad kavējas lidmašīnas pacelšanās. Vairākas, īpaši tā saucamās zemo cenu, avioliņijas, šādās situācijas nenodrošina pasažieriem nekādu kompensāciju par aizkavējušos reisus. Šobrīd no visām pasažieru prasībām pēc kompensācijas tikai 2% tiek apmierinātas.

Tādēļ atbalstīju priekšlikumu, kas nosaka, ka aviokompānijām ir jāizmaksā kompensācija lidmašīnu pasažieriem, kuru lidojumi kavējas vai tiek atcelti.

Jaunie noteikumi samazina to lidmašīnas aizkavēšanās laiku, pēc kura pasažieriem ir tiesības no aviokompānijas saņemt ēdienu, veikt telefona zvanu un, ja nepieciešams — izmitināšanu. Tāpat jaunie noteikumi paredz, ka pasažieriem ir tiesības atgūt par lidojumu samaksāto naudu, ja tas ir atcelts vai aizkavējas par vairāk nekā trim stundām, kā arī, ja nepieciešams — bezmaksas lidojumu uz vajadzīgo galamērķi.

Noteikumu uzlabojumi paredz arī to, ka pasažieri lidmašīnas salonā bez maksas var ienest mēteļus, rokas bagāžas izmēra somas un vienu maisiņu ar lidostā veiktajiem iepirkumiem.

Tāpat katram var gadīties situācija, kad nopirkto lidmašīnas biļeti nevar izmantot. Šādā gadījumā, lielākā daļa aviokompāniju atmaksu neizsniedz. Tādēļ atbalstīju noteikumus, kas paredz, ka pasažierim ir tiesības saņemt atpakaļ samaksātos lidostas nodokļus, arī tad, ja viņš pats atceļ savu lidojumu.

Ne mazāk svarīgi ir tas, ka aviokompānijām būs divu mēnešu laikā jāatbild uz klientu sūdzībām. Neiekļaušanās termiņā nozīmēs, ka aviopārvadātājs piekrīt apmierināt klienta prasības.

Paldies!

4-153-750

**Bernadette Vergnaud (S&D), par écrit .** – Je me félicite du résultat obtenu aujourd'hui, fruit de négociations jusqu'à la dernière minute avec tous les groupes politiques. L'augmentation du trafic aérien doit s'accompagner de nouveaux droits pour les passagers, de plus en plus nombreux. Ce texte apporte une nouveauté importante: le droit à une compensation financière en cas de retard, proportionnellement à la durée du vol. Les compagnies aériennes ne pourront plus contourner leurs obligations, notamment en se prévalant de fallacieux ennuis techniques. Par ailleurs, lors de la réservation du vol, la transparence sur les prix sera obligatoire, dans l'intérêt du consommateur. Le prix du billet affiché devra toujours comprendre les coûts de l'enregistrement, de la carte d'embarquement, d'un bagage à main, d'un bagage en soute et ceux liés au paiement, tels que les frais de carte de crédit. Enfin, les règles encadrant les bagages cabine simplifieront la vie des voyageurs. Il fallait mettre un terme aux pratiques commerciales scandaleuses de certaines compagnies low-cost. Le Parlement a voté un texte équilibré entre de meilleurs droits pour les passagers, avec une attention particulière pour les passagers vulnérables, comme les enfants ou les personnes handicapées, et des obligations réalistes et applicables effectivement par les compagnies. Nous attendons maintenant du Conseil qu'il se montre aussi ambitieux.

## 10.2. Ein Rahmen für die Klima- und Energiepolitik bis 2030 (A7-0047/2014 - Anne Delvaux, Konrad Szymański)

4-155-000

### Mündliche Erklärungen zur Abstimmung

4-156-000

**Petri Sarvamaa (PPE).** - Arvoisa puhemies, EU:n ilmasto- ja energiapolitiikka on ollut 10 vuotta kestävä sarja johdonmukaisesti epäjohdonmukaisia päätöksiä. Siitä huolimatta tämä täysistunto oli jälleen kerran sitä mieltä, että politiikka on ollut menestyksellistä ja jopa roolimalli muulle maailmalle.

Tämä täysistunto halusi, että EU jatkaa kolmen sitovan tavoitteen linjalla. Komissiossakin on jo ymmärretty, että tämä politiikka vie Euroopan talouden perikatoon, mutta tässä talossa sitä ei ole vielä kukaan ymmärretty.

Yksi järkyttävä esimerkki tästä äänestyksestä kertoo kaiken. Tämä täysistunto poisti mietinnöstä toteamuksen siitä, että vuosien 2005–2012 aikana energiahinnat nousivat Euroopassa 38 prosenttia, kun ne Yhdysvalloissa laskivat 4 prosenttia. Tästä ja tämän vaikutuksesta Euroopan kilpailukykyyn ei saisi siis esittää edes huolta. Ketä tässä oikein huijataan? Itseämme. Äänestin tätä mietintöä vastaan.

4-157-000

**Adam Bielan (ECR).** - Panie Przewodniczący! Polityka w zakresie energii i klimatu to jedno z kluczowych działań zarówno w sferze gospodarki, jak też na rzecz bezpieczeństwa energetycznego Wspólnoty. Niestety w obecnych strategiach zazwyczaj nie zwraca się uwagi na konieczność równego traktowania najistotniejszych obszarów, takich jak dywersyfikacja, bezpieczeństwo dostaw oraz konkurencyjność europejskich przedsiębiorstw.

Uważam, że już obecnie ustanowione pułapy redukcji gazów cieplarnianych są zbyt wygórowane, realizowane kosztem innych projektów i powodują nadmierne obciążenia przedsiębiorstw. Zgadzam się więc z argumentacją o braku uzasadnienia dla ustalania konkretnych, precyzyjnych wartości na tak wczesnym etapie. Uelastycznienie sposobu osiągnięcia przez poszczególne państwa celów redukcji wydaje się pożądane. Należy również poczekać na wyniki międzynarodowych negocjacji pakietów klimatycznych i porozumień w tej materii.

4-158-000

**Seán Kelly (PPE).** - A Uachtaráin, bhí an-díospóireacht againn inár ngrúpa faoin tuarascáil seo agus dár ndóigh bhí tuairimí éagsúla faoi. Bhí mé ag éisteacht leo agus tuigim cad a bhí le rá ag gach uile dhuine. Ach ag deireadh na dála cheap mo thír agus mo rialtas gur cheart dúinn trí sprioc a bheith againn agus mar sin vótáil mé agus mo pháirtí Fine Gael ar son na trí sprioc sin. Cinnte, níl deireadh ráite faoin ábhar seo agus caithfidh fanacht go dtí deireadh na bliana seo nó an bhliain seo chugainn nó b'fhéidir níos faide chun go mbeadh réiteach ar an bhfadhb againn agus cinnteacht faoi cad ba chóir dúinn a dhéanamh. Ach rud amháin ar cheart a rá – caithfidh i gcónaí a bheith ag féachaint ar conas is féidir linn déileáil leis an bhfadhb mhór atá againn faoin athrú aeráide, agus chonaiceamar arís é sin i rith an gheimhridh seo agus na stoirmeacha agus na tuilte nach raibh againn riamh cheana.

Dá bhrí sin, níl an rás rite faoin ábhar seo, agus bhí áthas orm vótáil ar son na moltaí a bhí againn.

4-159-000

**Eija-Riitta Korhola (PPE).** - Arvoisa puhemies, ensinnäkin pahoittelen sitä, että ryhmämme esittelijä Delvaux ei kunnioittanut ryhmän enemmistön tahtoa, vaan alleviivasi oikeuttaan linjata asia itse ryhmää kuuntelematta. Siksihän ryhmämme myös päätyi äänestämään loppuäänestyksessä tulosta vastaan. Esittelijä ei yrittänytäkään nähdä vaivaa enemmistön kannan päättymisestä lopputulokseen.

En tue parlamentin ajatusta kolmesta tavoitteesta. Komission päätös perääntyä uusiutuvan energian sitovassa tavoitteessa on oikea. Sitova tavoite laukaisi sähkömarkkinoilla sähkömarkkinoita vääristävän tukijärjestelmän, joka esti normaalin hinnanmuodostuksen päästöoikeusmarkkinoilla.

Jos useampia sitovia tavoitteita todella halutaan, voisin ehdottaa maakohtaisia energiaomavaraisuustavoitteita. Energiaomavaraisuuteenhan uusiutuvienkin tavoitteiden piti alun perin tähdätä, mutta se karkasi käsistä tavalla, joka ei ole kestävä ympäristön eikä talouden kannalta. Uusiutuvista tuli uskonnollinen mantra, joka sai maksaa ihan mitä tahansa.

4-160-000

**Marisa Matias (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, o relatório que aprovámos aqui ontem, relativamente a um mapa para a energia e para a política energética e alterações climáticas, mostra bem o que foi o recuo das instituições europeias e do Parlamento nos últimos cinco anos.

A União Europeia considerava-se líder mundial na defesa das questões ambientais e nós ontem, com muita dificuldade, conseguimos aprovar um relatório por uma maioria curta que coloca apenas algumas daquelas que eram as metas fundamentais e antes não questionáveis nesta Casa, nomeadamente relativamente às emissões de CO2 e relativamente às energias renováveis.

Pois, infelizmente, parece que, com a crise, tudo isso foi posto em causa e que o ambiente é passado para um plano secundário. Eu votei favoravelmente este relatório, apesar de ele ser muito menos ambicioso do que deveria ser, porque continuo a achar que não há desenvolvimento se não considerarmos as questões do ambiente e da sustentabilidade como parte integrante de qualquer modelo.

4-161-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-161-250

**Luís Paulo Alves (S&D), por escrito.** - Aprovo o presente relatório, começando por observar que a quota dos salários no setor hipocarbónico tem diminuído menos do que nas 15 principais indústrias poluidoras, especialmente nos últimos anos. Deste modo, solicito que sejam tomadas medidas, a fim de atribuir recursos do plano de relançamento económico ao emprego ecológico de qualidade e ao crescimento sustentável. Sublinha a necessidade de apoiar, em particular, as pequenas e médias empresas a criarem emprego ecológico de qualidade para trabalhadores altamente qualificados, assim como para os



menos qualificados. Saliento, ainda, a necessidade de providenciar uma plataforma para que os Estados-Membros coordenem os seus esforços e incentivos em matéria de criação de empregos ecológicos de alta qualidade e crescimento sustentável.

4-161-500

**Martina Anderson (GUE/NGL)**, *in writing*. - Although I was very pleased by Parliament's endorsement of three legally binding targets – on energy efficiency, the renewable share in energy consumption, and the reduction of greenhouse gas emissions – there are aspects of this report that I disagree with, particularly the references to nuclear energy and to carbon capture and storage as possible means of decarbonising the economy. However, I was pleased that the report also calls for shale-gas exploration and extraction to be subject to environmental impact assessment (EIA), and for data transparency in relation to chemicals used in the fracking process. In the light of the unambitious Climate and Energy 2030 Framework announced by the Commission on 22 January 2014, I voted in favour of this report.

4-161-625

**Marta Andreasen (ECR)**, *in writing*. - I voted against this report because our energy market must be free from the burden of expensive renewable energy quotas. I cannot support this joint committee report calling for the continuation of the 2020 binding targets on emissions reduction and renewables, as well as a mandatory target for energy efficiency. The Commissioner for Industry has said that Europe faces an 'industrial massacre' because of high energy costs. We cannot afford to continue to make the same mistakes that have pushed our energy costs to such a high level.

4-161-750

**Roberta Angelilli (PPE)**, *per iscritto*. - La transizione verso un'economia a bassa emissione di carbonio in tutti i settori e l'investimento in energie rinnovabili richiede tempo e denaro, soprattutto in questo momento delicato per l'industria europea.

Il pacchetto clima ed energia 2030 può agire con misure concrete a favore del rilancio dell'industria e recuperare lo svantaggio competitivo nei confronti dei partner esterni, ma deve innanzitutto puntare su obiettivi realistici e sostenibili. Non si può porre l'obiettivo vincolante all'industria europea, già in sofferenza per gli alti costi dell'energia, di ridurre le emissioni in modo drastico da qui al 2030 e di investire al contempo sulle energie rinnovabili.

Ci sono costi diretti e indiretti che queste non possono sostenere e un divario crescente tra i prezzi e i costi dell'energia nell'UE e nelle economie terze. Per evitare di provocare l'indebolimento delle nostre industrie, della crescita e della competitività e ricadute sull'occupazione, sarebbe opportuno risolvere queste criticità di fondo.

4-162-000

**Χαράλαμπος Αγγουράκης (GUE/NGL)**, *γραφικώς*. - Η Πράσινη Βίβλος της Επιτροπής καθώς και η έκθεση του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου για το "πλαίσιο της πολιτικής της ΕΕ για το κλίμα και την ενέργεια με χρονικό ορίζοντα το 2030" απηχούν τις επιδιώξεις των μονοπωλίων να δημιουργήσουν, με επίκεντρο την κλιματική αλλαγή, νέα πεδία κερδοφόρας δράσης με άξονα τις ανανεώσιμες πηγές ενέργειας και τις "πράσινες τεχνολογίες". Η διαμάχη γύρω από το μέγεθος της μείωσης των εκπομπών, το μερίδιο συμμετοχής ανανεώσιμων πηγών ενέργειας, τον

υποχρεωτικό ή μη χαρακτήρα των στόχων πολιτικής της ΕΕ, την προώθηση του συνόλου ή μέρους τους αφορά τη σφοδρή αντιπαράθεση ανάμεσα σε τμήματα του κεφαλαίου που δραστηριοποιούνται στους σχετικούς και συναφείς με την ενέργεια τομείς και κλάδους. Οι ανταγωνισμοί στο εσωτερικό της ΕΕ, καθώς και ανάμεσα στην ΕΕ και τα άλλα ιμπεριαλιστικά κέντρα και τις ισχυρές καπιταλιστικές οικονομίες για τους τρόπους παραγωγής, τον έλεγχο των πηγών και των δρόμων μεταφοράς ενέργειας μόνο δεινά συνεπάγονται για τους λαούς. Προϋπόθεση για να αποτελεί η ενέργεια κοινωνικό αγαθό, μοχλό για την ικανοποίηση των λαϊκών αναγκών, είναι να απαλλαγεί ο εργαζόμενος λαός από την κυριαρχία των μονοπωλίων και τα δεσμά των ιμπεριαλιστικών τους ενώσεων, να κατακτήσει την εξουσία και να κάνει τα μονοπώλια λαϊκή περιουσία, για να μπορεί να απολαμβάνει τον πλούτο που παράγει.

4-162-015

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit*. – Avec ce rapport, le Parlement européen propose de prolonger, d'améliorer et de renforcer la politique énergie-climat de l'Union européenne en définissant 3 objectifs contraignants à atteindre d'ici à 2030, à savoir au moins 40 % de réduction des émissions de CO<sub>2</sub> par rapport au niveau de 1990, 30 % d'énergie produite à partir de sources renouvelables et 40 % d'efficacité énergétique. J'ai voté en faveur de ce rapport car cette stratégie est clairement dans notre intérêt à tous: d'une part, elle réduira notre dépendance vis-à-vis du pétrole et du gaz issus de pays instables et imprévisibles et, d'autre part, elle renforcera l'activité économique sur nos territoires en contribuant au développement de nouvelles technologies. En réduisant les émissions de CO<sub>2</sub>, en produisant plus d'énergie renouvelable et en réduisant le gaspillage énergétique, l'objectif est clair: lutter contre le changement climatique en créant du travail dans nos régions. Ce sont plus d'un million d'emplois qui pourraient ainsi être créés d'ici à 2030. Convaincue de la nécessité de concilier économie et écologie, j'ai toujours plaidé pour un paquet énergie-climat ambitieux pour 2030 et ai contribué de façon importante à ce vote positif dont je me réjouis.

4-162-031

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *par écrit*. – Je n'ai pas voté le cadre pour les politiques en matière de climat et d'énergie à l'horizon 2030 car les contraintes incluses dans cette résolution ne me paraissent pas compatibles avec les exigences de compétitivité des entreprises européennes, notamment dans le secteur industriel. Le vote final (341 pour et 263 contre) n'exprime aucun message fort et sera inutilisable par les chefs d'État ou de gouvernement qui se réuniront les 20 et 21 mars 2014 sur le thème de l'énergie et de la compétitivité. Ce résultat est dû aux positions extrêmes des parlementaires qui veulent à tout prix montrer l'exemple en matière d'énergie et de climat sans prendre en considération le secteur industriel exposé aux fuites de CO<sub>2</sub>. Il devient urgent que les partis politiques et les citoyens débattent de ce sujet et s'expriment lors des élections européennes de mai 2014. Ce sera la bonne méthode politique et démocratique pour préparer un message fort à l'intention des chefs d'État ou de gouvernement dans la perspective de la 21<sup>e</sup> conférence des parties à la convention-cadre des Nations unies sur le changement climatique, prévue à Paris en 2015. Tant qu'un accord international n'est pas signé, il ne faut pas affecter la compétitivité de notre industrie.

4-162-046

**Erik Bánki (PPE)**, *írásban*. – Nem támogattam a 2030-as klíma- és energiacsomagról szóló saját kezdeményezésű parlamenti jelentést, mert az elfogadott plenáris módosítások eredményeképpen egy olyan határozat született, amely nem veszi figyelembe az egyes

tagállamok versenyképességét, a kibocsátáscsökkentés terén elért eddigi eredményeit és az európai ipar teljesítőképességét. Álláspontom szerint a reális szabályozási út az egy kibocsátáscsökkentési főcél meghatározása lett volna, amely az Európai Bizottság javaslatához hasonlóan kellő tagállami rugalmasságot biztosít a végrehajtás terén, beleértve a tagállamok teljes önállóságát az energiamix meghatározásában és alakításában. Véleményem szerint ugyanis a klímapolitikai célok úgy egyeztethetőek össze leginkább a versenyképességi megfontolásokkal, ha a vita központjában az alacsony szénfelhasználású gazdaságra való átállás kérdése áll és nem a különböző megoldási módok és célszámok erőltetése, mint például a kibocsátáscsökkentés, az energiahatékonyság és a megújuló energia versenyeztetése.

4-162-062

**Francesca Barracciu (S&D)**, *per iscritto* . - L'Unione europea si è impegnata da tempo a diversificare il suo mix energetico, a diminuire la dipendenza energetica dalle importazioni estere e a ridurre il costo dell'energia per aumentare la competitività delle nostre industrie e favorire un diverso modello di sviluppo.

I target fissati oggi per ridurre le emissioni di gas serra entro il 2030, in maniera ancora più forte rispetto a quanto fissato come obiettivo per il 2020, sono obbiettivi pienamente raggiungibili da ciascuno Stato membro, e bene ha fatto quest'Aula a sostenere che tali vincoli siano obbligatori.

Alcuni paesi hanno raggiunto già il target fissato per il 2020, mentre l'Italia, che potrebbe essere la piattaforma naturale per le energie rinnovabili nel Mediterraneo, sconta ancora un ritardo. Ho perciò approvato e sostenuto il contenuto di questa relazione nella speranza di realizzare un'azione condivisa tra gli Stati membri e una maggiore collaborazione con gli Stati Uniti e con i paesi in via di sviluppo, in modo da poter raggiungere obiettivi ancora più ambiziosi.

4-162-125

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris* . - Am votat împotriva raportului, deoarece tranziția spre o economie cu emisii scăzute de carbon trebuie făcută treptat și fără a produce șocuri pentru economiile statelor membre, mai ales în contextul crizei. Este clar că, pe termen lung, Uniunea va trebui să treacă la o economie cu emisii scăzute de carbon, însă nu cu orice preț și cu sacrificarea redresării economice în Europa. Fie că vorbim despre energia nucleară, hidrocarburile neconvenționale sau despre energia eoliană și cea solară, trebuie găsit un mix energetic echilibrat care să permită dezvoltarea statelor, cu un impact cât mai redus asupra mediului.

Spre exemplu, România a făcut eforturi în ultimii ani pentru diversificarea surselor de aprovizionare cu energie, orientându-se atât spre resursele clasice, cât și spre cele neconvenționale și regenerabile.

4-162-187

**Heinz K. Becker (PPE)**, *schriftlich* . - Ein alleiniges Setzen auf CO<sub>2</sub>-Reduktion, ohne andere Ziele zu berücksichtigen, würde zu einer Renaissance der Atomkraft in manchen Ländern führen. Das wäre ein Rückschritt für die europäische Klimapolitik! Der Ausbau der erneuerbaren Energie und Energiesparen gehören untrennbar zur europäischen und zur österreichischen Klimapolitik!

4-162-250

**Mara Bizzotto (EFD),** *per iscritto* . - Non condivido l'impostazione della relazione che analizza un quadro comune per le politiche del clima e dell'energia nell'ambito di "Orizzonte 2020".

Le proposte contenute nel testo non faranno altro che penalizzare ingiustamente le imprese europee e l'economia nel suo complesso. Inoltre non vi è traccia nell'intero testo di una valutazione degli impatti economici che i provvedimenti proposti avrebbero a livello di singoli Stati membri e di singoli settori industriali, inclusi gli impatti sull'occupazione. Per tutti questi motivi mi sono espressa con voto contrario.

4-162-375

**Biljana Borzan (S&D),** *napisan* . - Ekologija i energija iz obnovljivih izvora su polja u kojem je Europska unija uzor svim zemljama svijeta. Službeni podaci Europske komisije podaci pokazuju kako će većina klimatskih ciljeva zadanih za 2020. biti ispunjena, što je veliki uspjeh Unije i njene politike. Unatoč tome, EU je samo u 2011. potrošila 537 milijardi eura na uvoz fosilnih goriva i ta brojka raste. Paradoks u kojem se u isto vrijeme povećava i udio obnovljivih izvora energije i ovisnost o uvozu fosilnih goriva kazuje nam kako dosadašnje mjere možda ipak nisu bile dovoljno ambiciozne. Milijarde koje trošimo za uvoz energije mogle su se puno bolje iskoristiti ulaganjem u istraživanje obnovljivih izvora energije, modernu infrastrukturu i energetske učinkovitost. Cijene energije iz fosilnih goriva će u budućnosti samo rasti i zato se zalažem za visoko postavljanje ljestvice kad su u pitanju klimatski i ekološki ciljevi za 2030. Danas nam to može izgledati kao obveza, no sutra će nam se isplatiti kao ulaganje.

4-162-437

**Philippe Boulland (PPE),** *par écrit* . – J'ai voté contre la recommandation établissant que "le Parlement européen déclare ne pas s'opposer au projet de règlement de la Commission européenne". Cela permettra de marquer une fois de plus notre opposition claire à la mise en œuvre du *backloading* et à la réduction du nombre de quotas d'émission mis aux enchères. Il s'agit là d'une décision politique pour faire acte de notre désaccord à l'intervention de la Commission sur le marché des quotas d'émission. Il s'agit également d'être constant, le PPE ayant toujours rejeté le *backloading* par le passé

4-162-531

**Zdravka Bušić (PPE),** *napisan* . - Vjerujem da ovim prijedlogom Parlament šalje jasnu poruku Vijeću koje bi o ovoj temi trebalo raspravljati u ožujku. Zanimarivanje ekoloških posljedica i klimatskih promjena koje izaziva industrijska proizvodnja nije u skladu s vremenom u kojem živimo.

Upravo sam u svojem govoru o Akcijskom planu za okoliš 2020. istaknula kako su održivi ekonomski razvoj i zelena ekonomija od interesa za sve zemlje članice. Moj stav ostaje isti kada je u pitanju i Okvir za klimatsku i energetske strategiju 2030. te podržavam kompromisni pristup.

Željela bih naglasiti jedan bitan segment kada je u pitanju doprinos Republike Hrvatske. Godina 1990. uzima se kao bazna godina od koje se računa postotak smanjenja emisija CO<sub>2</sub>. U tom je razdoblju gospodarstvo Hrvatske bilo na kvalitetnoj industrijskoj razini. Rat kojeg je Hrvatska proživljavala tijekom

'90-tih u potpunosti je devastirao našu industriju, uništena su velika postrojenja te je posljedično tome utjecaj na okoliš znatno smanjen. Imajući tu činjenicu u vidu, savjetujem kolege u Parlamentu te Komisiju da obrate posebnu pozornost na takve slučajeve. Od Hrvatske se traži smanjenje emisije CO<sub>2</sub> i preusmjerenje proizvodnje energije prema obnovljivim izvorima u istoj mjeri kao i u zemljama koje nisu preživljavale rat te im je industrijska i energetska proizvodnja ostala neuništena.

4-162-625

**Alain Cadec (PPE)**, *par écrit*. – J'ai n'ai pas soutenu le rapport d'initiative Delvaux - Szymanski sur les politiques en matière de climat et d'énergie à l'horizon 2030 au moment du vote final dans la mesure où la ligne commune soutenue par mon groupe politique n'a pas trouvé de majorité. En effet, l'amendement de compromis n° 6, qui proposait un objectif contraignant en matière de réduction de CO<sub>2</sub> ainsi qu'un objectif européen, plus politique, combinant efficacité énergétique et énergies renouvelables, n'a pas été adopté. Je souhaite des engagements ambitieux en matière de climat et d'énergie à l'horizon 2030 sans pour autant pénaliser la compétitivité de l'industrie européenne.

4-162-687

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - Começo por felicitar a relatora pelo nível de ambição alcançado nesta resolução. A estratégia europeia para a energia e o clima deve combinar a defesa do planeta e o combate às alterações climáticas com a segurança de abastecimento e a competitividade da economia. Para alcançar os objetivos propostos, é necessário definir um quadro futuro que dê garantias e maior certezas aos investidores e à indústria. Para tal, há que desenhar uma política a médio e longo prazo que incentive o investimento na ciência e inovação, de modo a diminuir os custos das tecnologias. Estas políticas permitem à União Europeia exercer uma liderança através do exemplo no domínio do clima e da energia, mas é fundamental ter um acordo à escala global que concilie a preservação do planeta, o crescimento económico, a erradicação da pobreza e a sustentabilidade do bem-estar das atuais e das futuras gerações.

4-162-750

**Françoise Castex (S&D)**, *par écrit*. – L'adoption de ce rapport est une victoire sur la voie d'une Europe plus verte à l'horizon 2013. Nous avons notamment soutenu des objectifs ambitieux en matière de gaz à effet de serre, d'énergies renouvelables et d'efficacité énergétique. Même si la demande d'analyses d'impact constitue un premier pas, je regrette que l'amendement déposé en faveur du principe de précaution sur le gaz de schiste n'ait pas obtenu le soutien du Parlement, emmené par la droite européenne.

4-163-000

**Minodora Cliveti (S&D)**, *în scris*. - Cadrul pentru 2030 pentru politici în domeniul climei și al energiei trebuie să acorde o atenție deosebită obiectivelor legate de progresul către o economie competitivă care utilizează mai puține resurse și care poate crea noi oportunități de locuri de muncă de calitate. Sunt necesare măsuri care să anticipeze și să satisfacă nevoile în ceea ce privește competențele necesare pentru locurile de muncă nou create, pentru a se realiza modificări la nivelul sistemelor de educație și de formare și pentru a se răspunde noilor provocări în ceea ce privește locurile de muncă existente care se transformă în locuri de muncă mai ecologice.

Politicile active în domeniul pieței forței de muncă trebuie să aibă obiective clare, care să răspundă nevoilor lucrătorilor și ale pieței muncii și să evite lipsa unei forțe de muncă calificate în domeniul noilor tehnologii durabile și să asigure accesul tinerilor, al femeilor și al grupurilor dezavantajate la locuri de muncă de calitate în cadrul economiei ecologice. Trebuie stimulată cercetarea cu privire la o extracție mai sustenabilă a resurselor și la tehnologiile inovatoare pentru a proteja mai bine mediul și pentru a îmbunătăți condițiile de muncă ale lucrătorilor din sector. Comisia și statele membre trebuie să promoveze soluții mai durabile pentru extracția resurselor.

4-163-250

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. – Ce texte exprime la position du Parlement européen quant aux objectifs qu'il souhaite donner aux politiques en matière de climat et d'énergie à l'horizon 2030. Il m'a semblé essentiel au cours de ce vote de doter l'Union européenne d'objectifs clairs, mais qui offrent une certaine sécurité juridique n'entravant pas la compétitivité et l'emploi. J'ai ainsi soutenu un objectif contraignant d'une réduction de 40 % des émissions de gaz à effet de serre. Celui-ci se serait accompagné d'un engagement fort pour les énergies renouvelables et l'efficacité énergétique, pour lesquels les États membres auraient bénéficié d'une plus grande marge de manœuvre. Cette proposition n'ayant pas été adoptée, j'ai accepté la possibilité d'adopter un deuxième objectif contraignant. Toutefois, face à la menace disproportionnée pesant sur la compétitivité et les emplois européens, j'ai refusé de soutenir la proposition de trois objectifs juridiquement contraignants.

4-163-500

**Francesco De Angelis (S&D)**, *per iscritto*. - Ho votato a favore di questa relazione perché giunge in un momento più che mai importante, è oggi fondamentale scegliere le politiche giuste per il rilancio dell'economia europea.

È per questo che personalmente ho sempre difeso, anche in fase emendativa, i tre target vincolanti: riduzione delle emissioni CO<sub>2</sub>, energie rinnovabili ed efficienza energetica. Ritengo, infatti, che soltanto obiettivi ambiziosi e vincolanti garantiranno la stabilità e la certezza normativa in grado di favorire gli investimenti di cui abbiamo bisogno.

Ridurre gli elevati costi dell'energia, che hanno ricadute enormi per le nostre industrie e per i cittadini, può essere determinante in questa fase. E per farlo bisogna puntare decisi anche sull'efficienza energetica, che a mio modo di vedere è la strada migliore per ridurre le emissioni di gas a effetto serra, favorire le nuove tecnologie, creare posti di lavoro e trasformare le economie perché siano più verdi.

L'importazione di petrolio e gas costa all'Unione europea più di 500 miliardi di euro, è arrivato il momento di cambiare rotta. Bisogna fare presto e impiegare quelle risorse per l'economia e per l'occupazione, a cominciare dall'economia verde.

4-163-750

**Christine De Veyrac (PPE)**, *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce texte, qui donne une vraie ambition à l'Union européenne en matière de climat et d'énergie. Les États membres présentant une grande diversité en termes de structure industrielle, et d'intensité en carbone et en énergie, il était dans l'intérêt de tous d'agir en la matière. De plus, un des objectifs fondamentaux de la politique énergétique de l'Union est de veiller à ce que le système énergétique contribue à la compétitivité de l'économie de l'Union, ce dont je me réjouis.

4-163-875

**Jill Evans (Verts/ALE)**, *in writing* . - I was strongly in support of this report and I am pleased that Parliament adopted it. It proposes binding climate and energy targets for 2030 on renewables, energy efficiency and greenhouse gases. This sends a strong message to the EU governments who will discuss the 2030 Roadmap at their March summit. I had received much correspondence from my constituents in Wales who are concerned that the EU should lead in the fight against climate change, and want ambitious targets. A 45% renewables target for 2030 would have been achievable but we have agreed on only 30%.

4-163-937

**Ioan Enciu (S&D)**, *în scris* . - Din cauză că eficiența energetică încă nu reprezintă cu adevărat o prioritate politică la nivel global, riscăm, potrivit studiilor, ca două treimi din potențialul energetic mondial să nu fie exploatat în anul 2035, în condițiile în care creșterea populației și cea economică vor determina cererea de energie să crească cu peste 40 % la orizontul anului 2030. Deja 95 % din încălzirea globală se datorează activităților desfășurate de om, iar schimbările climatice se accentuează de la un an la altul.

Investițiile europene în eficiență energetică, energia din surse regenerabile și infrastructură inteligentă ar stimula combaterea efectelor negative ale încălzirii globale și ar contribui la inversarea tendinței de majorare a prețurilor energiei.

De aceea, susțin acest raport, care creionează un cadru ambițios de acțiune – de la reducerea semnificativă a consumului de energie, până la finalizarea pieței interne a energiei. Aceasta este o condiție esențială pentru securitatea energetică globală a UE, bazată pe sursele durabile și regenerabile de energie în cadrul UE, în condițiile în care Europa este un continent limitat în ceea ce privește resursele și dependent de importuri, care reprezintă, la nivelul UE, 60 % din gazele naturale, 80 % din petrol și 50 % din cărbunele utilizat pentru producția de energie.

4-163-952

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito* . - À medida que nos aproximamos de 2020, é importante pensarmos no período que se segue, por várias razões: para nos anteciparmos em termos de estratégia internacional, dando seguimento ao excelente trabalho feito já pela Comissão Europeia, mas sobretudo para conseguirmos ter um impacto real no combate às alterações climáticas. Nesta mesma sessão, votámos apoios financeiros para fazer frente às catástrofes naturais cada vez mais frequentes. Temos antes que apostar no trabalho que pode, pelo menos, reduzir o impacto destas catástrofes que, muitas vezes, além de dinheiro custam vidas.

4-163-960

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito* . - O atual quadro jurídico sobre clima e energia, com objetivos vinculativos para a quota das energias renováveis, a redução do consumo de energia e das emissões de GEE, expira em 2020. Devemos assim renovar estas três metas vinculativas para que o esforço que até agora foi feito não seja desperdiçado. Considero que um objetivo de 40% para a redução dos GEE, 40% para o aumento da eficiência energética e 30% para a utilização de energias renováveis, até 2030, são um bom compromisso. A aposta nas renováveis é uma mais-valia em termos de redução da dependência de importação de combustíveis fósseis, em termos de geração de emprego, e de criação de sectores competitivos de baixo carbono. Para continuar este caminho

defendo que devemos dar sinais claros aos investidores. Finalmente, considero que o aprofundamento da rede europeia de energia, fomentando o aumento das interligações entre Estados-Membros traz vantagens inegáveis, bem como aumenta a segurança de abastecimento, melhora a gestão de intermitência das renováveis, diversifica a oferta, levando mesmo à redução dos custos de energia.

4-163-968

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Este relatório debruça-se sobre o quadro de políticas de clima e de energia na UE até 2030, tema propício à habitual retórica – a necessidade de criação de emprego e de recuperação económica, uma transição para um modelo de crescimento sustentável, etc. – e às habituais contradições. São avançadas novas metas cujos objetivos passam por reduzir as emissões de gases de efeito de estufa (GEE) em 40% (tendo como referência as emissões registadas em 1990) e por assegurar uma quota de 27% para as energias renováveis. Muitos verberaram a falta de ambição destes objetivos. De facto, em face da arrebatada retórica *climática* a que a UE nos habituou, esperar-se-ia mais. Mas as metas numéricas valem o que valem, sendo fundamental aferir o caminho para as atingir, os métodos, instrumentos e critérios utilizados. Aqui, a UE deixou claro, há muito, o caminho e este relatório insiste nele: o mercado do carbono – que a realidade veio confirmar ser, para além de ineficaz, perverso. Aqui, o que importa e o que prevalece é o *business as usual*... Defendemos metas ambiciosas no domínio da redução de GEE e da transição para tecnologias hipocarbónicas, mas não partilhamos da apologia do *capitalismo verde*, que mais uma vez é feita neste relatório.

4-164-000

**Monika Flašíková Beňová (S&D)**, *písomne* - Európska únia a ostatní hlavní producenti emisí skleníkových plynů zamerali svoje úsilie znížiť emisie do roku 2050 na hornú časť obmedzenia 80 – 95%. Podľa správy Medzinárodného panelu o zmene klímy sa časový rámec na globálne opatrenia rýchlo blíži ku koncu a nečinnosť jednotlivých štátov by mohla znamenať zvrátenie nedávno dosiahnutého pokroku pri plnení miléniových rozvojových cieľov. Existuje reálna hrozba zvýšenia celosvetového hladu o 10 až 20 percent, ktorý by prudko zasiahol najchudobnejšie regióny a krajiny planéty. Členské štáty Európskej únie musia do roku 2030 obmedziť emisie skleníkových plynů na najmenej 50 % v porovnaní s rokom 1990. Členské štáty musia do roku 2020 vyvinúť maximálne možné úsilie a navýšiť investície do architektúry v oblasti klímy a pomôcť tak nerozvinutým krajinám uskutočňovať ambiciózne ciele. Európska únia by mala pokračovať v znižovaní emisí a vytvárať nové pracovné miesta v environmentálnych priemyselných odvetviach.

4-164-500

**Gaston Franco (PPE)**, *par écrit*. – Je n'ai pas souhaité soutenir, au moment du vote final, ce rapport d'initiative sur les politiques en matière de climat et d'énergie à l'horizon 2030, dans la mesure où la ligne commune soutenue par mon groupe politique n'a pu trouver une majorité, à savoir l'amendement de compromis n° 6, qui proposait un objectif contraignant en matière de réduction des émissions de CO2 ainsi qu'un objectif européen, plus politique, combinant efficacité énergétique et énergies renouvelables. En vue de la conférence sur le climat prévue à Paris en 2015, j'invite l'Union européenne à obtenir de ses partenaires des engagements ambitieux afin de garantir un accord international équilibré, efficace et ne pénalisant pas la compétitivité de l'industrie européenne.



4-165-000

**Ildikó Gáll-Pelcz (PPE),** *írásban .* - Szavazatommal támogattam az éghajlat- és energiapolitika 2030-ra szóló keretére irányuló javaslatokat. Meggyőződésem, hogy az éghajlati célkitűzések, a fenntartható fejlődés, az energiaellátás biztonsága, a gazdasági és technológiai versenyképesség és az egységes energiapiac megvalósítása rendkívül fontosak az EU számára. Az indítvánnyal egybehangzó az álláspontom a környezeti tényezők emberi egészségre gyakorolt hatásával is, ezért az Unió energiapolitikájának a célja többek között az energiapiac működése, az (energia)ellátás biztonsága, az energiahatékonyság, az energiatakarékosság, valamint hogy az Unió környezetvédelmi politikájának hozzá kell járulnia a környezet minőségének megőrzéséhez, védelméhez és javításához. Üdvözlendőnek tartom továbbá a szociális és gazdasági fellendülés, valamint a fenntartható növekedés céljából a 2030-ig szóló éghajlat- és energiapolitika összekapcsolását az éghajlatváltozással, valamint a gondos mérlegelést az olyan sürgető gazdasági és szociális kérdésekkel kapcsolatban, mint az energiabiztonság, az ipar és a háztartások magas energiaköltségei, a munkahelyteremtés és gazdasági fellendülés szükségessége és a fenntartható növekedési modellre való áttérés. Teljes mértékben támogatom tehát az indítványban előirányozott lépéseket környezetvédelmi, gazdasági és szociális vonatkozásában egyaránt.

4-166-000

**Dolores García-Hierro Caraballo (S&D),** *por escrito .* - He votado a favor del informe presentado, aunque quisiera dejar constancia de que el resultado final peca de insuficiente y poco ambicioso. Entiendo que se haya debido llegar a un compromiso entre la Comisión de Medio Ambiente, Salud Pública y Seguridad Alimentaria y la Comisión de Industria, Investigación y Energía a nivel del Parlamento Europeo con vistas a lograr un acuerdo, pero critico que la Comisión Europea haya preferido devaluar los objetivos acordados previamente debido al conservadurismo climático de la derecha que gobierna en las instituciones comunitarias y que está haciendo que la UE esté perdiendo el liderazgo mundial en la lucha contra el cambio climático.

Asimismo, quiero recordar que las implicaciones de esta falta de ambición están suponiendo un aumento de los desastres naturales, lo cual debe hacernos reflexionar a todos e intentar de nuevo liderar las medidas en favor de la reducción de emisiones, sobre todo impulsando las energías renovables y la eficiencia energética. Para ello es necesario que todas las medidas que tomemos sean vinculantes para los Estados miembros, única forma de asegurar su cumplimiento.

4-167-000

**Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D),** *na piśmie .* - Globalne ocieplenie to aktualnie jedno z największych wyzwań stojących przed krajami rozwiniętymi. Według danych ONZ emisje CO<sub>2</sub> w skali światowej zwiększyły się w latach 1990–2010 o ponad 50%. Przyjęte w dniu dzisiejszym sprawozdanie określa długoterminową politykę UE odnośnie do nowego planu ramowego dla polityki klimatycznej i energetycznej 2030, który zastąpi istniejące ramy 2020. W rezolucji posłowie wzywają państwa członkowskie do redukcji emisji CO<sub>2</sub> o co najmniej 40%, uzyskania 30% procent energii ze źródeł odnawialnych oraz osiągnięcia 40% efektywności energetycznej.

Popieram umocnienie polityki klimatycznej oraz inwestycje w energię odnawialną, ale uważam, że podwojony cel redukcji emisji po 2020 roku jest nierealistyczny i może

ograniczyć konkurencyjność przemysłu europejskiego. Proponowane cele nie biorą pod uwagę specyfiki państw członkowskich. A to właśnie rządy europejskie powinny ustalać indywidualnie swoje cele narodowe odnośnie do energii odnawialnej i efektywności energetycznej. Zgadzam się ponadto z komentarzami, iż konkretny pułap redukcji emisji CO<sub>2</sub> powinno się ustalić dopiero po Konferencji Stron Ramowej Konwencji Narodów Zjednoczonych w Paryżu planowanej na 2015 r., gdzie gospodarki najbardziej odpowiedzialne za emisję określą swoje wiążące cele.

4-168-000

**Adam Gierek (S&D)**, *na piśmie* . - Głosowałem na „nie”, gdyż w przedmiotowym sprawozdaniu nie ujęto w sposób dostateczny też zawartych w moich poprawkach, które dotyczyły:

- lepszego wykorzystania mocy szczytowej w związku ze zróżnicowaną długością geograficzną Unii i różnicą czasu astronomicznego;
- budowy nowych sieci przesyłowych prądu prowadzących na południe z farm wiatrowych zainstalowanych na północy UE, tj. nad Morzem Północnym lub nad Bałtykiem, a także zainstalowanych bezpośrednio na tych akwenach;
- zwrócenia większej uwagi na niedoceniane i mało zbadane źródła energii geotermalnej;
- odejścia od doktrynalnej retoryki dotyczącej totalnej dekarbonizacji gospodarki na rzecz stopniowego zmniejszania emisji CO<sub>2</sub>;
- ujęcia polityk zalesiania i rolnej, tj. polityk bazujących na podstawowych technologiach absorpcji CO<sub>2</sub>, w ETS w handlu uprawnieniami do emisji;
- opracowania takiego wskaźnika efektywności energetycznej brutto danego kraju UE w związku z celem politycznym 3x20, by uwzględniony był jego PKB, według Eurostatu;
- konieczności opracowania aktualnej mapy rozkładu potencjału różnych energii odnawialnych w Europie.

Wskazywałem ponadto, że forsowanie jednolitego dla całej UE paradygmatu energetyki bazującej wyłącznie na odnawialnych źródłach energii jest aktualnie nierealne, dlatego że popełnia się błąd metodologiczny wynikający z faktu, iż rozkład tych źródeł jest nierównomierny.

4-169-000

**Robert Goebbels (S&D)**, *par écrit* . – J’ai voté contre le rapport Delvaux, car il ne pose aucun cadre réaliste pour les politiques en matière de climat et d’énergie à l’horizon 2030. Il s’agit d’un rapport sans aucune conséquence juridique, pratiquement illisible pour le citoyen, et qui prône tout et son contraire. Avec des majorités changeantes et parfois étriquées, le Parlement s’est prononcé pour des objectifs ambitieux, mais irréalistes. Pour les énergies renouvelables, pour et contre l’énergie nucléaire, pour et contre le gaz de schiste. C’est un rapport pour la grande poubelle du Parlement, qui perd son temps dans des débats idéologiques au lieu de se concentrer sur son travail législatif.

4-169-500

**Catherine Grèze (Verts/ALE)**, *par écrit* . – Nous, parlementaires européens, venons de réitérer notre ambition climatique et énergétique en affirmant, par 341 voix contre 263,

une position claire du Parlement européen dans le débat sur la politique climatique et énergétique de l'Union pour 2030. Ce vote intervient quelques semaines seulement après que la Commission européenne a présenté une proposition faible et inadaptée à l'urgence climatique favorisée notamment par la frilosité de certains pays, comme la France, alors que l'Europe a tous les atouts pour exceller dans ce domaine. Même si les objectifs en matière de climat et d'énergie que le Parlement a retenus sont assez loin de ce qui est nécessaire et possible en la matière, le rapport qu'il a adopté a le mérite de demander des objectifs contraignants (une réduction des émissions de CO<sub>2</sub> de 40 %, une augmentation à 30 % de la part des énergies renouvelables et un objectif de 40 % en matière d'efficacité énergétique d'ici 2030). J'ai voté en faveur de ce texte car nous devons envoyer un signal clair et important aux gouvernements. L'Europe doit se doter d'un paquet climat-énergie avec trois objectifs contraignants, condition sine qua non de sa réussite, notamment en vue de la conférence internationale de Paris sur le climat en 2015.

4-170-000

**Andrzej Grzyb (PPE), *na piśmie*.** - Głosowałem przeciwko temu sprawozdaniu. Uważam, że na obecnym etapie jego powstanie nie było w ogóle potrzebne, a już na pewno niekonieczne było przyjmowanie go w takim pośpiechu. Debatę nad strategicznymi założeniami polityki klimatycznej po 2020 roku powinniśmy zostawić na kolejną kadencję Parlamentu, przy czym powinna to być debata merytoryczna, biorąca pod uwagę cele środowiskowe i klimatyczne, ale także skutki ich wprowadzenia dla konkurencyjności gospodarki europejskiej i cen energii. Dzisiaj niestety zamiast merytorycznej debaty zostały przedstawione manifesty ideologiczne.

Nie możemy też zapominać, że paradoksalnie dzięki zbyt wyśrubowanym normom klimatycznym w Europie możemy się przyczynić do globalnego wzrostu emisji gazów cieplarnianych. Obawiam się, że europejscy socjaliści i zieloni, stawiając wyśrubowane cele klimatyczne, doprowadzą do powtórki ze strategii lizbońskiej lub zapaści gospodarki europejskiej. Klimatu przy tym nie uratują, bo przemysł, który ucieknie z Europy, będzie emitował jeszcze więcej gazów cieplarnianych poza UE. Na osobny komentarz zasługuje skandaliczne potraktowanie posła sprawozdawcy przez prowadzącą głosowanie wiceprzewodniczącą PE i niedopuszczenie go do głosu przed ostatecznym głosowaniem.

4-170-125

**Jim Higgins, Seán Kelly, Mairead McGuinness and Gay Mitchell (PPE), *in writing*.** - We supported the call for the Commission to include, in its proposal for legislation on hydraulic fracturing, mandatory impact assessment for both exploration and extraction, and we stressed the need to ensure transparency as regards all data on the chemicals used in the hydraulic fracturing process. Whereas we are opposed, in line with the precautionary principle, to any hydraulic fracturing activities that could in any way harm the environment, we must also respect the sovereignty of EU Member States in determining their own energy mix, in accordance with Treaties and the principle of subsidiarity. That principle gives Ireland the freedom to decide our energy priorities, and setting a precedent for undermining such a principle could have potentially harmful unintended consequences for Ireland in the future.

4-170-250

**Iñaki Irazabalbeitia Fernández (Verts/ALE), *por escrito*.** - He votado a favor ya que el texto final del informe hace un claro llamamiento a los Estados y la Comisión para que

desarrollen políticas eficaces y ambiciosas en el área de las energías renovables, la eficiencia energética y la reducción de la emisión de gases de efecto invernadero en el marco de los objetivos para 2030.

4-170-500

**Jarosław Kalinowski (PPE)**, *na piśmie* . - Pragniemy przeciwdziałać zmianom klimatycznym. Pragniemy rozwijać sektor energii odnawialnej. Pragniemy ograniczenia emisji gazów cieplarnianych. To wszystko szczytne cele, dążymy w nich do ochrony środowiska i chcemy zapewnić dostęp do czystej energii przyszłym pokoleniom. Zgoda. Ale wdrażając takie rozwiązania jak handel uprawnieniami do emisji, wykorzystanie konkretnego poziomu biopaliw w transporcie czy też „zazielenienie” rolnictwa, nie możemy kierować się czysto utopijnymi pobudkami. Musimy spojrzeć na stan gospodarki, sektora energetyki, transportu czy rolnictwa tu i teraz, zwrócić uwagę na różnice, jakie istnieją między poszczególnymi regionami Europy, i zastanowić się, jak chronić ekosystemy Ziemi, nie doprowadzając do katastrofy ekonomicznej w niektórych krajach.

Jeśli energetyka w danym państwie opiera się na węglu, nie możemy wymagać, aby kraj w ciągu kilku lat drastycznie przeobraził swój sektor energetyki bez katastrofalnych skutków dla gospodarki. Nie możemy wymagać, by rząd takiego kraju, spełniając cele klimatyczne, pozbawił pracy setki tysięcy osób, aby rolnicy w okamgnieniu zmodernizowali swoje gospodarstwa i zmienili profil swej działalności, a przedsiębiorcy porzucili inwestycje rozpoczęte zaledwie kilka lat temu i poczynili kolejne, aby błyskawicznie zmienić technologię. To nie są procesy, które mogą zajść za dotknięciem czarodziejskiej różdżki. Potrzebne są okresy przejściowe, systemy pomocy, wsparcie restrukturyzacji. Nie podejmujemy pochopnie decyzji, w wyniku której gospodarka Europy może poważnie ucierpieć.

4-171-000

**Rina Ronja Kari (GUE/NGL)**, *skriftlig* . - Jeg er dybt bekymret over de opstillede klimamål. Når eksperterne og ngo'erne siger, at der er brug for en reduktion i CO<sub>2</sub>-udslip på 80-95 % i 2050, så er det ikke nok med 40 % i 2030. Samtidig må vi konstatere, at målsætningen for vedvarende energi er alt, alt for lav. Vi er nødt til at tage et seriøst ansvar for vores verden og det betyder, at vi er nødt til at opstille nogle mere tilstrækkelige målsætninger.

Desværre er den ikke kun gal med målsætningerne. Også redskaberne er problematiske. F.eks. vil kvotesystemet fortsætte, selv om det for længst har vist sin uduelighed. Nu har vi benyttet det over en længere periode, men når prisen på en kvote har været tæt på nul, har det været stort set gratis at forurene, og så virker systemet jo altså ikke. Vi er nødt til at få en bedre løsning på plads!

4-172-000

**Christa Klauß (PPE)**, *schriftlich* . - Die Frage lautet: Wie wollen wir morgen leben? Wollen wir unseren Lebensstandard in Europa auch in Zukunft halten? - Und auch unseren Beitrag zur Bekämpfung des Hungers und der Not in der Welt leisten? Wollen wir eigene Energien und Energieversorgungssicherheit? Wollen wir sichere und emissionsarme Energiequellen, die unsere Luft nicht verschmutzen und unsere Natur nicht verschandeln? Wenn wir diese Fragen mit „Ja“ beantworten können, dann müssen wir auch weiterhin an Maßnahmen für mehr Energieeffizienz und an einer Förderung der erneuerbaren und neuen Energien festhalten. Denn die fossilen Energieträger sind endlich. Also müssen wir den Fokus auf

das Energiesparen und auf Forschung und Innovationen bei den erneuerbaren und neuen Energien richten. Die Politik muss dazu den An Schub geben. Neue Technologien und Speichermethoden können zum Schlüssel erfolgreicher Energiepolitik werden. Es braucht ein gutes Maß an Kontinuität und Verlässlichkeit für alle Beteiligten. Deshalb ist es bedenklich, dass wir uns in der EU gerade von einem Unterziel für den Verkehrssektor so klammheimlich verabschieden. Noch vor wenigen Jahren haben wir hier mit dem 10-Prozent-Ziel umfangreiche Investitionen in die Biokraftstofferzeugung gefördert, die wir jetzt im Regen stehen lassen, weil wir den Biokraftstoff über spekulative Zahlen schlechtrechnen. Beim Zusammenführen von ehrgeiziger Energie- und Klimapolitik dürfen wir nicht über das Ziel hinausschießen.

4-172-125

**Constance Le Grip (PPE)**, *par écrit*. – J'ai voté contre le rapport d'initiative sur les enjeux climatiques à l'horizon 2030, parce qu'il ne va pas dans la bonne direction. Personne ne comprend cette obstination des partis des Verts et de gauche à vouloir sacrifier tout espoir de reprise économique en s'adonnant à une politique environnementale excessive et étouffante pour notre croissance, là où nous avons en réalité besoin d'une stratégie claire et simple pour surmonter les défis de ce siècle.

4-172-250

**Bogusław Liberadzki (S&D)**, *na piśmie*. – Zdecydowałem się wraz z większością polskich posłów zagłosować przeciwko sprawozdaniu, ponieważ uznałem je za zbyt daleko idące. Uważam, że negatywnie wpłynie ono na pozycję negocjacyjną polskiego rządu na kolejnych szczytach klimatycznych i przyczyni się do dalszej eliminacji węgla jako źródła energii, co z kolei uderzy w polską gospodarkę. Drastyczne ograniczenie emisji CO<sub>2</sub>, jakie zakłada sprawozdanie, oraz całkowita eliminacja węgla z energetyki po 2050 roku są sprzeczne z polskim interesem. Spowoduje to dalsze uzależnienie sektora energetycznego od dostaw rosyjskiego gazu i windowanie cen handlu emisjami CO<sub>2</sub>. Nie możemy dopuścić, żeby kolejne pokolenia Polaków płaciły za nierozważnie i odgórnie ustalone cele polityki klimatycznej w Europie.

4-172-312

**Véronique Mathieu Houillon (PPE)**, *par écrit*. – J'ai voté contre le rapport qui préconise la mise en œuvre d'objectifs contraignants pour les États membres en matière de climat et d'énergie à l'horizon 2030. Dans un contexte économique difficile marqué par la hausse des prix de l'énergie et ses répercussions sur la compétitivité de l'industrie européenne, il me semble important de laisser de la flexibilité aux États membres sur leurs investissements en matière d'efficacité énergétique ou d'énergies renouvelables.

4-172-375

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *par écrit*. – Les textes qui concernent la politique énergétique et climatique de l'Union européenne se suivent et se ressemblent, malheureusement. Toujours autant de certitudes dans les bienfaits du marché du CO<sub>2</sub>, toujours autant d'aveuglement face à la catastrophe climatique. Les quelques réformes cosmétiques que souhaite apporter le Parlement européen au système d'échange de quotas d'émission (SEQUE) sont bien minuscules aux côtés de l'incroyable contre-productivité écologique dont ce système a déjà fait preuve. Alors que nous sommes à un moment crucial pour la survie de l'humanité, le Parlement européen a d'ores et déjà renoncé à toute politique

énergétique et climatique ambitieuse. Au lieu de cela, c'est au «marché intérieur» de l'énergie qu'il convient d'engager la bifurcation du modèle énergétique européen et au marché du CO2 d'orienter l'économie européenne vers la sobriété en la matière. L'archétype de la stupidité de cette technocratie libérale européenne est la proposition de l'abandon des aides publiques à certaines énergies renouvelables (l'éolien terrestre et le solaire) au motif qu'elles fausseraient le bon fonctionnement du marché de l'énergie et qu'elles seraient suffisamment matures pour faire face à la concurrence. Je m'abstiens sur ce texte pour ne pas empêcher les maigres avancées contenues dans ce rapport.

4-172-437

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - He votado en contra del presente informe debido a que supone aceptar el estrepitoso fracaso y la escasez de voluntad política para afrontar el principal problema que afectará a la totalidad de los países del mundo en los próximos años. Este informe refleja dicho fracaso en la medida en que, pese a hacer referencia a las políticas relacionadas con el clima y la energía, hace una referencia centralizada a la economía y la competitividad, causa última de los problemas ambientales que el calentamiento global está provocando por todo el planeta. El informe hace un llamamiento a la UE para que actúe a nivel internacional en este ámbito, cuando los Gobiernos de los Estados miembros de los mismos partidos que han presentado este informe bloquean e impiden cualquier tipo de acuerdo global y vinculante. Es por esto por lo que he decidido votar en contra del presente informe.

4-172-500

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing*. - I voted against this report as I believe that the targets set out in it are too ambitious and unrealistic. Any European framework for climate and energy should have flexible targets that allow Member States to reach them as they deem fit.

4-172-750

**Andreas Mölzer (NI)**, *schriftlich*. - Die Energiestrategie der EU ist darauf ausgerichtet, langfristig drei Ziele zugleich erreichen zu wollen: Die EU will den Klimawandel bekämpfen, die durch die hohe Importabhängigkeit bei fossilen Brennstoffen entstehende externe Verwundbarkeit der EU dämpfen und mittels einer wettbewerbsfähigen Energieversorgung Wachstum und Beschäftigung fördern. Betrachtet man den EU-Gesamtenergiemix, so halten die fossilen Energieträger Öl (36,9 %), Gas (24 %) und Kohle (17,8 %) nach wie vor die größten Anteile. Atomenergie macht 14 % aus und die erneuerbaren Energieträger kommen auf 7,1 %. Die Importabhängigkeit ist bei Rohöl mit 84 % und bei Erdgas mit 61 % schon jetzt sehr hoch. Ich habe gegen den Bericht gestimmt, da ich die Meinung vertrete, dass die einzelnen Mitgliedstaaten sich vermehrt um eine autonome Energieversorgung kümmern sollten.

4-173-000

**Vital Moreira (S&D)**, *por escrito*. - Não votei a favor das alterações ao Relatório Delvaux/Szymański (sobre as metas de clima e energia para 2030) sobre a exploração de gás de xisto e sobre a redução das emissões de gás com efeito estufa para 50% em relação ao nível de 1990. Quanto à primeira, não existe nenhuma prova de que, com as devidas garantias de segurança, a exploração de gás de xisto tenha efeitos ambientais negativos intoleráveis, não havendo razão para deixar de lado essa fonte de energia que, nos EUA,

está a causar uma notável redução dos custos energéticos. Quanto à segunda, embora seja pessoalmente a favor de metas vinculativas em matéria ambiental, parece-me que o limite proposto é excessivamente ambicioso e quiçá irrealista (de 20% em 2020 para 50% em 2030). Ora, se é certo que a União deve manter a liderança na redução das emissões de GEE (CO<sup>2</sup> e outros), não deve ser uma *vanguarda* isolada, sem seguidores no resto do mundo. Em qualquer caso, há que manter um equilíbrio razoável entre a ambição ambiental e a competitividade da economia da União, que já padece de custos de energia muito mais altos do que os nossos competidores diretos, como é o caso dos EUA.

4-174-000

**Rareș-Lucian Niculescu (PPE)**, *în scris*. - M-am abținut la votul privind amendamentul 27. Consider că Uniunea Europeană și, implicit, România au nevoie de un grad sporit de independență energetică și de exploatarea responsabilă a resurselor disponibile. În același timp, punctele de vedere ale comunităților locale trebuie avute permanent în vedere atunci când se pune problema exploatării acestor resurse, mai ales atunci când asigurarea condițiilor de siguranță nu este pe deplin convingătoare.

Ne dorim energie ieftină, dar siguranța trebuie să se afle pe primul loc. Un alt motiv al abținerii a fost faptul că Parlamentul European nu poate impune autorităților locale punctul său de vedere, pentru că acest fapt ar încălca atât principiul subsidiarității, cât și pe cel al autonomiei administrative locale. M-am abținut, de asemenea, la votul final, pentru că raportul, pe lângă multe prevederi importante, conține altele cu un caracter cel puțin discutabil.

4-174-125

**Franz Obermayr (NI)**, *schriftlich*. - Die EU-Klimaziele für 2030 sind im Wesentlichen nur eine sture Forderung nach prozentuellen Fortschritten. Es fehlen neue Umsetzungsgedanken. Die Klimaziele 2020 wurden erst vor ein paar Jahren definiert. Das Resultat sind Staubsaugerregularien und Glühbirnen-Hickhack, da die Energiewirtschaft das alleine nicht stemmen kann und konnte.

Zudem plant die Kommission Dekaden voraus, und das auf Basis fragwürdiger, d.h. veralteter Daten, wie das Deutsche Institut für Wirtschaftsforschung (DIW) deutlich zeigt. Aber unabhängig davon wird die reine Festsetzung von Prozentzielen zu einem Problem führen: Die bisherigen Einsparungen waren noch machbar, ohne zu brutalen Konflikten mit der Energiepolitik und der Industriepolitik zu führen. Bereits jetzt führte die Klimapolitik in Deutschland, einem Vorreiterland der Klimaziele 2020, zu einem erheblichen Anstieg der Energiepreise. Sie sind derzeit dort seit Jahren größtes realwirtschaftliches Wachstumshemmnis.

Gleichzeitig plant die EU die Reindustrialisierung von Europa, um Arbeitsplätze und Wettbewerbsfähigkeit zu erhöhen. Ein Blick in die Geschichtsbücher würde offenbaren, dass günstige Energie dafür immer eine klare Notwendigkeit war. Die EU steuert mit voller Kraft in die Gegenrichtung. Kurzum werden die Klimaziele ohne eine durchdachte Abstimmung mit der Energie- und Industriepolitik entweder scheitern oder den anderen beiden erheblichen Schaden zufügen: Wettbewerbsfähigkeit und Arbeitsplätze in der EU würden dann leiden. Aus diesen Erwägungsgründen habe ich den vorliegenden Bericht abgelehnt.

4-174-250

**Justas Vincas Paleckis (S&D)**, *raštu* . - Balsavau už pranešimą dėl būsimos Europos klimato ir energetikos politikos raidos. Pritariu pranešėjų nuostatai, kad didžiausias iššūkis bus pasiekti sėkmingos klimato apsaugos, prieinamų energijos kainų, jos tiekimo garantijos ir pramonės konkurencijos suderinamumo. Neseniai Europos Komisijos paskelbta šios strategijos poveikio analizė rodo, kad jos įgyvendinimas sukurtų milijoną naujų darbo vietų, be to, gerokai sumažintų ES valstybių priklausomybę nuo importuojamų energijos šaltinių. 573 milijardus eurų, kuriuos ES valstybės 2011 m. sumokėjo už iškastinio kuro resursų importą, būtų galima panaudoti žaliosios energijos gamtinio stimuliavimui bei energijos taupymo mechanizmams. Svarbu pabrėžti, kad Lietuvos, kaip ir visos Europos, gyventojai aiškiai išreiškė savo palaikymą atsinaujinantiems energetikos ištekliams bei energijos efektyvumui. Naujausioje Eurobarometro apklausoje Lietuvoje 53 % respondentų mano, kad pirmenybė turi būti atsinaujinantiems energijos šaltiniams, 25 % pirmenybę teikia energetikos efektyvumo didinimui. Tik 15 % norėtų pirmenybę teikti branduolinei energetikai, o 10 % – iškastiniam kurui.

4-174-500

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito* . - Votei favoravelmente o presente relatório sobre um quadro para as políticas de clima e de energia em 2030 em que o Parlamento Europeu saúda o Livro Verde da Comissão sobre um quadro para as políticas de clima e de energia em 2030 e espera que o Conselho Europeu aborde estas questões com soluções ambiciosas, realistas e eficientes em termos de custos. O Parlamento espera soluções flexíveis e que mantenham uma vantagem competitiva sustentável para a União Europeia, com os seus conhecimentos gerais e especializadas em termos de energia, e que funcionem tanto a curto como a longo prazo.

4-174-562

**Sandra Petrović Jakovina (S&D)**, *napisan* . - Glasala sam za ovo izvješće jer vjerujem kako je zaštita klime politički program za sve napredne snage koje misle na buduću naraštaje. Osim što je ovo i program naš socijaldemokrata, isti bi jednako tako trebao biti i program svih političkih grupacija. Pozdravljam prvenstveno viziju Parlamenta za novu okvirnu politiku za klimu i energetiku, a mišljenja sam da se obvezujući ciljevi glede energetike trebaju odnositi na energetske učinkovitost, te smatram kako bismo trebali nastojati izbjeći ovisnost o uvozu energije i ovisnost o fosilnim gorivima. Postoji ogroman potencijal u korištenju obnovljivih izvora energije koji će zasigurno stvoriti adekvatnu podlogu otvaranju novih radnih mjesta koja su važna za nas u Europi, što je uostalom i oduvijek bila politika socijaldemokrata.

4-174-625

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan* . - Okvir klimatske i energetske politike za 2030. će se graditi na značajnom napretku koji je već postignut u ovom području. On se mora osloniti na lekcije iz trenutnog okvira i identificirati gdje poboljšanja mogu biti napravljena. Zabrinjavajući podaci koji pokazuju kako je EU najveći uvoznik fosilnih goriva u godišnjoj vrijednosti od preko 500 milijardi EUR jasan su znak kako su promjene u energetske strategiji Unije potrebne. Ciljeve postavljeni Strategijom 2020 koji će prema protekcijama Komisije biti nadmašeni potrebno je revidirati i učiniti ambicioznijima. Primjer Hrvatske jasno pokazuje da naglasak na obnovljivim izvorima energije daje rezultate s obzirom da je posljednjih godina zemlja smanjila emisije CO<sub>2</sub>. Naime, u listopadu 2013., Hrvatska je



dosegla 16 % udjela obnovljivih izvora energije u ukupnoj potrošnji, što je iznad europskog prosjeka i vrlo blizu obveza preuzetih relevantnom direktivom. Promjene koje predlaže Komisija Strategijom 2030 trebaju za cilj imati smanjenje ovisnosti o fosilnim gorivima uz daljnje povećanje udjela obnovljivih izvora energije, kako bi se očuvao okoliš i spriječilo daljnje klimatske promjene. Osim ostvarenja tog cilja nova strategija treba biti balansirana kako bi se postiglo ostvarenje energetskeg sustava koji pridonosi konkurentnosti gospodarstva Europske unije, omogućavajući cijene koje su međunarodno konkurentne i predstavljaju pristupačne energiju za krajnje potrošače.

4-174-750

**Andrej Plenković (PPE)**, *napisan* . - Podržao sam izvješće kolega Delvaux i Szymański koje bi trebalo dati okvir za klimatsku i energetske politiku EU do 2030. Proceduru za ovaj predmet završit će novi saziv Europskog parlamenta, no izuzetno je bitno prije izbora poslati političku poruku predanosti Europske unije očuvanju klime te osigurati okvir za konačan međunarodni dogovor o smanjenju stakleničkih plinova u Parizu 2015. Cilj od 40% smanjenja emisija stakleničkih plinova do 2030. je s jedne strane dovoljno ambiciozan, a s druge realan i uzima potrebe razvoja gospodarstva. Po završetku zadnje klimatske konferencije u Varšavi u studenom prošle godine, organizirao sam u Hrvatskoj Okrugli stol koji je okupio relevantne stručnjake i proširio javnu raspravu. Ove godine se pridružujemo i EU sustavu trgovanja emisijama gdje ćemo biti mogućnosti povećati emisije stakleničkih plinova koje nisu pokrivena tim sustavom za 11% do 2020. u odnosu na 2005. Kako bi osigurali ostvarenje ciljeva smanjenja emisija stakleničkih plinova do 2020. i nakon te godine Hrvatska je u procesu donošenja Strategije nisko-ugljičnog razvoja do 2050. Podupirem Izvješće te smatram kako ćemo na taj način pokazati predanost EU smanjenju utjecaja klimatskih promjena i dati poticaj razvoju nisko ugljičnih tehnologija i otvaranja novih radnih mjesta u području čistih odnosno tzv. zelenih industrija.

4-174-875

**Franck Proust (PPE)**, *par écrit* . – Il est très important pour l'Union européenne d'adopter une stratégie commune en matière de climat afin que tous les États membres soient responsabilisés à l'objectif commun de préserver l'environnement. De nombreuses législations européennes ont été édictées dans ce sens et les États membres font leur possible afin de réduire leur consommation d'énergie. Cependant, il faut absolument prendre en considération les secteurs qui sont touchés par cette réduction de la consommation d'énergie, comme le secteur industriel et celui du transport. Ceux-ci doivent bénéficier d'une sorte de moratoire pour qu'ils aient le temps de s'adapter aux nouvelles normes environnementales afin d'assurer leur compétitivité face au reste du monde. J'ai voté contre ce rapport parce que les objectifs contraignants qu'il proposait étaient complètement démesurés et inaccessibles. Il est certes primordial de réduire les émissions de gaz à effet de serre mais cela ne doit pas se faire aux dépens de certains secteurs importants de l'économie européenne. Il y a des priorités, et le retour de la croissance est la principale d'entre elles.

4-175-000

**Frédérique Ries (ALDE)**, *par écrit* . – L'action pour le climat n'est pas à la fête ces dernières années. Entre échec des sommets internationaux et désaccords au sein même de l'Union européenne, la prochaine conférence des Nations unies sur le climat en décembre 2015 s'annonce périlleuse. La présentation faite le 22 janvier par la Commission européenne d'un nouveau paquet européen « réaliste et ambitieux » sur le climat et l'énergie est donc

une bonne nouvelle. Avec un seul objectif contraignant décidé: 40 % de réduction des émissions de CO<sub>2</sub> pour 2030. C'est le bon signal. L'Europe a enfin compris que si elle veut rester à la pointe de la lutte contre le changement climatique, elle doit présenter des objectifs réalisables. Pour ma part, je me suis opposée à un des trois objectifs contraignants proposé dans le rapport Delvaux pour une raison simple: augmenter de 30 % la part des énergies renouvelables d'ici 2030 est irréalisable pour une majorité d'États membres. Un chiffre: en 2012, les énergies renouvelables représentaient 8 % de la production belge d'électricité, comparé à 48 % pour le nucléaire et à 27 % pour les turbines à gaz. Et une conclusion: les énergies renouvelables ne changeront pas le paysage énergétique, mieux vaut donc miser sur les économies d'énergie!

4-175-500

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *in writing* . - In favour. The European Parliament has today sent a clear signal to EU governments: binding 2030 targets for renewables, energy efficiency and greenhouse gases are an essential bedrock for any EU policy. Coming just weeks after the weak proposals from the European Commission, today's vote should reorient the debate and give EU governments a mandate to take the right decision when they consider the 2030 roadmap at their March summit. The EU should not repeat the mistake made with the lack of ambition in its 2020 greenhouse gas reduction target as this has undermined the effectiveness of overall climate policy and key instruments like the emissions trading scheme. To this end, we should be aiming for a 60% reduction by 2030, which various scenarios have made clear is possible with ambitious policies on energy efficiency and renewable energy. Unfortunately, MEPs today voted to endorse the weak 40% target proposed by the Commission. 2030 is the next crucial milestone for European climate and energy policy and it is important that the fossil fuel and nuclear lobbies understand that our energy future lies with renewables and efficiency.

4-175-750

**Oreste Rossi (PPE)**, *per iscritto* . - Il problema principale del pacchetto clima ed energia 2030 è che di fatto non fornisce né misure concrete per rilanciare la competitività, né segnali di stabilità di medio-lungo periodo per sostenere le decisioni di investimento.

La proposta odierna delude ogni aspettativa delle aziende europee di avere un quadro legislativo solido per gli investimenti e l'innovazione in Europa, rendendola indipendente dalle importazioni di energia. Non ha senso entrare nel merito del dibattito sui target, ma è importante notare che anche il target singolo sui gas serra al 40 per cento si tradurrà in un target molto più pesante di quello attuale per il settore ETS (43 per cento rispetto alle emissioni del 2005).

La questione della compensazione a livello europeo dei costi indiretti dell'ETS a carico dei settori *electro-intensive* non è oggetto del pacchetto di riforme dell'ETS, mentre quello che si propone è l'istituzionalizzazione del *backloading*. Le sfide ambientali vanno sostenute, ma non a discapito di un aumento del prezzo dell'energia elettrica all'ingrosso tra il 15 e il 20 per cento, che incrementa ulteriormente il gap rispetto all'industria americana, che oggi già paga l'energia oltre il 50 per cento in meno dell'industria europea.

Inoltre l'applicazione ai soli Stati membri implica ulteriori, pesanti sforzi di riduzione delle emissioni da parte dell'industria, a fronte dell'indifferenza degli altri paesi.

4-175-812

**Vilja Savisaar-Toomast (ALDE)**, *kirjalikult.* – Lugupeetud juhataja, head kolleegid! Olles ambitsioonika kliima- ja energiapoliitika pooldaja, toetasin täna ENVI ja ITRE ühisraportit. Kasvuhoonegaaside heite vähendamine ning taastuvenergia ja energiatõhususe suurendamine on olulised teemad, mis aitavad parandada EL konkurentsivõimet ja vähendada energiakulusid. Kõrge energiahinna mõjusid tajuvad igapäevaelus kõik, mistõttu on oluline leida vähem kulukaid alternatiive. Murettekitav on meie liigne sõltuvus energia impordist, mistõttu on ressurside parem kasutus ja energiatõhususe suurendamine teemad, mida ei saa jätta tähelepanuta. Impordist sõltumise vähendamiseks, energiatõhususe suurendamiseks ja energiahinna alandamiseks on vaja suurendada taastuvenergia kasutamist, mistõttu pooldan 40% suurust taastuvenergia eesmärki. Antud eesmärk on vajalik ka kliimamuutuste seisukohalt! On oluline, et energia- ja kliimapoliitika oleksid omavahel kooskõlas ning tugevdaksid üksteist analoogselt 20/20/20 eesmärkidega. Üksnes CO<sub>2</sub> heite vähendamisest ei piisa – me peame järjepidevalt rakendama energiatõhusust ning taastuvenergia kasutamist. Mainitud eesmärkide saavutamiseks on vaja need õiguslikult siduvaks muuta. Taastuvenergia edendamist pooldavad Eurobaromeetri küsitluste kohaselt ka eurooplased ise. Vastu olen aga ettepanekule, mis nõuab kasvuhoonegaaside heite vähendamise ühtset eesmärki. Paindlik kauplemismehhanism annaks edukamatele taastuvenergia tootjatele, nagu seda on näiteks minu koduriik Eesti, võimaluse müüa tekkinud ülejääk teistele liikmesriikidele – see edendaks liidusisest ettevõtlust ning võtaks arvesse liikmesriikide erinevusi. Lõpetuseks nõustun komisjoniga, et peaksime oma tegevuses vaatama kaugemale 2020. aastast.

4-175-843

**Salvador Sedó i Alabart (PPE)**, *por escrito.* - Hoy, muy a mi pesar, el Parlamento Europeo en pleno ha aprobado unos objetivos energéticos vinculantes para el año 2030 que pretenden una reducción del 40 % en las emisiones de CO<sub>2</sub>, un 30 % de energías renovables y un 40 % de mejora de la eficiencia energética. Personalmente, estoy a favor de hacer esfuerzos colectivos y converger hacia un modelo energético más sostenible, aunque cabe decir que difiero de la posición de este informe respecto al camino para lograrlo. La fijación de objetivos energéticos de la UE tan estrictos no tiene en cuenta el contexto económico, tecnológico e industrial de cada Estado miembro, cada uno con necesidades y potenciales distintos que el anterior, y provoca distorsiones innecesarias en términos de competitividad y eficiencia. Por tanto, considero que un acuerdo intermedio, con objetivos vinculantes más flexibles y unas políticas coherentes complementarias de apoyo, hubiese sido la solución más acertada.

4-175-859

**Czesław Adam Siekierski (PPE)**, *na piśmie.* - Przyjęta przez Parlament rezolucja określająca cele w obszarze klimatu i energii do 2030 r., mimo usunięcia części szkodliwych zapisów jest moim zdaniem zupełnie oderwana od rzeczywistości. Wydaje się, że w przypadku braku podobnych działań ze strony głównych globalnych trucicieli nasze wysiłki przyniosą jedynie straty gospodarce Europy, bez wymiernych rezultatów w obszarze ochrony klimatu. Świadczą o tym dane, według których UE jako jedyna na świecie zmniejszyła emisje, lecz mimo to globalnie wzrosły one o połowę!

Kryzys gospodarczy powinien nam uświadomić, jak ważny jest przemysł dla gospodarki. Na tym sektorze opiera się ponad 80% europejskiego eksportu oraz prywatnych nakładów na innowacje. Szacuje się, że każde nowe miejsce pracy utworzone w przemyśle daje 2

dodatkové etaty w innych sektorach gospodarski, co przy obecnym rekordowym bezrobociu w UE powinno dać nam do myślenia. Tymczasem od lat 90. udział przemysłu w gospodarce UE systematycznie spada i dziś wynosi zaledwie 15%. W tym miejscu warto się zastanowić, jak mają się wspomniane powyżej postulaty klimatyczne do ogłoszonej niedawno przez Komisję Europejską strategii reindustrializacji Europy, która zakłada zwiększenie udziału przemysłu w gospodarce do 20% w ciągu najbliższych 7 lat. Czy te działania nie są ze sobą sprzeczne? Odpowiedź wydaje się oczywista.

4-175-875

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto* . - La relazione in esame mi pare ben bilanciata e dunque trova tutto il mio appoggio.

Innanzitutto perché non si maschera dietro un falso moralismo e riconosce la responsabilità storica dell'UE e di altri paesi responsabili delle emissioni di gas. Non dobbiamo tuttavia dimenticare che il tempo utile per agire si sta rapidamente accorciando e che misure per proteggere l'ambiente sono ormai di primaria importanza.

Bisogna pertanto ridurre gradualmente le sovvenzioni e gli aiuti di Stato ai combustibili fossili e all'energia nucleare, senza però dimenticare che essi rappresentano ancora la fonte primaria di energia per l'Europa. Certo l'impronta di carbonio deve essere ridotta nel settore dei trasporti, ma non bisogna dimenticare che i biocarburanti non soddisfano ancora le aspettative in termini di riduzione significativa delle emissioni.

Dunque l'approccio proposto presenta un bilanciamento tra la necessità di favorire la riduzione di emissioni con le capacità attuali dell'industria e dell'economia europea.

4-175-882

**Catherine Stihler (S&D)**, *in writing* . - I voted for this report because I believe we should reduce our dependency on fossil fuels and should, instead, support clean industries so as to help fight climate change.

4-175-890

**Dubravka Šuica (PPE)**, *napisan* . - Nisam podržala ovo izvješće ali važno je europeizirati europsku politiku i uspostaviti samostalnu energetska politiku europske unije. Potrebno je imati obvezujuće ciljeve ukoliko ne možemo se usuglasiti oko sva tri cilja onda sam spremna na kompromisni prijedlog koji podržava dva cilja a to su energetska učinkovitost i obnovljivi izvori energije. Svjesna da je energija u Europi jako skupa te da imamo tri puta skuplji plin a dva puta skuplju električnu energiju nego SAD te da ove neprihvatljivo visoke cijene dovode do nekonkurentnosti europskih proizvoda slažem se da naše djelovanje moramo usmjeriti prema jedinstvenom tržištu poticanju energije iz obnovljivih izvora te smanjenju poreza na energiju koji je u nekim zemljama članicama enormno visok. Zalažem se za europski sustav poticaja, jedinstven a ne 28 različitih sustava također trebamo uravnotežiti klimatsku, energetska i okolišnu politiku. Također je potrebno smanjiti emisiju stakleničkih plinova za 40% do 2030 godine, ali isto tako samo smanjenje stakleničkih plinova ne može biti jedini cilj i stoga treba težiti da imamo 30% udjela obnovljivih izvora u proizvodnji do 2030 godine a energetska učinkovitost dovesti do 40%.

4-175-906

**Alf Svensson (PPE)**, *skriftlig* . - Kristdemokraterna menar att det är rimligt med tre bindande mål för minskade växthusgasutsläpp, andelen förnybar energi och ökad

energieffektivitet. De bindande målen är dock helt avhängiga hur fördelningsnyckeln ser ut medlemsländerna emellan.

I Sverige kommer redan idag närmare 51 % av energiproduktionen från förnybara källor. Till stor del kan vi tacka våra vattendrag för detta. Andra länder har en helt annan situation. I Polen utgör förnybara energikällor 8 %. Det råder en liknande situation i andra EU-länder. År 2011 menade Polens vice premiärminister att kolkraft hör framtiden till. Den sammantagna bilden ger vid handen att då fördelningsnyckeln beslutas senare i år kommer Sverige, troligen, fortsatt att få stå för en stor minskning av utsläpp fastän vi redan har en hög andel förnybara energikällor. Därför har jag röstat för ett kompromissförslag om två bindande mål: minst 40 % minskade växthusgasutsläpp och ett kombinerat mål om förnybar energi och effektivitet som länder själva bestämmer fördelningen mellan. Klimatet ska vara i centrum, och då måste länder som släpper ut den största delen koldioxid ändra sin produktion. Det bör vara målet, men det riskerar man att missa då man stirrar sig blind på procentsatser i stället för att se till vad som får mest effekt.

4-175-937

**Kay Swinburne (ECR), in writing .** - I am disappointed with the position outlined in this report. It does not take due account of the lessons that need to be learned from the 2020 climate and energy framework, nor does it offer the flexible approach that is needed if we are to reduce the high energy costs which EU citizens face in the current market.

However, I am most disappointed by the manner in which today's vote on the report was conducted. I was unable to register my final vote because, like many of my colleagues, I was waiting for the rapporteur from the ECR Group who had asked to take the floor to do so. I feel strongly that due process was not followed in denying him the chance to speak, and I very much hope that we will have the opportunity to cast our votes on this report again.

4-176-000

**József Szájer (PPE), írásban .** - „Chief Whip”-ként az én tisztem a néppárti képviselőcsoport szavazási fegyelmének biztosítása, amely abban nyilvánul meg, hogy a plenáris szavazások során a teljes néppárti frakció számára én mutatom a követendő álláspontot. Azonban a magyar néppárti delegáció aktívan dolgozik hazánk érdekeinek előmozdításán, az Európai Parlamentben is saját nemzeti érdekeinket képviseljük, így előfordul, hogy a magyar Fidesz-KDNP delegáció álláspontja eltér a néppárti állásponttól. Annak érdekében, hogy alelnöki tisztségemből fakadó kötelezettségem miatt ne kerüljek önellentmondásba az éghajlattal és az energiával kapcsolatos politikák 2030-as keretéről szóló szavazásnál, amikor a név szerinti szavazások során a frakció másképpen voksolt, mint a magyar képviselők, akkor közvetlenül nem vettem részt a szavazásban. Vagyis nem nyomtam meg a szavazógombot, de feltett kézzel jeleztem a néppárti frakciónak a korábban közösen eldöntött szavazási álláspontot.

4-177-000

**Marc Tarabella (S&D), par écrit .** – Investir dans le secteur de l'environnement et de l'énergie doit rester une priorité européenne car elle incarne le futur et est génératrice d'emplois. Pour ce qui est de la limitation des émissions de gaz à effet de serre, les principaux pollueurs mondiaux doivent suivre la voie européenne, sans quoi tous ces objectifs auront autant d'impact qu'un éternuement au milieu d'un champ d'éoliennes...

4-177-500

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - Voto favoravelmente o estabelecimento de uma redução para 40% dos gases com efeitos de estufa, uma eficiência energética de 40% e que 40% das fontes de energia tenham como origem as renováveis. Entendo que, em Portugal, a aposta em energias renováveis, nomeadamente o potencial eólico e solar, ainda se encontra por explorar e que este novo impulso poderá alavancar o crescimento económico e a geração de emprego na área. No entanto, será necessário rever os mecanismos de subsídio das energias renováveis porque as tecnologias estão cada vez mais maduras, dar um sinal claro aos investidores da estratégia delineada e aprofundar as redes energéticas europeias para que Portugal tenha possibilidade de escoar a eletricidade produzida.

4-176-500

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris*. - Am votat pentru rezoluția referitoare la un cadru pentru 2030 pentru politici în domeniul climei și al energiei. Creșterea eficienței energetice trebuie considerată una dintre componentele principale ale politicii UE în domeniul climei și al energiei. Eficiența energetică contribuie la conservarea resurselor, la reducerea facturilor la energie, a dependenței de combustibili importați, a deficitelor comerciale, la îmbunătățirea competitivității pe termen lung a economiei UE, precum și la facilitarea reducerii emisiilor de gaze cu efect de seră din UE.

Invităm statele membre să pună rapid în aplicare Directiva privind eficiența energetică și Directiva privind performanța energetică a clădirilor. Trebuie luate în considerare potențialul fiecărui sector economic și fiecare situație economică atunci când se elaborează noi politici privind eficiența energetică.

Invităm Comisia și statele membre să stabilească pentru 2030 un obiectiv al UE cu caracter obligatoriu privind reducerea emisiilor de gaze cu efect de seră de la nivel intern cu cel puțin 40 % comparativ cu nivelurile înregistrate în 1990. Măsurile privind îmbunătățirea eficienței energetice ar trebui să se concentreze pe aprovizionarea cu energie și pe partea de cereri în ansamblul lor, inclusiv pe transformare, transmitere, distribuție și aprovizionare, precum și pe consumul industrial, pe cel al clădirilor, inclusiv pe cel al gospodăriilor și pe transport.

4-178-000

**Владимир Уручев (PPE)**, *в писмена форма*. - Г-н Председател, уважаеми колеги, с гласуването на доклада за политическата рамка в областта на климата и енергетика до 2030 г. Европейският парламент потвърди доминиращата роля на политиките за борба с климатичните промени над другите политики в областта на индустрията и енергетиката.

Безусловно ЕС има историческо задължение да бъде в челните редици на борбата срещу климатичните промени, но не трябва да се забравя, че днес нашият принос за емисиите на парникови газове е само 11%. Каквито и амбициозни цели да си поставяме, сами не можем да постигнем спасяването на планетата.

Затова трябва да държим сметка за цената, която ще платим за постигането на целите за конкурентоспособност на икономиката, за достъпност и сигурност на енергоснабдяването.

С приемането на три задължителни цели до 2030 г. за емисиите, възобновяемата енергия и енергийната ефективност на практика демонстрираме продължаване на сегашните политики, без да отчитаме извлечените поуки от тяхното прилагане до момента. Например, стремителното увеличаване на скъпите ВЕИ и оскъпяването на платените квоти емисии

воят до неминуем ръст на цената на енергията и създаване на проблеми с конкурентоспособността на индустрията.

Не съм убеден, че предложената политика до 2030 г. се базира на интелигентни решения, на необходимата гъвкавост, съответстваща на различните възможности на отделните страни членки. Затова гласувах „въздържал се“.

4-178-500

**Oleg Valjalo (S&D)**, *napisan .* - Poštovana gospođo predsjedavajuća, tri su osnovne smjernice koje bih želio posebno podržati u izvješću koje je pred nama. Prvo, Europska agencija za okoliš nedavno je utvrdila da je Europska unija između 1990. i 2012. godine smanjila svoje emisije za 18 %. Kao što znate, to je vrlo blizu našem cilju smanjenja emisija za 20 % do 2020. godine. Zato mi se čini sasvim logičnim da naš cilj povećamo barem na 30 %, sukladno mišljenju Odbora za razvoj. Drugo, čini mi se ključnim uskladiti naše klimatske i naše razvojne ciljeve. To je ono što je ovo izvješće na vrlo dobar način prepoznalo, osobito naglašavajući potencijal za nova radna mjesta.

Smatram da je taj potencijal moguće ostvariti samo pravovremenim i ciljanim koordiniranjem naše klimatske i energetske politike s održivim razvojem, koji u posljednjim godinama naglašavamo kao presudan. Treće, držim da je iznimno važno bolje uskladiti našu vanjsku energetska politiku jer ona ima snažan utjecaj na naše unutarnje tržište.

Zaključno, drago mi je da pokazujemo volju da ostanemo predani dobrim klimatskim i energetska politikama, ali još jednom naglašavam koliko je važno da te dobre politike maksimalno iskoristimo i u gospodarskom smislu.

4-178-562

**Derek Vaughan (S&D)**, *in writing .* - I am pleased that the Socialists and Democrats were successful in pushing for binding targets in this report, which sets out an ambitious framework for climate and energy. This own-initiative report highlights Parliament's priorities in relation to climate change and clean energy policy. I am pleased that targets for a 40% reduction in greenhouse gases and the inclusion of 30% renewables in the energy mix, as well as an energy efficiency target of 40% by 2030, were adopted. Investing in renewables and low carbon technology is vital if we are to reduce our dependency on imported fossil fuels.

I hope that these measures will help UK industry and create jobs across the UK over the coming years. I am disappointed that Tory MEPs voted to water down the proposals: this once again highlights the differences between UK Government policy and the position taken by Tory MEPs on climate change and sustainable energy.

4-178-577

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *par écrit .* – Le 23 janvier 2014, la Commission a présenté son livre vert sur les politiques énergétique et climatique pour 2030, à rebours de ses déclarations et positions antérieures. Le Parlement européen a adopté une résolution confirmant ses positions précédentes en matière climatique, notamment la réduction de 80 à 95 % des émissions de gaz à effet de serre d'ici 2050 et l'adoption d'objectifs contraignants en matière de réduction de ces émissions, d'efficacité énergétique et de la part d'énergies renouvelables dans la consommation d'énergie en 2030. Toutefois, ses ambitions restent limitées, ses objectifs concernant les énergies renouvelables et la réduction

du CO2 n'étant guère plus élevés que ceux de la Commission. Je regrette qu'une majorité de droite ait rejeté les amendements que j'ai cosignés afin d'augmenter ces objectifs. Je regrette surtout que le Parlement demande la réduction de l'intervention publique dans tous les domaines relevant des politiques énergétique et climatique. Comment mener les politiques publiques nécessaires en s'en remettant aux investisseurs privés et à l'"équilibre du marché"? Ceci ne signifie rien d'autre que laisser libre cours au "greenwashing", autrement dit à un capitalisme pseudo-vert. J'ai donc choisi de m'abstenir lors du vote final car ce n'est qu'un tout petit pas face aux défis du réchauffement climatique.

4-178-593

**Bernadette Vergnaud (S&D),** *par écrit* . – Le changement climatique constitue une véritable menace pour les populations, et c'est pourquoi j'ai voté aujourd'hui en faveur de mesures aux objectifs contraignants: réduction des émissions de CO2, développement des énergies renouvelables et renforcement de l'efficacité énergétique. Dans ses propositions "Énergie et climat à l'horizon 2030", dévoilées le 22 janvier dernier, la Commission européenne n'a soumis qu'un seul objectif réellement contraignant: celui d'une réduction de 40 % des émissions de CO2, couplée à une fixation de 27 % d'énergies renouvelables au niveau européen, mais qui ne prévoit pas de déclinaisons nationales obligatoires, ce qui rend sa mise en œuvre incertaine. Rien n'est proposé par ailleurs sur l'efficacité énergétique, alors qu'il s'agit d'un vivier de gains économiques et climatiques très importants! À l'instar des autres socialistes européens, je me suis prononcée aujourd'hui pour des objectifs multiples et contraignants, loin des propositions timorées de la Commission européenne. Nous avons besoin d'une position européenne claire et forte: le secteur a besoin de visibilité pour prendre dès aujourd'hui les décisions d'investissement qui nous engagent à moyen et à long terme, afin de faire de l'Union européenne le leader mondial du développement durable.

4-178-625

**Philippe de Villiers (EFD),** *par écrit* . – Le rapporteur Konrad Szymański souhaitait désavouer son propre rapport par un report en commission mais n'a pu le faire pour des raisons procédurales. Ce texte était en effet mauvais.

La question du réchauffement/changement climatique occupe le devant de la scène depuis de nombreuses années pour culpabiliser les européens à la moindre occasion.

La réduction des émissions de gaz à effet de serre est le cheval de bataille de la bien-pensante Commission. Or, l'UE n'est responsable que de 11% de ces émissions dans le monde.

En dépit du bon sens économique, devant la hausse des prix de l'énergie, la Commission ne propose que les énergies renouvelables coûteuses et aléatoires, tel l'éolien et une baisse des quotas d'émission de GES pour les États membres, soit une incitation à aller polluer ailleurs qu'en Europe.

L'insécurité demeure quant à l'approvisionnement issu des énergies renouvelables. Ces ressources ne sont pas assez fiables, ni flexibles pour répondre prestement aux changements rapides qui interviennent dans la demande.

La politique énergétique européenne n'est pas équilibrée et ceci transparait dans les propositions irresponsables de la Commission qui ne font qu'augmenter le carcan normatif de l'Union.



4-178-687

**Dominique Vlasto (PPE)**, *par écrit*. – Après le Paquet Énergie-Climat de 2009, qui a constitué l'un des plus grands succès de la Présidence française de l'UE, notre Parlement a adopté une feuille de route ambitieuse à l'horizon 2030. Nous connaissons les enjeux cruciaux pour l'humanité: limiter la hausse des températures, les émissions de CO<sub>2</sub>, l'élévation du niveau de la mer et préserver la biodiversité et notre cadre de vie. Ces impératifs posés, il nous appartient d'explorer les pistes à poursuivre pour une économie dite efficace en ressources et en énergie. Deux types d'énergie me paraissent extrêmement prometteuses et doivent être encouragées: les énergies marines renouvelables, produites notamment à partir du vent, des vagues et des courants, qui sont des sources propres, illimitées et créatrices d'emplois; les gaz de schiste, qui suscitent de vifs débats, mais qui peuvent être exploités intelligemment, pour peu que l'on développe des méthodes d'exploration et d'extraction durables et non-abrasives. Ces deux chantiers représentent l'avenir de l'énergie et sont à même de garantir à l'Union une offre énergétique respectant l'équilibre entre développement industriel et protection de l'environnement. De cette manière, nous pourrions réduire la facture énergétique, le déficit commercial et la dépendance au pétrole et au gaz issus de pays instables.

4-178-750

**Glenis Willmott (S&D)**, *in writing*. - This report sets out the European Parliament's position on a framework for climate and energy policies for the period 2020-2030. I supported the report as it is clear we need to take action to reduce emissions and prevent climate change, while maintaining our energy security. With the aim of limiting global warming to below 2°C, the EU needs to achieve an emissions reduction target of 80% below 1990 levels.

Labour MEPs and our Socialist colleagues called for an ambitious report with binding targets for emissions reduction, renewables and energy efficiency. The report also calls for energy prices to be affordable and transparent. In order to ensure we have a sustainable and balanced energy mix, I believe we need to send a clear signal for investment in renewable and low-carbon technology, which may include carbon capture and storage, nuclear and possibly shale gas, provided that the necessary safety provisions are in place.

4-179-000

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie*. - Omawiane sprawozdanie z inicjatywy własnej ma wskazać Komisji dalszy sposób postępowania w sprawie przyszłych celów wiążących dotyczących polityki klimatyczno-energetycznej na 2030 rok. Zachodzi jednak pytanie: czy w sytuacji braku analizy z realizacji aktualnych politycznych zobowiązań 3x20 dalsze nierealne ambicje narzucane przez grupę Zielonych w sytuacji pogarszającej się konkurencyjności, delokalizacji przemysłu i rosnącego bezrobocia winny być tak usilnie wspierane przez nas, socjalistów? Nie zgodzę się z niektórymi tu twierdzeniami kolegów z naszej frakcji, którzy ostro walczą o to, by ten główny element programu Zielonych stał się również głównym elementem programu S&D. A dlaczego? Bo wpłynie to w przyszłości niekorzystnie na sytuację społeczną w naszych krajach. Już dotychczasowe regulacje zawarte w tzw. pakiecie klimatyczno-energetycznym spowodowały duże szkody.

### 10.3. Abwicklung von Kreditinstituten und bestimmten Wertpapierfirmen im Rahmen eines einheitlichen Abwicklungsmechanismus und eines einheitlichen Bankenabwicklungsfonds (A7-0478/2013 - Elisa Ferreira)

4-181-000

#### Mündliche Erklärungen zur Abstimmung

4-182-000

**Marisa Matias (GUE/NGL).** - Desde que começou a crise económica e financeira, o dinheiro público europeu que foi utilizado para recapitalizar a banca comercial europeia representa 10% da totalidade da riqueza produzida no espaço europeu. Representa, para se ter uma ideia, vinte vezes o montante do resgate atribuído a Portugal e sobre o qual se estão a pagar juros absolutamente agiotas, mas são vinte vezes esse resgate.

Portanto, o dinheiro público tem servido para financiar a banca de forma direta, sendo retirado ao trabalho, às pensões, diretamente para a banca. Os Governos e a Comissão não estão interessados em resolver este problema, não estão interessados em criar um fundo europeu comum de resolução bancária, em que seja a banca a pagar os seus próprios problemas, e muito menos em definir um sistema de garantia de depósitos que possa ser comum.

E, portanto, isto acaba por ser uma farsa, porque não há vontade política para dizer aos cidadãos e às cidadãs europeus que é a vez de ser a banca a pagar as suas dificuldades e que eles já pagaram mais do que deviam.

O dinheiro público serve para o crescimento, para a promoção do emprego. Não pode continuar a servir para salvar o sistema financeiro.

4-183-000

**Peter Jahr (PPE).** - Herr Präsident! Erstens: zu wissen, dass wir Spielregeln für die Banken brauchen. Zweitens: Wir können die Entwicklung dieser Spielregeln nicht den Banken selbst überlassen. Dass die Banken dazu nicht in der Lage sind, haben sie ja in der letzten Finanzkrise bewiesen. Drittens: Zu diesen Spielregeln gehört auch, ein Instrument zur Bankenabwicklung zu etablieren. Viertens: Dass Unternehmen bei Strafe ihres Untergangs am Geschäftsleben teilnehmen, ist ein Gesetz der Marktwirtschaft. Es ist auch letztendlich ein Zeichen für Verantwortung.

Diese Verantwortung darf aber nicht an Dritte übertragen werden. Und genau das haben die Banken in der letzten Krise nämlich gemacht. Sie haben letztendlich ihre Verantwortung auf den Steuerzahler abgewälzt. Aber ohne eine sichere Rechtsgrundlage wird der Europäische Abwicklungsfonds für Banken nicht funktionieren. Die einzige sichere Rechtsgrundlage aus meiner Sicht ist die der intergouvernementalen Zusammenarbeit, die vom Rat beschlossen wurde. Und ich denke, das Parlament sollte sich an diese Grundlage halten!

4-184-000

**Seán Kelly (PPE).** - A Uachtaráin, ar dtús caithfimid mé a rá go raibh brón orm a chloisteáil gur thit an rapóirtéir Ferreira i mbreitheacht ar maidin agus tá súil orm go dtiocfaidh feabhas uirthi go luath. Maidir leis an tuarascáil féin, vótáil mé arís le mo ghrúpa sna vótaí go léir agus dar ndóigh vótáil mé freisin ar son an vóta deiridh a chur ar ceal go fóill de réir Alt

56.2. Ach rud amháin atá soiléir ná go bhfuilimid ag foghlaim ceachtanna ón gcúlú eacnamaíochta agus na cúiseanna gur tharla sé trasna na hEorpa ar fad agus tá moladh mór ag dul go háirithe is dóigh liom don Choimisinéir Barnier as na moltaí uile atá á dtabhairt aige romhainn agus beimid ag glacadh leo de réir a chéile. Ach rud amháin ba mhaith liom a rá, má bhíonn teist strusa againn a bheidh cruinn ar na bainc agus má bhíonn beart dá réir b'fhéidir nach mbeidh aon ghá dúinn an ciste seo a úsáid ach ag an am céanna is maith an rud go bhfuil sé againn.

4-185-000

**Daniel Hannan (ECR).** - Mr President, I am sure it was not intended, but we saw in the debate on this report an almost perfect demonstration of why the United Kingdom, in the long run, cannot remain a member of the European Union on current terms. My colleague, Vicky Ford, proposed, very moderately, that costs relating to bailing out the eurozone should fall only on the participants in the single currency, and the Chamber rejected her proposal. In the long run, you cannot have a situation where countries which choose not to join the single currency are dragged, *volente o nolente*, into the common institutions created for it.

I was very interested in the proposals coming from the German Government for a eurozone parliament. That would seem to me to make very good sense. But rather than creating one from scratch, why not make it this Parliament? Why not have an arrangement where non-participants simply do not turn up, or perhaps turn up only when trade issues are being determined. There is no need to break the whole of the European Union. We can have the federal countries doing their thing, while the others remain in a loose free-trade area.

4-186-000

**Syed Kamall (ECR).** - Mr President, more than six years after the run on Northern Rock and more than five years after the failure of Lehman Brothers, we still have not really tackled the problem of banks being allowed to fail or made sure that taxpayers are no longer liable. Here in Parliament, we want to be seen to be doing something but what we have done, with this single resolution mechanism, is to conflate and confuse the single market with banking union. This means that eurozone banks could find themselves being bailed out by non-eurozone Member States.

What we should do is get back to the basics and understand the three issues we need to tackle. We need to: end taxpayer bail-outs; make directors liable for failure; and return to true and fair accounting standards so that banks' accounts are more accurate.

4-187-000

**Marino Baldini (S&D).** - Poštovani gospodine predsjedavajući, glasao sam za prijedlog gđe Ferreira i obrazložiti ću i zašto. Istina je da banke u bilo kojemu trenutku mogu imati potrebu pokretanja mehanizma, koji nikako nije u polju djelovanja različitih snaga, nego je sastavni dio bankovne unije.

Mehanizam o kojem danas govorimo bit će još efikasniji ako se za grčkog predsjedanja primjeni drugi stupanj bankovne unije. Rado sam podržao finalnu verziju 4 Elise Ferreira o rezoluciji o kreditnim institucijama, odnosno mehanizam koji u kriznim vremenima treba predstavljati sigurnost europskog bankarskog i financijskog sustava. Na poseban način želio bih naglasiti važnost koju je ovome izvješću pridala poštovana kolegica Elisa

Ferreira te se nadam da će ona uskoro ozdraviti i opet biti s nama u Odboru ECON i na plenarnim sjednicama.

Što se tiče europskog bankarskog i financijskog sustava vrlo je važno da zažive mehanizmi koji će ga učiniti još efikasnijim. Dostupni pristup tome cilju je i ova rezolucija.

4-188-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-188-125

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo o presente relatório, considerando que é de interesse a criação de um quadro institucional que dispõe de um mecanismo único de resolução e de um fundo único de resolução. Este mecanismo, complementar ao Mecanismo Único de Supervisão proposto pela Comissão em setembro de 2012, permitirá centralizar competências e recursos essenciais da gestão das crises bancárias na área do euro e conduzirá à criação de um mecanismo integrado de resolução a nível da União Europeia. Este quadro terá o apoio do Comité Único de Resolução, pelas autoridades nacionais de resolução dos Estados-Membros participantes e pela Comissão Europeia, o que coloca questões de ordem institucional muito importantes, que devem ser dadas a conhecer à Comissão dos Assuntos Constitucionais e transmitidas a todos os deputados ao Parlamento Europeu.

4-188-375

**Roberta Angelilli (PPE)**, *per iscritto*. - Oggi il Parlamento europeo ha voluto dare un segnale forte al Consiglio dei ministri UE: l'Unione bancaria va completata in tempi rapidi.

È urgente rendere subito operativo il meccanismo unico di risoluzione affinché le crisi bancarie non siano più a carico dei cittadini. L'obiettivo è creare un fondo unico efficace e soprattutto rapido nei casi di crisi bancarie. Oltre alla vigilanza, l'obiettivo è anche garantire un maggiore accesso al credito per le imprese e per i cittadini.

Inutile dire quanto sia importante questo accordo per evitare nuove crisi finanziarie globali. Per tale ragione l'auspicio è che si giunga a un testo pienamente condiviso e pienamente efficace per la tutela delle nostre economie, e che soprattutto non ci siano mai più crisi bancarie a carico dei cittadini.

4-188-500

**Marino Baldini (S&D)**, *napisan*. - Gospodarski oporavak Unije nemoguć je bez integriranog unutarnjeg tržišta za bankarske usluge. Trenutačna situacija u kojoj se odluke o sanaciji banaka donose isključivo na nacionalnoj razini te na temelju neusklađenih pravnih okvira narušava tržišno natjecanje i na koncu potkopava unutarnje tržište. Sve dok propisi o sanaciji, praksa i pristupi raspodjeli tereta ostanu u nacionalnom okviru i dok se financijska sredstva za financiranje sanacije prikupljaju i troše na nacionalnoj razini, unutarnje će tržište ostati fragmentirano. Stoga smatram da je uspostava jedinstvenog europskog sanacijskog mehanizma koje Uredba predlaže od ključne važnosti za stvaranje ujednačenih uvjeta. Uvjeren sam da će se uspostavom jedinstvenog mehanizma sanacije povećati stabilnost banaka uključenih država članica i spriječiti prelijevanje krize u neuključene države članice, čime će se olakšati funkcioniranje cijelog unutarnjeg tržišta. Jedinstveni sanacijski mehanizam (SRM) upotpunjen s Jedinstvenim nadzornim mehanizmom (SSM), kroz koji Europska središnja banka preuzima krajnju odgovornost za nadzor svih banaka eurozone, ključan je korak prema finaliziranju bankarske unije.

4-188-750

**Regina Bastos (PPE)**, *por escrito*. - O Relatório apresentado pelo Parlamento Europeu quanto a um Mecanismo Único e um Fundo Único de Resolução bancária está em linha com a proposta apresentada pela Comissão Europeia para que seja possível resolver, de forma célere e harmonizada, bancos em dificuldades nos diferentes Estados Membros. Esta proposta, sendo um dos blocos fundamentais da União Bancária, pretende quebrar, de forma definitiva, o elo de contágio entre as dívidas soberana e bancária, protegendo os contribuintes dos EM dos problemas financeiros manifestados nas suas instituições bancárias. O Parlamento Europeu apoia a criação de um fundo único de resolução, financiado por dinheiro dos bancos, que comece a funcionar o mais rapidamente possível, de modo a salvaguardar a saúde e a estabilidade do sistema financeiro europeu. Também pretende que a solução para a resolução bancária na UE seja mantida sob a alçada do método e do quadro legislativo comunitários. Apoio, neste sentido, a decisão do Parlamento em adiar a votação final deste relatório até que sejam terminadas as negociações com o Conselho, de modo a salvaguardar a estabilidade e a solidez dos mercados financeiros, bem como os interesses dos cidadãos e contribuintes europeus.

4-188-875

**Heinz K. Becker (PPE)**, *schriftlich*. - Ich fordere zu einem Ende der Blockadehaltung bei den Verhandlungen über einen Bankenabwicklungsmechanismus und einen Abwicklungsfonds auf. Wenn eine marode Bank abgewickelt werden muss, um Schlimmeres von der gesamten EU abzuwenden, dann brauchen wir einen europäischen Entscheidungsmechanismus. Es darf keine nationalen Vetomöglichkeiten geben, mit denen die Mitgliedstaaten es sich wiederum richten können. Die Blockade durch einige Mitgliedstaaten bringt die gesamte geplante Bankenunion in Gefahr.

Ich bin überzeugt, dass bei ausreichendem politischem Willen auf dem Boden des Gemeinschaftsrechts und der Binnenmarktkompetenz des Artikels 114 des Vertrags über die Arbeitsweise der EU ein tauglicher Kompromiss erarbeitet werden kann. Kommission und Parlament ziehen dabei an einem Strang. Mit der Bankenunion wollen wir die europäischen Banken stabiler machen und verhindern, dass Steuergeld zur Bankenrettung verwendet wird. Dieses Ziel darf nicht an nationalen Egoismen scheitern. Der von den Mitgliedstaaten vorgeschlagene Entscheidungsmechanismus ist absurd kompliziert, völlig ineffizient und soll nur verschleiern, dass es einigen Mitgliedstaaten mehr um ihre Macht als um Lösungen zum Wohl der Gemeinschaft geht.

4-189-000

**Bastiaan Belder (EFD)**, *schriftelijk*. - Verslag-Ferreira steun ik niet. Ik ben tegen de tweede pijler van de bankenunie: een fonds dat zich in stapjes ontwikkelt van nationale compartimenten naar een gemeenschappelijk fonds om banken te redden. Allereerst is problematisch dat de aansprakelijkheid voor schulden van zwakke banken op één hoop worden geveegd in Europa. De nog onbekende rekening van slechte leningen wordt indirect bij de Europese belastingbetaler en bankklant neergelegd. Een open debat over een eerlijke verdeling van de rekening en de wenselijkheid van een stap naar Europeanisering op financieel-economisch gebied is onmisbaar. De bankenunie is ook een opstap naar een politieke unie. Deze machtcentralisatie wijst mijn partij principieel af. Bijkomend argument is dat de EMU niet goed kan werken, omdat de concurrentiekracht en overheidsfinanciën te zeer uiteenlopen. Een aanpak bij de bron is geboden: hervormen, bezuinigen, afschrijven van slechte leningen op bankbalansen, gedeeltelijk kwijtschelden van onhoudbare schulden

van overheden en uittreding uit de eurozone waar nodig. Tot slot is ongepast dat het Europees Parlement klaagt over de intergouvernementele besluitvorming. Die past beter bij het economisch beleid dan de communautaire methode, aangezien de verdragen de EU slechts de bevoegdheid toekennen het economisch beleid te coördineren. Dat is geen exclusieve of zelfs maar gedeelde bevoegdheid!

4-189-250

**Fabrizio Bertot (PPE)**, *per iscritto* . - Ho votato a favore della relazione dell'onorevole Ferreira perché ritengo urgente ed opportuno procedere al completamento dell'unione bancaria, affinché l'UE e la sua economia possano essere supportate da un settore finanziario solido e funzionante.

Armonizzare politiche nazionali ed europee in materia bancaria è indispensabile per stabilizzare il mercato interno dei servizi finanziari e rimediare alla frammentazione dei singoli mercati finanziari, retaggio della crisi. Il regolamento prevede la creazione di un meccanismo unico di risoluzione, SRM, a cui gli Stati membri sono liberi di partecipare o meno, che sarà gestito da un Comitato unico di risoluzione.

Al contempo, la Commissione ha proposto anche una direttiva per l'istituzione di un quadro di risanamento e di risoluzione degli enti creditizi e delle imprese di investimento da svilupparsi a livello nazionale. L'obiettivo è di rendere omogenei i requisiti prudenziali e di risoluzione bancaria per gli stati facenti parte del SRM e non. Tale meccanismo punta ad offrire procedure efficaci per la risoluzione di banche in crisi, cercando di minimizzare l'impatto sui contribuenti e l'economia in generale e integrando, a sua volta, il meccanismo di vigilanza unico, SSM.

4-189-500

**Mara Bizzotto (EFD)**, *per iscritto* . - Ho trovato la relazione Ferreira poco equilibrata e non condivisibile, per questo non l'ho sostenuta con il mio voto.

4-189-750

**Sebastian Valentin Bodu (PPE)**, *în scris* . - Consider că o mai bună integrare a pieței interne a serviciilor bancare este esențială pentru a stimula redresarea economică în Uniune. Criza financiară și economică actuală a demonstrat că funcționarea pieței interne în acest domeniu se află în pericol. Motivul principal pentru care responsabilitatea este ridicată la nivelul UE și sunt instituite proceduri este acela că, în cadrul uniunii bancare, supravegherea bancară prin intermediul unui sistem unic, de care va răspunde BCE, și rezoluția bancară trebuie să fie exercitate de către autorități situate la același nivel. De aceea, instituirea unui mecanism unic de rezoluție este binevenită, deoarece va genera un set unic de norme aplicabile tuturor băncilor falimentare din statele membre participante și va asigura proceduri eficiente pentru buna gestionare a falimentelor bancare, reducând la minimum costul suportat de contribuabili și de economie.

4-189-765

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito* . - O Relatório apresentado pelo Parlamento Europeu quanto a um Mecanismo Único e um Fundo Único de Resolução bancária está em linha com a proposta apresentada pela Comissão Europeia para que seja possível resolver, de forma célere e harmonizada, bancos em dificuldades nos diferentes Estados Membros. Esta proposta, sendo um dos blocos fundamentais da União Bancária, pretende

quebrar, de forma definitiva, o elo de contágio entre as dívidas soberana e bancária, protegendo os contribuintes dos Estados-Membros dos problemas financeiros manifestados nas suas instituições bancárias. O Parlamento Europeu apoia a criação de um fundo único de resolução, financiado por dinheiro dos bancos, que comece a funcionar o mais rapidamente possível, de modo a salvaguardar a saúde e a estabilidade do sistema financeiro europeu. Também pretende que a solução para a resolução bancária na UE seja mantida sob a alçada do método e do quadro legislativo comunitários. Apoio, neste sentido, a decisão do Parlamento em adiar a votação final deste Relatório até que sejam terminadas as negociações com o Conselho, de modo a salvaguardar a estabilidade e a solidez dos mercados financeiros, bem como os interesses dos cidadãos e contribuintes europeus.

4-189-781

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente o relatório sobre *A resolução de instituições de crédito e de certas empresas de investimento no quadro de um Mecanismo Único de Resolução e de um Fundo Único de Resolução Bancária*, por incluir propostas que visam reforçar a credibilidade e a eficácia dos processos de resolução, abranger todos os bancos, garantir a independência do supervisor único e estabelecer um Fundo Único de Resolução, financiado pelos bancos, rejeitando assim a possibilidade de recurso ao dinheiro dos contribuintes.

4-189-796

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. - O Relatório apresentado pelo Parlamento Europeu quanto a um Mecanismo Único e um Fundo Único de Resolução bancária está em linha com a proposta apresentada pela Comissão Europeia para que seja possível resolver, de forma célere e harmonizada, bancos em dificuldades nos diferentes Estados Membros. Esta proposta, sendo um dos blocos fundamentais da União Bancária, pretende quebrar, de forma definitiva, o elo de contágio entre as dívidas soberana e bancária, protegendo os contribuintes dos Estados-Membros dos problemas financeiros manifestados nas suas instituições bancárias. O Parlamento Europeu apoia a criação de um fundo único de resolução, financiado por dinheiro dos bancos, que comece a funcionar o mais rapidamente possível, de modo a salvaguardar a saúde e a estabilidade do sistema financeiro europeu. Também pretende que a solução para a resolução bancária na UE seja mantida sob a alçada do método e do quadro legislativo comunitários. Apoio, neste sentido, a decisão do Parlamento em adiar a votação final deste relatório até que sejam terminadas as negociações com o Conselho, de modo a salvaguardar a estabilidade e a solidez dos mercados financeiros, bem como os interesses dos cidadãos e contribuintes europeus.

4-189-812

**Ildikó Gáll-Pelcz (PPE)**, *írásban*. - Kiemelten támogatandó ez a bankunió utolsó, negyedik pillérével, vagyis a bankszanálással fogalakozó jelentés, hiszen az európai polgárok közös érdeke, hogy a bankfelügyeleti rendszer, a biztosítási garanciarendszerek, valamint a pénzügyi felügyelet európai rendszere után felálljon egy bankcsőd esetén rendelkezésre álló közös szanalási mechanizmus. A majdani egységes bankszanálási alap, amely becslések szerint a tízéves átmenet végére 55 milliárd euróval rendelkezhet, kellően megalapozott tartaléknak minősülhet. A tíz év átmeneti idő kissé hosszú időnek tűnhet, ezért érdemes volna egy külön pénzügyi védőhálót felépítése. Ma ezt egyelőre még nem látjuk tisztán, így marad a jelenleg érvényes keret. Vagyis egy bankcsőd esetén a bankok előbb belső feltőkésítéssel próbálnak majd úrrá lenni a helyzeten, majd jönnek a nemzeti szanalási alapok, végül pedig utolsó mentsvárként még mindig kéznél lesz az ESM, amely a jövőben valamikor közvetlenül is feltőkésíthet bankokat. Az optimális megoldás mindenképpen

az lenne, ha a tíz éves átmeneti idő végére egy teljesen önálló, független alap jöhetne létre, amelybe a bankok fizetnének be, és az alap a befizetett hozzájárulások mértékében működne, teljesen tehermentesítve az adófizetőket a csődbe menő bankoktól. A cél, amelyet a tanácsal való tárgyalások során ki kell tűzni az volna, hogy a beteg bankokat elválasszuk az egészségesektől, és hogy az adófizetőket védjük.

4-189-827

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto* . - L'attuale crisi finanziaria ed economica ha dimostrato come il funzionamento del mercato interno sia stato oggetto di minacce e stia aumentando il rischio di frammentazione finanziaria.

Per rilanciare la ripresa economica nell'Unione e ripristinare la fiducia dei consumatori e dei mercati è necessario colmare l'attuale scarto tra le politiche nazionali e le politiche europee e migliorare l'integrazione del mercato interno dei servizi bancari. Il rafforzamento dell'Unione economica e monetaria è una tappa indispensabile dell'integrazione europea nell'ottica imprescindibile di stabilizzare e moralizzare l'economia interna.

4-189-835

**Constance Le Grip (PPE)**, *par écrit* . - Nous avons confirmé, à une large majorité, le mandat de négociation relatif au mécanisme de résolution bancaire, l'ultime et indispensable étape de la construction d'une union bancaire européenne solide et fiable. Nous souhaitons donner du poids à l'équipe de négociation de la commission des affaires économiques et monétaires du Parlement qui mène de laborieuses négociations avec les États membres. Nos concitoyens ont besoin que nous entérinions la création de ce mécanisme de résolution unique destiné à éviter de faire peser sur les États, donc sur les contribuables, les faillites d'établissements de crédit. Premièrement, le Parlement européen souhaite que le mécanisme de résolution repose sur un traité européen plutôt que sur un traité intergouvernemental, souhaité par l'Allemagne. De même, nous estimons ne pas pouvoir attendre l'accord de 28 États membres lorsqu'il s'agira de décider de la faillite d'un établissement bancaire et d'actionner le mécanisme de résolution. Dans le cas contraire, cet outil perdrait toute raison d'exister puisque son fonctionnement dépend de la rapidité même de la prise de décision. Nous espérons dégager, grâce à ce vote, une issue pour de nouveaux compromis.

4-189-839

**Ivana Maletić (PPE)**, *napisan* . - Podržavam ovu rezoluciju o sanaciji kreditnih institucija i određenih investicijskih društava u okviru jedinstvenog sanacijskog mehanizma i jedinstvenog fonda za sanaciju banaka. Nedostatak mehanizama za nadzor i sanaciju banaka i određenih investicijskih društava u nekim zemljama članicama Europodručja doveo je do pogoršanja bankovne krize. Uspostava Jedinstvenog sanacijskog mehanizma (Single Resolution Mechanism – SRM) i Jedinstvenog sanacijskog fonda (Single Resolution Fund – SRF) sljedeći su bitni koraci u uspostavi Bankovne unije i očuvanja integriteta jedinstvenog tržišta. Jedinstveni sanacijski mehanizam osiguravat će financijsku stabilnost bankarskog sustava i izbjeći spašavanje bankarskog sustava novcem poreznih obveznika, te zaštititi štediše. U sklopu sanacijskog mehanizma djeluje Jedinstveni sanacijski fond koji će biti financiran od strane 6000 banaka koje djeluju u Europodručju i korišten u slučaju krize. Uspostavom Jedinstvenog sanacijskog mehanizma i Jedinstvenog sanacijskog fonda, uz već postojeći Jedinstveni nadzorni mehanizam, osigurat će stabilnost financijskog sustava te osnažiti jedinstvenu monetarnu uniju.



4-189-841

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente o presente relatório por considerar muito importante que se avance para a criação de um Fundo Único de Resolução Bancária. Neste momento, o Conselho está a pôr alguns entraves à arquitetura deste fundo e o Parlamento Europeu tem que dar uma resposta forte para defender as suas posições nesta matéria. É por isso que estamos a votar o nosso texto, apesar de ainda estarem a decorrer negociações com a Comissão e o Conselho. Daí o meu voto favorável.

4-189-843

**Roberta Metsola (PPE)**, *in writing*. - Further harmonisation of these procedures and rules is essential for the completion of the internal market in financial services. I support this proposal which calls for the establishment of uniform rules and a uniform procedure for the resolution of credit institutions and investment firms.

4-189-867

**Louis Michel (ALDE)**, *par écrit*. - Avec ce rapport nous évoluons vers plus de fédéralisme, plus de centralisation et vers plus de solidarité, ce que nous demandons. Le renforcement de l'union économique et monétaire par la création d'une union bancaire des pays de la zone euro est une étape indispensable de l'intégration européenne pour stabiliser et moraliser le marché intérieur des services financiers. L'union bancaire doit rétablir la confiance des citoyens et des marchés, et remédier à la fragmentation des marchés financiers. Avec le mécanisme de surveillance unique, qui vise à répondre à une défaillance bancaire, le conseil de résolution et le Fonds de résolution, nous voulons, d'une part, briser le lien entre crise bancaire et dette souveraine et, d'autre part, mettre en place un cadre global pour la gestion des crises. Notre objectif est que la Banque centrale européenne puisse assumer l'ultime responsabilité de surveillance de toutes les banques de la zone euro ainsi que les établissements financiers des pays voisins volontaires dès l'automne 2014.

4-189-875

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing*. - I voted in favour of the single resolution mechanism (SRM). I believe there is a clear need for an SRM in order to achieve a stable and strong banking union.

4-189-937

**Andreas Mölzer (NI)**, *schriftlich*. - Wenn künftig verstärkt die Aktionäre und Gläubiger angeschlagener Banken zur Rettung herangezogen werden sollen, ist das ein Schritt in die richtige Richtung. Allerdings ist die Grenze von acht Prozent, für die sie die Verluste tragen sollen, zu gering bemessen. Und mit den neuen Abwicklungsregelungen geht die Sozialisierung von Verlusten durch die Hintertür weiter. Und noch immer können Banken weiter auf abenteuerlichste Weise Bilanzrisiken kleinrechnen. Ganz abgesehen von der nach wie vor fehlenden Trennung vom hochspekulativen Investmentbanking. Damit geht das Spekulantentum, das allzu oft an sich wirtschaftlich gesunde Finanzinstitute in den Abgrund reißt, weiter. Die Regelungen sind daher abzulehnen.

4-190-000

**Vital Moreira (S&D)**, *por escrito*. - A iniciativa legislativa sobre o mecanismo único de resolução bancária e o correspondente fundo de resolução - sobre que versa o Relatório de Elisa Ferreira hoje votado - são, seguramente, um dos mais importantes instrumentos

legislativos que marcam a resposta da União às falhas das instituições do mercado único e da zona euro, reveladas pela crise financeira de 2009. O mecanismo único de resolução bancária constitui um dos pilares da *união bancária*, juntamente com a supervisão única - a cargo do BCE - e o sistema integrado de garantia de depósitos. A união bancária superará finalmente a assimetria existente entre, por um lado, a profunda integração transfronteiriça do sistema bancário e, por outro lado, a fragmentação nacional dos sistemas de supervisão e de *resolução bancária*. Trata-se, portanto, de uma peça essencial da *união económica e monetária* lançada em 1992 e que a crise ameaçou abalar até aos seus alicerces. Lenta mas seguramente, ainda na ressaca da crise, a União Europeia vai fortalecendo as instituições de governação económica e financeira. Importa tirar a lição das crises.

4-190-250

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - O Relatório apresentado pelo Parlamento Europeu quanto a um Mecanismo Único e um Fundo Único de Resolução bancária está em linha com a proposta apresentada pela Comissão Europeia para que seja possível resolver, de forma célere e harmonizada, os problemas dos bancos em dificuldades nos diferentes Estados-Membros. Esta proposta, sendo um dos blocos fundamentais da União Bancária, pretende quebrar, de forma definitiva, o elo de contágio entre as dívidas soberana e bancária, protegendo os contribuintes dos Estados-Membros dos problemas financeiros manifestados nas suas instituições bancárias. O Parlamento Europeu apoia a criação de um fundo único de resolução, financiado por dinheiro dos bancos, que comece a funcionar o mais rapidamente possível, de modo a salvaguardar a saúde e a estabilidade do sistema financeiro europeu. Também pretende que a solução para a resolução bancária na União Europeia seja mantida sob a alçada do método e do quadro legislativo comunitários. Nestes termos, votei favoravelmente a decisão do Parlamento em adiar a votação final deste Relatório até que sejam terminadas as negociações com o Conselho, de modo a salvaguardar a estabilidade e a solidez dos mercados financeiros, bem como os interesses dos cidadãos e contribuintes europeus.

4-190-375

**Marit Paulsen, Olle Schmidt och Cecilia Wikström (ALDE)**, *skriftlig*. - Det är viktigt för stabiliteten inom Europas banksektor att en gemensam bankunion och en gemensam krisfond kan upprättas, och vi anser att Sverige på sikt bör vara en del av denna union. Genom att i omröstningen i plenum stödja ekonomiutskottets förhandlingsmandat hoppas vi på ett genombrott i förhandlingarna med EU-ländernas finansministrar om den sista delen av bankunionen.

Vi vill understryka att vi är emot att EU:s budget eller nationella budgetar används för att rädda banker i kris. Svenska eller andra nationella skattebetalare ska inte stå för förluster i utländska banker om vi går med i bankunionen. Varje EU-land har ett ansvar för att sköta sina statsfinanser, och detsamma gäller bankernas krisfond, som ska finansieras av bankerna själva. Snarare än att urholka statsfinanser eller öka spekulation torde en krisfond med bankernas egna pengar uppmuntra långsiktighet och möjliggöra en mer stabil finansmarknad. Av dessa anledningar röstade vi för Europaparlamentets förslag till ändringar i kommissionens förslag till förordning.

4-190-500

**Crescenzo Rivellini (PPE)**, *per iscritto*. - Oggi il Parlamento riunito in plenaria a Strasburgo ha votato la relazione dell'onorevole Ferreira riguardante le banche in difficoltà.

Il mandato negoziale del Parlamento prevede un sistema decisionale snello, in grado di liquidare una banca nel giro di un fine settimana. Il ruolo principale è affidato alla vigilanza bancaria e all'autorità di risoluzione in modo da garantire che il processo di chiusura di una banca non conduca a una paralisi politica. Il mandato consentirebbe inoltre al fondo di risoluzione di sfruttare i finanziamenti nei suoi primi anni, in modo da garantire che sia efficace fin dall'inizio, e non solo quando raggiungerà il suo "cruising fund level" dopo 10 anni.

4-192-000

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *par écrit*. – Aujourd'hui, le Parlement européen a réitéré sa volonté d'envisager le futur mécanisme de résolution bancaire comme une entité européenne, et non comme une construction intergouvernementale. Il marque ainsi clairement son opposition à la position actuelle du Conseil, qui dénature le projet initial à plusieurs égards. Tout d'abord, ce dernier entend donner aux plus grands États-Membres un pouvoir de blocage dans le processus décisionnel. En outre, le Conseil complexifie le processus d'une manière telle qu'une décision rapide est rendue pratiquement impossible. Enfin, au motif fallacieux d'une base juridique inappropriée, le Conseil s'est permis de soustraire à la codécision du Parlement une partie significative du texte couvrant le fonctionnement du fonds de résolution. Un quasi-putsch institutionnel... Par ce vote en séance plénière, le Parlement témoigne de sa volonté de ne pas céder au chantage exercé par le Conseil. En effet, depuis décembre, les négociations n'ont pas avancé d'un pouce, le Conseil se refusant à toute concession sur les points essentiels en discussion. De la sorte, il joue ouvertement la montre en espérant que, la fin de la législature approchant, le Parlement finira par céder en rase campagne.

4-192-500

**Licia Ronzulli (PPE)**, *per iscritto*. - È necessario non perdere altro tempo e garantire che il contribuente non sia in prima linea quando si tratta di salvare le banche in difficoltà: il processo decisionale di scioglimento di una banca è troppo complesso e politicizzato.

Il fondo di risoluzione, inoltre, così come strutturato avrebbe molte difficoltà a guadagnare credibilità. I negoziati in corso sul meccanismo unico di risoluzione per le banche in difficoltà devono andare avanti senza che il Consiglio insista nel perdere tempo.

4-192-531

**Marie-Thérèse Sanchez-Schmid (PPE)**, *par écrit*. – J'ai voté en faveur de ce mandat de négociation clair sur le mécanisme européen d'union bancaire, qui vise à protéger le contribuable d'éventuelles faillites des banques. En effet, le compromis trouvé avant Noël entre les ministres des finances est loin d'être satisfaisant et n'assure pas une lisibilité juridique suffisante pour éviter les contagions entre institutions financières. La position des États membres présente des reculs significatifs par rapport à la proposition de Michel Barnier, notamment sur le mécanisme de prise de décision, complexe et politisé, et sur la faiblesse du Fonds de secours financé par les banques, qui doit être plus crédible. Le Conseil doit accepter un contrôle démocratique des décisions et revoir sa copie pour une adoption avant les élections européennes.

4-192-562

**Czesław Adam Siekierski (PPE)**, *na piśmie*. - Szybkie zakończenie prac nad utworzeniem unii bankowej jest niezbędne do zapewnienia stabilności finansowej i wzrostu

gospodarczego w strefie euro i na całym rynku wewnętrznym. Unia bankowa pozwoli przewyciężyć obecne rozdrobnienie rynków finansowych w Europie oraz ograniczyć niepewność, która była jedną z przyczyn kryzysu w strefie euro. Pozwoli ona ponadto zapobiec w przyszłości sytuacji, w której podatnicy płacą za ratowanie banków. W tym celu proponuje się utworzenie funduszu ratunkowego, do którego wkład wniosą same banki. Po osiągnięciu porozumienia w sprawie I filaru unii bankowej, tj. jednolitego, wspólnego systemu nadzoru bankowego, wkraczamy w decydującą fazę prac nad II filarem, tj. wspólnym systemem restrukturyzacji i uporządkowanej likwidacji banków. Zaproponowana przez Komisję dyrektywa w tej sprawie, po jej przyjęciu przez Parlament Europejski i Radę, będzie określała zasady restrukturyzacji banków w UE, które doświadczają poważnych trudności finansowych, oraz utrzymywania ich funkcji istotnych dla gospodarki realnej, a także zasady podziału strat i kosztów między akcjonariuszy, wierzycieli i niezabezpieczonych deponentów tych banków. Konieczne jest również przyspieszenie prac nad ostatnim filarem unii bankowej, tj. wspólnym systemem gwarantowania depozytów.

4-192-687

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE), *per iscritto*.** - Creare un'unione bancaria nell'UE per accrescere la stabilità finanziaria è fondamentale per garantire che l'economia europea possa fare affidamento su un settore finanziario funzionante.

Il meccanismo unico di risoluzione sarà un elemento strategico per il raggiungimento di questo obiettivo. Il corretto funzionamento di questi meccanismo è però legato alla corretta applicazione di un corpus unico di norme per tutte le banche in dissesto negli Stati membri partecipanti, offrendo al tempo stesso procedure efficaci per far fronte ai dissesti delle banche e riducendo al minimo il costo per i contribuenti e l'economia.

Sono favorevole all'adozione di questa relazione perché la vigilanza sulle banche deve essere esercitata dallo stesso livello di autorità. Inoltre, l'articolo 41 della proposta di regolamento garantisce la democraticità del meccanismo, sancendo che il Comitato del meccanismo sia responsabile nei confronti del Parlamento europeo, del Consiglio e della Commissione per l'attuazione del regolamento e debba trasmettere una relazione annuale al Parlamento europeo, al Consiglio, alla Commissione e alla Corte dei conti europea e il suo direttore esecutivo debba presentarsi davanti al Parlamento, al Consiglio e alla Commissione.

4-192-750

**Dubravka Šuica (PPE), *in writing*.** - The creation of a banking union is a decisive step in response to the economic crisis but it needs to be both unpretentious and adequate. We need constructive cooperation with the Council in order to put in place efficient measures and funds that will foster economic stability and growth.

In Croatia, as in other countries with a small open economy, the crisis reduced capital inflows and made them more expensive, and it weakened exports. It is therefore important not to rush into potentially destructive would-be solutions, neglecting our responsibilities to our citizens and undermining their trust in us as their representatives. Nevertheless, bearing in mind the urgency of the matter and the need for a quick solution, we must ensure that banks are operating on a safe legal basis, enabling them to shoulder their burdens themselves without putting unnecessary pressure on taxpayers or the economy.

4-193-000

**Marc Tarabella (S&D)**, *par écrit*. – La formule proposée par le Conseil, selon laquelle la décision de sauvetage d'une banque se prendrait uniquement entre États membres, est inacceptable: les "grands pays" pourraient s'entendre pour secourir leurs banques tout en imposant leurs volontés aux "petits États"... C'est en somme, comme d'aucuns disent, le rétablissement du suffrage censitaire.

4-192-875

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - A União Europeia avançou para a criação do Euro e da Zona Euro, sem antes desenvolver os mecanismos necessários para supervisionar a entidade bancária e toda a ação daí decorrente que poderia prejudicar a atividade económica dos Estados-Membros. Após a crise do Euro e de vários Estados-Membros terem de apoiar a reestruturação bancária e, posteriormente, adotar severas medidas de austeridade, a União Europeia reconheceu que era necessário ir mais longe na supervisão bancária, criando um Mecanismo Único de Resolução e um Fundo Único de apoio aos bancos. Sou a favor de um mercado interno dos serviços bancários mais integrado e de uma crescente supervisão, ditada por um Mecanismo Único que permita implementar regras uniformes na generalidade dos Estados-Membros.

4-193-250

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris*. - Am votat amendamentele adoptate de Parlamentul European referitoare la propunerea de regulament de stabilire a unor norme uniforme și a unei proceduri uniforme de rezoluție a instituțiilor de credit și a anumitor întreprinderi de investiții în cadrul unui mecanism unic de rezoluție și al unui fond unic de rezoluție bancară și de modificare a Regulamentului (UE) nr. 1093/2010.

Propunerea de regulament instituie norme uniforme și o procedură uniformă pentru rezoluția următoarelor entități care sunt stabilite de statele membre participante: (a) instituții de credit stabilite în statele membre participante; (b) întreprinderi-mamă stabilite într-unul dintre statele membre participante, inclusiv holdinguri financiare și holdinguri financiare mixte, atunci când acestea fac obiectul supravegherii consolidate realizate de BCE în conformitate cu articolul 4 alineatul (1) litera (i) din Regulamentul (UE) nr. 1024/2013; (c) întreprinderi de investiții și instituții financiare stabilite în statele membre participante, în cazul în care acestea sunt supuse supravegherii consolidate efectuate de BCE asupra întreprinderii-mamă, în conformitate cu articolul 4 alineatul (1) litera (i) din Regulamentul (UE) nr. 1024/2013.

Un stat membru participant este un stat membru a cărui monedă este euro sau un stat membru a cărui monedă nu este euro, dar care a instituit o cooperare strânsă în conformitate cu articolul 7 din Regulamentul (UE) nr. 1024/2013.

4-193-375

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *par écrit*. – Depuis plusieurs mois, des discussions ont lieu au sein de l'Union pour établir un "mécanisme unique de résolution des crises bancaires". Cette union bancaire est censée pouvoir régler les crises en volant au secours des banques en difficulté. Concrètement, il s'agit de mettre en place un nouveau fonds, alimenté en premier lieu par les banques, dont on connaît d'avance l'insuffisance et qui sera donc principalement abondé par des fonds publics. Comme d'habitude, peu de conditions sont mises à ce sauvetage des banques, qui a d'ores et déjà coûté plus de

4 500 milliards d'euros, et aucune remise en cause de la dépendance des États aux marchés financiers n'est faite ici. Le Parlement européen a mené une bataille mais ce n'est en rien pour critiquer le manque cruel d'ambition de cette réforme présentée comme révolutionnaire en période électorale. C'est pour rejeter le processus intergouvernemental que privilégie le Conseil, procédure qui donnera moins de pouvoir à la Commission européenne et plus aux représentants des États membres. La position de la GUE-NGL est claire: nous votons contre cette prétendue "réforme" qui ne fait qu'organiser le sauvetage des banques sans prévoir de réelles contreparties de leur part.

4-193-500

**Angelika Werthmann (ALDE)**, *schriftlich*. - Eine wirksame Abwicklungsregelung ergibt, die vom Steuerzahler zu tragenden Kosten so gering wie möglich zu halten. Der Verschiebung der Schlussabstimmung war zuzustimmen.

4-194-000

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie*. - Przedstawiony przez Komisję Europejską wniosek legislacyjny ustanawiający jednolity mechanizm restrukturyzacji i uporządkowanej likwidacji dla wszystkich instytucji kredytowych mających siedzibę w strefie euro i innych państwach członkowskich uczestniczących w jednolitym mechanizmie nadzorczym, w tym jednolity fundusz restrukturyzacji i uporządkowanej likwidacji, finansowany przez wszystkie objęte nim instytucje finansowe na zasadzie ex-ante i z uwzględnieniem ryzyka, stanowi niezbędny krok na drodze ku utworzeniu rzeczywistej unii bankowej. Jest to ambitna i zrównoważona propozycja, niezbędna do stworzenia silnych ram dla walki z przyszłymi kryzysami bankowymi w strefie euro (i uczestniczących państwach członkowskich). Wniosek określa trzy główne cele: uniknięcie kosztów dla podatników, ochrona depozytów oraz ograniczenie zewnętrznych szkód w przypadku niekontrolowanej upadłości, szczególnie dla gospodarki realnej.

4-195-000

**Iva Zanicchi (PPE)**, *per iscritto*. - L'obiettivo del meccanismo unico è l'applicazione del medesimo complesso di norme a tutti gli istituti di credito degli Stati membri partecipanti, così come offrire procedimenti efficaci per far fronte a crisi bancarie, minimizzando i costi per i contribuenti e l'economia.

Il regolamento stabilirà un fondo unico di risoluzione per le banche in crisi, che si finanzia mediante contributi pari all'un per cento del valore dei propri depositi. È inoltre previsto che, al termine di un periodo transitorio di 10 anni, il fondo potrà contare approssimativamente su 55 milioni di euro.

**10.4. Empfehlung für einen Beschluss gemäß Artikel 88 Absätze 2 und 3 GO zu dem Entwurf einer Verordnung der Kommission über das Ursprungsland oder den Herkunftsort von frischem, gekühltem oder gefrorenem Fleisch von Schweinen, Schafen, Ziegen und Geflügel (B7-0087/2014)**

4-197-000

**Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-197-500

**Claudette Abela Baldacchino (S&D)**, *in writing*. - Labelling is important and consumers have a right to know. The places of birth, rearing and slaughter should be indicated on food labels in order to provide consumers with accurate information on the origin of meat, and allow them to obtain a more comprehensive picture of the animal welfare standards and environmental impact associated with a given meat product. The Commission should therefore revise its implementing regulation to improve the provision of information to consumers.

4-197-562

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente Resolução, considerando ser importante disponibilizar aos consumidores informações completas e precisas sobre a origem da carne, como a indicação do local de nascimento, criação e abate. Estas informações devem figurar no rótulo do produto, de forma a esclarecer os consumidores acerca da origem dos produtos que consomem e pelo respeito da transparência que deve existir entre consumidores e produtores. Considero que, deste modo, os consumidores podem também ter uma visão mais completa das normas de bem-estar animal e do impacto ambiental relativos aos produtos à base de carne. Penso que esta iniciativa terá grande impacto no reforço da confiança dos consumidores. O recente escândalo da substituição fraudulenta da carne de vaca por carne de cavalo mostrou que disposições mais rigorosas em matéria de rastreabilidade e informação dos produtos postos no mercado para consumo humano são não só necessárias como exigidas pelos consumidores.

4-197-593

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit*. - Depuis 2002, la viande bovine fraîche fait l'objet d'un étiquetage précis informant le consommateur quant au lieu de naissance, d'élevage et d'abattage du bovin. En 2011, la Commission européenne a été chargée d'étendre l'étiquetage de l'origine aux autres types de viande: la viande ovine, caprine, porcine et de volaille. Or, la Commission européenne propose des règles très minimalistes avec seulement une mention du lieu d'abattage et parfois du lieu d'élevage... C'est inacceptable! Pour nous, la Commission européenne doit revoir sa copie et revenir rapidement avec un texte permettant de mieux informer les consommateurs. C'est la raison pour laquelle j'ai voté pour cette résolution que j'avais initiée et déposée avec ma collègue Agnès Le Brun.

4-197-625

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris*. - Am votat în favoarea rezoluției, deoarece siguranța alimentară reprezintă o preocupare constantă a cetățenilor europeni. Etichetarea corespunzătoare și indicarea cu precizie a locului de proveniență sunt elemente esențiale pentru preîntâmpinarea unor eventuale boli sau epidemii. În lumina recentelor scandaluri privind carnea de cal, cred că trasabilitatea produselor din carne este absolut necesară. Consumatorii se așteaptă să fie informați corespunzător cu privire la țara de origine a cărnii, iar acest lucru a fost confirmat de studii recente și alte sondaje realizate în rândul cetățenilor europeni.

4-197-750

**Mara Bizzotto (EFD)**, *per iscritto*. - Mi sono espressa contro l'atto di esecuzione che prevede la possibilità di omettere sulle etichette il luogo di nascita dell'animale macellato, sia esso suino, ovino, caprino o volatile.

4-197-751

**Anna Maria Corazza Bildt (PPE)**, *skriftlig*. - Jag stöder resolutionen, då jag tycker att konsumenterna har rätt till hela bilden när de handlar. Genom att utelämna information om var djuret är fött så skulle långa djurtransporter kunna döljas. Samtidigt är det viktigt att ursprungsmärkningen utformas på ett genomförbart sätt som inte straffar företagare i onödan. Ökade kostnader i produktion kommer att leda till högre pris för konsumenten. Ursprungsmärkning i sig är inte heller ett sätt att bekämpa vilseledande märkning och matfusk, då de som fuskar i vilket fall som helst inte håller sig till regelverken.

4-197-753

**Emer Costello (S&D)**, *in writing*. - I want to see clear EU country-of-origin labelling rules for all fresh, chilled or frozen pig, sheep and goat meat and poultry sold throughout Europe. Consumers deserve to know where animals were born, reared and slaughtered, whether they come from places with good welfare standards and how, and how far, they were transported. We have already introduced these rules for beef, without any upward effect on prices, and there is no reason why we should not have the same rules for pigs, sheep, chickens etc.

Up to 90% of consumers across Europe want to know where their meat comes from. They deserve the full picture, not just partial information such as the place of rearing and slaughter. Making country-of-origin rules mandatory for all unprocessed meat, and for processed meats such as beef in lasagne and chicken in curries, would encourage manufacturers to get a better grip on their supply chain and avoid the type of scandal we saw last year in relation to horsemeat. It would also ensure better protection for workers in the food-processing sector throughout Europe. The USA has already introduced comprehensive labelling. Europe should do likewise.

4-197-755

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. - J'ai soutenu cette résolution visant à reprendre la Commission européenne dans son application de la législation européenne relative à l'indication du pays d'origine ou du lieu de provenance des viandes fraîches, réfrigérées et congelées des animaux des espèces porcine, ovine, caprine et des volailles. Compte tenu des scandales qu'ont connus récemment différents pays européens sur des problèmes d'étiquetage de la viande, il me semble indispensable de prévoir l'indication obligatoire sur l'étiquette des viandes non transformées des animaux des espèces porcine, ovine et caprine et des volailles, des lieux de naissance, d'élevage et d'abattage. Ce n'est que comme ça que nous parviendrons à redonner confiance au consommateur.

4-197-757

**Mark Demesmaeker (Verts/ALE)**, *schriftelijk*. - Een meerderheid in het Parlement vindt dat de Europese Commissie nog veel verder moet gaan met haar regels over oorsprongsetikettering van vlees. Ik ben het daar niet mee eens. Sterker nog, ik vind dat zelfs het huidige voorstel van de Commissie al te ver gaat. Vandaar mijn pleidooi voor meer realiteitszin inzake etikettering. Etikettering biedt geen garantie op een betere voedselveiligheid. Alle lidstaten dienen immers de bestaande EU-regels toe te passen. Oorsprongsetikettering kan leiden tot een vals gevoel van veiligheid.

Dit voorstel verbetert de traceerbaarheid noch het dierenwelzijn. Ook voedsel fraude wordt hiermee niet vermeden. Een standpunt dat ik ook heb verwoord bij de bespreking van



recente voedsel fraudeschandalen. Elke regel kan immers fraude met zich brengen. Er moet op de eerste plaats worden ingezet op controle en handhaving. Daarenboven ruikt deze maatregel naar protectionisme en komt de etikettering vooral grotere lidstaten ten goede omdat zij een beperkter aandeel grenshandel hebben.

Tenslotte moeten we opletten voor administratieve lasten die ondernemen bemoeilijken, zeker voor de talrijke kmo's in deze sector. Ik roep de Commissie op voldoende zin voor realiteit aan de dag te leggen. Want wat is de volgende stap: oorsprongsetikettering van vlees als ingrediënt? Daar pas ik resoluut voor.

4-197-765

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente a resolução relativa à *Recomendação de decisão, nos termos do artigo 88.º, n.ºs 2 e 3, do Regimento, sobre o projeto de regulamento da Comissão relativo ao país de origem ou local de proveniência de carne fresca, refrigerada e congelada de porco*, por considerar que a Comissão deve apresentar uma nova proposta que inclua um requisito de rotulagem obrigatória em relação ao local de nascimento, bem como aos locais de criação e abate, para a carne não transformada de suíno, aves de capoeira, ovino e caprino, em conformidade com a legislação em vigor sobre a rotulagem relativa à origem da carne de bovino.

4-197-769

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - A saúde pública dos cidadãos é da maior importância e ergue-se acima dos mais variados critérios, por isso, julgo que deve ser elaborada toda a legislação que garanta a proteção da mesma, seja um sistema de rotulagem obrigatória em relação ao local de nascimento, bem como aos locais de criação e abate, para a carne não transformada de suíno, aves de capoeira, ovino e caprino, tal como existe para a carne de bovino.

4-197-773

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Este relatório defende que os rótulos devem ter a indicação do país de origem ou de proveniência dos alimentos, em especial no que diz respeito à determinação dos pontos de vida do animal: (a) local de nascimento; b) local de criação; (c) local de abate. Exclui, no entanto, a rotulagem de carne de suíno, de ovino, de caprino e de aves de capoeira e a carne picada e aparas, onde a indicação do país na rotulagem não é obrigatória, devendo indicar-se apenas se é, ou não, da União Europeia, ou se foram *criados e abatidos na UE e não UE*. Apenas a carne de bovino e os seus produtos cumprem esse tipo de exigências, devendo servir como modelo a outras carnes frescas. A inclusão dos três pontos na vida de um animal pode, por vezes, ser o único meio para o consumidor decidir entre produtos à base de carne. Por outro lado, o escândalo da carne de cavalo trouxe à luz como é complexo e interligado o fluxo de mercadorias de carne. A referência ao local de nascimento do animal no rótulo permite maior transparência e rastreabilidade, dificultando a fraude, podendo essas indicações ser mais facilmente verificadas.

4-197-781

**Brice Hortefeux (PPE)**, *par écrit*. - Il y a un an, les citoyens découvraient avec stupeur et effarement la composition des lasagnes à base de viande de cheval. Bien que l'Union européenne n'ait eu de cesse de renforcer la sécurité alimentaire et le traçage des produits que nous consommons, des fraudes et détournements ont été détectés. Cette situation

inacceptable appelle une réponse forte, efficace et responsable. C'est pourquoi je m'étonne que la Commission européenne n'ait pas été capable de formuler une proposition à la hauteur de l'enjeu. Depuis 2002, la viande bovine fraîche est soumise à un étiquetage précis et obligatoire sur le lieu de naissance, d'élevage et l'abattage du bovin. Cette démarche d'information claire et transparente, nous la devons aux consommateurs. Pourtant, la Commission continue de s'opposer à la généralisation de ces règles aux autres types de viandes (ovine, caprine, porcine et de volaille) fraîches, réfrigérées ou congelées. Le Parlement européen a donc sommé la Commission de revoir sa proposition en tenant compte de l'impératif de transparence et d'information des citoyens.

4-197-796

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto* . - L'indicazione obbligatoria del paese di origine sull'etichetta per le carni fresche, refrigerate e congelate riguardanti il luogo di nascita, di allevamento e di macellazione dell'animale è un tema per noi di grande importanza.

Per rispondere alle aspettative dei consumatori in termini di qualità è necessario intervenire sulle norme di tracciabilità, di benessere degli animali e dell'impatto ambientale dei prodotti a base di carne. La fornitura di informazioni sull'origine delle carni è di primaria importanza per consentire ai consumatori di ottenere un quadro completo e aggiornato su ciò che acquistano e mettono sulle loro tavole.

4-197-804

**Véronique Mathieu Houillon (PPE)**, *par écrit* . - J'ai voté pour la résolution en faveur d'une meilleure information des consommateurs sur tous les types de viandes avec l'obligation d'indiquer sur l'étiquette le lieu de naissance, d'élevage et d'abattage des animaux. Ces règles d'étiquetage applicables à la viande bovine fraîche depuis 2002 doivent valoir également pour la viande porcine, ovine, caprine ou de volaille, estiment les parlementaires.

4-197-812

**Mairead McGuinness (PPE)**, *in writing* . - I voted in favour of a compulsory labelling scheme which will require that the place of rearing and slaughter be stated for all meats, and will introduce specific rules for processed meats. I also voted in favour of a voluntary additional scheme for labelling on the provenance of meat. I did not support the motion for a resolution rejecting the Commission's proposal and calling for mandatory provenance labelling, because to do so would have delayed, perhaps indefinitely, the introduction of origin labelling, which I support. The Commission's proposal is a good first step.

4-197-843

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito* . - He votado a favor de la presente Resolución ya que supone una apuesta por la mejora en la información ofrecida a los consumidores europeos, que podrán decidir de manera informada conociendo el lugar de origen de la carne que consumen. En la actualidad, los sistemas de información y trazabilidad no resultan suficientes para que el consumidor europeo se sienta bien informado a la hora de consumir carne fresca, refrigerada o congelada. Para permitir un consumo responsable, ambientalmente eficiente y que esté vinculado al territorio, resulta necesario un sistema de información que permita a los consumidores tomar decisiones de manera bien informada. Es por todo esto por lo que he votado a favor de la presente Resolución.

4-197-875

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing*. - I voted in favour of this report as I believe that correct labelling is important in terms of allowing consumers to make informed choices about frozen meat.

4-197-937

**Claudio Morganti (EFD)**, *per iscritto*. - Ho votato a favore di questa risoluzione del Parlamento europeo, che invita la Commissione a ritirare un regolamento di esecuzione in merito all'indicazione del paese di origine o del luogo di provenienza delle carni fresche, refrigerate o congelate di diverse specie animali.

La misura proposta dalla Commissione europea era assai ambigua e non andava nella direzione di una giusta informazione, etichettatura e tracciabilità, secondo un modello su cui noi da tempo insistiamo. I consumatori europei devono sapere in maniera precisa cosa stanno mangiando e da dove arrivano i prodotti che abbiamo sulle nostre tavole. Indicazioni generiche e approssimative, come la semplice dicitura UE/non UE, non possono essere accettate, perché rischierebbero di creare anche pericolosi precedenti.

Chiediamo quindi alla Commissione europea di redigere una versione riveduta del regolamento di esecuzione, che preveda l'indicazione obbligatoria sull'etichetta del luogo di nascita nonché dei luoghi di allevamento e di macellazione dell'animale per le carni non trasformate di animali della specie suina, ovina, caprina e di volatili: solo in questo modo possiamo garantire una piena consapevolezza a cittadini e consumatori, che potranno così scegliere in maniera più adeguata.

4-197-968

**Cristiana Muscardini (ECR)**, *per iscritto*. - Abbiamo votato contro in quanto il ritiro del regolamento frutto di un'ampia e sofferta mediazione penalizzerebbe i consumatori e le imprese, auspichiamo invece che, con la prossima legislatura, si possa determinare un ampliamento dell'attuale regolamento che possa anche indicare per suini, ovini e caprini il paese di nascita.

4-198-250

**Rareș-Lucian Niculescu (PPE)**, *în scris*. - Am votat împotriva recomandării, având în vedere costurile pe care sistemul alternativ susținut le-ar determina pentru consumatori, și anume o creștere a prețurilor cu 55% la carnea de porc, respectiv cu 22% la carnea de pui – cifre demonstrate de evaluările Comisiei. Informația suplimentară oferită consumatorilor, și anume țara unde s-a născut animalul (pe lângă țara în care a fost crescut și țara în care a fost sacrificat) nu justifică astfel de scumpiri, mai ales în condițiile situației financiare precare a multor cetățeni europeni.

4-198-375

**Franz Obermayr (NI)**, *schriftlich*. - Besonders bei Fleisch und Fleischprodukten ist es für den Verbraucher von zentraler Bedeutung, das Ursprungsland eines Lebensmittels zu kennen, insbesondere in Bezug auf sämtliche entscheidenden Punkte im Leben eines Tieres: Geburtsort, Aufzuchtort und Schlachtort. Diese Angaben sollten daher auf dem Lebensmitteletikett angeführt werden. Durch diese Informationen kann sich der Konsument bei seiner Kaufentscheidung auch ein umfassenderes Bild über die Tierschutz- und Tierhaltungsnormen machen. Diese Angaben sollten auch auf Hackfleisch und

Fleischabschnitte Anwendung finden. Als Handlanger der Lebensmittelindustrie weigert sich die Kommission nach wie vor, entsprechende Angaben vorzuschreiben. Gerade vor dem Hintergrund der zahlreichen Lebensmittelskandale der letzten Jahre braucht es endlich verbindliche Angaben des Aufzucht- und Schlachtorts für sämtliche Tierarten (Schweine, Geflügel, Schaf- und Ziegenfleisch), sowohl für unverarbeitetes, als auch für verarbeitetes Fleisch. Der gegenständliche Entschließungsantrag greift diese Forderungen auf, daher habe ich dafür gestimmt.

4-198-406

**Siiri Oviir (ALDE)**, *kirjalikult*. - Erinevalt paljudest oma fraktsioonikaaslastest ning Eesti kolleegidest hääletasin ma antud resolutsiooni poolt, pidades väga oluliseks tarbijate teavitamist liha päritolust. Mõistagi kaasnevad liha töötlejatele loomade sünni-, kasvatamis- ja tapmiskoha märkimisega teatavad lisakulud, kuid tarbija petmine nt mõne teise riigi päritolu liha ja kodumaise pakendiga pole kuidagi õigustatud, see on lihtviisiline tarbija petmine. Kuna väikeriikide, sh ka minu koduriigi töötlejad on suures osas väliskapitali kontrolli all, imporditakse liha oma emakontsernist või eelistatakse odavamalt, Rumeeniast, on meie kohalikud lihatootjad sunnitud eksportima oma toodangut peamiselt Vene Föderatsiooni väga ebastabiilsele turule. Liha päritolu märkimine annaks kohalikele tootjale kindlasti eelise, kuna ka minu koduriigi tarbija eelistab omamaist kvaliteetset toodangut. Väikeriikide tootjate keskendumine koduturule aitaks tagada antud sektoris stabiilse arengu ning vähendaks ökoloogilist jalajälge, mida tekitab näiteks minu koduriigi elusloomade vedu nt naaberriigis, Vene Föderatsioonis asuvatesse tapamajadesse. Elusloomade transportimine koduriigist kaugele on ka loomakaitse seisukohalt taunitav.

4-198-437

**Ivari Padar (S&D)**, *kirjalikult*. - Toiduahela läbipaistvus on väga oluline, kuid samas tuleb jääda tarnija huvide kaitsel reaalseks. Komisjoni rakendusakti muutmine resolutsiooni alusel ei suurenda selgust tarbija jaoks – erinevate andmete märkimine näiteks hakklihale tekitab kindlasti segadust. Me peame taastama tarbija usalduse Euroopa toodete vastu ning kinnitama tarbijale, et Euroopa Liidus toodetud toode vastab kõikidele vajalikele standarditele. Me ei tohi minna seda teed, et tekib oht, et tarbija tunneb, et ühe liikmesriigi toode ei ole standardne. Ettepaneku põhjal oleks ka sünnikoha jälgitavuse süsteem liiga kulukas ja raskesti teostatav.

4-198-468

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente a presente resolução do Parlamento Europeu que estabelece a posição deste no que se refere às regras de execução do Regulamento que diz respeito à indicação do país de origem ou do local de proveniência da carne fresca, refrigerada e congelada de suíno, de ovino, de caprino e de aves de capoeira. O Parlamento insta a Comissão a elaborar uma versão revista do regulamento de execução, que inclua um requisito de rotulagem obrigatória em relação ao local de nascimento, bem como aos locais de criação e abate, para a carne não transformada de suíno, aves de capoeira, ovino e caprino, em conformidade com a legislação em vigor sobre a rotulagem relativa à origem da carne de bovino.

4-198-500

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan*. - Podržavam ovaj prijedlog iz razloga što se njime nastoji dodatno zaštititi prava potrošača. Smatram da su pružanje točnih informacija vezanih za

zemlju podrijetla mesa, mjesta rođenja, uzgoja i klanja te pogotovo transparentnosti i vidljivosti istih na ambalaži proizvoda nužni kako bi potrošači imali konkretan uvid u proizvode koje konzumiraju. Razni nedavni skandali vezani za mesne proizvode kojima smo bili svjedoci naglašavaju potrebu za regulativama koje će u budućnosti biti spremne spriječiti slične incidente. Postoje pravila koja se primjenjuju na goveđe meso te smatram da su takva pravila potrebna i za druge vrste mesa, uključujući svinjsko, ovčje i kozje meso, bilo ono svježe, rashlađeno ili smrznuto. Također, potrošači su zabrinuti i zbog standarda uzgoja životinja kao i načina prijevoza iz etičkih razloga, ali i iz razloga vezanih za zaštitu okoliša, a upravo te informacije bi mogle biti dostupne potrošačima zahvaljujući konkretnim uvidom u točno porijeklo mesnog proizvoda.

4-198-750

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *par écrit*. – Jusqu'à présent, seule la viande bovine bénéficiait d'un étiquetage indiquant la provenance de l'animal. Nous demandons que tous les types de viandes (volailles, porc, mouton, chèvre) fassent l'objet d'une information plus détaillée, via l'étiquetage des lieux de naissance, d'élevage et d'abattage de l'animal, ce que la Commission ne propose pas aujourd'hui. Le scandale de la viande de cheval n'en finit plus de faire les grands titres et d'inquiéter les consommateurs, qui veulent savoir exactement ce qu'ils ont dans leur assiette. C'est pourquoi devons renforcer les règles d'étiquetage de la viande, avec des règles de traçabilité plus strictes. Un étiquetage complet et exhaustif permettrait non seulement de savoir combien de kilomètres l'animal a parcouru, mais aussi dans quelles conditions il a été abattu (s'il s'agit de pays qui respectent les normes relatives au bien-être des animaux).

4-198-875

**Marie-Thérèse Sanchez-Schmid (PPE)**, *par écrit*. – Un an après le scandale de la viande de cheval dans les lasagnes, la Commission européenne a présenté une réglementation sur l'étiquetage de l'origine de la viande porcine, ovine, caprine ou de volaille fraîche, réfrigérée ou congelée. Malheureusement, le texte sur la table n'est pas acceptable. En effet, l'exécutif bruxellois ne propose que des règles minimalistes, selon lesquelles un poulet n'ayant vécu qu'un seul mois en France pouvait bénéficier de l'appellation: "élevé en France", sans précision sur son lieu de naissance. J'ai donc voté en faveur de l'objection et contre la proposition la Commission et demandé un étiquetage obligatoire indiquant le lieu de naissance, d'élevage et d'abattage, afin de fournir au consommateur des informations claires de traçabilité.

4-200-500

**Olga Sehnalová (S&D)**, *písemně*. - Podpořila jsem usnesení o uvádění země původu u čerstvého, chlazeného a zmrazeného vepřového, skopového, kozího a drůbežího masa, které vyzývá Komisi, aby přepracovala prováděcí nařízení tak, aby obsahovalo povinné požadavky na označování nezpracovaného vepřového, drůbežího, skopového a kozího masa, pokud jde o místo narození i o místo chovu a porážky. Povinné označování by mělo být v souladu se stávajícími právními předpisy označování původu hovězího masa. Za důležité rovněž považuji, aby se u mletého masa a ořezů odstranily veškeré výjimky. Jedním z cílů nařízení o poskytování informací o potravinách spotřebitelům je předcházet klamavým informacím vůči spotřebitelům. Nařízení rovněž reaguje na zvýšenou poptávku spotřebitelů po informacích ohledně původu potravin. Podle Evropské spotřebitelské organizace 70 % spotřebitelů považuje původ zboží za jeden z hlavních faktorů při jeho výběru. Největší zájem je pak o informace právě u masa. Legislativa pro podrobné

označování hovězího masa existuje již přes 10 let a spotřebitelé, i s ohledem na nedávné podvody v potravinářském řetězci, požadují podrobné informace i u dalších druhů mas. V neposlední řadě je potřeba připomenout, že označení „vyrobeno v EU“ si doposud nezískalo důvěru evropských spotřebitelů. Jsem přesvědčena, že spotřebitelé žádají na první pohled srozumitelné a především pravdivé informace a že na ně mají plné právo.

4-200-750

**Czesław Adam Siekierski (PPE)**, *na piśmie* . - Głosowałem przeciwko tej rezolucji, ponieważ zmierza ona do wprowadzenia nowych wymogów i obciążeń dla sektora hodowli i przetwórstwa mięsa oraz wprowadza nowe zadania dla administracji w zakresie kontroli, co może skutkować rozrostem biurokracji.

4-201-250

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto* . - Il mio voto serve a ribadire la necessità del mantenimento del regolamento (UE) n. 1337/2013, dal momento che tale regolamento costituisce un giusto equilibrio tra la necessità di informare i consumatori dell'Unione e i costi economici che ne derivano per le imprese industriali.

Il regolamento migliorerà le informazioni fornite al consumatore senza compromettere le sfide economiche che l'industria europea della carne deve affrontare. L'attuale regolamento è già in grado di fornire regole chiare, omogenee e condivise dai 28 Stati membri per le tre specie animali previste, e inoltre stabilisce una definizione del termine "allevato in" secondo i rispettivi cicli di produzione delle differenti specie in modo da garantire che l'animale in questione abbia trascorso una parte sostanziale della sua vita negli Stati membri interessati.

Infine ritengo che non debbano essere apportate modifiche, dal momento che viene data la possibilità agli operatori di sostituire le parole "allevato in" e "macellato in" con l'indicazione "origine" per le carni interamente ottenute (nato/allevato/macellato) in uno Stato membro.

4-201-312

**Michèle Striffler (PPE)**, *par écrit* . - J'ai voté en faveur de cette résolution qui demande à la Commission européenne de revoir sa politique sur l'étiquetage des produits alimentaires. La Commission européenne sous l'influence de certains grands lobbies agroalimentaires souhaite adopter de nombreuses dérogations sur les règles d'étiquetage concernant l'indication du pays d'origine ou du lieu de provenance de certaines viandes fraîches. Les consommateurs européens ont le droit d'être informés sur la provenance des viandes qu'ils consomment. Dans ce texte, j'ai donc demandé à la Commission européenne de rendre obligatoire sur l'étiquette des viandes des espèces porcine, ovine caprine et des volailles, les lieux de naissance, d'élevage et d'abattage, comme le prévoit la législation en vigueur pour la viande bovine

4-201-375

**Dubravka Šuica (PPE)**, *in writing* . - Regulations have focused on country-of-origin or place-of-provenance labelling for fresh, chilled and frozen meat of swine, sheep, goats and poultry. I voted against this resolution because a balance must be struck between the consumer's need to be informed and the additional cost to operators and national authorities, which ultimately has an impact on the retail price of products. Consumers require, first and foremost, information on the place where the animal was bred. A marking

system requires traceability norms at all levels of production and distribution of the meat, to ensure the link between the labelled meat and the animal or group of animals from which it was obtained. Information with regard to food characteristics and especially country of origin should not be illusive. Following several food scandals, consumers both need and want stricter rules on traceability and better information.

4-201-500

**Kay Swinburne (ECR)**, *in writing*. - I voted in favour of this motion for a resolution. Research proves that consumers, now more than ever, are looking for clear and detailed labelling and that, when it comes to meat, they have a keen interest in knowing the place where the animal was born. The implementing regulation would not deliver that clarity and it is confusing for consumers. Therefore, I welcome the adoption of this objection today.

4-201-531

**Marc Tarabella (S&D)**, *par écrit*. – Je suis en faveur de la résolution du Parlement européen sur le règlement d'exécution de la Commission du 13 décembre 2013 portant modalités d'application du règlement (UE) n° 1169/2011 du Parlement européen et du Conseil en ce qui concerne l'indication du pays d'origine ou du lieu de provenance des viandes fraîches, réfrigérées et congelées des animaux des espèces porcine, ovine, caprine et des volailles. La Commission doit revenir à la raison: toutes les viandes doivent être soumises au même régime que le bœuf.

4-201-562

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris*. - Am votat pentru Regulamentul privind indicarea țării de origine sau a locului de proveniență pentru carnea proaspătă, refrigerată sau congelată de animale din specia porcină, ovină, caprină și de păsări de curte.

În conformitate cu articolul 7 alineatul (1) din Regulamentul privind informarea consumatorilor cu privire la produsele alimentare, informațiile referitoare la produsele alimentare nu trebuie să inducă cumpărătorul în eroare în ceea ce privește caracteristicile produselor alimentare și țara de origine sau locul de proveniență. Regulamentul de punere în aplicare al Comisiei depășește competențele de executare conferite Comisiei în temeiul Regulamentului (UE) nr. 1169/2011.

Solicităm Comisiei să retragă regulamentul de punere în aplicare și să elaboreze o versiune revizuită a regulamentul de punere în aplicare, care ar trebui să includă și pentru carnea neprocesată de animale din specia porcină, ovină, caprină și de păsări de curte o cerință obligatorie de indicare pe etichetă a locului nașterii, precum și a locului unde a fost crescut și a locului unde a fost sacrificat animalul, în conformitate cu legislația în vigoare care prevede indicarea pe etichetă a originii cărnii de vită sau de mânzat. De asemenea, solicităm Comisiei să elimine orice derogare de la regulamentul de punere în aplicare existentă pentru carnea tocată și resturile rezultate din fasonare.

4-201-625

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - Os requisitos de proveniência da carne de bovino e respetivos derivados são fundamentais, dado que criam expectativas nos consumidores no que diz respeito à qualidade e ao transporte dos respetivos produtos alimentares. No entanto, a Comissão não aprofunda esta exigência legal de proveniência dos alimentos,

não inclui a rotulagem obrigatória em relação ao local de nascimento, bem como não elenca os locais de criação e abate, para a carne não transformada de suíno, aves de capoeira, ovino e caprino, em conformidade com a legislação em vigor sobre a rotulagem relativa à origem da carne de bovino. Sendo assim, voto favoravelmente a proposta de resolução que visa apelar à Comissão Europeia que retire o regulamento em causa e apresente uma nova proposta mais completa e que salvaguarde os consumidores.

4-201-750

**Derek Vaughan (S&D)**, *in writing*. - The year 2012 saw the biggest episode of food fraud to hit Britain in the past century. Tens of millions of tonnes of meat-based products were withdrawn from supermarkets throughout Europe.

However, British people are still waiting to discover how horsemeat was so widely incorporated into their food chain. The difficulties of unpicking complex meat supply chains to discover at what point mislabelling was introduced have meant that prosecutions for this crime have been extremely difficult. To combat that appalling lack of accountability I voted in favour of mandatory labelling indicating the place of birth and slaughter for all meat.

I believe that consumers should be told where an animal was reared and how far it has travelled, the animal-welfare standards of the countries it has passed through, and the time and place of slaughter. These standards have not been met by the Commission or by many Member States, and that is not acceptable to consumers. I hope today's vote will be a move towards restoring trust in the food sector, and towards better standards of meat production in Europe.

4-201-875

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *par écrit*. – Depuis la crise due à l'encéphalopathie spongiforme bovine ("vache folle"), l'étiquetage de la viande bovine fait l'objet de règles strictes, ce qui n'est pas le cas des viandes porcine, ovine, caprine ou des volailles. Or, ces dernières années, les fraudes alimentaires se sont multipliées. La Commission européenne a donc proposé un règlement visant à introduire le marquage du pays d'élevage et d'abattage de l'animal sur l'emballage. Dans cette résolution, le Parlement s'y oppose et demande à la Commission de revoir sa copie, en ce compris l'étiquetage du pays de naissance. J'ai voté pour cette résolution car il faut faire toute la lumière sur l'origine de la viande. Exiger l'indication obligatoire des lieux de naissance, d'élevage et d'abattage des viandes non transformées d'origine porcine, ovine et caprine ainsi que des volailles de la même façon qu'on le fait aujourd'hui pour la viande bovine me paraît somme toute "normal". Au vu des scandales alimentaires récents, dont celui de la viande de cheval utilisée frauduleusement à la place de viande bovine ("affaire Spanghero"), l'instauration d'une plus grande transparence et d'une meilleure information quant à la provenance de tous les types de viandes, y compris les viandes hachées, me paraît être l'exigence minimale.

4-201-937

**Glenis Willmott (S&D)**, *in writing*. - I drafted this resolution objecting to the Commission's proposal to extend mandatory country-of-origin labelling for fresh meat. I am fully in favour of country-of-origin labelling for both fresh meat and meat in processed foods, but I was disappointed to see that the Commission's proposal did not go far enough. Under the proposed rules, meat labelling would have to indicate only the countries where



the animal was reared and slaughtered, not the country where it was born. Consumers need full information on the provenance of their food to enable them to make informed decisions, and knowing where an animal was born is essential if consumers are to be allowed to make decisions based on animal welfare or environmental concerns. Full country-of-origin labelling is already mandatory for beef so I am glad that MEPs supported my call for the Commission to re-think this proposal and require that all fresh meat be labelled to show the places of birth, rearing and slaughter.

4-201-968

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie* . - O nowym systemie dyskutowano podczas posiedzenia SCoFAH – Stałego Komitetu ds. Łańcucha Żywnościowego i Zdrowia Zwierząt, gdzie wskazano, że mogą być jednak problemy z wdrożeniem i kontrolą realizacji nowych przepisów. Dlatego postulowane jest, aby zacieśnić współpracę weterynaryjnych państw członkowskich i Komisji Europejskiej. Konieczne jest choćby przygotowanie szczegółowych wytycznych i interpretacji na temat prawa o znakowaniu mięsa. A jest to bardzo ważna kwestia. Jeśli bowiem ktoś popełni błąd przy oznaczaniu surowca, może zostać oskarżony o fałszowanie żywności. A takie zarzuty mogą mieć bardzo poważne konsekwencje prawne i finansowe dla zakładu mięsnego, bo grożą surowymi karami finansowymi, a przede wszystkim utratą wiarygodności producenta żywności w oczach konsumentów.

**10.5. Empfehlung für einen Beschluss gemäß Artikel 87a Absatz 4 GO über die delegierte Verordnung (EU) Nr. .../... der Kommission vom 28. August 2013 zur Erstellung des Anhangs III der Verordnung (EU) Nr. 978/2012 des Europäischen Parlaments und des Rates über ein Schema allgemeiner Zollpräferenzen (B7-0089/2014)**

4-204-000

**Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-204-250

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente Resolução, considerando que o SPG é constituído por um regime geral e por dois regimes especiais, incluindo o regime especial de incentivo ao desenvolvimento sustentável e à boa governação (SPG+), segundo o qual não serão cobrados quaisquer direitos sobre a importação de mais de 6000 posições pautais dos beneficiários. A minha posição tem ainda por base o fato do SPG+ se destinar a funcionar como um incentivo credível aos países que pretendam empenhar-se firmemente na aplicação de convenções internacionais fundamentais, essenciais no contexto do desenvolvimento sustentável.

4-204-500

**Mara Bizzotto (EFD)**, *per iscritto* . - Non ho inteso sostenere l'atto delegato relativo all'applicazione di un sistema di preferenze tariffarie generalizzate, poiché ritengo che così strutturato andrebbe a limitare il diritto del Parlamento di esprimere le proprie opinioni su ogni singolo paese.

4-204-562

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - As preferências pautais funcionam como um incentivo credível aos países que pretendam empenhar-se firmemente na aplicação de convenções internacionais fundamentais, que são essenciais no contexto do desenvolvimento sustentável. Por isso, devem fazer parte das condições que um país candidato tem de preencher para se tornar um país beneficiário do SPG+. Sou favorável a esta decisão.

4-204-624

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - A Comissão adotou um ato delegado com vista a incluir três países ao Anexo III, relativo ao Sistema de Preferências Generalizadas (SPG+), por meio de um único ato delegado. O Parlamento, com esta resolução, pretende reafirmar a sua posição anterior: *a Comissão deve adotar um ato delegado distinto para cada país que pretenda acrescentar à lista de países beneficiários do SPG+*. A concessão do SPG+ deve ser individualizada por ato delegado, dando oportunidade a que o Parlamento possa avaliar cada uma das candidaturas e, se for caso disso, apresentar objeções ao respetivo ato delegado. A decisão da Comissão de apresentar todas as candidaturas num único Ato Delegado inviabiliza uma apreciação individualizada de cada uma das candidaturas.

4-204-687

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - He votado a favor de la presente Resolución porque plantea un control específico, país por país, para el acceso al sistema de preferencias generalizadas, condicionando dicho acceso a que se cumplan los principales convenios internacionales en materia de desarrollo sostenible. En esta línea, la Comisión Europea podrá decidir si adopta actos delegados independientes para garantizar el acceso al sistema para cada país, requiriendo un análisis específico de cada caso en el marco de la situación específica de cada país solicitante. Esto permitiría un mayor impacto de la implementación de los principales acuerdos internacionales en materia de desarrollo sostenible. Es por todo esto por lo que he decidido votar a favor de la presente Resolución.

4-204-625

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing*. - Applying such generalised tariff preferences would permit better internal market coordination. I therefore voted in favour of this resolution

4-204-750

**Vital Moreira (S&D)**, *por escrito*. - Subscrevi e votei a favor da resolução de impugnação do ato delegado da Comissão Europeia que atribui a três países da América Central o estatuto de beneficiários do sistema de preferências comerciais generalizadas da UE, na sua modalidade especial conhecida por SGP+. De facto, havendo uma margem de apreciação discricionária na avaliação dos países candidatos quanto ao preenchimento dos requisitos necessários - nomeadamente, a inexistência de qualquer *falha séria* na aplicação das convenções internacionais relevantes -, mantenho o entendimento de que deveria haver um ato delegado separado para cada país, para permitir aos legisladores (neste caso, o PE) analisarem autonomamente cada caso, sem se sentirem constrangidos pelo facto de qualquer objeção ao ato delegado penalizar todos os países envolvidos e não apenas o país eventualmente em falta. Por isso, independentemente de qualquer análise dos três casos compreendidos no ato delegado em causa (El Salvador, Guatemala e Panamá), este deveria ter sido rejeitado para obrigar a Comissão a substituí-lo por três novos atos delegados.

4-207-500

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE),** *in writing* . - I voted in favour. Regulation (EU) No 978/2012 lays down the arrangements for the Union's Generalised System of Preferences (GSP), which is meant to help developing countries by making it easier for them to export their products to the EU. The GSP consists of a general arrangement and two special arrangements, including the special incentive arrangement for sustainable development and good governance (GSP+), whereby no duties are levied on imports of more than 6 000 tariff lines from the beneficiary countries. GSP+ is designed to work as a credible incentive for those countries which earnestly want to commit themselves to implementing core international conventions that are essential in the context of sustainable development.

4-207-625

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE),** *per iscritto* . - L'atto delegato unico adottato dalla Commissione limita notevolmente i poteri di controllo dei colegislatori, obbligandoli, in caso di obiezione a un paese candidato, a obiettare all'intero atto delegato, penalizzando tutti i candidati ammissibili inclusi nell'atto delegato in questione.

Per tale motivo, appoggio l'obiezione del Parlamento europeo relativa al regolamento delegato che definisce l'allegato III del regolamento (UE) n. 978/2012 relativo all'applicazione di un sistema di preferenze tariffarie generalizzate (C(2013)9133); allo stesso modo, appoggio la richiesta di presentare un nuovo atto delegato che tenga conto di questa obiezione e che adotti un atto delegato distinto per ogni paese che desidera aggiungere all'elenco dei paesi beneficiari dell'SPG+.

4-207-812

**Dubravka Šuica (PPE),** *in writing* . - The European Union has ensured that developing countries enjoy trade advantages through the Generalised Scheme of Tariff Preferences (GSP scheme), which is part of its common commercial policy in accordance with the general provisions governing its external action. To provide legal certainty and stability under the new GSP scheme, it is necessary to upgrade the provisions on transparency and predictability. This act should establish rules on the procedures for temporary withdrawal and for adoption of general safeguard measures, in particular with respect to deadlines, rights of parties, confidentiality and review.

One of the concerns is to improve developing countries' access to the EU market by granting them preferential treatment for their exports. The provisions consist of a general arrangement and two special arrangements, including the special incentive arrangement for sustainable development and good governance (GSP+), charging no duties on imports of more than 6 000 tariff lines from beneficiary countries. The GSP is intended to work as a reliable motivation for countries which want to commit themselves to implementing core international conventions.

4-207-750

**Marc Tarabella (S&D),** *par écrit* . – Une telle démarche limite considérablement le pouvoir de contrôle des colégislateurs, dans la mesure où elle les oblige, pour s'opposer à l'octroi du statut de bénéficiaire à l'un des pays demandeurs, à faire objection à l'acte délégué, ce qui pénalise l'ensemble des demandeurs déclarés admissibles par ledit acte délégué, tandis que l'adoption d'actes délégués distincts pour chaque pays demandeur permettrait une approche plus ciblée.

4-207-781

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - O Regulamento (UE) n.º 978/2012 estabelece disposições relativas ao Sistema de Preferências Generalizadas da União (SPG), que se destina a apoiar os países em desenvolvimento, facilitando a exportação dos seus produtos para a União Europeia. O referido regulamento estabelece ainda as necessárias condições que um país candidato tem de preencher para se tornar um país beneficiário do SPG e o facto de este estatuto ser conferido automaticamente, exigindo uma avaliação caso a caso no que se refere à observância das condições exigidas. Voto favoravelmente a presente proposta de resolução, que formula objeções à aplicação de um sistema de preferências pautais generalizadas e apela à Comissão Europeia que apresente um novo ato delegado distinto para cada país que pretenda acrescentar à lista de países beneficiários do SPG.

4-207-875

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie*. - Aby skorzystać z preferencji celnych w ramach GSP, zgodnie z obecnie obowiązującymi przepisami importowane towary muszą posiadać pochodzenie kraju beneficjenta, poświadczone stosownym świadectwem pochodzenia towarów – w tym wypadku tzw. formularz A (Form A) lub deklaracja na fakturze. Począwszy od dnia 1 stycznia 2011 r., dla systemu GSP obowiązują nowe, uproszczone reguły pochodzenia na podstawie rozporządzenia Komisji (UE) 1063/2010 z dnia 18 listopada 2010 r. zmieniające rozporządzenie Rady (EWG) nr 2454/93 ustanawiające przepisy w celu wykonania rozporządzenia Rady (EWG) nr 2913/92 ustanawiającego Wspólnotowy Kodeks Celny, zmienionego rozporządzeniem wykonawczym KE nr 530/2013. Regulacja ta uprościła reguły oraz procedury w stosunku do krajów korzystających z systemu GSP przy jednoczesnym zapewnieniu kontroli niezbędnej do zapobiegania oszustwom.

**10.6. Empfehlung für einen Beschluss gemäß Artikel 88 Absatz 4 Buchstabe d und Artikel 87a Absatz 6 GO, keine Einwände gegen den Entwurf einer Verordnung (EU) Nr. .../... der Kommission zur Änderung der Verordnung (EU) Nr. 1031/2010 insbesondere zur Festlegung der im Zeitraum 2013–2020 zu versteigernden Mengen von Treibhausgasemissionszertifikaten zu erheben (B7-0090/2014)**

4-210-000

**Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-210-250

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente Resolução, tendo em conta o parecer emitido a 8 de janeiro de 2014 pelo comité a que se refere o artigo 23.º da diretiva acima citada, assim como a carta da Comissão, de 7 de janeiro de 2014, em que a Comissão solicita ao Parlamento que declare que não se oporá ao projeto de regulamento de execução. Para além disso, a minha aprovação tem igualmente em conta a carta da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar ao Presidente da Conferência dos Presidentes das Comissões, de 30 de janeiro de 2014.

4-210-375

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit*. – Face à la chute constante du prix du carbone sur le marché européen des émissions de CO<sub>2</sub> et ses conséquences négatives pour le climat et les investissements faibles en émissions de carbone, la Commission européenne a proposé de

le sauver en régulant l'offre et la demande de quotas. Derrière cette question d'apparence technique, c'est toute la politique européenne de lutte contre le changement climatique qui est en jeu. En effet, avec un prix de la tonne de carbone s'approchant dangereusement de zéro, le marché du carbone devient inefficace et donc transparent... Il ne protège plus les Européens et leur environnement contre les émissions de carbone contribuant au changement climatique et aux catastrophes naturelles. J'ai donc voté en faveur de cette recommandation qui demande une mise en œuvre rapide de cette mesure d'urgence.

4-210-437

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *par écrit*. – S'agissant de la mise en œuvre du calendrier des enchères de quotas d'émission de gaz à effet de serre, j'ai voté l'objection aux propositions de la Commission européenne figurant dans le projet de règlement parce que la Commission n'a pas fourni l'évaluation montrant, concernant les différents secteurs industriels, qu'il n'y a lieu d'attendre aucun impact véritable sur les secteurs ou sous-secteurs exposés à un risque significatif de fuite de carbone. Cette évaluation était une condition essentielle du consentement du Parlement européen lorsqu'il a voté, après des débats difficiles, la décision du 17 décembre 2013 autorisant la Commission à procéder à une modification du calendrier en retirant 900 millions de quotas. Je m'élève également sur le fait que le projet de règlement n'ait pas été traduit dans toutes les langues, ce qui constitue une nouvelle atteinte intolérable au multilinguisme. Il n'a même pas été mis à la disposition des députés européens sur le site "séance en direct" du Parlement.

4-210-500

**Mara Bizzotto (EFD)**, *per iscritto*. - Non ho inteso sostenere col mio voto la risoluzione che analizza le quote di emissione di gas a effetto serra da mettere all'asta nel periodo 2013-2020.

4-210-562

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - A estratégia europeia para a energia e clima deve combinar o combate às alterações climáticas com a segurança de abastecimento de energia e a competitividade da economia. Para tal, é necessário definir um quadro e desenhar uma política a médio e longo prazo que dê garantias às empresas e que incentive o investimento. Só é possível alcançar um sistema de energia acessível, disponível e limpa com uma grande aposta na ciência e na inovação, de modo a diminuir os custos das tecnologias. A política de energia e clima permite à União Europeia exercer uma liderança através do exemplo, mas é fundamental ter um acordo, nesta matéria, à escala global que concilie a preservação do planeta, a competitividade da economia europeia e a sustentabilidade do bem-estar das atuais e futuras gerações.

4-210-625

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. – Je me suis opposée au projet de règlement de la Commission européenne souhaitant modifier la législation européenne relative à la détermination du volume de quotas d'émission de gaz à effet de serre à mettre aux enchères durant la période 2013-2020. Une telle modification du calendrier des enchères de quotas d'émission de CO<sub>2</sub> va à l'encontre du principe de sécurité juridique que nous souhaitons respecter pour favoriser la compétitivité et l'emploi en Europe.

4-210-687

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Com esta recomendação, a maioria do PE dá o seu acordo à alteração do anterior regulamento relativo ao calendário, administração e outros aspetos dos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa de acordo com o regime de comércio dessas licenças. Como anteriormente dissemos, a alteração proposta é apenas de uma tentativa de reparar algo que não tem reparação, usando a mesma técnica. Na nossa opinião, a emissão de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (o comércio de quotas de poluição) apenas serve os grandes poluidores (grande indústria) com capacidade para comprar as licenças e não a necessária redução das emissões de gases com efeitos de estufa. Estamos perante as consequências do funcionamento de um mecanismo perverso e ineficaz – o ETS/mercado do carbono. Trata-se da tentativa de salvar um mercado em queda devido à falta de procura, consequência do estado em que muitas indústrias se encontram e do fecho de milhares de fábricas. É necessária a substituição de uma abordagem de mercado por uma abordagem normativa e regulatória, num quadro de redução das emissões que não dependa nem alimente a especulação financeira.

4-210-750

**Adam Gierek (S&D)**, *na piśmie*. - Uporczywe głosowanie zapisu umożliwiającego dyktat Komisji odnośnie do aukcji uprawnień do emisji CO<sub>2</sub> to kolejna, podstępna próba wykorzystania demokratycznych procedur w celu forsowania niedemokratycznych, ważkich gospodarczo decyzji bez konsultacji z państwami członkowskimi, tj. niezgodnie z traktatami. Jak widać Komisja pod wpływem niektórych grup lobbystycznych jest mocno zdeterminowana, by prowadzić działania szkodliwe dla gospodarek krajów najsłabszych gospodarczo, w imię dogmatu klimatycznego oraz interesu pewnych środowisk.

Powinniśmy odejść od aktualnego ETS, pseudorynkowego mechanizmu, który nie zdał egzaminu praktycznego. Celem dyrektywy 2003/87/WE była redukcja emisji gazów cieplarnianych, a nie wysoka cena samych uprawnień do emisji. Nie dokonano rzetelnej oceny wszystkich negatywnych skutków proponowanej interwencji, tj. zdjęcia z tzw. rynku CO<sub>2</sub> 900 milionów ton tego gazu, dla poszczególnych państw członkowskich. Zalecenie dotyczące decyzji po raz kolejny należało jednoznacznie i zdecydowanie odrzucić, co niniejszym uczyniłem.

4-210-875

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto*. - In assenza di un adeguato impegno a livello mondiale, l'obiettivo dell'Europa è quello di dare l'esempio minimizzando e stabilizzando le concentrazioni di gas a effetto serra e riducendo i livelli delle emissioni.

In Parlamento sono state espresse diverse posizioni e soluzioni su come affrontare tale importante tematica ed è prevalsa quella forse maggiormente ambientalista. È fuor di dubbio che una riduzione delle emissioni di gas sia necessaria e in tale ottica diventa essenziale la fissazione di limiti di emissione, che possono però essere più o meno stringenti.

Credo che tali esigenze vadano soddisfatte tenendo, però, in considerazione anche altre necessità politiche, quali ad esempio il mantenimento e il rilancio della competitività delle nostre industrie e imprese, che non devono essere penalizzate nel contesto globale.

4-211-562

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - He votado a favor de la presente Resolución ya que supone una necesaria revisión de la determinación de los volúmenes de los derechos de emisión de gases de efecto invernadero que se subastarán en el periodo 2013-2020. El sistema de cálculo de los citados volúmenes de derechos de emisión que se aplicaba hasta ahora resultaba ridículo puesto que los límites establecidos eran tan escandalosamente altos que no generaban incentivo alguno en las diferentes industrias para que redujeran las emisiones, ya que el impacto de la crisis y el descenso de la actividad económica habían producido una bajada de las emisiones haciendo inútiles los límites previamente establecidos a los volúmenes de derechos de emisión. La revisión de dichos volúmenes es absolutamente necesaria para que este instrumento pueda servir para que se reduzcan las emisiones de gases de efecto invernadero. Es por esto por lo que he votado a favor de la presente Resolución.

4-211-500

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing*. - The problem of greenhouse gases emissions must be tackled very seriously in order to improve our environment. To that end, I voted in favour of this resolution.

4-211-625

**Andreas Mölzer (NI)**, *schriftlich*. - Bei all den hehren Idealen und Zielen in Sachen Umweltschutz und Volksgesundheit darf nicht außer Acht gelassen werden, dass die wahren Umweltsünder die USA und China sind, die von ihrer Rücksichtslosigkeit gegenüber der Natur keinen wirtschaftlichen Nachteil haben. Diese sind zunächst gefordert, ihre Umweltpolitik zu ändern. Die EU ist aufgefordert, im Interesse der eigenen Wirtschaft und der Beschäftigung zu agieren und ihre Umweltpolitik auf globale wirtschaftliche Konkurrenzsituationen abzustimmen.

4-211-687

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - Tendo em conta a carta da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar dirigida ao Presidente da Conferência dos Presidentes das Comissões em 30 de Janeiro de 2014, e nada tendo a opor, votei favoravelmente a presente decisão do Parlamento Europeu de não levantar objeções ao projeto de regulamento relativo à determinação dos volumes de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a leiloar no período 2013-2020.

4-211-750

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan*. - Europska shema trgovanja emisijama stakleničkih plinova međunarodni je sustav za trgovanje emisijama stakleničkih plinova unutar EU. Europski sustav trgovanja emisijama (EU ETS) kamen je temeljac europske politike za borbu protiv klimatskih promjena i ključan alat za smanjenje industrijskih emisija stakleničkih plinova. EU ETS kao prva i najveća međunarodna shema za trgovanje kvotama stakleničkih plinova obuhvaća više od 10.000 elektrana i industrijskih postrojenja u 30 zemalja. Sam sustav trgovanja je sinkroniziran i reguliran do te mjere da funkcionira na principu ograničenja dozvoljene količine emitiranih emisija stakleničkih plinova, tzv. kvota, koje smiju ispuštati različita postrojenja obuhvaćena Direktivom – npr. tvornice, elektrane, zrakoplovni operateri i slično. U tijeku je treća faza trgovanja od 2013. do 2020. pri čemu valja napomenuti kako je Hrvatska postala sastavni dio ovog sustava od 1.

siječnja 2013. godine, pola godine prije pristupanja u Europsku Uniju. U ovoj fazi u Republici Hrvatskoj se primjenjuje jedinstvena dodijeljena kvota na emisije stakleničkih plinova za cijelu EU. Do 2020. očekuje se da će emisije biti 21 posto niže u odnosu na one iz 2005. Takvo planirano smanjenje broja kvota s vremenom na način da se ukupna količina emisije stakleničkih plinova smanji svakako vrijedi podržati

4-211-875

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *in writing* . - I voted in favour. I have no objections to the draft Commission regulation amending Regulation (EU) No 1031/2010 in particular to determine the volumes of greenhouse gas emission allowances to be auctioned in 2013-2020.

4-212-125

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto* . - Voto contro questo testo perché il progetto della Commissione non mi pare abbastanza ambizioso, soprattutto se comparato con i grandi risultati raggiunti fino ad ora in tema di emissioni di gas a effetto serra.

La non opposizione significa limitare il successo dell'UE nel settore della protezione ambientale e della lotta ai cambiamenti climatici, pertanto occorre fare di più rispetto a quanto prospettato dalla Commissione con il suo nuovo progetto di regolamento.

4-212-250

**Kay Swinburne (ECR)**, *in writing* . - I voted against this recommendation, which would see the scrutiny period shortened, in order to enable backloading to begin.

4-212-625

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris* . - Am votat pentru decizia Parlamentului European de a nu se opune proiectului de regulament de modificare a Regulamentului nr. 1031/2010 în special pentru a determina volumele de certificate de emisii de gaze cu efect de seră care urmează să fie scoase la licitație în perioada 2013-2020.

Directiva 2003/87/CE prevede că trebuie stabilite calendarul, gestionarea și alte aspecte ale licitațiilor, astfel încât acestea să se desfășoare în mod deschis, transparent, armonizat și nediscriminatoriu. De asemenea, Comisia trebuie să monitorizeze funcționarea pieței europene a emisiilor de dioxid de carbon.

Regulamentul nr. 1031/2010 prevede volumele de certificate de emisii care urmează să fie scoase la licitație în fiecare an, după scăderea alocărilor cu titlu gratuit din cantitatea de certificate emise în același an la nivelul Uniunii. Regulamentul nr. 1210/2011 prevede însă o deviere de la acest calendar, stabilind un volum de certificate de emisii care urmează să fie scoase la licitație anticipat, înainte de 2013, cu reducerea corespunzătoare a volumelor pentru licitare în 2013 și 2014, obiectivul principal fiind asigurarea unei tranziții fără dificultăți de la cea de a doua la cea de a treia perioadă de comercializare, ținând cont în mod corespunzător de necesitatea acoperirii riscurilor pentru respectarea obligațiilor în primii ani ai celei de-a treia perioade de comercializare.

4-212-750

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *par écrit* . – En décembre dernier, le Parlement a avalisé le gel de 900 millions de quotas d'émissions de CO2 dans le cadre du système



d'échange de quotas d'émissions de gaz à effet de serre (GES), autrement dit le marché du carbone (SCEQE), afin de le rendre un minimum opérationnel. Lors de cette session, il s'est simplement agi d'avaliser l'entrée en vigueur de cette disposition dans les prochaines semaines. Comme en décembre dernier, je me suis abstenue, car les 900 millions de quotas d'émissions de CO<sub>2</sub> gelés pour la période 2014-2016 et remis sur le marché en 2019 n'est qu'un palliatif et est loin d'être à la hauteur de la diminution nécessaire des émissions de GES. Ce gel a pour objectif de faire augmenter le prix du CO<sub>2</sub> et donc d'inciter les industriels à modifier leurs modes de production en investissant dans des technologies et des procédés de fabrication moins émetteurs de CO<sub>2</sub>. Je n'y crois pas. Cette décision a été adoptée à une courte majorité. La droite dans son ensemble, sous la pression des lobbies industriels, a voté contre cette réformette, montrant son opposition à toute mesure de réduction des émissions de CO<sub>2</sub> et son absence de préoccupation vis-à-vis des enjeux de protection de la planète.

4-213-000

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie*. - Europejska polityka klimatyczna znajduje się w fazie przejściowej. Leżące u jej podstaw dwie główne idee – szerokiego wykorzystania odnawialnych źródeł energii (OZE) i ograniczenia emisji CO<sub>2</sub> – nie zostały we właściwy sposób wdrożone. Przeciętny udział OZE osiągnął w połowie 2012 r. 12,4%, co od 2008 r. stanowiło wzrost na poziomie raptem 1,9%. Optymistyczne prognozy na przyszłość mówią o możliwym wzroście na poziomie 6,3% do 2020 r. oraz o bardzo małym wzroście na poziomie 1,1% rocznie w latach 2020–2050. Niektóre państwa członkowskie już rozpoczynają wdrażanie środków mających na celu ograniczenie wzrostu udziału OZE poprzez cięcia subwencji.

**10.7. Lage in der Ukraine (RCB7-0138/2014, B7-0138/2014, B7-0139/2014, B7-0140/2014, B7-0158/2014, B7-0161/2014, B7-0163/2014, B7-0164/2014)**

4-215-000

**Mündliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-216-000

**Zdravka Bušić (PPE)**. - Gospodine predsjedavajući, jedna od važnih politika Europske unije je politika susjedstva. To je politika dobrih odnosa. Europa je sinonim razvoja ljudskih vrijednosti, sinonim demokracije. Ne smijemo građane Ukrajine ostaviti bez nade. U prosincu smo u ovom Domu izglasali uredbu Europskog parlamenta i Vijeća o uspostavi europskog instrumenta za susjedstvo. On je definiran kao jedan od instrumenata pružanja izravne potpore vanjskim politikama Europske unije pružajući veću potporu partnerima koji su usmjereni na izgradnju demokratskih društava. Unutar izvješća naglašena je i potreba za diferenciranim pristupom. Podržavam napore Parlamenta u pregovorima i smatram važnim njegove odlaske u Kijev. Ne smijemo ignorirati činjenice, osuđujem svako nasilje, treba imati na umu i dobrobit građana. Naša dužnost je aktivna prisutnost.

4-217-000

**Eija-Riitta Korhola (PPE)**. - Arvoisa puhemies, en ole selvästikään ainoa, josta tuntuu, että meidän tulisi osata tukea EU:n ystäviä Ukrainassa huomattavasti voimakkaammin. Olemme monien protestojien ainoa toivo, emmekä saisi käsitellä tätä vastuuta kevyesti.

Tässä talossa on puhuttu sanktioista, ja ihan hyvä, jos niitä voidaan saada aikaan, mutta ne ovat aikaa vieviä. Siksi tuonkin esiin jotakin, jota voisimme tehdä välittömästi. Järjestin viime viikolla tapahtuman mediasta ja ihmisoikeuksista Euroopan parlamentissa, ja yksi puhujista ehdotti, että tekisimme parlamenttina seuraavaa: parlamentin jäsenistä koostuvan monitorointitiimin lähettäminen, kameramateriaalin lähettäminen väärinkäytösten dokumentoimiseksi sekä EU:n kehottaminen kansalaisaktivistien kouluttamiseen ja rahoittamiseen. Nämä ovat toteutuskelpoisia ajatuksia, ja toivonkin, että kollegani reagoisivat näihin ajatuksiin.

4-218-000

**Csaba Sógor (PPE).** - Az Unióra fontos szerep hárul az ukrainai konfliktus rendezésében, hiszen a forradalomnak is nevezett esemény kiobbantó szikrája éppen Ukrajna és az EU közeledésének elodázása volt. Ukrajnában a tüntetők kiállnak Európa és az EU mellet, ez pedig bizakodásra ad okot, ugyanakkor azonban két dolgot meg kell jegyeznünk. A tüntetők egyelőre hallgatnak az ellenzéki pártok vezetőinek szavára, ám belegondolni is rossz, hogy mi lenne, ha káosz uralkodna el közöttük, és egyes csoportok nem tekintenének magukra nézve kötelezőnek egy esetleges későbbi megállapodást. A másik szempont az ukrán társadalom viszonyulása. Az ország keleti felével is kommunikálnunk kell, hiszen Ukrajna és az EU szorosabb együttműködése az ő javukat is szolgálná. Semmiképpen sem szabad, hogy vagy-vagy kérdésként merüljön fel az ország keleti vagy nyugati orientációja. Ukrajnát mindig is szoros szálak fűzték Oroszországhoz, ez pedig akkor is így lesz, ha társulási egyezményt köt az Európai Unióval.

4-219-000

**Adam Bielan (ECR).** - Panie Przewodniczący! Nie ulega wątpliwości, że destabilizacja sytuacji wewnętrznej na Ukrainie sprzyja polityce Rosji, a postawa władz w Kijowie wydaje się być w pewnym zakresie wręcz inspirowana przez Kreml. Dlatego europejska dyplomacja, prowadząc dialog z Moskwą, musi kierować się również interesem obywateli Ukrainy, w dramatycznych okolicznościach wyrażających pragnienie ścisłej współpracy swojego kraju ze Wspólnotą.

Zwracam się do prezydenta Janukowycza o kreowanie ukraińskiej polityki w poszanowaniu woli społeczeństwa. Apeluję o rozpoczęcie konstruktywnych rozmów z opozycją celem powstrzymania eskalacji konfliktu oraz powrotu na ścieżkę demokratycznych przemian. Liczę na bezwzględne zastopowanie godnych potępienia aktów przemocy ze strony sił przymusu oraz wyjaśnienie popełnionych zbrodni. W tych przełomowych chwilach w pełni solidaryzuję się z narodem Ukrainy.

4-220-000

**Seán Kelly (PPE).** - A Uachtaráin, ba mhaith liom a rá go raibh áthas orm tacaíocht a thabhairt arís do mo ghrúpa ins na vótaí go léir. Agus tá áthas orm gur ghlac an Pharlaimint leis na moltaí i gcoitinne. Taispeánann sé sin go bhfuil fonn orainn cúnamh a thabhairt do mhuintir na hÚcráine i gcoitinne.

Bhí sé de phribhléid agamsa cúpla seachtain ó shin bualadh le lucht freasúra agus daoine eile ón Úcráin nuair a tháinig siad go dtí an Pharlaimint. Ba léir domsa go raibh fonn orthu – agus ní hamháin fonn, ach go raibh ocras orthu chun cearta sibhialta agus an daonlathas a bhunú trasna na hÚcráine ar fad. Dar ndóigh, seasfaimid leo ins an sprioc sin.

Freisin, tá moladh mór ag dul, is dóigh liom, do *Baroness Catherine Ashton* as na hiarrachtaí iontacha atá á ndéanamh aici chun déileáil leis na fadhbanna agus trí chainteanna le hionadaithe ón Úcráin. Ach rud amháin: tá sé de chead ag muintir na hÚcráine a n-aighe a dhéanamh suas gan brú ó aon tír, mar a dúramar inniu, go háirithe ón Rúis.

4-221-000

**Tatjana Ždanoka (Verts/ALE).** - Mr President, I found the resolution on Ukraine one-sided and I voted against it. The resolution refers to the danger of corruption in governing circles of Ukraine, but did this corruption appear only two months ago? Was it not President Yanukovich with whom EU leaders were ready to sign an Association Agreement at the Vilnius Summit in November, and did they not know about the corruption at that time?

On the other hand, the resolution makes reference to the danger of radical elements within the opposition, but this reference is very weak. I saw colleagues, members of the official European Parliament delegation, speaking in a friendly way with all three opposition leaders. Do you not know, colleagues, that one of them, Oleg Tyagnibok, leads the neo-Nazi party Svoboda? I was in the Maidan on Sunday and I saw neo-Nazi slogans there. This is very dangerous.

4-222-000

**Bernd Posselt (PPE).** - Herr Präsident! Wir werden ständig gemahnt, uns nicht einseitig in der Ukraine einzumischen. Wir tun das aber nicht!

Wir setzen uns für die Menschenrechte ein. Menschenrechte kennen keine nationalen Grenzen und sind universell. Wir setzen uns dafür ein, dass es friedlich zugeht und es kein Blutvergießen gibt. Und Bürgerrechtler in der Ukraine – unlängst auch wieder die Tochter von Frau Tymoschenko, die Bayern besucht hat – haben uns bestätigt, dass es ohne die EU-Vertretung in Kiew und ihre hervorragende moderierende Rolle längst zu einem Blutvergießen gekommen wäre. Das ist eine stolze Bilanz, die wir hier zumindest vorläufig ziehen können, und es bleibt hoffentlich dabei.

Und zum Dritten möchte ich klar sagen: Wir setzen uns dafür ein, dass eines der größten europäischen Völker, das entsetzlich unter Fremdherrschaft und Kolonialismus gelitten hat, frei über seine Europapolitik entscheiden kann. Wir geben hier nichts vor. Aber wir akzeptieren nicht, dass die ehemalige Kolonialmacht versucht, eine Sowjetunion durch die Hintertür zu errichten und in Einflusssphären zu denken. Und deshalb ...

*(Der Präsident entzieht dem Redner das Wort.)*

4-223-000

**Daniel Hannan (ECR).** - Mr President, we need to beware of being glib; we need to beware of blundering in. Ukraine is a vast and complex country – a country which, by some measures, suffered proportionately more than any other from the slaughters of the 20th Century, with the anti-kulak campaign and the purges between the wars. We can see, in Slavophile Western eyes, a very clear distinction in the ancient borders between the Romanoff and Habsburg parts of Ukraine. The word 'Ukraine' itself, as I understand it, means edge or borderland.

We should not think that it is up to us to blunder in and decree a solution. Obviously we have our sympathies and I, like everyone else in this House, sympathise with people who want pluralism and the rule of law and personal liberty. But the protestors are in danger

of tipping from those demands into demanding a coup. Although we may not like the actions of the Ukrainian Government, it was a fairly elected government. I would much prefer a free trade arrangement to a customs union. I prefer that for my own country with the European Union, let alone for Ukraine, but we are attacking the very concept of democracy which is the thing that we are supposedly here to support.

4-224-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-225-000

**Claudette Abela Baldacchino (S&D)**, *in writing*. - It is crucial to find a political solution that respects the will of the people in Ukraine. The Ukrainian people should be able to decide on their own future. The EU should develop a clear and credible perspective for its cooperation with Ukraine.

4-225-125

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente proposta de resolução, começando por manifestar a minha apreensão e desacordo face ao uso excessivo de violência por parte das forças de segurança e pelos *Tituskhi* face aos atos de violência de ultranacionalistas. Insto em particular o Presidente Ianukovich a pôr termo às práticas condenáveis da polícia de choque (*Berkut*) e de outras forças de segurança que têm atitudes contrárias aos direitos humanos. É intolerável a provocação, raptos, perseguições, torturas, espancamentos e humilhações partidárias levados a cabo pelas forças de segurança contra o movimento da praça *EuroMaidan*, bem como às detenções arbitrárias e períodos demasiado longos de prisão preventiva. Manifesto-me apreensivo face aos relatos de tortura que colocam em causa os compromissos assumidos pela Ucrânia neste domínio. Destaco e condeno ainda o recente caso conhecido de Dmytro Bulatov, líder do movimento *AutoMaidan*, alegadamente sequestrado e torturado. Exorto o Presidente Ianukovich a pôr termo a estas práticas e insto à imediata e incondicional libertação e reabilitação política de todos os manifestantes e prisioneiros políticos ilegalmente detidos, incluindo Iulia Timochenko.

4-225-250

**Pino Arlacchi (S&D)**, *in writing*. - I voted against this resolution because I could not agree less with its approach to the Ukrainian crisis. Ukraine is not an EU protectorate. It is a sovereign country with a freely elected parliament. We should stop telling them what kind of government they should have, what kind of constitution they should adopt, and when and how to hold elections. It is not the European Union's business to 'liberate' Ukraine or to take sides in its political process.

It is ridiculous to ask Russia to stop retaliatory measures against Ukraine and, at the same time, to threaten EU sanctions if it does not follow our diktat. I believe that the latest events in Ukraine show, instead, the need for a thorough review of the Eastern Partnership project. This policy should be redesigned with a view of including Russia in its scope and not antagonising a country which is not an enemy – because Russia is part of Europe and should be treated accordingly.

4-225-281

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit*. – Face à la situation tragique de l'Ukraine, j'ai voté pour cette résolution qui condamne l'usage de la force, appelle à une solution pacifique et enfin rappelle la disposition de l'Union européenne à aider et à se rapprocher de l'Ukraine et des Ukrainiens.

4-225-312

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris*. - Am votat în favoarea rezoluției, deoarece aceasta poate reprezenta un mod suplimentar de a pune presiune pe autoritățile de la Kiev. Cu toții am văzut abuzurile comise de forțele de ordine ucrainene asupra unor manifestanți care nu făceau decât să ceară ca țara să meargă înspre Occident și nu să se reîntoarcă la Rusia. De la procesul politic și condamnarea injustă a Iuliei Timoșenko, administrația Ianukovici nu a făcut decât să înlătore orice urmă de opoziție politică.

Acum însă opoziția s-a mutat în stradă, iar numărul impresionant de protestatari se pare că începe să îi sperie pe conducătorii de la Kiev. Sprijin și eu organizarea de alegeri parlamentare și prezidențiale anticipate pentru a da posibilitatea cetățenilor ucraineni să confirme dacă doresc să continue drumul spre est, impus în mod forțat de președintele Ianukovici.

4-225-327

**Fabrizio Bertot (PPE)**, *per iscritto*. - Ho votato a favore della proposta di risoluzione sulla situazione in Ucraina per esprimere tutto il mio supporto e la mia solidarietà a tutti coloro che in tempi recenti si stanno adoperando per il rispetto della democrazia, dei diritti umani e dello Stato di diritto, in linea con i pilastri fondanti dell'UE.

Il mio voto a favore vuole essere una condanna della violenza e dell'abuso di potere nei confronti di chi cerca di difendere i propri diritti in Ucraina. Ritengo opportuno che l'UE esteri il suo dissenso per chi continua a violare diritti inalienabili dell'individuo e per la mancanza di dialogo tra i leader politici. Considero che ripristinare l'equilibrio tra i poteri ed evitare un ulteriore inasprimento del conflitto sia la priorità assoluta per l'UE.

È necessario uno sforzo congiunto per assistere l'Ucraina nel superamento della crisi, identificando modalità per fornire assistenza medica e sostegno finanziario e sociale alle vittime, e per aiutarla ad avviare le riforme politiche necessarie. Anche sviluppare rapporti costruttivi con la Russia e con i paesi del partenariato orientale assumerà un ruolo chiave, soprattutto per quanto concerne la firma dell'accordo di associazione.

4-225-335

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - Só os cidadãos ucranianos devem ter o direito de decidir o futuro do seu país. Oponho-me à intenção da Rússia de continuar a considerar a região como fazendo parte da sua esfera de influência. Os Estados-Membros devem tomar medidas imediatas, incluindo uma maior pressão diplomática e a introdução de medidas personalizadas e específicas - como sanções em matéria de viagens e o congelamento de bens e de propriedades - aplicáveis aos ucranianos responsáveis pela repressão e pela morte de manifestantes. É importante que haja um apoio financeiro a longo prazo para ajudar a Ucrânia a fazer face ao agravamento da situação financeira e social.

4-225-339

**Tadeusz Cymański (EFD)**, *na piśmie*. - Szanowny Panie Przewodniczący! Prezydent Janukowycz podpisał z pogwałceniem wszelkich praw bardzo restrykcyjne ustawy zaostrzające kary dla przeciwników władz i ograniczające swobody obywatelskie. Tragicznym skutkiem tego prawa było użycie ostrej amunicji i ofiary śmiertelne. Dlatego należy zrobić wszystko, żeby zatrzymać dalszą eskalację przemocy! Głosowałem za przyjęciem projektu rezolucji złożonego przez grupę EFD, w którym stwierdza się, że platforma polityczna Ogólnoukraińskiego Zjednoczenia Swoboda stoi w sprzeczności z podstawową wartością europejską, jaką jest poszanowanie człowieka bez względu na narodowość i wyznanie, oraz uważa, że środki przedsięwzięte przez Unię Europejską powinny wywierać presję na rząd Ukrainy, aby przeprowadził on demokratyczne i uczciwe wybory prezydenckie.

4-225-341

**Ioan Enciu (S&D)**, *în scris*. - UE are datoria de a-și menține disponibilitatea pentru semnarea unui acord de asociere sau de liber schimb cu Ucraina, imediat ce se va ajunge la o soluție pașnică a actualei crize politice interne și după ce partea ucraineană va îndeplini cerințele formulate de Parlamentul European și Consiliul Afaceri Externe.

Susțin rezoluția care condamnă orice represiune împotriva manifestațiilor și solicită demararea unui dialog politic constructiv, în vederea stopării violențelor și a dezamorsării tensiunilor. Uniunii Europene îi revine rolul esențial de a contribui la atenuarea polarizării și la afirmarea spiritului democratic în contextul atât de dificil, pe plan politic și economic, din Ucraina.

4-225-343

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente a resolução sobre *A situação na Ucrânia*, por condenar veementemente a escalada de violência contra cidadãos pacíficos e considerar que os Estados-Membros devem aplicar sanções aos responsáveis pela repressão e pela morte de manifestantes e adotar medidas que visem apoiar o país a repor a democracia e o respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos.

4-225-351

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - As notícias que nos vão chegando de Kiev e de outros locais na Ucrânia não podem deixar de preocupar todos aqueles que acompanham a situação do país e desejam que este se aproxime da União Europeia e estreite a cooperação com ela. O Acordo de Associação poderia ser um passo importante neste sentido. Lamento a sua não assinatura e as consequências que este gesto infeliz por parte das autoridades ucranianas acabou por espoletar. O descontentamento crescente da população deve ser atendido e entendido e a oposição democrática deve ver respeitado o seu direito de manifestação e reconhecida a coragem que tem demonstrado ao enfrentar a brutal repressão a que vem sendo sujeita. Os atropelos à dignidade da pessoa humana e à integridade física dos opositores e manifestantes não podem repetir-se. Qualquer uso desadequado e desproporcionado da violência por parte das forças policiais e dos apoiantes do governo deve merecer o mais firme repúdio por parte da União. Desejo que a Ucrânia possa conhecer uma nova de prosperidade e progresso, livre de pressões externas e que, livremente, possa decidir o seu caminho e definir opções estratégicas para o futuro que passem pelo aprofundamento da democracia e do Estado de direito.

4-225-359

**João Ferreira (GUE/NGL),** *por escrito.* - A destruição das conquistas do socialismo na Ucrânia e a restauração capitalista levaram ao retrocesso social, ao profundo aumento das desigualdades e da pobreza. Não satisfeita, a UE procura impor-lhe um acordo dito de *associação*, levando-a a abdicar de instrumentos fundamentais para assegurar a soberania económica do país, abrindo uma economia frágil à concorrência dos monopólios da UE e das grandes potências. A sua rejeição pela Ucrânia desencadeou uma inaceitável pressão e ingerência externa da UE, dos EUA e da NATO, tentando impor por todas as vias o acordo, incluindo através do apoio à ação desestabilizadora e violenta de forças ultranacionalistas, neofascistas e xenófobas, alinhadas com os seus interesses às suas ações criminosas, de desestabilização, à tentativa de golpe de Estado e de secessão. Pela nossa parte, exigimos o respeito pela soberania e independência da Ucrânia, pelas decisões e opções soberanas do povo ucraniano quanto ao presente e ao futuro, nomeadamente sobre acordos com a UE ou com qualquer outro país. Defendemos acordos que sejam consentâneos com as reivindicações e aspirações dos povos à paz, progresso e justiça social, a sua soberania e o desenvolvimento de relações de cooperação e mutuamente vantajosas entre os povos de toda a Europa.

4-225-375

**Mariya Gabriel (PPE),** *par écrit.* – J'ai cosigné cette résolution commune sur la situation en Ukraine et j'ai voté en sa faveur car elle permet de préciser de nouveau la position de l'Union européenne vis-à-vis de cette situation: l'Union tend la main à une Ukraine démocratique et indépendante et se positionne en tant que médiateur dans la crise actuelle. Cette résolution soutient les efforts de la haute représentante pour les affaires étrangères et la politique de sécurité, Catherine Ashton, pour condamner de nouveau l'amplification des violences et les lois anti-manifestations du gouvernement, pour encourager une solution politique et le dialogue. L'Union européenne, y compris le Parlement européen, doit se positionner en médiateur à la disposition des acteurs ukrainiens de la crise, pour trouver ensemble une solution durable dans l'intérêt des Ukrainiens et mener rapidement à un gouvernement de transition et à des élections démocratiques. Cette résolution a aussi le mérite de rappeler que la situation actuelle n'est pas étrangère à la difficulté de l'Union de mener un dialogue constructif avec la Russie de manière plus générale. C'est un défi qui reste encore à relever dans l'action extérieure de l'Union.

4-225-437

**Sylvie Guillaume (S&D),** *par écrit.* – Le Parlement européen ne pouvait rester silencieux face à la vague de manifestations que connaît l'Ukraine depuis quelques mois, en premier lieu pour demander que l'Ukraine signe l'accord d'association finalisé avec l'Union européenne, et aussi pour réclamer le départ du président Viktor Ianoukovitch. J'ai soutenu la résolution du Parlement européen votée le 6 février 2014. Cette résolution commune des différents groupes politiques condamne toutes les formes de violences et de répression de la part des autorités ukrainiennes envers les manifestants pacifistes et prône le dialogue politique comme solution pour sortir de cette crise. Le Parlement demande également de continuer la lutte contre le blanchiment d'argent et l'évasion fiscale, de mettre rapidement sur pied un régime de délivrance gratuite de visas – et, à terme, un régime d'exemption de visas – pour les Ukrainiens et de préparer un programme d'aide financière à long terme pour aider l'Ukraine à améliorer sa situation financière et sociale.

4-225-500

**Richard Howitt (S&D)**, *in writing*. - We must defend the right of peaceful protest of the Euro-maidan activists in Ukraine and, at the same time, support mediation to help find a durable political solution for the future.

I am concerned when internal sympathies unduly influence statements here. I believe that all detainees should have the right to a fair trial, and that engagement with Russia is an essential part of the solution. I do not think we can win a bidding war with Moscow, nor am I persuaded that the time is yet right for sanctions. Instead, let us use the 'Sochi window' to make real progress on the ground, in the interests of democracy and sovereignty for this country as for any other.

4-225-562

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit*. - J'ai soutenu la proposition de résolution sur la situation en Ukraine. Cette résolution dénonce l'escalade de la violence et réclame une solution du conflit par le dialogue. Elle demande au président Ianoukovitch de mettre fin au recours à la police antiémeute, aux arrestations arbitraires et de libérer tous les manifestants détenus illégalement, y compris Ioulia Timochenko. Elle appelle également à des sanctions ciblées contre les responsables ukrainiens impliqués dans la répression du mouvement pro-européen. Enfin, elle réclame la mise en place d'une mission permanente du Parlement européen en Ukraine, ainsi que d'un plan d'aide financière à court terme. Je me félicite de l'adoption de cette résolution.

4-225-625

**Béla Kovács (NI)**, *írásban*. - Sokan és sokat fáradoztak az európai történelem meghamisításán, de az a régészeti leletek alapján mára egyértelmű, hogy a kultúra, a technika és a tudományok keletről jöttek be a ma magát fejlettnek tartó nyugatra, mégpedig az íjlesztő népek, a szkíták, sumérok, hunok jóvoltából. Kijev térsége is régóta felemelkedett a sztyeppei őskeresztény népek letelepedése következtében. Ma ezen népek többségét szlávoknak nevezik. A náluk érvényes ortodox keresztény naptár szerint a 7523. évet írjuk. Nem komolytalan ezek után, hogy felfuvalkodott EU-s hivatalnokok fenyegetik, leckéztetik Ukrajnát és Oroszországot? Holmi európai értékek, meg demokrácia nevében szólalnak meg olyanok, akik 10 év alatt tönkretették, gyarmatosították Közép-Európát, olyanok, akiknek országai a rabszolgamunkából, és kontinensek kifosztásából tollasodtak meg. Döntsenek Ukrajna polgárai a saját sorsukról.

4-225-687

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto*. - L'Europa condanna fermamente le violenze contro le manifestazioni pacifiche in Ucraina e invita la Russia a rispettare il diritto degli altri paesi a scegliere come declinare i propri rapporti con l'UE, senza esercitare pressioni economiche e politiche.

Io credo nel rispetto dei diritti di qualunque cittadino, e nella fattispecie dei cittadini ucraini, che hanno il diritto di decidere il futuro del proprio paese e di manifestare liberamente e pacificamente il proprio pensiero. Per questi motivi la presente risoluzione chiede un intervento immediato con sanzioni mirate verso coloro che sono responsabili della repressione e della morte di manifestanti e l'istituzione di una missione permanente del Parlamento europeo in Ucraina al fine di facilitare il dialogo tra le parti.



4-225-750

**Bogusław Liberadzki (S&D),** *na piśmie* . - Mam duże zastrzeżenia do projektu rezolucji w sprawie Ukrainy. Mam świadomość, że obecna większość parlamentarna i prezydent są demokratycznie wybrani, a Unia Europejska nie kwestionowała wyniku wyborczego. Ukraina potrzebuje pokojowych zmian, pokojowych debat, które dadzą Ukrainie i narodowi ukraińskiemu szansę na lepszą przyszłość. Nie mogę poprzeć zaleceń typu sankcje czy żądania odnośnie do kształtu konstytucji Ukrainy. Są to sprawy, o których suwerenny kraj, którym jest Ukraina, decyduje właśnie suwerennie. Powinniśmy razem wesprzeć Ukrainę i obywateli Ukrainy w szukaniu pokojowych rozwiązań, szans rozwoju gospodarczego, stabilizacji społecznej, w zaspokojeniu aspiracji do lepszego życia.

4-225-875

**Monica Luisa Macovei (PPE),** *în scris* . - Susțin propunerea de rezoluție pentru soluționarea situației de criză din Ucraina. Președintele Victor Ianukovici, împreună cu fostul guvern, au încălcat drepturile fundamentale ale omului. Aceștia au interzis libertatea de exprimare și au răspuns cu atacuri violente la protestele pașnice ale cetățenilor ucraineni. În iulie 2010, Curtea Constituțională a Ucrainei a votat amendamente la Constituția țării care au dus la schimbarea republicii parlamentare într-o republică parlamentară prezidențială.

În ianuarie 2014, Parlamentul Ucrainei a votat 10 legi prin care condamnă și interzice libertatea la exprimare și de asociere a cetățenilor. Aceste măsuri au fost luate pentru a forța încetarea protestelor cetățenilor din Ucraina. Noile legi au condus la un abuz de putere din partea guvernului, aceștia folosind forțele speciale ale armatei pentru a răpi și tortura liderii protestatarilor.

Cer conducerii Ucrainei să revină la Constituția din 2004, care limitează drepturile președintelui, cer președintelui Ianukovici să își dea demisia și poporului ucrainean să voteze liber și să decidă dacă vrea EST sau VEST.

4-226-000

**Jiří Maštálka (GUE/NGL),** *písemně* . - Projednáváme návrh usnesení, které je příkladem politiky dvojího metru a nahrazování analýzy propagandou. Pokládám takovýto přístup za škodlivý, neboť u informovaných občanů EU, ale i u našich zahraničních partnerů vyvolává pocit krajní nespolehlivosti Unie. Můžete věřit někomu, kdo vědomě zamlčuje, překrucuje, vymýšlí si fakta a z nich pak dovozuje někdy až urážlivé závěry? Problém návrhu usnesení je neschopnost přiznat chybu: na počátku současného chaosu na Ukrajině je špatně připravený summit v Litvě ze strany vyjednávačů i odpovědných komisařů EU. Větší pozornost věnovali podpoře manifestantů na náměstí Nezávislosti – manifestace začaly už před summitem, ne až po něm, jak naznačuje návrh usnesení – než i v tomto textu navrhovanému urychlení odstranění vízových povinností či ekonomické pomoci Ukrajině v době její stagnace a růstu dluhu. Za nevhodné pokládám, že na Ukrajině jde o spor lidu s vládou. Ukrajinský lid je rozdělen. Jestli zvítězí eurodelaité, můžeme v Kyjevě čekat další statisícové manifestace těch, kdo se domnívají, že bližší spojení ukrajinské ekonomiky s Ruskem by bylo této zemi prospěšnější. Fakt, že představitelé Unie ve své většině – ať již Komise nebo Parlament – vnímají ukrajinské problémy jako geopolitický zápas proti Rusku, jen komplikuje situaci na Ukrajině. Ukrajina potřebuje kompromis, ne bojovná usnesení fandící jedné straně. Nemohu pro usnesení hlasovat.

4-226-015

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. - As manifestações que começaram há mais de dois meses em consequência da decisão do presidente Viktor Ianukovich de não assinar o Acordo de Associação com a UE continuam a ter lugar na capital, sendo que o descontentamento está a alastrar a outras cidades, incluindo as regiões orientais da Ucrânia. A revolta popular na Ucrânia atingiu a maioria das regiões, encontrando-se as administrações dessas regiões sob o controlo popular. A UE tem que continuar a apoiar os ucranianos na sua luta a favor de puderem escolher os parceiros comerciais. Esta não é uma luta contra ninguém, mas apenas a favor dos direitos liberdades e garantias do povo ucraniano.

4-226-031

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - He votado en contra de la presente Resolución debido a que supone un claro acto de injerencia en contra de un gobierno legítima y democráticamente elegido por parte de una resistencia compuesta por grupos violentos y de extrema derecha que pretenden una involución totalitaria del país para que sirva a los intereses económicos fundamentales del capital internacional. De esta forma, la Resolución insta a la injerencia y al apoyo a los grupos de extrema derecha a través de la participación de los propios diputados al Parlamento Europeo. La Resolución también introduce el servilismo a los Estados Unidos y a las instituciones financieras internacionales como actores de referencia cuando es conocido que actuarán en aras de sus propios intereses, ignorando los de los europeos, que son quienes asumirán las consecuencias por la vecindad. Es por todo esto por lo que he votado en contra de la presente Resolución.

4-226-062

**Louis Michel (ALDE)**, *par écrit*. - Depuis le début des contestations, les autorités ukrainiennes ont fait preuve de peu d'ouverture en faveur des manifestants pro-européens et les violences à l'égard de ceux-ci se multiplient. Il est temps de prendre des mesures significatives, comme le prône la résolution, pour mettre fin aux violences. Toutefois, les sanctions doivent être accompagnées de mesures positives, telles que la mise en place d'un régime d'exemption de visas. En outre, nous rejoignons l'invitation lancée à la Russie afin qu'elle adopte une attitude constructive et cesse les pressions qu'elle exerce sur ses voisins. Il s'agit ici de défendre le partenariat oriental et de soutenir les pays de notre voisinage oriental pour qu'ils puissent poser librement le choix de leur avenir. Nous exhortons donc le régime ukrainien à mettre immédiatement fin aux répressions contre les manifestants qui s'expriment publiquement en faveur des valeurs européennes. Nous appelons au lancement d'un dialogue positif et inclusif entre toutes les parties impliquées.

4-226-125

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing*. - The situation in Ukraine is one of great concern. The Ukrainian Government is not listening to the voices of its people. This resolution asks the Ukrainian Government to listen to its people and to act in a democratic manner. I therefore voted in favour of it.

4-226-156

**Andreas Mølzer (NI)**, *schriftlich*. - Den Massendemonstrationen in der Ukraine sehen wir Europäer mit Besorgnis und mit Skepsis entgegen. Die EU will hinsichtlich der Ausschreitungen zwischen Opposition und Regierung, welche Tote und Verletzte auf beiden Seiten forderte, als Vermittler auftreten. Doch in diesem Bericht will man sich klar

auf die Seite der Demonstranten schlagen und sich an der innenpolitisch höchst brisanten Situation aktiv beteiligen, nur um das geplante Assoziierungsabkommen durchzubringen, welches viele Fragen offen lässt sowie einen Großteil der Probleme, welches dieses Abkommen für die EU aufwirft, vollkommen ignoriert. Da ich der Ansicht bin, dass die EU sich nicht weiter in diesen Konflikt verstricken darf und ich generell eine aktive Beteiligung der EU an den Majdanprotesten ablehne, habe ich gegen diesen Antrag gestimmt.

4-226-187

**Claudio Morganti (EFD)**, *per iscritto* . - Questa risoluzione dovrebbe rappresentare il punto di vista del Parlamento europeo sulla situazione drammatica in cui versa l'Ucraina da diverse settimane.

In tutta onestà io non me la sento di dare giudizi superficiali da esterno, su chi abbia ragione e chi torto: sicuramente la violenza è sempre da condannare, indipendentemente da quali siano coloro che ne fanno uso. Proprio per approfondire questa questione, strategicamente importante anche per il futuro dell'Unione europea e le sue relazioni ad Oriente, ho deciso di invitare a fine mese al Parlamento europeo Natalia Vitrenko, un'economista e politica del PSP (Partito Socialista Progressista) ucraino. A lei mi lega una comune battaglia per la separazione bancaria, ma in questa occasione spero che la sua presenza serva anche a chiarire ulteriormente la situazione che sta vivendo il paese ex-sovietico.

In ogni caso mi auguro che sia sempre e solo il popolo ucraino a decidere del proprio futuro, senza ingerenze di alcun tipo, nemmeno da parte dell'Unione europea.

4-226-202

**Franz Obermayr (NI)**, *schriftlich*. - Die Ukraine befindet sich derzeit in einer Umbruchsituation und droht ins politische Chaos abzugleiten. Das Gebot der Stunde heißt jetzt Deeskalation. Auf der einen Seite ist der Einsatz von exzessiver Polizeigewalt gegen Demonstranten zu verurteilen, das steht außer Streit. Auf der anderen Seite haben die jüngsten Ausschreitungen gezeigt, dass die Opposition nicht nur aus friedlichen Freunden des Westens besteht, sondern auch aus gewaltbereiten Unruhestiftern. Man darf auch nicht vergessen, dass der Osten der Ukraine traditionell Russland zugewandt ist. Es ist für mich äußerst fraglich, ob die EU mit einer einseitigen Einmischung zur Beruhigung der Lage beiträgt. Im Gegenteil, Moskau als alleiniges Feindbild darzustellen, verhärtet sicherlich die Fronten und schlimmstenfalls entsteht hier ein dauerhafter Unruheherd vor den Toren der EU, der die gesamte Region destabilisiert. Ich vermisse daher eine Gesamtstrategie der Union für die ehemaligen Sowjetrepubliken. Daher habe ich gegen den vorliegenden Entschließungsantrag gestimmt.

4-226-218

**Siiri Oviir (ALDE)**, *kirjalikult* . - Toetasin antud resolutsiooni, tundes Ukrainas toimuva üle suurt muret. Pean kahetsusväärseks tekkinud olukorda, kus märulipolitsei Berkut ja teised julgeolekujõud on üritanud valitsusvastaseid meeleavaldusi jõuga maha suruda ning rahutuste käigus on juba hukkunud vähemalt kuus inimest, kusjuures veel paljud on teadmata kadunud. Teatavasti tekitab vägivald vägivalda, mistõttu on ka osad meeleavaldajad läinud kahjuks jõu kasutamise teed, rünnates politseinikke nõ Molotovi kokteilidega, tekitades neile raskeid vigastusi. Pean lubamatuks jõu kasutamist eri osapoolte vahel ning leian, et ainuõige viis Ukraina rahva leppimiseks ja kompromissi leidmiseks on rahumeelne dialoog, millega tuleb alustada kohe ja tingimusteta. Ukrainal ei tohi lasta

jõuda kodusõjani. Siinkohal tunnustan EL välisasjade ja julgeolekupoliitika kõrge esindaja Catherine Ashton seniseid pingutusi Ukraina äärmiselt keerulise olukorra lahendamiseks.

4-226-234

**Ivari Padar (S&D)**, *kirjalikult*. - Vaba, demokraatlik, endaga toime tulev Ukraina on meie kõigi unistus. Eesti parlamendiliikmena on Ukraina teema minu jaoks loomulikult lähedasem kui nii mõnegi minu kolleegi jaoks. Probleemidele lahendusi otsides ei tohi Euroopa Liit kindlasti minetada oma aktiivsust. Me peame jätkuvalt ja aktiivselt toetama demokraatlikke lahendusi selles riigis. Oluline verstapost on seejuures kindlasti vabade ja demokraatlike presidendivalimiste korraldamine.

4-226-250

**Justas Vincas Paleckis (S&D)**, *raštu*. - Balsavau už rezoliuciją dėl Ukrainos, kurioje šalies valdžia raginama atstatyti 2004 metų konstituciją, atkuriant pusiau prezidentinę ar parlamentinę respubliką, įvykdyti rinkimų teisės reformą, nuteisti atsakingus už smurtą Maidane, toliau svarstyti sankcijų taikymą prievartą prieš taikius protestuotojus panaudojusiems Ukrainos pareigūnams. Ukraina yra giliai suskaldžiusi valstybė – etniškai, kalbos pagrindu, taip pat ekonomiškai. Neramumus numalšintų tik efektyvus valdžios, opozicijos ir pilietinės visuomenės dialogas. Ukraina pati turi išspręsti šį konfliktą, jos likimas spėsis ne Briuselyje, Maskvoje ar tuo labiau Vašingtone. Pritariu nuostatai, kad Europos Sąjunga situaciją Kijeve padės greičiau suvaldyti tik bendradarbiaudama, o ne konfrontuodama su Rusija. Europa neturėtų statyti Ukrainos į padėtį: arba su ES, arba su Rusija.

4-226-312

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente a presente proposta de resolução sobre a situação na Ucrânia em que o Parlamento se congratula com o espírito democrático e a resiliência do povo ucraniano e saúda a decisão do Parlamento ucraniano (*Verkhovna Rada*) de revogar as leis antiprotostos.

4-226-375

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan*. - Prosvjedi započeti prije više od dva mjeseca kao posljedica odluke predsjednika Janukoviča o nepotpisivanju sporazuma o pridruživanju s EU-om te kojima sam bio svjedok, ukazuju na nezadovoljstvo i razočaranje Ukrajinaca njihovom političkom vlašću. Podupirem europske težnje ukrajinskoga naroda te njihovom željom za pridruživanjem europskim vrijednostima. Osuđujem sve oblike kršenja ljudskih prava i prekomjernog nasilja. Nasilni sukobi vode čak i do smrtnih stradanja te je odgovorne osobe potrebno kazniti. Također, želim zbog gospodarskog i diplomatskog pritiska od strane Rusije, te pozivam na ostvarivanje političkog dijaloga ne samo ukrajinske vlasti i prosvjednika koji je vrlo potreban, već i dijaloga između Rusije, Ukrajine i EU. Smatram kako se pod svaku cijenu treba izbjeći daljnja eskalacija nasilja te da se situacija u Ukrajini pretvori u katastrofalan poput onog koji se dogodio početkom devedesetih raspadom Jugoslavije. Pozivam na prekid nasilja i pronalazak hitnog, ali mirnog rješenja ovoj nedopustivoj krizi, te iz nabrojanih razloga podržavam ovu rezoluciju.

4-226-437

**Andrej Plenković (PPE)**, *napisan*. - Kao jedan od sponzora rezolucije Europskog parlamenta o situaciji u Ukrajini, podržao sam stav Europske unije kojim se osuđuje

eskalacija nasilja i sprječavanje javnog okupljanja. Dijelim mišljenje institucija EU i država članica za poduzimanje daljnjih aktivnosti u cilju rješavanja krize u zemlji, traženje odgovornosti za one koji su doveli do nasilnog postupanja i smrti nekoliko demonstranata. Očekujem nastavak angažmana EU i drugih međunarodnih organizacija te izražavam solidarnost s ukrajinskim narodom i podržavam njegove europske aspiracije.

4-226-500

**Frédérique Ries (ALDE)**, *par écrit* . – Le Parlement européen a adopté ce midi une résolution sur la situation en Ukraine. Depuis la suspension des négociations vers un accord d'association avec l'Europe, le pays est tout simplement scindé en deux. J'ai soutenu ce rapport car l'Union européenne ne peut pas ignorer le mouvement de contestation qui s'est développé à Kiev. La Russie doit mettre fin à ses mesures de rétorsion et à ses pressions abusives. Quant au président Ianoukovitch, responsable devant le peuple ukrainien, il doit stopper toute répression, remédier à la crise politique actuelle et respecter le droit de manifestation pacifique. On compte aujourd'hui des dizaines de morts parmi les manifestants de l'opposition traqués par le gouvernement, c'est totalement inacceptable! Même si la porte reste ouverte au dialogue, l'Europe se tient prête, si nécessaire, à prendre des sanctions contre des membres du régime. Un programme d'assistance financière pour l'Ukraine pourra aussi être proposé afin de tenir pendant une période de transition où un gouvernement intérimaire élargi pourrait approuver des réformes et préparer une élection présidentielle. Mais avant il faut en finir avec la violence et les atteintes répétitives aux droits de l'homme, l'Ukraine doit répondre aux demandes de sa population et retrouver le chemin de la démocratie.

4-227-000

**Crescenzo Rivellini (PPE)**, *per iscritto* . - Oggi a Strasburgo abbiamo votato la risoluzione comune sulla situazione in Ucraina.

Con tale risoluzione abbiamo condannato la violenza contro i manifestanti pacifici in Ucraina e invitato l'UE e i suoi Stati membri ad adottare misure immediate, quali le restrizioni di viaggio ed il congelamento di beni e proprietà nei confronti di tutti i funzionari e legislatori ucraini e dei loro sponsor commerciali (oligarchi) responsabili della repressione e della morte di manifestanti.

Abbiamo inoltre richiesto un "pacchetto di sostegno finanziario concreto a lungo termine" per l'Ucraina che dovrebbe essere offerto a un nuovo governo di transizione credibile, al fine di alleviare l'attuale difficile situazione in materia di pagamenti. A seguito delle richieste avanzate da comuni cittadini, attivisti e politici ucraini, abbiamo invitato la Conferenza dei presidenti del PE a istituire al più presto una missione permanente del Parlamento europeo in Ucraina, al fine di facilitare il dialogo tra le parti.

4-228-000

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *in writing* . - In favour. Since the Ukrainian Government's decision to suspend the signing of the Association Agreement, hundreds of thousands of people have taken spontaneously to the streets all over the country in favour of the European choice. In Kiev, demonstrators have been peacefully occupying Independence Square, calling for a strong political change with a view to making the government review its decision. Over recent weeks the situation has further deteriorated, with people taking to the streets to defend democracy and civil liberties after brutal

crackdowns by the Berkut riot police on demonstrators, human rights activists and journalists. Despite the international pressure the policy of intimidation, repression and violence against protesters has not stopped, with the result that further arrests have taken place, more than 2 000 people have been injured, many abducted and at least six killed.

4-228-500

**Licia Ronzulli (PPE)**, *per iscritto* . - L'Unione europea ed i suoi Stati membri devono prendere in considerazione la possibilità di applicare sanzioni mirate, come ad esempio restrizioni di viaggio e congelamento di beni e proprietà, per i responsabili dell'uccisione dei manifestanti ucraini.

Ogni violenza deve cessare immediatamente. È necessario che l'Europa faccia sentire la propria voce in maniera convinta, senza divisioni, sostenendo il paese anche attraverso un pacchetto di sostegno finanziario concreto e a lungo termine, da offrire a un nuovo governo di transizione credibile e che sia in grado di alleviare l'attuale difficile situazione in materia di pagamenti.

4-228-750

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto* . - Lo spirito democratico e la resilienza mostrati dal popolo ucraino dopo due mesi di proteste hanno trovato tutto il mio appoggio e il mio voto favorevole alla risoluzione congiunta in esame.

Il sostegno e la solidarietà verso il popolo ucraino sono il minimo che il Parlamento possa fare per favorire i principi democratici nel paese. La crisi politica in Ucraina e la violazione di alcuni principi basilari della persona sono molto preoccupanti e vanno condannati senza esitazione. La richiesta di cessare l'uso della forza contro i manifestanti si accompagna però all'invito verso questi ultimi a non rispondere con la stessa moneta.

L'UE resta ancora pronta a firmare l'accordo di associazione/libero scambio con l'Ucraina non appena questa crisi politica verrà superata e le condizioni applicabili saranno nuovamente soddisfatte. L'abrogazione delle leggi anti-protesta sono già un passo in avanti del governo verso la risoluzione della crisi, ma la liberazione incondizionata dei manifestanti sarebbe un passo ulteriore verso il dialogo e la pace sociale.

4-229-000

**Joanna Senyszyn (S&D)**, *na piśmie* . - Głosowałam za przyjęciem rezolucji w sprawie sytuacji na Ukrainie. Zgodnie z rezolucją stanowczo sprzeciwiam się stosowaniu wszelkich form przemocy wobec obywateli Ukrainy. Apeluję do władz o zapewnienie poszanowania praw obywatelskich i podstawowych swobód. Wszelkie doniesienia o naruszeniach praw człowieka powinny być zbadane, a ich sprawcy ukarani. Popieram także wprowadzenie sankcji na podróżowanie i zamrożenie aktywów i własności w odniesieniu do tych wszystkich ukraińskich polityków i osób ze środowiska biznesu, którzy są odpowiedzialni za tłumienie demonstracji i śmierć protestujących.

W związku z licznymi apelami, jakie otrzymuję, o zaangażowanie się w rozwiązanie konfliktu na Ukrainie, uważam, że konieczne jest jak najszybsze powołanie stałej misji Parlamentu Europejskiego na Ukrainie. Umożliwi to udział Parlamentu w pokojowym dialogu na rzecz rozwiązania kryzysu na Ukrainie. Ukraina potrzebuje również naszego wsparcia finansowego dla reform gospodarczych i społecznych. Stabilność polityczna i

finansowa to niezbędne fundamenty wyjścia z kryzysu. Ważne jest przyspieszenie prac nad utworzeniem pakietu pomocy dla Ukrainy.

4-229-125

**Davor Ivo Stier (PPE)**, *napisan .* - Podržao sam donošenje ove rezolucije Europskog parlamenta posebice nakon represije ukrajinskih vlasti protiv proeuropskog demonstranata. Glasovanjem za ovu rezoluciju želio sam iskazati solidarnost prema ukrajinskom narodu i njihovom pravu na suverenost i samostalnost u određivanju odnosa koje Ukrajina želi uspostaviti s Europskom unijom. Zauzimajući se za otvoreni dijalog između EU i Rusije, isto tako smatram da se Europska unija mora jasno i nedvosmisleno suprotstaviti svakom pokušaju ograničavanja suverenosti Ukrajine ili stvaranja neke zone isključivog ruskog utjecaja na području bivšeg Sovjetskog saveza.

4-229-250

**Dubravka Šuica (PPE)**, *in writing .* - I voted in favour of this resolution. In Ukraine, peaceful protests turned into a general movement against the authorities. Five people have died in the clashes and at least 2 000 have been injured. I condemn the use of force against peaceful demonstrations, and I want to express my full solidarity with the Ukrainian people, as this situation is unacceptable. I express my condolences to the families of the victims and I call on the Ukrainian authorities fully to respect civil rights and fundamental freedoms.

Unfortunately, little has been done for freedom of speech, and civil rights have been endangered. The people of Ukraine should have the right to decide in which direction their country will move and develop. Fair and democratic presidential elections should be held to represent their views.

4-229-500

**Kay Swinburne (ECR)**, *in writing .* - I share the deep concern expressed in this resolution about the ongoing situation in Ukraine and I fully support its condemnation of violence against peaceful protestors. I hope that the Ukrainian Government will take urgent action to build confidence and trust in order to facilitate genuine political dialogue, and that a peaceful solution to this crisis can be found.

4-230-000

**Marc Tarabella (S&D)**, *par écrit .* – Nous voulons finaliser rapidement l'accord sur le régime d'exemption des visas entre l'Union européenne et l'Ukraine, car il constitue le meilleur moyen de répondre aux appels de la société civile et des étudiants ukrainiens qui ont, ces derniers jours, manifesté sur les places du pays en faveur du choix européen de l'Ukraine. Nous voulons indiquer que cet accord renforcera et facilitera les échanges et les contacts personnels entre les sociétés civiles, ce qui permettra une meilleure compréhension mutuelle et donnera à l'opinion publique ukrainienne l'occasion de se familiariser avec les normes et les meilleures pratiques européennes dans tous les domaines. Nous réclamons, par ailleurs, la mise en place immédiate de procédures de visas temporaires, très simples et peu onéreuses.

4-230-500

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris .* - Am votat pentru Rezoluția Parlamentului European referitoare la situația din Ucraina. Demonstrațiile declanșate în urmă cu mai

mult de două săptămâni de decizia Președintelui Ianukovici de a nu semna Acordul de asociere cu UE continuă și în prezent în capitală, iar nemulțumirea se răspândește și în alte orașe, inclusiv în regiunile din estul Ucrainei.

Solicităm soluționarea pe cale politică a crizei și insistăm asupra unei dezbateri democratice cu privire la căile și mijloacele la care se poate apela pentru a se depăși spiritul de confruntare și dezbinare cu care se confruntă Ucraina. Solicităm Președintelui Ianukovici să pună capăt mobilizării condamnabile a Berkut – forțele de poliție specializate în combaterea tulburărilor – și a altor forțe de securitate, care au provocat, răpit, hărțuit, torturat, lovit și umilit partizani ai mișcării EuroMaidan, precum și arestărilor arbitrare și reținerilor prelungite excesiv înaintea proceselor. Solicităm UE, SUA, FMI, Băncii Mondiale, BERD și BEI să continue preparativele în vederea unui pachet de sprijin financiar pe termen lung menit să vină în ajutorul Ucrainei în încercările sale de a face față agravării situației financiare și sociale și să acorde sprijin economic pentru a susține inițierea de către guvern a reformelor globale de care are nevoie economia ucraineană.

4-230-750

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *par écrit*. – Rappelons qu'à la suite de la décision du président ukrainien de ne pas signer l'accord d'association avec l'Union européenne, des manifestations ont débuté il y a désormais deux mois, durement réprimées par la police antiémeute et rapidement interdites par des lois restreignant fortement la liberté d'expression et la liberté de réunion. Cette résolution condamne la politique d'intimidation, de répression voire de torture qui a été menée par le gouvernement ukrainien contre les manifestants, des militants des droits de l'homme et des journalistes. Je m'en félicite, d'autant qu'elle fait également mention des actes de violence commis par les ultranationalistes membres de mouvements ouvertement néo-nazis. Je me félicite également de l'adoption d'un amendement de la GUE-NGL rappelant qu'il appartient exclusivement au peuple ukrainien de décider de l'orientation géopolitique de son pays, sans ingérence étrangère. Pour autant, cette résolution ne dit rien de la politique de l'Union en Ukraine, qui se limite à proposer le développement du libre-échange sur la base d'une "zone de libre-échange approfondie et complète". Les Ukrainiens ont besoin de démocratie et d'une refondation de leurs institutions, pas d'une mise sous tutelle économique. C'est pour ces raisons que je me suis abstenue lors de ce vote.

4-231-000

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie*. - Ukraiński klincz stale się przedłuża. Uznawana za umiarkowanie prozachodnią deputowana Partii Regionów Hanna Herman oświadczyła wczoraj, że żadna decyzja w sprawie zmian konstytucji nie zostanie podjęta przed powrotem Janukowycza z igrzysk olimpijskich w Soczi. Na barykadach Euromajdanu przy ogniskach grzeją się tymczasem tysiące demonstrantów; palona sosna daje ciepło również stacjonującym w dzielnicy rządowej oddziałom Berkutu i MSW. Prawdopodobny wydaje się scenariusz, w którym stan zimnej wojny potrwa aż do wyborów prezydenckich 2015 r. I dopiero wtedy możemy być świadkami decydującej rozgrywki.

4-231-500

**Zbigniew Ziobro (EFD)**, *na piśmie*. - Ukraina jest dziś w szalenie ciężkiej sytuacji wewnętrznej. Sprytna gra Rosjan doprowadziła do ogrania UE i przyciągnięcia Ukrainy w objęcia Kremla. Nasza polityka wobec Ukrainy była iluzoryczna i opierała się na zapewnieniach, a nie na realnych działaniach. Zapraszaliśmy i zamykaliśmy drzwi



jednocześnie. Postawiliśmy na zamorską współpracę i wsparcie dla krajów Afryki Północnej, a opuściliśmy naszych wschodnich europejskich sąsiadów. Z niepokojem patrzę również na panowanie na Euromajdanie nacjonalistów z partii Swoboda jawnie nawołujących do zmiany granic z Polską oraz opierających się na nienawiści wobec Polaków. Cieszę się, że grupa EWD potrafiła i miała odwagę zauważyć ten fakt. Niestety takiej odwagi zabrakło dziś Parlamentowi Europejskiemu.

4-231-750

**Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), por escrito.** - A destruição das conquistas do socialismo na Ucrânia e a restauração capitalista levaram ao retrocesso social, ao profundo aumento das desigualdades e da pobreza. Não satisfeita, a UE procura impor-lhe um acordo dito de *associação*, levando-a a abdicar de instrumentos fundamentais para assegurar a soberania económica do país, abrindo uma economia frágil à concorrência dos monopólios da UE e das grandes potências. A sua rejeição pela Ucrânia desencadeou uma inaceitável pressão e ingerência externa da UE, dos EUA e da NATO, tentando impor por todas as vias o acordo, incluindo através do apoio à ação desestabilizadora e violenta de forças ultranacionalistas, neofascistas e xenóforas, alinhadas com os seus interesses, às suas ações criminosas, de desestabilização, à tentativa de golpe de Estado e de secessão. Pela nossa parte, exigimos o respeito pela soberania e independência da Ucrânia, pelas decisões e opções soberanas do povo ucraniano quanto ao presente e ao futuro, nomeadamente sobre acordos com a UE ou com qualquer outro país. Defendemos acordos que sejam consentâneos com as reivindicações e aspirações dos povos à paz, progresso e justiça social, a sua soberania e o desenvolvimento de relações de cooperação e mutuamente vantajosas entre os povos de toda a Europa. Votámos contra esta resolução ingerencista.

**10.8. Lage in Syrien (RCB7-0141/2014, B7-0141/2014, B7-0142/2014, B7-0143/2014, B7-0144/2014, B7-0155/2014, B7-0157/2014, B7-0160/2014)**

4-233-000

### **Mündliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-234-000

**Philip Claeys (NI).** - Voorzitter, ik kan alleen maar verheugd zijn over de evenwichtigheid van de gemeenschappelijke resolutie over de situatie in Syrië. Nog niet zo lang geleden nam dit Parlement een eenzijdige en wereldvreemde houding aan. Guy Verhofstadt bijvoorbeeld stond hier te roepen dat we zo vlug mogelijk en zoveel mogelijk wapens moesten leveren aan het verzet tegen president Assat.

Vandaag wordt de realiteit duidelijk, ook in de tekst trouwens van de resolutie. Er zitten veel georganiseerde criminele groepen in dat verzet. Er zijn groepen bij betrokken die aan Al Qaeda gelinkt zijn. Er zijn islamisten uit Europa bij betrokken die zich vergrijpen aan onschuldige slachtoffers.

Het feit dat dit nu eindelijk ook erkend wordt door een meerderheid in dit Parlement is een stap vooruit. Het is ook van groot belang dat de jihadisten die terugkeren naar Europa hard aangepakt worden door de lidstaten, dat ze in bepaalde gevallen de nationaliteit van hun gastland verliezen en dat ze teruggestuurd worden naar hun landen van herkomst.

4-235-000

**Daniel Hannan (ECR).** - Mr President, last month I led a group from the Alliance of European Conservatives and Reformists to do some work in a Syrian refugee camp on the Turkish border. We were 50 parliamentarians from 12 different countries and we carried out a social action programme there. Talking to the refugees was, of course, as you would imagine, a very harrowing experience. I remember one woman talking about how her husband had been tortured to death in the village mosque with the muezzin's microphone turned on so that his screams would be broadcast to the entire community.

Believe me, listening to those things at first hand is not the same as listening to me recount the story here in the Chamber. It is human nature, when you hear that kind of thing, to think that the response should be proportional to how upset you feel, but that is a false equation. The response needs to be proportionate not to the outrage, but to the ability to get something done. We can nudge the two sides together, we can supply humanitarian assistance, we can encourage people to talk, but the idea that we can intervene militarily and decree a solution, I am afraid that is self-deceit.

4-236-000

**Tarja Cronberg (Verts/ALE).** - Mr President, the EU common position on the arms trade actually says that arms should not be transported or sold to countries where there is the risk of human rights breaches. This risk obviously exists in Syria. The international Arms Trade Treaty, which was adopted by the United Nations and is now being ratified, has unfortunately not been ratified by Iran or Russia, so arms continue to flow into Syria. I support the common position of a European Union arms embargo. However, the amendment which was proposed not only includes the arms trade, but also non-lethal equipment that may be going over the border. This is not included in the common position, so I voted against this amendment.

4-237-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-238-000

**Claudette Abela Baldacchino (S&D), bil-miktub .** - Dak li ġara fis-Sirja f'dawn l-aħħar tliet snin qiegħed ikollu effetti serjissimi fuq iċ-ċittadini Sirjani b'eluf kbar li helsuha mill-mewt jippruvaw jaħrabu minn pajjiżhom . Uħud minnhom qiegħed jirnexxielhom bir-riżultat li lllum għandna kważi żewġ miljuni u nofs refuġjati Sirjani jfittxu kenn f'xi pajjiż iehor. Fost dawn hemm aktar minn miljun tifel u tifla. Ċertament li dak li għaddew minnu u għaddejjin minnu miljuni ta' tfal Sirjani se jkun qiegħed jikkundizzjonalhom ħajjithom kollha. F'Malta qegħdin nesperjenzaw xi ftit mill-konsegwenzi ta' dawn it-tfal propju għax m'huwiex żgħir in-numru ta' Sirjani li spicċaw f'pajjiżna meta kienu qegħdin jippruvaw jaqsmu lejn l-Ewropa bil-baħar – jiġifieri fuq xi dgħajsa. Propju l-bierah – 5 ta' Frar, 2014, il-ġurnali Maltin irrappurtaw kif tifel ta' sitt snin li kien spicċa Malta wara li tilef lill-ġenituri tiegħu u żewġ ħutu fit-traġedja ta' Lampedusa f'Ottubru li għadda, illum se jitlaq minn pajjiżna biex jingħaqad mal-familja ta' zijuh fl-Eġittu. F'Malta dan it-tifel sab min ifarrġu, imma hu evidenti li l-konsegwenzi tat-trauma li għadda minnha, se jkunu qegħdin jikkundizzjonawlu ħajtu. Ikun xieraq jekk naraw x'nistgħu nagħmlu biex ngħinu lil dawn it-tfal tul ħajjithom.

4-238-062

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente resolução face à minha preocupação com o envolvimento crescente de grupos islâmicos radicais e de combatentes estrangeiros no conflito sírio, com o escalar da violência motivada por razões religiosas e étnicas no país. É igualmente alarmante a constante fragmentação e as contínuas divisões internas no seio da oposição. Reitero o incentivo à Coligação Nacional das Forças da Revolução e Oposição Sírias para a criação de uma frente de oposição mais unida, inclusiva e organizada, tanto a nível interno como a nível externo. Apoio inteiramente a Conferência de Genebra II no que diz respeito à Síria, como o primeiro passo de um processo conducente a uma solução política e democrática para o conflito. Sublinho a importância fundamental de dar continuidade ao processo Genebra II nesse sentido. Saúdo, ainda, os esforços do enviado especial da ONU, Lakhdar Brahimi, de modo a permitir uma primeira interação direta entre as partes em conflito.

4-238-125

**Pino Arlacchi (S&D)**, *in writing*. - I support this resolution because it expresses our deep concerns over the devastating effects of the violent crisis in Syria, which has resulted in mass suffering for the population, and which constitutes a major threat to stability and security in the entire Middle East region and beyond. I strongly believe that there is no military solution to this crisis and that any lasting solution can be achieved only through a Syrian-led political process. I also consider it of primary importance to involve all the relevant international players in the Geneva II process, especially Iran.

4-238-156

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit*. - J'ai voté en faveur de cette résolution condamnant les très nombreuses atteintes aux droits de l'Homme ayant actuellement lieu en Syrie et qui sont absolument intolérables. Cette résolution appelle à une solution concertée, pacifique mais rappelle aussi que "toute solution politique se doit de préserver l'unité, l'intégrité territoriale, la souveraineté et l'indépendance de la Syrie".

4-238-187

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris*. - Am votat în favoarea rezoluției, deoarece sunt și eu deosebit de îngrijorată de faptul că, la ultima rundă de negocieri, nu s-a găsit o soluție concretă pentru a pune capăt tragediei cu care se confruntă poporul sirian. Deja sunt peste 100 000 de morți, iar ceea ce mă preocupă este că ONU a anunțat că nu va mai actualiza această cifră din cauza absenței informațiilor. Pe lângă numărul imens de victime, mai avem și 2,5 milioane de refugiați sirieni, conform cifrelor oficiale. Se estimează că în absența unui acord de încetare a conflictului vor exista peste 4 milioane de refugiați sirieni până la finalul acestui an. În Liban, spre exemplu, există aproape 900 de mii de refugiați la o populație totală de 4,5 milioane de locuitori – deci 20% din total.

4-238-250

**Adam Bielan (ECR)**, *na piśmie*. - Panie Przewodniczący! Już trzy lata obserwujemy konflikt pomiędzy reżimem Baszara Assada a społeczeństwem syryjskim. Mimo że kosztował życie ponad stu dziesięciu tysięcy osób, wciąż nie widać możliwości poprawy sytuacji. Ostatnie naloty śmigłowcowe na Aleppo, w których śmierć poniosło kilkudziesięciu cywilów, stanowią kolejny przykład ewidentnego pogwałcenia międzynarodowych standardów w zakresie praw człowieka. Zgadzam się z amerykańskim

sekretarzem stanu, określającym je mianem barbarzyństwa. Moje szczególne zaniepokojenie powoduje pogarszająca się sytuacja mniejszości chrześcijańskiej. Wobec tej ludności mamy bowiem do czynienia z przypadkami regularnych zabójstw z powodów religijnych, a więc niejako poza głównym nurtem konfliktu. Zwracam się do instytucji europejskich o możliwie najskuteczniejsze działania dla zapewniania ochrony oraz zagwarantowania podstawowych potrzeb humanitarnych mniejszościowym grupom etnicznym.

4-238-253

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - A prioridade da UE e da comunidade internacional deve ser aliviar o sofrimento dos milhões de sírios que carecem de bens e serviços básicos. Apelo ao Conselho de Segurança da ONU que aprove uma resolução de cariz humanitário a este respeito. O processo de Genebra II sobre a Síria deve continuar para se chegar a uma solução política e democrática para o conflito, pois só se pode alcançar uma solução duradoura para a atual crise na Síria mediante um processo político inclusivo, conduzido pela Síria, com o apoio da comunidade internacional. É fundamental facilitar a prestação de ajuda e assistência humanitária, inclusivamente através das fronteiras e das linhas de conflito.

4-238-254

**Tadeusz Cymański (EFD)**, *na piśmie*. - W imieniu grupy EFD i własnym złożyłem projekt rezolucji dotyczący sytuacji w Syrii. W połowie grudnia 2013 roku reżim syryjski zaczął bombardowania, których celem była ludność cywilna Aleppo, Damaszku oraz Darajji. Według danych ONZ od początku marca 2011 roku w Syrii poniosło śmierć ponad 130 000 osób, w większości ludności cywilnej. W projekcie rezolucji wnosi się o umieszczenie Frontu Obrony Ludności Lewantu, ISIS oraz wszystkich organizacji powiązanych z Al-Kaidą w Syrii w wykazie ugrupowań terrorystycznych, a także stanowczo z całą mocą potępia stosowaną przez siły prezydenta al-Asada przemoc.

Głosowałem za przyjęciem projektu rezolucji grupy EFD, w której na pierwszym miejscu podkreśla się potępienie dla tortur oraz masowych mordów na ludności cywilnej w Syrii, których dopuszczają się obie strony konfliktu.

4-238-255

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. - Face à l'escalade de l'horreur depuis maintenant trois ans, l'Europe n'a toujours pas réussi à trouver une solution satisfaisante à la crise syrienne. Et ces derniers mois nous ont prouvé que cette réponse ne pourra être que politique, pour éviter que le chaos ne succède au chaos. C'est pourquoi cette résolution insiste sur le rôle des négociations de Genève II. L'opposition syrienne doit utiliser cette tribune pour se montrer plus unie et plus organisée. Cette résolution met également l'accent sur la situation extrêmement préoccupante de la population syrienne, et nous, Européens, devons tout faire pour acheminer au plus vite une aide médicale et humanitaire à ces personnes en détresse. Cette résolution souligne enfin l'augmentation des violences à caractère religieux ou ethnique, ce qui était essentiel au vu de la situation extrêmement préoccupante des minorités concernées, notamment chrétiennes.

4-238-257

**Mário David (PPE)**, *in writing*. - This joint motion for resolution on the situation in Syria replaced six different texts and it thus expresses the opinion of six different political groups in the European Parliament. In response to a catastrophe of such significance and

complexity, it is extremely important to share a common view in order to take stronger measures and adopt more effective common positions. I would therefore like to draw attention to the fact that the European Parliament has spoken with one voice since the beginning of this tragedy.

According to the UN, since the start of this terrible calamity, more than 1 30 000 people, most of them civilians, have been killed; 9 million are in need of humanitarian aid inside Syria, including more than 6.5 million internally displaced people; and there are more than 2.3 million Syrian refugees. As Chair of the Delegation for Relations with the Mashreq Countries, I would like to express my full support for the Geneva II Conference on Syria, which must (as the resolution states) be the 'first step in a process that will lead to a political and democratic solution to the conflict', and I would like to remind Mr Assad's regime that, as parliamentarians, we will continue to be attentive and proactive.

4-238-265

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - A Síria constitui um dos casos mais dramáticos de instabilidade e violência. A brutalidade que se vem abatendo sobre a sua população é absolutamente intolerável. Cada vez mais informações dão conta de verdadeiros crimes contra a humanidade perpetrados pelas autoridades e seus apoiantes contra homens, mulheres e crianças indefesos. Apesar das conversações que vão tendo lugar sem qualquer resultado tangível, fruto, também, de alguma inconsistência e risco de radicalização e instrumentalização das oposições, o regime permanece apostado em endurecer a sua reação e em usar todos os meios ao seu alcance para sobreviver. São igualmente inquietantes as notícias de que muitos estrangeiros têm ocorrido aos teatros de operações e se têm envolvido na contenda, agravando as suas implicações e estendendo os seus efeitos. A União Europeia deve estar na primeira linha dos que procuram promover soluções para este conflito e mostrar-se particularmente exigente no acompanhamento da situação no tocante às violações dos direitos humanos.

4-238-281

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Mais uma vez, a maioria do PE revela a sua hipocrisia em relação à situação na Síria, escamoteando o apoio da UE, EUA, NATO e ditaduras do Golfo aos *rebeldes*, treinando, financiando e armando os que agora acusa de criminosos. Pode tratar-se de uma alteração tática do imperialismo, transformando os que ontem eram *oposição democrática* em razão - qualquer uma serve - para amanhã atacar a Síria, semear mais destruição e violar a sua soberania. As razões das agressões militares imperialistas não são as aspirações dos povos à liberdade, à soberania, ao progresso social e económico de países e povos, e o combate ao uso de armas químicas. As razões são a recolonização do planeta e desde logo essa região fulcral de reservas energéticas que é o Médio Oriente, bem como a garantia da impunidade regional do imperialismo, de Israel e da sua política de terrorismo de Estado e ocupação da Palestina. Simulam-se aqui preocupações com o afluxo de refugiados aos países vizinhos da Síria e à UE, ao mesmo tempo que mantêm a pressão e a ingerência sobre este país, tendo em vista um ataque militar, razão de fundo pela qual continuam a sair da Síria milhares de refugiados.

4-238-312

**Monika Flašíková Beňová (S&D)**, *písomne* - Sýrsky konflikt zdevastoval krajinu a humanitárna a sociálna situácia v Sýrii je katastrofálna. Stupňuje sa násilie a počet obetí neustále narastá. Monitorovanie počtu mŕtvych a zranených je veľmi zložitý v dôsledku

nedostatočného prístupu do oblasti v dôsledku konfliktu. Režim prezidenta Asáda vo veľkej miere porušuje ľudské práva a skupiny, ktoré ho podporujú terorizujú oblasť. Podľa Úradu vysokého komisára OSN pre utečencov dochádza masakrám a nezákonnému zabíjaniu, zatýkaniu, poprave väzňov a systematickému mučeniu. V dôsledku konfliktu v Sýrii došlo k úteku 2,63 milióna občanov do susedných krajín. Jeden z najväčších utečeneckých exodov v moderných dejinách vytvára tlak na okolité krajiny a ich hospodárstva a destabilizuje oblasť. Zdravotný systém v Sýrii je na pokraji kolapsu v dôsledku únosov, mučeniu a zabíjaniu lekárov, sestier a zdravotníkov. Vládny režim naďalej preukázateľne využíva proti civilistom barelové bomby a chemické zbrane. Situácia v Sýrii destabilizuje politickú situáciu v regióne a hrozí rozšírenie konfliktu do Libanonu a Iraku.

4-238-343

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *par écrit*. – Ce n'est pas la première fois que le Parlement se prononce sur la situation en Syrie et sur les mesures qu'il est nécessaire de prendre. Face à l'escalade de la violence qui se poursuit dans ce pays et au nombre de victimes qui ne cesse de croître, il devient de plus en plus évident qu'une solution durable à la crise actuelle ne pourra être trouvée que dans le cadre d'un processus politique mené par la Syrie et ouvert à toutes les parties. C'est dans cette perspective que les efforts de la conférence de Genève II doivent être poursuivis et que l'interaction directe entre les parties belligérentes doit être maintenue. Cette résolution est également l'occasion pour le Parlement de rendre hommage aux pays voisins de la Syrie qui absorbent les flux toujours plus abondants de réfugiés. Consciente des conséquences humanitaires, sociales, économiques, politiques et sécuritaires de la crise syrienne sur l'ensemble de la région, l'Union doit évidemment soutenir les pays limitrophes de la Syrie. Cette aide aux pays d'accueil, que ce soit l'aide humanitaire, l'aide au développement ou l'aide macroéconomique, doit s'articuler et s'organiser de manière concertée.

4-238-375

**Iñaki Irazabalbeitia Fernández (Verts/ALE)**, *por escrito*. - He votado en contra por dos razones. En primer lugar, no está adecuadamente reflejado el papel que deben desempeñar las minorías étnicas, culturales y religiosas en la resolución democrática del conflicto, especialmente la minoría kurda. Además, se ha aprobado una enmienda que indica que la solución política tiene que salvaguardar la unidad e integridad territorial de Siria. Esa enmienda cierra uno de los posibles caminos hacia la solución como puede ser la creación de más de un Estado siempre que se haga de un modo democrático.

4-238-437

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit*. – J'ai voté en faveur de la résolution sur la situation actuelle en Syrie, où plus de 100 000 personnes ont déjà perdu la vie. Ce texte réitère son appel à une solution politique soutenue par la communauté internationale et son inquiétude quant à la situation humanitaire et à ses implications pour les pays voisins de la Syrie. Je me félicite de l'adoption de cette résolution.

4-238-500

**Béla Kovács (NI)**, *írásban*. - Szíriában a legitim hatalommal szemben 2 éve harcolnak zömmel külföldi zsoldosokból álló fegyveres alakulatok. Ezek egy része vallási fanatizmus révén félrevezetett fiatalokú egyenesen Európából. A fegyvereik nagyrészt USA és EU gyártmányúak. A zsoldot arab diktatórikus államoktól, illetve ezek közvetítésével kapják.

Áldozataik nagy része a civil lakosság köréből kerül ki. Az utóbbi időben elsősorban a legősibb civilizációk képviselőit pusztítják, akik Jézus nyelvét, az arámit beszélnek. Mellesleg ahol csak lehet, megsemmisítik a több ezer éves templomokat és kulturális emlékeket. Ha Európa valóban keresztény lenne, nem engedné hittestvéreit és múltját pusztítani és nem szólamokat gyártana, hanem azonnal megszüntetné a zsoldosok támogatását. Aztán pedig megkeresné és megbüntetné a felelősöket, legalább az európaiakat.

4-238-625

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto* . - L'Europa loda il coraggio del popolo siriano e ribadisce la propria solidarietà con la sua lotta per la libertà, la dignità e la democrazia.

Il regime di Assad e i gruppi più intransigenti che appoggiano il regime violano con massacri, torture e maltrattamenti sistematici i diritti umani e la sicurezza dei cittadini siriani. L'Europa adempie ai propri obblighi fornendo assistenza e aiuti umanitari attraverso tutti i canali possibili e propone la soluzione politica come unica via che permetterebbe di salvaguardare l'unità, l'integrità territoriale, la sovranità e l'indipendenza della Siria.

4-238-750

**Bogusław Liberadzki (S&D)**, *na piśmie* . - Ponad 1 30 000 osób zostało zabitych w gwałtownym kryzysie w Syrii od marca 2011 r. Wysoki Komisarz Narodów Zjednoczonych do spraw Uchodźców szacuje, że liczba uchodźców z Syrii wynosi około 2 370 000, a ponad 9 milionów osób potrzebuje pomocy humanitarnej w kraju. Druga międzynarodowa konferencja w sprawie Syrii miała miejsce w dniu 15 stycznia 2014 r. Dwa tygodnie później konferencja Genewa II miała na celu stworzenie ram dla negocjacji i osiągnięcie postępu, między innymi w zakresie zwalniania więźniów i niesieniu pomocy humanitarnej. Podczas gdy syryjska opozycja w końcu zdecydowała się wysłać delegację na konferencję, fakt, że Iran został zaproszony, a następnie zaproszenie anulowano, jak również raport sugerujący torturowanie i celowe zabijanie tysięcy osób zatrzymanych przez reżim syryjski, stworzył dalsze kontrowersje.

4-238-875

**Monica Luisa Macovei (PPE)**, *in writing* . - Violence in Syria rages on: the Assad regime continues its campaign of murder, persecution and the displacement of civilians, while terrorist groups become more active amid the turmoil.

The UN Office of the High Commissioner for Human Rights stated in January that it can no longer accurately update the death toll of 100 000, which it announced last summer, as it is no longer able to gather information reliably on the ground. As the international community and aid organisations encounter difficulties gaining access inside Syria, innocent civilians continue to suffer, caught in fighting from all sides. It is thus critical to make every effort possible to hasten the peace process in Syria.

I encourage the representatives at the Geneva II Conference to continue the process of diplomacy. Any viable solution must include all relevant political actors in Syria, and must strongly reflect the Syrian people's wishes for democracy. I also applaud all efforts to provide aid and support to innocent civilians, including the efforts of those nations that have accommodated refugees fleeing Syria. EU Member States must ensure that they fulfil their humanitarian obligations to aid the victims of this conflict.

4-239-000

**Jiří Maštálka (GUE/NGL)**, *písemně*. - Navržené usnesení může sloužit jako učebnicový příklad textu, jehož základem jsou ideologické předsudky a sobecké zájmy místo věcné analýzy. Dovolte mi uvést tři drobné příklady. Podle bodu odůvodnění F „prezident Asad opakovaně ignoruje nespočetné množství výzev mezinárodního společenství, aby zastavil strašné násilí v Sýrii“. Rád bych věděl, jak autoři návrhu definují mezinárodní společenství, zda do něho počítají i Čínu a Rusko. Myslím, že by měli též sdělit, jak se dá zastavit strašné násilí tím, že jedna strana přestane bojovat. Obdobně bod 8 vyzývá „prezidenta Asada, aby uznal, že syrský lid odmítá jeho režim“. Kdo je lid? Tragédie občanských válek je v tom, že někteří lidé státní představitele odmítají, jiní je podporují. Autoři návrhu usnesení uvádějí, že je „Sýrie jednou z mála zemí, které zatím nepodepsaly Úmluvu OSN o chemických zbraních“. Zdá se, že se nechali unést antiasadovským zápalem: Sýrie se k Úmluvě o zákazu chemických zbraní připojila 14. září a od 14. října minulého roku je plnohodnotnou stranou této úmluvy (viz <http://www.opcw.org/about-opcw/member-states>). Tvrzení návrhu usnesení, že vítá „odhodlání členů syrské opozice přistoupit na zásady ženevského komuniké“ projevuje trestuhodnou neznalost. Opravdu se všechny ozbrojené opoziční skupiny připojily k jednání v Ženevě? Takovéto usnesení, které je ostudou EP, rozhodně nedostane mojí podporu.

4-239-125

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. - A violência na Síria está a intensificar-se e o número de mortos aumenta constantemente. Segundo as Nações Unidas, desde o início da violenta vaga de repressão de manifestantes pacíficos na Síria, mais de 130 000 pessoas, na sua maioria civis, perderam a vida, de acordo com as estimativas do Gabinete das Nações Unidas de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), cerca de 9 milhões de pessoas necessitam de ajuda humanitária na Síria, incluindo mais de 6,5 milhões de pessoas deslocadas no interior do país, e existem mais de 2,3 milhões de refugiados sírios, principalmente na Turquia, na Jordânia, no Líbano, no Egito e no Iraque. Face a este cenário cada vez mais catastrófico, temos que procurar uma solução política que salvaguarde a unidade, a integridade territorial, a soberania e a independência da Síria. Temos que acabar com esta escalada de violência que apenas prejudica as populações e não resolve nada.

4-239-250

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - No he podido votar a favor de la presente Resolución debido a que, pese a que contiene numerosos puntos que instan a la protección de las víctimas y los refugiados, supone un llamamiento a la intervención militar, culpabilizando al Gobierno sirio, en primer lugar, y mostrando, de manera hipócrita, su preocupación por el incremento de los terroristas yihadistas que la propia UE ha estado apoyando desde el principio. No puedo votar en contra tampoco debido a que compartimos la preocupación por la situación en la que se ha sumido a miles de víctimas y refugiados que están sufriendo las consecuencias de un conflicto producido por la injerencia de potencias extranjeras en la zona. Es por esto por lo que me he abstenido pese a compartir la preocupación por el pueblo sirio.

4-239-375

**Louis Michel (ALDE)**, *par écrit*. - Après avoir vu les images insoutenables de cadavres et de corps mutilés témoignant de la violence des conflits qui se déroulent en Syrie, nous



ne pouvons restés inactifs. L'histoire nous juge sur nos actes mais aussi sur nos silences. Le régime de Bachar al-Assad s'est rendu coupable d'innombrables violations des droits de l'homme, actes innommables, d'une rare cruauté. Il est plus que temps de faire cesser l'escalade de la violence. Vu la situation humanitaire dramatique en Syrie, l'Union doit faire tout ce qui est en son pouvoir pour limiter la souffrance du peuple syrien et faciliter la délivrance de visas. Le chemin vers une solution durable à la crise actuelle passe par la voie politique. C'est pourquoi, des efforts renouvelés sont nécessaire afin de relancer les négociations de Genève.

4-239-500

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing* . - The current situation in Syria is a human tragedy which must be stopped as soon as possible. We urge all parties involved to sit down and resolve this conflict without any further loss of life.

4-239-562

**dKatarína Neveďalová (S&D)**, *písomne* - Občianska vojna alebo kríza v Sýrii trvá už od roku 2011. Tento konflikt si stále vyberá krvavú daň na ľudských životoch Sýrčanov, pričom počet obetí presiahol 100 tisíc. Ľudské práva sú porušované neustále, či už je to zo strany vládných vojsk alebo zo strany povstalcov. Na základe zistení UNICEF tento konflikt zasiahol viac ako päť a pol milióna detí, z toho sa viac ako štyri milióny nachádzajú v Sýrii a viac ako jeden milión v susedských štátoch. Čo sa týka detí, okolité krajiny evidujú skoro osem tisíc utečencov. Správy OSN dokazujú, že chemické zbrane boli použité proti civilnému obyvateľstvu vrátane detí. Rezolúcia OSN z minulého roka, ktorá zakazuje použitie, vývoj, získavanie a skladovanie chemických zbraní bola prijatá jednohlasne. Chemické zbrane sú však iba špička ľadovca, pretože drvivá väčšina úmrtí bola spôsobené konvenčnými zbraňami. Najväčším problémom možného východiska z tejto krízy je chýbajúca alternatíva k súčasnému diktátorskému režimu. Podľa odhadov môže proti súčasnému režimu bojovať aj vyše tisíc rôznych frakcií, pričom sa riziko radikalizácie neustále zvyšuje. Dostupné informácie hovoria o možnej „posile“ vo výške aj desať tisíc jednotlivcov z cudziny, ktorí sa pridali do mnohých frakcií roztrieštenej opozície, s cieľom presadiť agendu radikálneho Islamu.

4-239-625

**Pier Antonio Panzeri (S&D)**, *per iscritto* . - Esprimo voto favorevole riguardo la risoluzione del Parlamento europeo sulla situazione in Siria.

I disordini e lo spargimento di sangue in Siria si protraggono ormai da tre anni, senza che vi sia attualmente alcuna prospettiva apparente che gli scontri possano finire. Dall'inizio degli scontri più di 110 000 siriani hanno perso la vita e il numero complessivo di rifugiati siriani registrati si attesta a più di due milioni, mentre gli sfollati sono circa nove milioni. Nonostante i numerosi appelli, l'indignazione e la ferma condanna della comunità internazionale specialmente a seguito dell'uccisione di massa di civili mediante armi chimiche da parte delle forze governative siriane, il presidente Assad continua a rifiutarsi di porre fine alle terribili violenze.

Per queste ragioni e data la profonda preoccupazione per la crisi umanitaria in corso in Siria nei paesi vicini, con tale risoluzione invito tutti i membri del Consiglio di sicurezza delle Nazioni Unite e tutti i paesi impegnati attivamente, ad onorare le proprie responsabilità riguardo alla crisi siriana ed esorto il presidente Assad a riconoscere che il popolo siriano

rifiuta il suo regime e a farsi da parte nell'interesse superiore del suo paese e dell'unità del suo popolo.

4-239-687

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente a presente proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre a situação na Síria em que se reitera o apoio do Parlamento Europeu aos esforços da VP/AR Catherine Ashton e da Comissária Kristalina Georgieva no sentido de garantir uma melhor coordenação no domínio da ajuda humanitária.

4-239-750

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan*. - Sukladno principima Unije i UN-a, dvjema strukturama koje se temelje na vrijednostima očuvanja mira i sigurnosti te poštivanju ljudskih prava, situacija izazvana konfliktom u Siriji ukazuje na katastrofalne i nedopustive posljedice. Ozbiljna humanitarna situacija u Siriji i susjednim zemljama suočava se s katastrofalnim brojem mrtvih i raseljenih, a samo unutar Sirije pomoć je potrebna 9,3 milijuna ljudi što je porast od 230% u samo jednoj godini. Brojevi izbjeglica također su porasli za 460%, oko 2,35 milijuna u Libanonu, Jordanu, Turskoj, Iraku, Egiptu i Sjevernoj Africi. Pozdravljam dosadašnje te ohrabrujem nadolazeće napore u pružanju pomoći. Ukupan iznos humanitarne pomoći EU sada iznosi više od 1,6 milijarde € te pohvaljujem činjenicu kako je EU najveći donator u ovoj krizi te vodeći pružatelj humanitarne pomoći Sirijcima. Okončanje ove situacije leži u političkom rješenju. Podržavam mirovnu konferenciju Ženeva II koja predstavlja prvi korak u nastojanju pronalaska političkog rješenja sukoba. Međutim, unatoč diplomatskog uspjeha zbog organiziranja sastanka dviju opozicijskih strana, daljni naponi su nužni obzirom da nisu postignuti čvrsti dogovori te da je upravo tijekom održavanja mirovnih pregovora čak 1,870 Sirijaca izgubilo živote. Zakazan nastavak pregovora predstavlja nadu u smirenje situacije te ga iz tog razloga podržavam kao i ovu rezoluciju.

4-239-875

**Andrej Plenković (PPE)**, *napisan*. - Sponzorirao sam Prijedlog Rezolucije Europske pučke stranke te podržao zajedničku Rezoluciju jer smatram da Europa treba biti složna i odlučna kada je riječ o stanju u Siriji. U pozadini svih točaka zajedničke rezolucije koje se odnose na vrlo bitne segmente koje treba urgentno rješavati (postizanje uvjeta za prekid vatre, dostava humanitarne pomoći, uništavanje kemijskog oružja, puštanje na slobodu dobitnice Sakharove nagrade i drugih političkih zatvorenika, oslobađanje zatočenih novinara i predstavnika vjerskih zajednica itd.), smatram kako je potrebno ustrajati na nastavku ženevskih pregovora u smislu ishoda političke solucije sirijskom konfliktu. Smatram da se dijalog između sukobljenih sirijskih strana uz potrebnu asistenciju međunarodne zajednice ne smije ograničavati na definiciju modaliteta tranzicije nego na rješavanju pitanja budućnosti države koja treba biti slobodna i demokratska. U ovom trenutku a i obzirom na alarmantne podatke UN-a - više od 130.000 mrtvih (uglavnom civila) i 2,3 milijuna izbjeglica te na gruba kršenja ljudskih prava od strane svih strana u sukobu, esencijalno je bilo naglasiti da je prioritarna zadaća Europske unije i međunarodne zajednice usmjerena na pitanje civila i organizaciji humanitarne pomoći.

4-240-000

**Crescenzo Rivellini (PPE)**, *per iscritto* . - Oggi il Parlamento riunito a Strasburgo ha approvato la risoluzione comune sulla situazione in Siria per giungere a una soluzione politica e democratica del conflitto e preparare la transizione verso la libertà e la democrazia.

Insieme abbiamo concordato sul fatto che una soluzione durevole all'attuale crisi in Siria potrà essere raggiunta soltanto attraverso un processo politico inclusivo guidato dalla Siria, con il sostegno della comunità internazionale. Inoltre sono alquanto preoccupato per il crescente coinvolgimento di gruppi estremisti islamici e di combattenti stranieri nel conflitto e ritengo che l'opposizione dovrebbe essere più unita e meglio organizzata.

È necessario che l'Unione europea e la comunità internazionale allevino le sofferenze di milioni di siriani che necessitano di beni e servizi di base, tramite una risoluzione umanitaria urgente del Consiglio di sicurezza delle Nazioni Unite su tale tema. Inoltre abbiamo richiesto un'azione coordinata dell'UE per ottenere la liberazione di Razan Zeithouneh, vincitrice del Premio Sakharov 2011, rapita con il marito a Damasco nel dicembre 2013.

4-240-500

**Jean Roatta (PPE)**, *par écrit* . – Les récents événements en Syrie ont eu des conséquences dramatiques, aussi bien au niveau politique qu'au niveau humanitaire. On dénombre aujourd'hui plus de 100 000 morts, plus de 4 millions de personnes déplacées et 2 millions de réfugiés dans les pays voisins. Une tentative de règlement pacifique du conflit a été amorcée par les Nations unies, avec la conférence pour la paix au Moyen-Orient, Genève II, ouverte le 22 janvier 2014, mais dont les résultats positifs se font attendre. Il devient alors urgent d'intervenir pour faire respecter le droit international et minimiser les pertes humaines, tout en continuant à chercher un compromis politique. Cette résolution incarne parfaitement cette urgence et affirme que le Parlement européen continue ses efforts pour aboutir à une solution politique et pacifique. Elle souligne, de plus, la nécessité d'apporter un soutien humanitaire important pour aider les familles syriennes et permettre la sauvegarde des droits fondamentaux. C'est pourquoi j'ai voté en faveur de cette résolution.

4-241-000

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *in writing* . - In favour. Three years into the Syrian conflict, the dramatic human rights, humanitarian and security situation continues to deteriorate. Syrian Government troops continue to use brutal force against civilian populations. To a lesser extent, violations of human rights and humanitarian law by opposition forces are also being reported. Religious extremism and sectarian violence are on the increase, and radical Islamist groups, including EU nationals, are now reported to have reached significant numbers. The military confrontation appears to have reached a stalemate whereby no warring party seems to be about to collapse or capitulate.

4-241-500

**Licia Ronzulli (PPE)**, *per iscritto* . - La situazione siriana è ormai fuori controllo: le morti fra i civili sono incalcolabili e l'escalation di violenza nel paese sembra non avere limiti.

I colloqui che si stanno portando avanti a Ginevra devono proseguire e condurre a una soluzione politica e democratica. Solo in questo modo si potranno porre le basi e preparare la transizione verso la libertà e la democrazia. Con il sostegno della comunità internazionale si deve al più presto trovare una soluzione per fermare la strage di innocenti, portando ad una rapida e sicura distruzione dell'arsenale chimico del paese.

4-241-562

**Salvador Sedó i Alabart (PPE)**, *por escrito* . - La situación en ese escenario de Oriente Próximo, que está empezando además a afectar de manera global y fuera de las fronteras de ese país en situación de guerra civil efectiva, es especialmente preocupante con relación a los civiles que están sufriendo la desbordante situación de violencia extrema por parte de los contendientes. Sin entrar en valoraciones de otro calado, es importante que el Parlamento evalúe los resultados de la conferencia de paz conocida como Ginebra II, teniendo que ser perentoria la resolución que, acorde al Derecho internacional y más específicamente al humanitario, se adopte. Este llamamiento tiene que poner énfasis en la condena de la violencia desmedida empleada y en la búsqueda de una solución pacífica dialogada con vistas a una vuelta a la democracia en el país, atendiendo a todas las víctimas que están sufriendo todavía la locura de tal situación.

4-241-625

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto* . - Le violazioni diffuse dei diritti umani e del diritto umanitario internazionale perpetrate dal regime di Assad, inclusi tutti gli atti di violenza, tortura sistematica ed esecuzione dei prigionieri sono da condannare in maniera esemplare.

D'altro canto, il crescente coinvolgimento di gruppi estremisti islamici e di combattenti stranieri tra le fila delle parti in conflitto suscitano altrettanta preoccupazione, accrescendo i rischi per la popolazione civile siriana. Voto a favore perché occorre sostenere fermamente la conferenza di Ginevra II sulla Siria, come primo passo del processo che porterà ad una soluzione politica e democratica del conflitto.

Occorre che nel conflitto il diritto umanitario internazionale venga pienamente rispettato, garantendo l'incolumità di feriti e malati e assicurando il loro diritto a ricevere l'assistenza e le cure mediche richieste dalla loro condizione. Anche i prigionieri politici dovrebbero essere rilasciati immediatamente e in maniera incondizionata, così come il personale medico, gli operatori umanitari, i giornalisti, i religiosi e gli attivisti per i diritti umani.

4-241-656

**Davor Ivo Stier (PPE)**, *napisan* . - Podržao sam rezoluciju o Siriji kojom se oštro osuđuje masovno kršenje ljudskih prava od strane Assadovog režima kao i terorističke napade i razaranja za koja su odgovorne organizacije vezane za Al-Qaedu. Razgovori u Ženevi moraju omogućiti političko rješenje koje će uključiti odlazak s vlasti predsjednika Assada te osigurati demokratski tranzicijski proces lišen od ekstremizma. Zbog toga je izuzetno važno inzistirati na odlasku svih stranih formacija iz Sirije, uključujući i Hezbollah. S ciljem postizanjem političkog dogovora na pregovorima u Ženevi, potrebno je također da Rusija i Kina, kao stalne članice Vijeća sigurnosti, ispune svoje obveze i pridonesu zaustavljanju sukoba i stabilizaciji Sirije. Isto tako je važno da se europska diplomacija, u sklopu pregovora u Ženevi, snažnije angažira u zaštiti kršćanske manjine u Siriji.

4-241-687

**Dubravka Šuica (PPE)**, *napisan* . - U Siriji je od početka sukoba više od 1 30 000 ljudi izgubilo svoje živote, većinom civili, a 4 milijuna ljudi je raseljeno dok preko 2 milijuna je napustilo zemlju. Ove činjenice su užasavajuće i suosjećam s patnjama sirijskog naroda. Nasilje u Siriji je u konstantnom porastu i situacija zahtijeva hitnu reakciju svih uključenih strana. Podržavam napore Europske unije i zemalja članica u poticanju daljnjeg napredovanja

mirovne konferencije u Ženevi i Vijeća sigurnosti u rješavanju ovih sukoba. Posebno me brine humanitarna situacija u Siriji. Najnovije informacije potvrđuju da se radi o teškom masakru i da se ozbiljno krše osnovna ljudska prava, da se sustavno muče i pogubljuju zatvorenici, zlostavljaju djeca i dr. Hrvatska je nedavno proživjela težak rat te su hrvatski građani svjesni užasa i rana koje rat donosi. Od izuzetne je važnosti da se donese odgovarajuće političko rješenje te da su sve relevantne strane uključene jer jedino tako je moguće postići mir.

4-241-750

**Kay Swinburne (ECR)**, *in writing*. - The situation in Syria is of grave concern. The civil war has cost the lives of more than 100 000 people and has displaced millions from their homes. I fully support this resolution's call for the cessation of all hostilities in Syria, and for efforts to be maintained to bring the warring factions together so that a peaceful solution can be reached.

4-242-000

**Marc Tarabella (S&D)**, *par écrit*. - We strongly condemn the torture and mass killing of civilians in Syria by both sides of the conflict, and extends its condolences to the families of the victims; We also strongly condemn the barrel-bombing tactics used by President Assad's forces against civilians in densely populated urban areas.

4-242-125

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - Após os avanços reduzidos da II Cimeira, sobre como alcançar a paz e gerir a guerra na Síria, é necessário continuar a pressionar o regime para que deixe a ajuda humanitária chegar a quem mais precisa. Este conflito, que sucedeu no quadro da Primavera Árabe, tinha inicialmente como fim o derrube de Bashar al-Assad, contudo, neste momento, é uma luta sectária entre xiitas apoiantes do governo e os sunitas rebeldes que apoiam a queda deste mesmo governo, que acabou numa guerra civil. Desde o início do conflito, já morreram 130 mil pessoas e há 9 milhões e meio de deslocados e refugiados. A União precisa de apoiar os países vizinhos que recebem diariamente milhares de sírios. A falta de comida e de segurança nos campos de acolhimento criam raiva e colocam os sírios numa situação inimaginável. Sou a favor desta proposta porque é urgente que a comunidade internacional ponha fim a este cenário de guerra, para que a população síria possa recomeçar uma nova vida.

4-242-250

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris*. - Am votat pentru Rezoluția referitoare la situația din Siria. De la începutul represiunii violente împotriva protestatarilor pașnici din Siria au fost ucise peste 130 000 de persoane, majoritatea civili.

Potrivit Oficiului pentru coordonarea afacerilor umanitare al ONU, peste 9 milioane de persoane necesită ajutor umanitar în Siria, dintre care peste 6,5 milioane de persoane sunt strămutate în interior, înregistrându-se peste 2,3 milioane de refugiați sirieni, în principal în Turcia, Iordania, Liban, Egipt și Irak. Peste jumătate dintre cei afectați sunt copii, care suferă de foamete, malnutriție și boli. Lipsa accesului la alimente, apă, asistență medicală de bază, igienă, adăpost și educație reprezintă o dimensiune critică a acestei catastrofe umanitare, iar livrarea ajutoarelor umanitare este îngreunată de lipsa securității, de interzicerea de către autoritățile siriene a accesului și de obstacole prezentate de infrastructură.

Condamnăm desele încălcări ale drepturilor omului și ale legislației umanitare internaționale de către regimul Assad, inclusiv actele de violență, tortură sistematică și execuții de prizonieri. Considerăm că soluția politică ar trebui să garanteze unitatea, integritatea teritorială, suveranitatea și independența Siriei. Sprijinim Conferința Geneva II privind Siria, care ar trebui să reprezinte primul pas către un proces care va duce la o soluționare pe cale politică și democratică a conflictului și subliniem importanța continuării procesului Geneva II.

4-242-500

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL),** *par écrit* . – Selon l'ONU, plus de 1 30 000 personnes ont été tuées depuis le début des violentes répressions du régime syrien contre les manifestants pacifiques. 9 millions de personnes ont besoin d'aide humanitaire, 6,5 millions sont déplacées à l'intérieur du pays et 2,3 millions à l'extérieur, principalement dans les pays voisins de la Syrie. Parmi elles, une majorité d'enfants dans des états de souffrance psychologique épouvantables. C'est donc peu dire que la situation est dramatique. Cette résolution appelle à raison l'Union et ses États membres à accomplir leur devoir humanitaire et à en faire plus pour les réfugiés syriens. Certes, on ne peut guère faire moins mais l'inertie patente de la communauté internationale est en partie responsable de la dégradation de la situation. Cependant, je ne pouvais voter en faveur d'une résolution qui encourage l'opposition à "former un front d'opposition plus uni, inclusif et organisé" quand on connaît l'influence des groupes djihadistes en son sein, qui appelle à la mise en place de zones franches à la frontière avec la Turquie, dont le rôle de pays de transit pour les djihadistes internationaux est avéré, et qui ne dit rien sur les raisons de la non-participation de l'opposition démocratique à la conférence de Genève.

4-243-000

**Jacek Włosowicz (EFD),** *na piśmie* . - Wobec sprzeciwu Moskwy i Pekinu o żadnej bezpośredniej zewnętrznej interwencji w Syrii na razie nie ma mowy, chociaż opozycja coraz bardziej skłania się do zdania, że interwencja jest jedynym rozsądnym wyjściem z sytuacji. W tym czasie giną kolejni cywile. Według ONZ do tej pory śmierć poniosło co najmniej 6,2 tys. ludzi. Wiele ofiar pochłonęło kilkutygodniowe oblężenie miasta Homs, w szczególności dzielnicy Baba Amro, bastionu rebeliantów. Po niemal dwóch miesiącach bombardowań setki osób zginęły, a wiele domów leży w gruzach. W całym mieście brakuje wody, leków i żywności. Cywile zaś stanęli przed jeszcze gorszym problemem – zemstą wojska. Baszar Asad udowodnił w przeszłości, że jest w stanie sprostać problemom wewnętrznym, jeśli tylko wykaże się konsekwencją i silną ręką. W czasach, gdy informacja i propaganda rozprzestrzenia się wśród demonstrantów na Bliskim Wschodzie drogą elektroniczną, nawet mocny uścisk bezpieki i armii może nie być jednak wystarczający. Na razie Asad konsekwentnie topi bunt we krwi.

4-243-500

**Marina Yannakoudakis (ECR),** *in writing* . - The situation in Syria is dire. In the past five days, around 73 children have been killed in Aleppo. It has been estimated that, since 2011, 10 000 children have been killed in the civil war.

More must be done to alleviate the suffering of the citizens of Syria, and the regime must respect human rights and chemical weapons deadlines.

The treatment of children has been abhorrent. There have been numerous reports of abuse in prisons, with children incarcerated alongside adults. Sexual abuse committed by the regime is widespread, including mutilation and rape. The world cannot stand idly and let this happen. The peace talks in Geneva need to progress, and both sides need to address human rights abuses. The Free Syrian Army has been training children to man military checkpoints and has put them in the line of fire. While most atrocities have been committed by the regime, the rebels are guilty too.

Just as worryingly, chemical weapons shipments have been delayed and have come under attack. The Syrian regime is failing in its obligation to hand over weapons. We must ensure that progress does not grind to halt; we must ensure that aid reaches citizens.

4-243-750

**Zbigniew Ziobro (EFD), na piśmie .** - Od ponad roku front w Syrii pozostaje stabilny. Obie strony okopały się i trwają w wojnie podjazdowej, która największe ofiary zbiera wśród ludności cywilnej. Cały konflikt zaczyna przyjmować charakter konfliktu na tle etnicznym i religijnym. Sektarianizm nabiera mocy, powodując dalsze rozwarstwianie się społeczeństwa. Możliwości negocjacyjne szczytu pokojowego w Genewie zostały ograniczone, a wypracowanie porozumienia pokojowego realnie jest niemożliwe. Walczący z rządem rebelianci są dziś dowodzeni przez islamskich radykałów, których celem jest przeniesienie wojny również na tereny Europy. To wszystko sprawia, że wypracowanie spójnego stanowiska wobec Syrii jest niemożliwe. Przyjęta rezolucja daleka jest od doskonałości i wyraża dziś nasze życzenia. Jednak widać, że Parlament zmienia swoją postawę i zauważ problem w Syrii takim, jakim jest on naprawdę.

**10.9. Lage in Ägypten (RCB7-0145/2014, B7-0145/2014, B7-0146/2014, B7-0147/2014, B7-0148/2014, B7-0153/2014, B7-0154/2014, B7-0162/2014)**

4-245-000

### **Mündliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-246-000

**Philip Claeys (NI).** - Voorzitter, toen de zogenaamde Arabische lente was ingetreden, heerste in dit Parlement een euforie die totaal wereldvreemd en misplaatst was. Het afzetten van een aantal min of meer seculiere dictators ging zozegd leiden tot het invoeren van democratische systemen naar westers model, terwijl het perfect voorspelbaar was dat de seculiere dictators zouden worden vervangen door veel ergere dictators, namelijk islamitische theocratische dictators.

Wat Egypte betreft zijn het vooral de koptische christenen die het gelag moeten betalen. Dat is hier allemaal voorspeld, onder meer ook door uw dienaar, maar men wilde niet luisteren. De Europese Unie heeft mee het bedje gespreid van de moslimbroederschap in Egypte en heeft dus actief bijgedragen tot de problemen die wij nu kennen.

4-247-000

**Daniel Hannan (ECR).** - Mr President, there is no such thing as a good coup. Any military regime becomes self-serving because it does not have to look over its shoulder at the electorate. The generals who have run Egypt since 1952 have treated it as personal property, which explains that country's present sorry situation. I am shocked to hear people in this

Chamber, and other Western commentators, cheering on a military government because they did not happen to like the election result.

You know what? I did not particularly like it either, but that is democracy. Just as in Ukraine and, by the way, just as when we have referendums in the European Union, you cannot treat democracy purely as a means to an end. Sometimes people will vote in ways that you do not like. The maturity of a country can be judged from its ability to assimilate that process, move on and make its own corrective, without needing to be told what to do from outside.

4-248-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-249-000

**Claudette Abela Baldacchino (S&D)**, *bil-miktub*. - Dak li għaddej mhux biss fl-Eġittu, imma anke fil-Libja u sa ċertu punt fit-Tuneżija wkoll, m'huwiex dak li konna qegħdin nistennew bhala riżultat tar-Rebbiegħa Għarbija. Ma nistgħux ngħidu li ma sarux passi 'l quddiem fit-triq ta' dawn il-pajjizi lejn id-demokrazija, imma wisq nibza li l-passi issa qegħdin imajnew aktar milli l-mixxa qiegħda tirranka. Il-maġġoranza taċ-ċittadini ta' dawn il-pajjizi – li hafna minnhom kienu qegħdin iharsu lejn demokrazija simili għal dik li ngawdu aħna fl-Ewropa – qegħdin jaraw it-tamiet tagħhom jonqsu minn jum għal iehor. Dan jgħodd l-aktar għal dak li qiegħed jigrri fl-Eġittu fejn riċentement kienet approvata kostituzzjoni ġdida, kostituzzjoni li ċertament m'hijiex xi eżempju tipiku ta' demokrazija vera. Irridu nsegwu dak kollu li qiegħed jigrri u nagħmlu hilitna biex il-mixxa lejn id-demokrazija f' dawn il-pajjizi ma tieqafx, imma rridu nagħmluha ċara li qegħdin nitkellmu fuq demokrazija vera u mhux fuq xi tip ta' dittatorjat imgeżwer fi “kliem sabih” ta' demokrazija.

4-249-250

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente resolução, começando por condenar veementemente todos os atos de violência, terrorismo, incitamento, palavras de ódio e de censura que estão a ter lugar no Egito. Exorto todos os intervenientes políticos e as forças de segurança a darem provas de máxima moderação e a evitarem provocações, com o objetivo de impedir uma nova escalada de violência, pelo interesse do país. Apresento as minhas sentidas condolências às famílias das vítimas. Exorto as autoridades provisórias e as forças de segurança egípcias a garantirem a segurança de todos os cidadãos, independentemente das suas opiniões políticas, filiação ou confissão. É essencial assegurar o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a protegerem o direito de associação, reunião pacífica, expressão e liberdade de imprensa. É fundamental existir empenho na resolução da situação através do diálogo e da não-violência, de acordo com o respeito e cumprimento das obrigações internacionais do país.

4-249-500

**Pino Arlacchi (S&D)**, *in writing*. - I support this resolution as I believe that Europe should focus its attention on the quality of institution-building. European efforts should all be aimed at strengthening the rule of law and bolstering institutions and economic reform in Egypt. Asset recovery is of primary importance in this respect. The restitution of frozen assets is – over and above its economic significance – a strong message against the impunity for corruption and money laundering that has been enjoyed so far by unscrupulous political leaders.



4-249-750

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris* . - Am votat în favoarea rezoluției, deoarece sper și eu ca, după aprobarea noii Constituții în Egipt, situația să se stabilizeze. Noua lege fundamentală garantează egalitatea de gen, precum și libertatea religioasă, ceea ce nu poate decât să ne bucure. Totuși, există anumite prevederi care mă îngrijorează.

În primul rând cred că armata va avea prea multă putere conform noii Constituții. Apoi, deși adoptarea Constituției s-a făcut cu o majoritate covârșitoare, faptul că doar 38% din cetățenii cu drept de vot s-au prezentat la referendum este un semn că nu există un consens larg asupra legii fundamentale. Sper ca, până la următoarele alegeri, autoritățile să poarte un dialog cu toate curentele de opinie din țară și să găsească o cale spre stabilitate politică.

4-249-781

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit* . – Cette résolution sur la situation en Égypte affirme le soutien du Parlement européen aux volontés démocratiques démontrées par le peuple égyptien, tout en condamnant les différentes formes de violences qui ont lieu actuellement dans le pays. Je soutiens particulièrement la condamnation des actes de violences envers les chrétiens coptes et les destructions d'églises. En 2013, l'Égypte a effectivement compté le plus grand nombre d'incidents impliquant des chrétiens dans le monde. C'est pourquoi, je me félicite de l'appel du Parlement européen pour une plus grande protection de la communauté copte.

4-249-796

**Mário David (PPE)**, *in writing* . - I voted in favour of this joint motion for a resolution on the situation of Egypt.

First of all, I strongly believe that the EU must monitor, in loco, the upcoming electoral processes and must react firmly in all cases where the rules of democracy are breached, following the announcement of presidential elections by April and fresh parliamentary elections by the end of July. I also believe that, as European legislators, we must respect the people's vote and be prepared to work with the public institutions that emerge from these elections.

The new European Neighbourhood Policy makes European action conditional on the principle of 'more for more', so Egypt must prove to us that it will embrace the fundamental values of democracy (such as the rule of law, judicial independence, tolerance and the sovereignty of the people) as well as freedom and solidarity. If the State does not observe these values, the EU should continue to support only those who are willing to observe them.

In conclusion, and to quote the resolution, I call on the Egyptian interim authorities 'to ensure the security of all citizens, irrespective of their political views, affiliation or confession, to respect human rights and fundamental freedoms, to protect the freedoms of association, peaceful assembly, expression and of the press'.

4-249-812

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito* . - A chamada Primavera Árabe surpreendeu o Ocidente e abriu uma oportunidade para a democratização de diversos Estados. Estes derrubaram os seus antigos governantes e encetaram processos eleitorais e revisões constitucionais tendentes à abertura política e à maior participação dos cidadãos. Não obstante o impulso

inicial de mudança, particularmente evidente na Tunísia, Egito e Líbia, constata-se hoje uma retração no impulso inicial e, em alguns casos, um retrocesso com consequências gravosas para as populações já fustigadas pela violência e instabilidade que acompanharam as revoluções. A deposição do Presidente Morsi, vítima em boa medida da sua própria intransigência e autoritarismo, e o afastamento da Irmandade Muçulmana da vida política por parte do exército egípcio denotam a tensão entre diversos setores da sociedade e provam que não bastou a deposição de Mubarak para que o Egito encontrasse um novo caminho rumo à democracia, à paz e à estabilidade. As comunidades cristãs, em particular a copta, têm sido particularmente e injustamente fustigadas pela brutalidade latente devendo a União condená-la veementemente. Faço votos para que a nova constituição aprovada em referendo contribua para a necessária estabilidade do país e que o Egito possa reerguer-se sem excluir ninguém rejeitando a intolerância, a violência e o autoritarismo.

4-249-875

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Esta resolução contém posições que apoiamos, nomeadamente a condenação do *uso da força* pelas forças de segurança, a repressão e perseguição de manifestantes e dirigentes políticos egípcios, a perda de vidas humanas. A maioria do PE mostra-se igual a si mesma, apoiando um processo constitucional que forças políticas e sociais consideram atacar os direitos dos trabalhadores, dos camponeses e de outras camadas laboriosas e não garante os direitos das mulheres e crianças, conferindo ao chefe de Estado poderes absolutos, não sendo portanto, na sua essência, diferente do processo iniciado pela Irmandade Muçulmana quando tentava estabelecer um Estado fascista religioso. Várias forças sociais e políticas egípcias têm alertado para o facto de a situação no país piorar de dia para dia, o que não tem demovido o povo egípcio que continua a demonstrar ao mundo a sua dignidade, combatividade e determinação em lutar pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida, contra a violência da polícia, o julgamento de civis em tribunais militares e as milícias reacionárias. Não existe nesta proposta de resolução uma única palavra de condenação da ingerência externa. Existem outros caminhos para o processo político e cabe ao povo egípcio decidi-los, livre de ingerências e pressões externas.

4-250-000

**Monika Flašíková Beňová (S&D)**, *písomne* - Nová egyptská ústava bola schválená 1. decembra 2013 a referendum o jej prijatí sa uskutočnilo v polovici januára 2014, keď bola drvivou väčšinou platných hlasov prijatá. Počas trvania referenda došlo k viacerým zrážkam medzi prívržencami a protivníkmi zosadeného prezidenta Mursího. Za posledného polroka bolo bezpečnostnými silami zabitých viac ako tisíc demonstrantov. Egyptská občianska spoločnosť prechádza v súčasnosti veľkými politickými a spoločenskými zmenami a do popredia sa dostáva slobodná nezávislá tlač a média. Po zosadení prezidenta Mursího v krajine eskaluje napätie medzi moslimami a koptskými kresťanmi a proces ničenia kostolov naďalej pokračuje. Bývalý prezident Mursí čelí štyrom rôznym trestným konaniam, pričom 3 sa týkajú obdobia jeho mandátu prezidenta. Egyptské hospodárstvo prechádza obdobím zvyšovania nezamestnanosti a významne narastá aj miera chudoby v krajine. Úroveň a rozsah angažovanosti Európskej únie v Egypte závisí od plnenia záväzkov v oblasti demokracie, právneho štátu, ľudských práv a rodovej rovnosti.

4-250-250

**Salvatore Iacolino (PPE)**, *per iscritto* . - L'Egitto è un paese cardine del Mediterraneo meridionale ed un partner fondamentale per l'Unione europea, e i suoi sviluppi politici, economici e sociali hanno implicazioni significative in tutta la regione.

Sosteniamo quindi elezioni democratiche per promuovere un processo di stabilizzazione e di pace duratura, confidando in un'azione coraggiosa e responsabile della Commissione che guardi finalmente allo sviluppo reale del Mediterraneo. Il rischio di recrudescenza dei flussi migratori verso l'Europa meridionale deve trovare l'Unione attrezzata, e nel contempo vanno tutelati e garantiti i diritti inderogabili della persona.

Il dramma che si è consumato a Lampedusa è ben noto, e ci dimostra che la cooperazione con i paesi terzi frontalieri è essenziale per regolare i flussi migratori illegali verso l'Europa e creare in quei paesi condizioni favorevoli allo sviluppo socioeconomico. L'Unione europea si deve impegnare nel rafforzare l'approccio basato sul rispetto dei diritti fondamentali, dello Stato di diritto e dei valori democratici al fine di garantire che le riforme finalizzate alla ripresa economica siano affrontate responsabilmente e rapidamente rilanciando il commercio nell'area Euromed, promuovendo così benessere e prosperità su entrambe le sponde del Mediterraneo.

4-250-375

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit* . - J'ai voté en faveur de cette résolution qui souligne l'importance de la protection des droits et des libertés de toute la population égyptienne, dans le contexte de l'adoption de la nouvelle Constitution par référendum, mais avec plus de 60 % d'abstentions, notamment à la suite de l'appel au boycott lancé par les Frères musulmans. Je me félicite de la large adoption de cette résolution.

4-250-500

**Béla Kovács (NI)**, *írásban* . - Szinte már a gyerekek is tudják, hogy az arab forradalmak nem csak úgy kitértek, hanem komoly külföldi beavatkozás révén valósultak meg, komplex célok elérése érdekében. Amit Szíriában nem sikerült elérni, azaz a törvényes kormány megdöntését, az Egyiptomban bekövetkezett. A helyzet bonyolult, de lényegében a katonaság a saját országának polgárai ellen lép fel, nem külföldi zsoldosok ellen. Vérontás vérontást követ. Ezért indokolt az EU részéről a helyzet megoldása irányába mutató minden kezdeményezés. De ez az állásfoglalás alig több a semminél. Itt is a finanszírozást és fegyverszállítást kellene azonnal befagyasztani.

4-250-562

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto* . - La nuova Costituzione dell'Egitto, approvata nell'ambito del referendum svoltosi il 14 e 15 gennaio 2014, costituisce un importante passo in avanti nella difficile transizione del paese verso la democrazia.

Nonostante alcune violazioni delle libertà fondamentali e dei diritti umani siano ancora diffuse, la nuova Costituzione egiziana presenta molti elementi positivi. La libertà di credo, l'uguaglianza di tutti i cittadini, il miglioramento dei diritti delle donne nonché l'impegno a rispettare i trattati internazionali in materia di diritti umani rappresentano una grande opportunità per gettare le basi del consenso nazionale, della riconciliazione e della stabilità istituzionale e politica del paese.

4-250-625

**Bogusław Liberadzki (S&D)**, *na piśmie*. - Nowa konstytucja w Egipcie została przyjęta przy 98,1 procent głosów za, z udziałem 38,6 procent wyborców w referendum, które odbyło się 14 i 15 stycznia 2014 r. Podmioty międzynarodowe, witając nową konstytucję, wyraziły zaniepokojenie aresztowaniem wielu osób, które prowadziły kampanię przeciwko projektowi konstytucji, naruszeniami proceduralnymi w czasie głosowania, trwającą nadal przemocą i polaryzacją w kraju oraz politycznym wpływem sił zbrojnych. Nowa ustawa o zgromadzeniach publicznych, procesjach i spotkaniach publicznych oraz zakaz funkcjonowania Bractwa Muzułmańskiego stworzyły dalsze kontrowersje, podczas gdy sytuacja na półwyspie Synaj pozostaje niestabilna. Wybory parlamentarne i prezydenckie powinny odbyć się w najbliższych miesiącach i będą kolejnym kamieniem milowym na trudnej drodze Egiptu do demokracji.

4-250-640

**Monica Luisa Macovei (PPE)**, *în scris*. - În ianuarie 2011, milioane de oameni au ieșit în stradă în Egipt, cerând guvernare democratică, stoparea corupției și respectarea drepturilor omului. Și în România au luptat și au murit oameni pentru aceste idealuri, în închisorile comuniste și în decembrie 1989. Atentatele teroriste din Cairo din ultimele săptămâni arată fragilitatea democrației egiptene. Pe 24 ianuarie cel puțin 6 oameni au murit, iar alte 100 de persoane au fost rănite în patru atentate comise împotriva forțelor de ordine.

Cerem autorităților egiptene să ancheteze aceste cazuri și să îi pedepsească pe cei vinovați. Acolo unde legea nu se aplică, nu există democrație. Mai cerem autorităților de la Cairo și să aplice dispozițiile noii Constituții aprobate prin referendum. Uniunea Europeană alocă un buget considerabil Egiptului, sprijină democratizarea țării, dar această relație este un drum cu două sensuri, iar banii de la Uniunea Europeană vin alături de valori care trebuie respectate.

4-250-656

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. - O Egito é o maior país árabe, um país crucial na região do Mediterrâneo do Sul, um importante parceiro comercial da UE e um dos principais beneficiários da ajuda da UE. Os acontecimentos políticos, económicos e sociais neste país têm importantes consequências para toda a região. Temos que condenar os confrontos e as mortes que têm acontecido. É necessário apelar a todos os intervenientes para que tomem consciência de que é imperativo acabar com os confrontos, de modo a que o Egito volte à normalidade e qua as suas populações não mais sejam afetadas. Temos que reiterar a nossa profunda solidariedade com o povo do Egito e continuar a apoiar as suas legítimas aspirações democráticas, bem como os seus esforços no sentido de assegurar uma transição pacífica e democrática para reformas políticas, económicas e sociais. Os nossos esforços têm que fazer com que cessem as confrontações no Egito e se inicie um novo caminho para a paz e a democracia.

4-250-687

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - No he podido votar a favor de esta Resolución debido a que, pese a recoger la preocupación por la situación que está sufriendo el pueblo egipcio, continúa manteniendo la típica línea injerencista que desarrolla este Parlamento, cuando es una situación provocada por el propio apoyo que algunos Estados miembros dieron al Gobierno de Mubarak. La Resolución recoge algunos datos ciertos y preocupantes

que reflejan e introducen la lógica preocupación que desde la UE se debe tener con respecto a la situación que está viviendo el pueblo egipcio, pero la Resolución no ofrece alternativas, sino que apoya que la UE siga interviniendo, injerencia que tan solo producirá una radicalización mayor del conflicto. Es por todo esto por lo que no he podido votar a favor de la Resolución.

4-250-750

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing* . - I believe that the situation in Egypt needs to be legitimised by democratic means. I therefore voted in favour of this resolution.

4-250-781

**Andreas Mölzer (NI)**, *schriftlich*. - Der arabische Frühling hat auch in Ägypten neue Verhältnisse geschaffen, die für die EU zu maßgeblichen Veränderungen hinsichtlich der Beziehungen zu dem genannten Land geführt haben. Insbesondere die innenpolitische Situation ist mehr als nur besorgniserregend, da sich die jetzige Regierung im Kampf mit den oppositionellen Kräften der so genannten Muslimbrüderschaft befindet. Dies gibt sowohl terroristischen als auch kriminellen Organisationen die Möglichkeit, vor der Haustüre der EU ihren Tätigkeiten nachzugehen. Somit bietet das Land auch ein Einfallstor in die EU für solcherlei Aktivitäten. Hier ist es von entscheidender Bedeutung, dass die EU als Vermittler für Stabilität und Sicherheit z. B. bei Wahlprozessen sorgt. Deshalb habe ich in diesem Sinne abgestimmt.

4-250-812

**Pier Antonio Panzeri (S&D)**, *per iscritto* . - Esprimo voto favorevole riguardo alla risoluzione del Parlamento europeo sulla situazione in Egitto.

Dal luglio 2013 più di mille persone sono state uccise e molte altre sono rimaste ferite in scontri tra sostenitori e oppositori del deposto presidente Morsi. Le tensioni tra musulmani e cristiani copti sono aumentate e la situazione della sicurezza nella regione del Sinai continua a deteriorarsi.

Nonostante il clima di tensione e instabilità del paese, valuto positivamente il fatto che la nuova Costituzione egiziana menzioni un governo civile, l'assoluta libertà di credo e l'uguaglianza di tutti i cittadini, la garanzia dei diritti dei bambini, il divieto di tortura e di schiavitù, l'impegno a rispettare i trattati internazionali in materia di diritti umani sottoscritti dall'Egitto.

Con tale risoluzione ribadisco, pertanto, l'impegno dell'UE ad assistere il popolo egiziano nel suo cammino verso le riforme democratiche ed economiche a condizione che tale processo di transizione conduca il paese ad elezioni parlamentari e presidenziali libere, eque, inclusive e non violente entro i termini definiti dalla nuova Costituzione. Allo stesso tempo condanno duramente tutti gli atti di violenza, terrorismo, incitamento e istigazione all'odio ed esorto le autorità a garantire indagini tempestive e indipendenti su tali fatti.

4-250-843

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente a presente resolução em que o Parlamento Europeu toma conhecimento da nova Constituição do Egipto, aprovada por referendo organizado em 14 e 15 de janeiro de 2014 e que se prevê venha a ser um importante passo em frente na difícil transição do país para a democracia. O Parlamento Europeu congratula-se com a referência da nova Constituição egípcia a um governo civil.

4-250-875

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan* . - Podržavanje novog Ustava na referendumu od strane gotovo svih građana koji su prisustvovali glasovanju jasno svjedoči potrebi promjena u Egiptu. Prilikom interpretacije referendumskih rezultata potrebno je zamijetiti nejednak entuzijizam za izbore zamijećen koji je između sjevera i juga. Slažem se s izjavama da ovo glasovanje predstavlja uvjerljivo odbacivanje terorizma i jasnu podršku putu prema demokraciji, kao i gospodarskom razvoju i stabilnosti. Međutim, zabrinjavajuće su činjenice koje upućuju na uhićenja prosvjednika, proceduralnih povreda tijekom glasanja te općenito nasilja u državi. Također, politički utjecaj vojnih snaga daje razloga za zabrinutost. Nestabilna situacija u Egiptu može se poboljšati jedino dodatnim približavanjem demokratskim vrijednostima kao što se prosperitetna budućnost Egipta može temeljiti samo na demokratskom rješenju i odgovarajućim demokratskim institucijama s ciljem zaštite svih građana i manjina.

4-250-937

**Jean Roatta (PPE)**, *par écrit* . – La nouvelle Constitution adoptée en Égypte les 14 et 15 janvier 2014 par voie de référendum marque une transition importante qui ouvre la porte à la mise en œuvre d'un réel système démocratique. Elle est d'autant plus importante car elle a été plus que largement accueillie par le peuple, qui s'est prononcé à 98,1 % en sa faveur, bien que la participation des votants ne s'élève qu'à 38,6 %. De nombreux éléments novateurs figure dans cette Constitution et témoignent de sa stabilité ainsi que de l'avenir prometteur qu'elle peut offrir à l'Égypte. C'est le cas notamment de différentes dispositions qui favorisent une meilleure prise en considération des droits et des libertés du peuple égyptien. La résolution atteste de la volonté du Parlement européen d'approfondir les relations entre l'Union européenne et l'Égypte, ce qui permettrait de pérenniser la situation. C'est pourquoi j'ai voté en sa faveur.

4-251-000

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *in writing* . - In favour. The new Constitution of Egypt was adopted by referendum on 14-15 January 2014 with an approval rate of 98% on a 38% turnout. The run-up to the referendum was marred by acts of violence and the harassment and arrest of activists campaigning for a 'no' vote. The new constitution is considered to have introduced some improvements, such as the provisions concerning economic and social rights, women's rights, the fight against torture and the reference to international human rights instruments, which are given the force of law. It allows, however, for the possible restriction of these rights by leaving the interpretation of several of its articles to statutory law. The new text also allows for the possibility of the parliament withdrawing its confidence from the President and forcing early elections by a two-thirds majority. The presidential mandate is limited to two four-year terms, whereas the judiciary saw its autonomy enhanced in the new Constitution.

4-251-125

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto* . - Mi unisco al Parlamento europeo nell'esprimere ancora una volta profonda solidarietà con il popolo egiziano e apprezzamento per le sue legittime aspirazioni democratiche e gli sforzi volti a conseguire una transizione democratica pacifica verso riforme politiche, economiche e sociali.

Tutti gli atti di violenza, terrorismo, istigazione, vessazione, incitamento all'odio e censura sono da condannare e bandire per il pieno raggiungimento dello stato di diritto e di una

società plurale e democratica. Pertanto, le autorità egiziane ad interim e le forze di sicurezza debbono garantire la sicurezza di tutti i cittadini, indipendentemente dalle loro opinioni politiche, dalla loro appartenenza politica o dalla loro confessione.

La nuova Costituzione dell'Egitto, approvata nell'ambito del referendum svoltosi il 14 e 15 gennaio 2014, dovrebbe costituire un importante passo in avanti nella difficile transizione del paese verso la democrazia, menzionando un governo civile, la libertà di credo e l'uguaglianza di tutti i cittadini. Il referendum costituzionale ha rappresentato un'opportunità per gettare le basi del consenso nazionale e della stabilità istituzionale e politica del paese, soprattutto perché la stragrande maggioranza dei voti è stata espressa a favore della nuova Costituzione.

4-251-187

**Davor Ivo Stier (PPE)**, *napisan*. - U kontekstu nemira u Egiptu događaju se brojni napadi kršćana. Samo je prošle godine 83 Egipćana ubijeno samo zbog toga što su kršćani, te je evidentirano gotovo petsto napada na koptske crkve. Od visoke predstavnice Europske unije za vanjsku i sigurnosnu politiku očekuje se snažniji angažman u zaštiti prava kršćanske manjine u Egiptu, koristeći pritom diplomatsku komunikaciju s vlastima u Kairu i sve ostale instrumente koje EU ima na raspolaganju. Stoga sam podržao ovu rezoluciju, koja također naglašava važnost demokratske tranzicije nakon usvajanja Ustava na referendumu. Međutim, daljnja budućnost države ovisit će o primjeni ključnih ustavnih odredbi, posebice onih vezanih za temeljna prava i slobode egipatskih građana.

4-251-250

**Kay Swinburne (ECR)**, *in writing*. - This resolution assesses the situation in Egypt and outlines the challenges facing this country, which is enduring a fresh period of bloodshed, sectarian violence, deep political and social polarisation and economic stagnation. I fully support the resolution's call for our continued backing for Egypt's transition to become a democratic state.

4-251-406

**Marc Tarabella (S&D)**, *in writing*. - I condemn the violent clashes that took place during the referendum on Egypt's new constitution and in the days that followed, and I reiterate that political claims should be made within a legal framework.

We call for prompt, independent and impartial investigations into the deaths of civilians, for the findings to be made public, and for those responsible to be brought to justice in accordance with international human rights standards.

We also recognise the large turnout for the referendum on the draft constitution, and support the authorities that helped to organise the voting process.

4-251-562

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - A revolução Árabe, que levou a uma mudança de regime nos países do Norte de África, trouxe também um clima de instabilidade política e social na maioria dos países, uma vez que a implementação de um Estado de direito e todas as suas especificidades necessita de certos princípios e valores que não estão instituídos na sociedade. Ainda subsiste o vento de mudança para a criação de verdadeiros Estados democráticos, mas a situação no Egipto, após a tomada do poder pelos militares, ainda é crítica, com uma crescente escalada de violência. Violência esta que está a criar tensões

sociais, étnicas e sectárias, entre os muçulmanos e estes e os católicos. É preciso que a União tenha um peso mais forte no apoio aos diferentes elementos de criação de um Estado de direito. É preciso banir toda e qualquer discriminação e aceitar o voto da população egípcia. Como acredito que é essencial o apoio da comunidade internacional, e principalmente da União, voto a favor desta proposta de resolução. Não podemos deixar os egípcios sem a ajuda da União Europeia.

4-251-625

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris* . - Am votat pentru rezoluția referitoare la situația din Egipt. Respectarea drepturilor omului și a libertăților fundamentale, precum și dreptatea socială și un standard mai ridicat de viață pentru cetățeni sunt elemente esențiale ale tranziției spre o societate egipteană deschisă, liberă, stabilă, democratică și prosperă.

Economia Egiptului se află în mare dificultate. Din 2011 rata șomajului a crescut, iar sărăcia s-a agravat. Considerăm că prosperitatea economică a țării are nevoie de stabilitate politică, de politici economice sănătoase, de combaterea corupției, precum și de sprijin internațional.

Condamnăm toate actele de violență, terorism, instigare, hărțuire, discursurile care incită la ură și cenzura. Îi îndemnăm pe toți actorii politici și forțele de securitate să dea dovadă de cea mai mare reținere și să evite provocările, pentru a evita noi acte de violență, în interesul suprem al țării. Salutăm și sprijinim eforturile Vicepreședintelui Comisiei/Înaltul Reprezentant, Catherine Ashton, și ale Reprezentantului special, Bernardino León, de mediere între părți, pentru rezolvarea actualei crize politice. Îndemnăm Consiliul, VP/ÎR și Comisia să ia în considerare, în relațiile bilaterale cu această țară, precum și în ceea ce privește sprijinul financiar pe care i-l acordă, atât principiul condiționalității („mai mult pentru mai mult”), cât și problemele economice grave cu care se confruntă Egiptul.

4-252-000

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie* . - Referendum konstytucyjne ma umożliwić ratyfikowanie nowej ustawy zasadniczej, która zastąpi konstytucję zawieszoną przez armię po odsunięciu Mursiego od władzy. Projekt usuwa mające islamistyczny charakter postanowienia, których wprowadzenie do konstytucji zatwierdzono w referendum w 2012 r., gdy urząd prezydenta sprawował Mursi. Zwiększa także autonomię sił zbrojnych, których wpływ na życie polityczne Egiptu jest już obecnie przemożny. Nowa konstytucja wprowadza zakaz działania partii zakładanych z pobudek religijnych. Największe kontrowersje wzbudza jednak zapis dotyczący wojska; pozwala on armii na sądenie cywilów w przypadku bezpośredniego ataku na siły zbrojne i ich sprzęt. Przyjęcie projektu pozwoli na zmianę kolejności przewidywanych na ten rok wyborów powszechnych. W lipcu zadeklarowano, że najpierw odbędą się wybory parlamentarne, ale proponowana nowa ustawa zasadnicza umożliwi dokonanie najpierw elekcji prezydenta.

4-252-500

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *par écrit* . – Cette résolution pleine de bons sentiments condamne les actes de violence de part et d'autre et témoigne "sa grande solidarité envers le peuple égyptien". Pour autant, rien n'est dit sur le coup d'État militaire de juillet 2013 et de la répression brutale qui a suivi. Rien n'est dit non plus sur les positions économiques des chefs de l'armée, dont les intérêts sont en réalité bien éloignés de ceux du peuple égyptien, et notamment de ceux des travailleurs, des pauvres ou des jeunes, qui réclament la justice sociale et une amélioration de leur niveau de vie. Alors que la situation



économique ne s'est stabilisée que grâce à l'aide massive des pays du Golfe et que le chômage reste endémique, la priorité est de rétablir en urgence l'ordre démocratique afin que le pays soit doté rapidement d'institutions démocratiques aptes à répondre enfin aux préoccupations de la population. Le soutien quasi inconditionnel du Parlement européen aux institutions issues du coup d'État militaire me paraît pour le moins manquer de nuances et de distance. C'est pourquoi j'ai choisi de m'abstenir sur cette résolution, à l'instar des membres de la GUE / NGL.

4-251-750

**Marina Yannakoudakis (ECR), in writing .** - The situation in Egypt remains precarious. The country is struggling, in the face of Al Qaeda-backed militants, to cement a democratic foundation. The army is unable to bring security to the streets, and police forces have been targeted with bombs. The death toll continues to rise and demonstrations have become a daily occurrence. It remains unclear whether the provisional leader, Field Marshal al-Sisi, will run for presidential office, given the army's denial of a Kuwaiti report that he would do so.

With the trials of both Mubarak and Morsi still ongoing, it is unclear what kind of future Egypt faces. The situation has improved marginally since the overthrow of Mubarak, but civil unrest continues and Egypt is truly divided. The EU must ensure that any aid given reaches the citizens and does not fall into the hands of militias hell-bent on unleashing terror upon the people.

The army must make solid efforts to bring democracy to Egypt and should not revert to installing dictators. Egypt is still positioned at the crossroads and it must choose the democratic path.

4-251-875

**Zbigniew Ziobro (EFD), na piśmie .** - Nie będę ukrywał, że jedną z ważniejszych kwestii dotyczących sytuacji w Egipcie jest dla mnie poszanowanie praw chrześcijańskich Koptów. W ostatnich latach ich sytuacja znacznie się pogorszyła. Kolejne fale zamachów terrorystycznych, ataków, dyskryminacyjne prawo sprawiły, że Koptowie znaleźli się w sytuacji ludzi odrzuconych i pozostających na marginesie egipskiego społeczeństwa. Za rządów prezydenta Morsiego widzieliśmy wzmożoną islamizację oraz wszechpotężny wpływ prominentnego Bractwa Muzułmańskiego. W analizie przygotowanej dla nas przez jednego z polskich profesorów wyraźnie stwierdzono w tym okresie wzrost postaw antychrześcijańskich oraz prawną próbę sankcjonowania wolności wyznania w Egipcie. Mam nadzieję, że nowa konstytucja oraz nowo wybrane władze pozwolą zmienić ten trend. Cieszę się, że rezolucja, nad którą głosujemy dziś w PE, również wysuwa podobne wnioski.

4-251-937

**Inês Cristina Zuber (GUE/NGL), por escrito .** - Esta resolução contém posições que apoiamos, nomeadamente a condenação do *uso da força* pelas forças de segurança, a repressão e perseguição de manifestantes e dirigentes políticos egípcios, a perda de vidas humanas. A maioria do PE mostra-se igual a si mesma, apoiando um processo constitucional que forças políticas e sociais consideram atacar os direitos dos trabalhadores, dos camponeses e de outras camadas laboriosas e não garante os direitos das mulheres e crianças, conferindo ao chefe de Estado poderes absolutos, não sendo portanto, na sua

essência, diferente do processo iniciado pela Irmandade Muçulmana quando tentava estabelecer um Estado fascista religioso. Várias forças sociais e políticas egípcias têm alertado para o facto de a situação no país piorar de dia para dia, o que não tem demovido o povo egípcio que continua a demonstrar ao mundo a sua dignidade, combatividade, e determinação em lutar pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida, contra a violência da polícia, o julgamento de civis em tribunais militares e as milícias reacionárias. Não existe nesta proposta de resolução uma única palavra de condenação da ingerência externa. Existem outros caminhos para o processo político e cabe ao povo egípcio decidi-los, livre de ingerências e pressões externas. Abstivemo-nos.

**10.10. Gipfeltreffen EU-Russland (B7-0149/2014, RCB7-0150/2014, B7-0150/2014, B7-0151/2014, B7-0152/2014, B7-0156/2014, B7-0159/2014)**

4-254-000

**Mündliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-255-000

**Tatjana Ždanoka (Verts/ALE).** - Mr President, I do believe that only a new, united Europe can be one of the pillars of a peaceful multipolar world in the 21st century. This resolution is tabled in the spirit of the Cold War, and that is why I voted against it. Russia, notwithstanding the differences between our political regimes, is a large neighbour, and the European Union needs to be its faithful partner.

I am against the attempts to build a new wall between the European Union and Russia in the form of a Baltic Sea-Black Sea-Caspian Sea arch by using the Eastern Partners of the European Union, and Ukraine in particular. Russia, Turkey, the European Union and its Eastern Neighbourhood partners have to consider themselves true strategic partners. This is a component of indivisible European security.

4-256-000

**Bernd Posselt (PPE).** - Herr Präsident! Nicht wir bauen eine Mauer gegen Moskau auf, sondern der Kreml baut eine Fassade uns gegenüber auf – eine Propagandafassade, hinter der Menschenrechtsverletzungen, Unterdrückung und Kolonialismus verborgen werden.

Wenn wir bedenken, dass jetzt in Sotschi Olympische Spiele eröffnet werden, am 150. Jahrestag des Völkermordes am Volk der Tscherkessen, dessen Reste weltweit verstreut sind und das vergeblich auf ein Zeichen der moralischen Wiedergutmachung wartet, dann kann es einem nur grausen. Man muss sich vorstellen, dass dort momentan geplant wird, zur Eröffnung der Olympischen Spiele eine Siegesparade in historischen Uniformen abzuhalten – statt an diesen Völkermord zu erinnern, ihn quasi indirekt auch noch zu feiern, und das im Zusammenhang mit Olympischen Spielen! Es wird immer wieder versucht, Olympische Spiele zu einem unpolitischen Sportereignis zu degradieren. Aber sie sind elementar politisch, denn sie wurden gegen Nationalismus und Unterdrückung gegründet!

4-257-000

**Daniel Hannan (ECR).** - Mr President, as we stand here the Putin regime is under pressure in the run up to the Sochi Games because of its stance on equality for gay people and of course it should be under pressure. Equality of all citizens under the law is a desirable

precept, but if I were Putin I would be astonished to think that I am being criticised now for having literally got away with murder in the decades leading up to this moment: the repression of journalists, the autocratic system, the way in which every contiguous country has felt the pressure of Russian revanchism: the Baltics, Bulgaria, the Caucasian States, in the case of Georgia literally an invasion. This is not a question of internal repression; the regime in the Kremlin has crossed the border into breaking international law. In the case of the Litvinenko affair it collaborated, to put it as neutrally as possible, with the murder of a citizen living under the Queen's peace in the United Kingdom. That really is, unlike some of the other motions for resolutions that we have been discussing today, a cause for us to take direct diplomatic international action to defend our legitimate interests.

4-258-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-258-500

**Claudette Abela Baldacchino (S&D)**, *in writing*. - Good neighbourly relations and peace and stability in common neighbouring countries are in the interests of both Russia and the EU. An open, frank and results-oriented dialogue about the crises in these countries should be developed, addressing, in particular, frozen conflicts, the need to strengthen security and stability, support for the territorial integrity of the countries concerned and the establishment of joint crisis-management mechanisms.

4-258-531

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente resolução, tomando nota dos relatórios de acompanhamento relativos aos Espaços Comuns União Europeia-Rússia, que descrevem os progressos, ou os retrocessos, na implementação dos Espaços Comuns União Europeia-Rússia e dos roteiros adotados em 2005. Apoio, em especial, a cooperação no domínio da investigação e desenvolvimento e saliento que os quatro espaços comuns pressupõem o princípio da reciprocidade. Destaco a importância da segurança energética e o facto de o fornecimento de recursos naturais não dever ser usado como uma arma política. Neste sentido, sublinho a importância de uma colaboração mútua no domínio da energia, que representa uma oportunidade para aprofundar a colaboração económica e comercial num mercado aberto e transparente. Desejo uma estreita cooperação entre a União Europeia e a Rússia no tocante ao fornecimento de matérias-primas e terras raras, em especial das que são consideradas críticas, no entanto, reclamo a observância das regras internacionais, em especial as regras da OMC.

4-258-562

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris*. - Am votat în favoarea rezoluției, deoarece cred că relațiile Uniunii cu Rusia trebuie redefinite, în special în lumina summitului de săptămâna trecută, dar și a evoluțiilor recente din vecinătatea estică. În primul rând, Federația Rusă ar trebui să înțeleagă că Uniunea nu este o amenințare. Aici aş vrea să mă refer la faptul că Rusia pune piedici în mod constant proiectelor Uniunii care vizează consolidarea relațiilor cu vecinii din est. Până la urmă, noi nu forțăm pe nimeni să adere sau să își consolideze relațiile cu Uniunea. Ori Rusia practică o diplomatie pe care mulți ar putea-o defini ca șantaj economic. Exemplele recente ale Ucrainei, Republicii Moldova sau Armeniei sunt grăitoare. Moscova trebuie să înțeleagă că este dreptul cetățenilor Ucrainei sau ai Republicii Moldova să își decidă viitorul singuri.

4-258-625

**Adam Bielan (ECR)**, *na piśmie*. - Panie Przewodniczący! W relacjach z Rosją napotykaemy coraz więcej spornych kwestii. Jednoznaczne stanowisko Brukseli w sprawie wydarzeń na Ukrainie zaowocowało kolejną odsłoną wojny handlowej. Rosyjskie i białoruskie embargo na wieprzowinę najbardziej uderza w producentów ze wschodnich krajów Unii. Liczę na aktywność europejskiej dyplomacji w celu szybkiego wyjaśnienia tego problemu w interesie polskich rolników. Wyrażam zdecydowany sprzeciw wobec rosyjskich nacisków na kraje Partnerstwa Wschodniego. Przykład Ukrainy pokazuje, do czego ta agresywna polityka prowadzi. Rosja nie jest częścią Partnerstwa i nie powinna być traktowana na równi z członkami tego stowarzyszenia. Apeluję do rosyjskich władz o poszanowanie suwerenności oraz integralności terytorialnej Gruzji, czego najbardziej pożądanym wyrazem byłoby zakończenie okupacji Abchazji i Południowej Osetii.

4-258-656

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - A Cimeira UE-Rússia de 28 de janeiro de 2014 constitui uma oportunidade para refletir sobre a natureza e o rumo da Parceria Estratégica UE-Rússia e esclarecer pontos de discordância. Espero que as conversações conduzam à melhoria da confiança mútua e criem condições para um novo impulso político que faça avançar a parceria.

4-258-687

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - Os acontecimentos recentes na Ucrânia demonstram até que ponto parece existir uma tensão geoestratégica entre a União e a Rússia. Creio que a mesma se deve mais a alguma intranquilidade russa pela aproximação europeia ao seu espaço vital, ao núcleo da sua zona de influência, do que a uma tentativa europeia de combater o papel da Rússia nos países com quem esta mantém antigas e sólidas relações históricas. Recorde-se que a origem do Estado russo radica precisamente no grão-ducado de Kiev. Estou em crer que a Rússia ganharia mais em entender a União como um potencial parceiro e em procurar estabelecer com esta uma relação de complementaridade não-concorrencial do que procurar afrontá-la e aos valores que representa. Estes são entendidos e queridos não apenas pelas populações dos Estados limítrofes mas, também pela própria população russa. A Rússia é uma grande potência com uma história e um papel civilizacional incontornáveis. A União deve persistir no aprofundamento e desenvolvimento da sua relação com a Rússia, sem abdicar da necessária exigência e rigor na defesa dos seus interesses e da especial atenção quanto à conduta e procedimentos das autoridades russas.

4-258-734

**Monika Flašíková Beňová (S&D)**, *písomne*. - Rusko je jedným z najdôležitejších strategických partnerov Európskej únie. 28. januára 2014 sa uskutočnil samit, ktorý bol príležitosťou na zlepšenie vzťahov a diskusiu o regionálnej hospodárskej integrácii, spoločnom susedstve a iných kľúčových zahranično-politických otázkach. Európska únia nabáda Rusko, aby si plnilo povinnosti vyplývajúce mu z členstva v Svetovej obchodnej organizácii a odstránilo obchodné bariéry, ako napríklad poplatky za recyklovanie motorových vozidiel. Spolupráca medzi Európskou úniou a Ruskom v oblasti výskumu a vývoja je na vysokej úrovni. Spolupráca v oblasti energetiky je pre oboch partnerov veľmi dôležitá a Rusko by nemalo využívať dodávky prírodných zdrojov ako politický nástroj. V Rusku naďalej pretrvávajú problémy s nezávislosťou súdництва a zhoršujúca sa situácia

občianskej spoločnosti, politickej opozície, obhajcov ľudských práv a LGBT komunity. V rokovaníach o novej dohode, ktorá by mala nahradiť súčasnú dohodu o partnerstve a spolupráci sa nepodarilo dosiahnuť žiadny pokrok.

4-258-781

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit* . – J'ai soutenu cette proposition de résolution qui, dans le contexte du sommet restreint UE-Russie qui s'est déroulé le 28 janvier dernier et des événements actuels en Ukraine, rappelle le caractère stratégique de la coopération avec la Russie dans de nombreux domaines mais s'inquiète d'un certain nombre d'éléments. La situation des droits de l'homme en Russie, la loi interdisant la "propagande de relations sexuelles non traditionnelles" et l'approche russe de la crise ukrainienne sont autant de sujets de préoccupation qui sont rappelés dans ce texte. Je me félicite donc de sa large adoption.

4-258-812

**Béla Kovács (NI)**, *írásban* . - Egyszeres hírként mondhatnám, hogy a találkozó rövid volt és velőtlen. Bővebben kifejtve: diplomáciából elégtelenre vizsgázott az Európai Külügyi Szolgálat, mert nem volt képes együttműködni Oroszországgal és az EU keleti szomszédságának országaival olyan megoldások kialakítása érdekében, melyek lehetővé tennék az EU gazdasági térsége és az Eurázsiai Unió, illetve Vámunió együttes fennállását. A BRICS tagországok komoly gazdasági eredményeket érnek el, gyakorta sajnós környezeti és társadalmi károk mellett. Az Európai Unió csekély gazdasági eredményeket tud felmutatni a társadalmakban és nemzeteknek okozott hatalmas károk mellett. Addig kellene az oroszokkal megtalálni a közös jövőképet, amíg rá nem unnak az EU-s hivatalnokok primitívségére, akiknek egyébként az európai polgárok javát kellene szolgálniuk és nem mondjuk az USA érdekeit, mint azt most teszik. Az állásfoglalás pedig színvonalatlan.

4-258-843

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto* . - Il vertice UE-Russia del 28 gennaio 2014 ha dato la possibilità di riflettere sulla natura e la direzione del partenariato strategico e chiarire alcuni punti di disaccordo.

Negli anni l'UE e la Russia hanno instaurato relazioni profonde ed estese, non solo nei settori dell'energia, dell'economia e del commercio, ma anche dal punto di vista della sicurezza esterna, della circolazione delle persone e della cultura (i cosiddetti "quattro spazi comuni"). Ciò nonostante l'Europa sottolinea l'esigenza di un dialogo prolungato e costruttivo per discutere degli sviluppi nel nostro vicinato comune, compresa l'Ucraina, nell'interesse collettivo, poiché amplierebbe la zona di stabilità, prosperità e cooperazione lungo i confini.

4-258-859

**Monica Luisa Macovei (PPE)**, *în scris* . - Summitul de săptămâna trecută dintre Uniune și Federația Rusă nu a avut succesul așteptat și a fost lipsit de substanță. Este important ca ordinea de zi să nu se limiteze doar la două puncte principale de discuție: crearea unui regim fără vize și prezența Gazprom pe piața europeană. Trebuie să abordăm problemele acute referitoare la vecinii noștri comuni. Presiunile puse asupra Ucrainei, Armeniei sau Moldovei înaintea Summitului de la Vilnius demonstrează voința Federației Ruse de a duce statele postsovietice în Uniunea Eurasiatică. Nu putem ignora protestele din Ucraina,

problemele referitoare la granițele Abhaziei și ale Osetiei de Sud sau acțiunile de hărțuire și intimidare din regiunea separatistă transnistreană.

Federația Rusă trebuie să respecte principiile dreptului internațional și convențiile la care este parte, iar dacă nu o face, trebuie să i se răspundă pe măsură, și nu cu 3 rânduri de mănuși de catifea. Principiul suveranității și independenței țărilor vecine Federației Ruse și dreptul suveran de a-și alege singure alianțele politice și comerciale trebuie respectate de Federația Rusă.

4-258-875

**Jiří Maštálka (GUE/NGL),** *pisemně* . - Navržené usnesení nepojednává o zmíněném summitu. Je shrnutím všech mediálně pěstovaných nešvarů, problémů či přímo zločinů, které údajně páchá současná politická elita Ruska na svém lidu. Nemá cenu rozebírat bod za bodem, nezaslouží si tolik pozornosti. Dovolte mi jen dvě drobné poznámky. První na téma „před kritikou jiných je třeba zamést si před vlastním prahem“. Je za veškeré zhoršování vztahů mezi EU a Ruskem odpovědný Vladimír Putin? Chtěl bych připomenout těm, kdo se snaží zapomenout a nutí zapomenut i ostatní, že ke zlomu ve vztazích Rusko-EU došlo v důsledku bombardování Jugoslávie v roce 1999 (podílely se na něm i některé členské státy). Až pak zvítězily v Moskvě síly, které prosazují obhajobu ruských národních zájmů a nespolehají na to, že to za ně udělá Západ, třeba i v podobě EU. Druhá poznámka na téma „nečiň bližnímu, co tobě nemilo“. EU má celou řadu nedostatků: od deficitu demokracie přes korupci v roční výši 120 miliard EUR po ekonomickou stagnaci. Má ale i řadu pozitiv. Komu by se líbilo, kdyby o nás ostatní mluvili jen tehdy, kdy se mohou zdůrazňovat jen naše nedostatky? Opravdu na současném Rusku nedokáže nikdo nalézt jediný pozitivní jev? Proto se nesmíme divit, že se Rusko stále více obrací k Asii.

4-258-876

**Nuno Melo (PPE),** *por escrito* . - Apesar dos últimos acontecimentos na Ucrânia e da pressão que a Rússia tem mantido sobre alguns países da chamada Parceria Oriental, a União Europeia continua empenhada em aprofundar e desenvolver as suas relações com a Rússia, facto que é demonstrado pela vontade da União de lançar importantes negociações com vista a um novo acordo-quadro para o seu desenvolvimento. A União Europeia e a Rússia têm vindo a estabelecer relações profundas e abrangentes, em particular nos setores energético, económico e comercial. Temos que continuar esse caminho mau grado os últimos acontecimentos, as boas relações entre a UE e a Rússia só podem ser benéficas para todos. Daí o meu voto favorável.

4-258-878

**Willy Meyer (GUE/NGL),** *por escrito* . - He votado en contra de esta Resolución debido a que, pese a que plantea un acercamiento de las posiciones entre ambas potencias, propone una mejora en la cooperación comercial y económica y cierra lazos en el ámbito de la cooperación imperialista en la región entre las dos potencias, se trata de una nueva prueba del doble rasero de la política internacional de la Unión Europea, que, en cuanto se interponen los intereses económicos y comerciales, es capaz de aceptar cualquier alianza. La UE ha cambiado su política hacia Rusia y aquí presenta una Resolución claramente vinculada a los intereses imperialistas de ambas potencias sobre Ucrania. Tratando de acercar posiciones los dos gigantes militares tratan de repartirse la influencia en la región. Es por todo esto por lo que he decidido votar en contra de la Resolución.

4-258-882

**Louis Michel (ALDE)**, *par écrit*. – Il nous a semblé important de rappeler aux dirigeants russes que le partenariat oriental ne doit pas être perçu comme une menace pour les intérêts de la Russie. Au contraire, nous tenons à souligner qu'un voisinage stable serait bénéfique aussi bien pour l'Union européenne que pour la Russie. N'oublions pas que l'Union est le plus grand partenaire commercial de ce pays. Néanmoins, nous restons préoccupés par la situation des droits de l'homme, le respect de l'état de droit et les principes démocratiques dans la Fédération de Russie. Le dossier ukrainien est préoccupant au regard du respect de la liberté de choix des pays souverains en matière étrangère, de coopération régionale économique et commerciale, comme l'a dit Herman Van Rompuy. Étant donné l'importance que revêt le dialogue avec la Russie, nous demandons que les responsabilités de l'Union pour ce qui touche à la Russie soient centralisées en donnant un rôle clair au prochain titulaire du poste de haut représentant en ce qui concerne le dialogue avec ce pays.

4-258-890

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing*. - This resolution follows the intended summit, which was to have taken place in late January and which was reduced to a three-hour meeting. I believe that the EU and Russia should find ways to collaborate effectively.

4-258-898

**Andreas Mölzer (NI)**, *schriftlich*. - Die Beziehungen zwischen der russischen Föderation und der EU sind durch die letzten Ereignisse, wie die Majdan-Demonstrationen in der Ukraine oder die bevorstehenden Olympischen Spiele in Sotschi und deren politische Ausrichtung durch den Gastgeber, zusätzlich strapaziert worden. Hinsichtlich handelspolitischer Entscheidungen muss die EU gegenüber Russland sicherlich entschiedener auftreten und mit dessen Regierung ein umfassendes und rechtsverbindliches Abkommen auf wirtschaftlicher sowie auf politischer Ebene abschließen. Dennoch halte ich es für entscheidend, dass man die innenpolitische Situation des Landes als solche akzeptiert und sich nicht u. a. in zivilgesellschaftliche Fragen einmischt, da es die Beziehungen zwischen den Ländern deutlich strapaziert. Aus diesem Grund konnte ich dem Antrag nicht zustimmen.

4-258-902

**Katarína Neveďalová (S&D)**, *písomne* - Počas mojej minulotýždňovej návštevy Moskvy som opäť mala možnosť vidieť, ktoré témy Rusov vo vzťahu k Európskej Únii zaujímajú najviac. Mnohé sa nezmenilo, skôr k tomu, čo zostalo, pribudli témy ako Ukrajina a Sýria. Najdôležitejšou témou je v Rusku podľa môjho názoru otázka bezpečnosti. Dva teroristické útoky z konca decembra, ktoré otriasli krajinou a medzinárodným spoločenstvom, boli umocnené blížiacim sa termínom Olympiády v Soči. Najväčšiu pozornosť si vyžiadala téma týkajúca sa krízy na Ukrajine. Podobne tomu bolo aj na samite EÚ-Rusko, ktorý sa z pôvodne plánovaných dvojdňových rozhovorov skrátil na niekoľkohodinové stretnutie. Vážne vzbudili aj niektorí európski politici tým, že sa zúčastnili na pro-európskych manifestáciách v Kyjeve. Demonštrácie na Ukrajine sa začali v novembri potom, čo prezident Janukovič oznámil, že nepodpíše obchodné a politické dohody s Európskou úniou. Pri konfrontácii s ruskými partnermi som sa držala hodnôt a názorov, ktoré zdieľam so svojimi S-D kolegami. Predovšetkým ide o uvedomenie si významu partnerstva medzi EÚ a Ruskom, ktoré má kvôli vzájomnej previazanosti oboch aktérov strategický význam. Je zároveň neakceptovateľné, aby vytváranie politického nátlaku spôsobovalo nestabilitu,

ako tomu bolo na Ukrajine – preto nesmieme dovoliť vzniknúť politiku blokov súperiacich o sféry vplyvu, naopak je potrebné nájsť spoločné záujmy pri spravovaní stabilného susedstva.

4-258-906

**Justas Vincas Paleckis (S&D)**, *raštu*. - Tai neįprastas aukščiausio lygio susitikimas ES – Rusijos santykiuose, trukęs tik 3 valandas. Rusija – sudėtinga strateginė ES partnerė, tačiau matome gaires, kurių turime siekti. Sveikintinas Prezidento V. Putino pasiūlymas tartis dėl naujos bendradarbiavimo sutarties bei dėl laisvos prekybos zonos nuo Lisabonos iki Vladivostoko. Tarp Briuselio ir Maskvos pirmiausia reikia pasiekti daugiau pasitikėjimo. Balsavau už šią rezoliuciją, kurioje pabrėžiama, jog Maskvos politinis ir ekonominis spaudimas bendroms ES – Rusijos kaimynėms yra nepriimtinas. 2012 m. Rusija įstojo į PPO, tačiau ji nevykdo visų savo įsipareigojimų. Kurdama Eurazijos muitų sąjungą Rusija priėmė daug protekcinį priemonių. Rezoliucijoje taip pat pabrėžiamos nemažėjančios spragos žmogaus teisių srityje. Pritariu, kad svarbu skatinti ES ir Rusijos dialogą kultūros, jos paveldo ir istorijos baruose, taip pat skatinti studentų, mokytojų, dėstytojų ir mokslo darbuotojų mainus ir mobilumą, siekiant palengvinti žmonių tarpusavio ryšius. Tai sukurtų matomą, apčiuopiamą bei tvarią partnerystę, o tai ilgalaikėje perspektyvoje sukurtų vertybių bendriją.

4-258-909

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - A 32.<sup>a</sup> Cimeira UE-Rússia permitiu uma reflexão e discussão sobre interesses comuns ou mesmo diferenças, assim como permite o desenvolvimento de relações em termos de parceria estratégica UE-Rússia, quer a nível de integração económica regional, questões comerciais, quer a nível dos compromissos da OMC, bem como outros compromissos internacionais e principais desafios dos negócios estrangeiros, nomeadamente com a Síria. Considerando que a UE continua empenhada em aprofundar e desenvolver as relações com a Rússia, atendendo à cooperação existente nos setores da economia, energia e do comércio e às relações de boa vizinhança entre ambos, fundamentais para a estabilidade, segurança e prosperidade da Europa e dos países vizinhos, votei favoravelmente a presente proposta de resolução.

4-258-913

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan*. - Rusija je najveći susjed EU-a i treći najveći trgovinski partner. Suradnja EU-Rusija koja je u tijeku pokriva četiri važna područja te uz to EU i Rusija surađuju i na brojnim izazovima bilateralne i međunarodne važnosti, uključujući klimatske promjene, borbu protiv droge, trgovinu ljudima, organiziran kriminal, borbu protiv terorizma itd. Iz tih razloga, susreti koji se održavaju dva puta godišnje povodom EU-Russia Summit-a su od iznimne važnosti, te bih izrazio svoje žaljenje što je sastanak u siječnju 2014. godine poprimio kraći oblik jer smatram da se tijekom summit-a raspravlja o temama kojima je potrebna veća pažnja. Podržavam ovu rezoluciju budući da je daljnje produbljivanje i razvijanje odnosa između EU-a i Rusije nužno te u korist obadviju strana. Međutim, izražavam svoju zabrinutost zbog nedavnih događaja u zajedničkom susjedstvu te pozivam na ostvarivanje političkog dijaloga i mirno rješenje trenutnim sukobima i problemima. Također pozivam na izražavanje poštivanja i zaštitu ljudskih prava te poštivanje dogovorenih demokratskih načela.



4-258-917

**Andrej Plenković (PPE)**, *napisan* . - Kao jedan od sponzora rezolucije Europskog parlamenta o Sastanku na vrhu EU-Rusija, mišljenja sam da je susret 28. siječnja 2014. na najvišoj razini bio prigoda za razmatranje daljnjeg smjera strateškog partnerstva između EU i Rusije u aktualnim globalnim, političkim i gospodarskim okolnostima. Držim da je važan napredak u svim područjima suradnje ostvaren tijekom proteklih desetak godina, a da treba posebno voditi računa o pitanjima energetske sigurnosti i razvoja ukupnih gospodarskih odnosa. Očekujem daljnji napredak provedbe temeljnih načela demokracije, vladavine prava i ljudskih prava u Rusiji kao i poticajne pregovore o sporazumu o olakšavanju viznog režima. Na vanjskopolitičkom planu smatram da je potrebno intenzivirati dijalog o ključnim međunarodnim pitanjima poput situacije u Ukrajini, Siriji, Iranu, kao i odnosa s Gruzijom i Moldovom.

4-258-918

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *in writing* . - In favour. The reduced format of the EU-Russia summit is an appropriate reflection of the current state of affairs in EU-Russia relations, which allows for a pragmatic exchange on topical issues while also symbolising the challenges EU-Russia cooperation currently faces. In this regard, as long as the conditions for the development of a genuine strategic partnership based on shared common values are not in place, EU-Russia summits should be held once a year, instead of the current biannual format. The current deterioration of EU-Russia relations is the result of a long process during Vladimir Putin's first two terms as President and his time as influential Prime Minister which has continued under his current presidential term of office and is a direct consequence of his domestic and foreign policy choices. So far, the EU has been unable to convince the Russian leadership of the merits of a fully-fledged democratic system, the rule of law and respect for fundamental rights, and that a society where the state protects and serves its citizens is the best way to secure long-term prosperity and stability.

4-258-919

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto* . - La Russia resta uno dei più importanti partner dell'UE, in quanto condivide interessi economici e commerciali.

Questo vertice fa parte di un dialogo prolungato e costruttivo per discutere degli sviluppi nel nostro vicinato comune, come pure delle varie iniziative di integrazione economica regionale e in particolare le loro ripercussioni sugli scambi. Purtroppo i leader russi continuano a considerare il partenariato orientale dell'UE come una minaccia per i loro interessi politici ed economici, mentre in realtà la Russia trarrà beneficio dall'aumento delle attività commerciali ed economiche e la sua sicurezza sarà consolidata da un vicinato stabile e prevedibile.

4-258-920

**Dubravka Šuica (PPE)**, *napisan* . - EU i Rusija su duboko povezane preko svojih povijesnih, političkih, ekonomskih i kulturnih korijena. Pojačana suradnja i dobrosusjedski odnosi važni su za obje strane. Smatram da moramo postići bolju suradnju u svrhu jačanja mira, međunarodnog prava, međusobnog povjerenja te da moramo staviti u drugi plan staviti rivalstvo koje je bilo prisutno u prošlosti. Snažni ekonomski i trgovinski odnosi pomoći će u povećanju povjerenja, investicija i trgovine koja će pozitivno utjecati na ekonomije Europske unije i Ruske federacije. Od izuzetne je važnosti da se EU i Rusija aktivno uključe u rješavanje ključnih globalnih izazova. Izražavam zabrinutost budući da

nedavni Summit nije uspio odrediti jasne smjernice kako bi se postiglo strateško partnerstvo. EU i Rusija moraju se uključiti u rješavanje sukoba i postizanja mira u Siriji te rješavanja situacije u Iranu. Hrvatski građani razumiju tešku situaciju tim zemljama jer je iza nas Domovinski rat zato sam podržala i podržat ću uvijek zajedničke napore i partnerstvo Europske unije i Rusije u svrhu mirnog rješavanja postojećeg sukoba.

4-258-921

**Kay Swinburne (ECR)**, *in writing* . - This resolution reflects on EU-Russia relations following the summit which took place on 28 January 2014. Whilst reiterating the importance of EU-Russia relations, it also highlights the current challenges for EU-Russia cooperation and rightly expresses concern about the human rights situation in Russia.

4-258-937

**Marc Tarabella (S&D)**, *par écrit* . – J'ai voté pour cette résolution. Je tiens à souligner deux choses. Premièrement, la Russie doit se conformer à toutes les obligations résultant de son adhésion à l'OMC et doit mettre pleinement en œuvre les engagements pris à cet égard. Elle ne doit plus imposer d'interdiction aux produits originaires des États membres, car il s'agit de mesures nuisibles aux relations bilatérales entre les divers États membres et la Russie et entre l'Union européenne et la Russie. Deuxièmement, je condamne avec force les récents attentats barbares de Volgograd. Je salue l'adoption de la déclaration commune UE-Russie du 28 janvier 2014 sur la lutte contre le terrorisme, dans laquelle l'Union européenne et la Russie conviennent d'examiner les possibilités d'approfondissement de leur coopération afin de lutter contre les actions terroristes et la criminalité organisée, d'élargir la coopération à l'échange de bonnes pratiques antiterroristes et à la formation d'experts en contre-terrorisme, et d'intensifier leur coopération dans le cadre des Nations unies et d'autres enceintes multilatérales.

4-258-944

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito* . - A Cimeira UE-Rússia que decorreu a 28 de janeiro de 2014, foi uma oportunidade para refletir sobre a Parceria Estratégica UE-Rússia e esclarecer alguns dos pontos de divergência. O formato reduzido da Cimeira é um reflexo da atual relação entre UE e Rússia e os desafios que a mesma apresenta. Há cada vez mais uma necessidade acrescida de estabelecer um diálogo permanente e construtivo sobre as fronteiras comuns, bem como sobre as várias iniciativas regionais de integração económica e as suas implicações comerciais com base na Organização Mundial do Comércio, com vista a trabalhar para uma futura zona económica e comércio comuns. A Rússia é um dos parceiros mais importantes da União em termos de cooperação estratégica, mas para que haja um progresso nas relações bilaterais é necessária uma discussão aberta de modo a esclarecer os assuntos que causam desacordo. Espera-se que na próxima Cimeira – a ter lugar em Sochi durante o mês de junho de 2014, possam ser lançadas novas negociações para acordos futuros entre UE e a Rússia. Por último, é de saudar o trabalho da Comissão Parlamentar de Cooperação UE-Rússia, que se apresenta como uma plataforma para o desenvolvimento da cooperação e diálogo entre ambas as partes.

4-258-952

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris* . - Am votat pentru Rezoluția Parlamentului European referitoare la Summitul UE-Rusia. Cooperarea consolidată și relațiile de bună vecinătate dintre UE și Rusia sunt de o importanță majoră pentru stabilitatea, securitatea

și prosperitatea Europei și, în special, a zonei de vecinătate comune. Dezvoltarea unui parteneriat strategic între UE și Federația Rusă se poate baza doar pe valori comune împărtășite de ambii parteneri, întrucât intensificarea cooperării la nivel internațional între acești doi parteneri în cadrul tuturor instituțiilor, organizațiilor și forumurilor este extrem de importantă în vederea îmbunătățirii guvernantei la nivel global și a depășirii provocărilor comune.

Consider deosebit de importantă colaborarea în domeniul energiei pentru ambele părți, întrucât aceasta reprezintă o oportunitate de aprofundare a cooperării economice și comerciale pe o piață deschisă și transparentă, ținându-se seama pe deplin de nevoia UE de diversificare a canalelor de transport și a furnizorilor de energie. Considerăm că la baza acestei cooperări ar trebui să stea principiile interdependenței și transparenței, alături de cel al accesului egal la piață, infrastructură și investiții. Solicităm ca la baza cooperării UE-Rusia în domeniul energetic să se afle principiile pieței interne, printre care cel de-al treilea pachet privind energia, în special referitor la accesul părților terțe, precum și ale Tratatului privind Carta energiei.

4-258-968

**Jacek Włosowicz (EFD), na piśmie .** - UE zarzuca Rosji, że nie przestrzega zasad WTO, do której wstąpiła w sierpniu 2012 r. „Jesteśmy bardzo rozczarowani tym, co nastąpiło od tego czasu. Byliśmy świadkami prób protekcyjizmu i działań niezgodnych z zasadami WTO. W 2013 r. Rosja podjęła 78 kroków protekcyjnych, więcej niż jakikolwiek inny kraj” – powiedział unijny dyplomata. Przypomniał, że w październiku zeszłego roku UE wniosła do WTO skargę w sprawie wprowadzonej przez Rosję opłaty recyklingowej pobieranej od importowanych samochodów. W przypadku 20 produktów rosyjskie cła importowe łamią zasady WTO. Także współpraca energetyczna między UE a Rosją nie jest wolna od tarć. Komisja Europejska prowadzi postępowanie antymonopolowe przeciwko Gazpromowi i przygotowuje zarzuty. Domaga się też renegocjacji dwustronnych porozumień zawartych przez sześć krajów UE (Bułgaria, Węgry, Słowenia, Grecja, Chorwacja i Austria) w sprawie budowy gazociągu South Stream, bo porozumienia te są niezgodne z unijnym prawem. UE jest najważniejszym odbiorcą rosyjskich surowców energetycznych. 29% zużywanej w UE ropy i gazu pochodzi z Rosji. Surowce te to 76% rosyjskiego eksportu do UE.

4-258-984

**Zbigniew Ziobro (EFD), na piśmie .** - Unia Europejska wbrew oczekiwaniom, od lat nie jest w stanie realnie odpowiadać na politykę prowadzoną przez Rosję w stosunku do Europy. Nie reagowaliśmy na doniesienia o zainstalowaniu przez Rosjan rakiet strategicznych w obwodzie kaliningradzkim. Pozostaliśmy bierni, gdy rosyjskie myśliwce i bombowce ćwiczyły symulowane ataki na Szwecję, a rosyjsko-białoruskie wojska na Polskę. Kraje zachodniej Europy pozwoliły okrążyć środkową część kontynentu siatką rosyjskich rurociągów. Wojna w Gruzji w 2008 roku nie nauczyła nas europejskiej solidarności wobec Rosji. To musi się zmienić. Aktualne działania Kremla na Ukrainie, swawolne i jednocześnie bezwzględnie dalekie od demokratycznej woli większości Ukraińców, są kolejnym przykładem na naszą bierność. Polska od lat wносиła o większą unijną solidarność wobec rosyjskiej polityki zagranicznej. Prosililiśmy, aby wzmocnić program Partnerstwa Wschodniego. Wszystkie nasze prośby jak dotąd na nic. Szanowni Państwo, nie mamy czasu, trzeba podjąć działania.

## 10.11. Fortschrittsbericht 2013 über Bosnien und Herzegowina (B7-0074/2014)

4-264-000

### Mündliche Erklärungen zur Abstimmung

4-265-000

**Philip Claeys (NI).** - Voorzitter, enkele dagen geleden heeft de Europese Commissie een onderzoek voorgesteld waaruit blijkt dat de corruptie in de lidstaten jaarlijks ongeveer 120 miljard euro kost aan de economie, en de Commissie liet ook weten dat dit cijfer waarschijnlijk nog onderschat is.

Het is dus niet onmiddellijk een goed idee om te spreken over de zogenaamde Europese roeping van landen als Bosnië en Herzegovina. Het is genoeg geweest met de permanente uitbreiding van de Europese Unie, die meer en meer neerkomt op een uitbreiding van de problemen. Het thema van de uitbreiding legt trouwens als geen enkel ander thema de gigantische kloof bloot tussen het EU-beleid enerzijds en de publieke opinie in de lidstaten anderzijds. Ik kan u dus nu al voorspellen dat er na de verkiezingen van 25 mei opnieuw heel wat krokodillentranen zullen zijn over de nieuwe doorbraak van het zogenaamde populisme.

4-266-000

**Bernd Posselt (PPE).** - Herr Präsident! Vor fast 35 Jahren hat eine britische Kollegin, Ann Clwyd, die EU mit einem Pferd verglichen, das man gefesselt hat und

dann schlägt, weil es nicht rennt. Inzwischen haben wir die EU – Gott sei Dank – weiterentwickelt und entfesselt, aber Bosnien und Herzegowina befindet sich in dieser Lage. Es ist gefesselt durch eine von außen aufgezwungene ungeeignete Verfassung, den Vertrag von Dayton, und wir schlagen dieses Land, weil es nicht rennt. Und ich sage ganz klar: Natürlich haben auch die dortigen Politiker und die dortigen Eliten völlig versagt, aber auch wir müssen unseren Beitrag dazu leisten, dass Bosnien und Herzegowina wieder auf die Beine kommt und bewegungsfähig wird. Und hier setze ich sehr auf die junge Generation dieses Landes. Das Land braucht einen tiefgreifenden Generationswechsel, braucht neue politische Führungsschichten und braucht vor allem eine Erneuerung aus den Gemeinden und aus der momentanen studentischen Demonstrationbewegung heraus. Darauf setze ich viel, viel Vertrauen, und auch in Persönlichkeiten wie Bischof Komarica und andere große, weise Männer dieses Landes.

4-267-000

**Daniel Hannan (ECR).** - Mr President, some years ago I visited Sarajevo and I met the then EU Commissioner, the High Representative, the colonial governor so to speak, and he said – and I thought that this was the perfect Eurocrat remark – ‘I am criticised by both sides: the Serbs and the Bosniaks are both attacking what I am doing, so I must be doing something right’ and I said to him: ‘No, if everybody is criticising you, that suggests to me that you are doing something wrong’. There is the eternal gulf between the democrat and the Brussels official.

Bosnia has been turned into a kind of EU in miniature, where democratic self-determination is struck down so as to preserve at all costs the ideal of a multinational state, right down to the blue flag with the stars on and the paraphernalia and symbolism that they have downloaded from Brussels. The way in which Bosnia would have reached maturity would,

of course, be when it could be democratic, when people could vote and have their decisions respected. Instead of which, in order to prepare it for EU membership, we are first teaching it to repress democratic self-determination.

4-268-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-269-000

**Claudette Abela Baldacchino (S&D)**, *in writing*. - It is important that the EU keep providing prospects for Bosnia and Herzegovina. However, the integration process needs to be accompanied by the appropriate reforms. The important Sejdić-Finci ruling by the ECHR, condemning discrimination of minorities at several levels of government, needs to be properly implemented. The message has to be that cooperation with and acknowledgement of the rights of minorities, is a condition for continuing the integration process. With a malfunctioning state and overall lack of vision for the future, Bosnia and Herzegovina's citizens are in need of efficient and forward-looking reforms.

4-269-500

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente resolução, manifestando profunda preocupação pelo facto de as divergências entre os líderes políticos, que se arrastam há quatro anos, terem levado o Conselho da Europa a ponderar, numa primeira fase, a suspensão do direito de representação da Bósnia-Herzegovina na organização. Esta decisão irá depender dos progressos positivos da aplicação do acórdão proferido pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem antes das eleições. Sublinho que a reforma constitucional continua a ser essencial para transformar a Bósnia Herzegovina num Estado eficaz e plenamente funcional. Insto a Federação a considerar propostas concretas a este respeito, nomeadamente a fusão de alguns cantões e a repartição de competências, com vista a simplificar a sua estrutura institucional complexa. Creio ser essencial garantir uma representação mais equilibrada de todas as pessoas e de todos os cidadãos que integrem o país, assim como eliminar a discriminação étnica. Defendo que esforços devem ter em vista tornar a Bósnia-Herzegovina num Estado mais funcional, menos oneroso e mais responsável perante os seus cidadãos.

4-270-000

**Χαράλαμπος Αγγουράκης (GUE/NGL)**, *γραφτώως*. - Την όξυνση όλων των προβλημάτων του εργαζομένου λάου που είναι συνέπεια των καπιταλιστικών αναδιαρθρώσεων που προωθούν ΕΕ και αστικές κυβερνήσεις, στο όνομα της ένταξης στην ΕΕ και στους άλλους ιμπεριαλιστικούς οργανισμούς, επιχειρούν να κρύψουν οι εκθέσεις για την ενταξιακή πορεία της Βόσνιας-Ερζεγοβίνης, της ΠΔΓΜ και του Μαυροβούνιου. Απαιτούν ακόμα πιο σκληρά δημοσιονομικά μέτρα, ακόμα πιο εκτεταμένες ιδιωτικοποιήσεις, άνοιγμα της αγοράς τους για την μεγαλύτερη εκμετάλλευση των φυσικών πόρων, του περιβάλλοντος και της εργατικής τους δύναμης από τα ευρωενωσιακά μονοπώλια. Το οργανωμένο έγκλημα, η εκτεταμένη διαφθορά του αστικού κρατικού μηχανισμού και του πολιτικού προσωπικού, οι μεσαιωνικές εργασιακές σχέσεις, η κατάπνιξη των λαϊκών ελευθεριών, οι διακρίσεις σε βάρος των μειονοτήτων, είναι σύμφυτα με το εκμεταλλευτικό καπιταλιστικό σύστημα, τη στέρωση του οποίου επιδιώκει η ΕΕ με την παρέμβαση της, μέσω των ενταξιακών διαδικασιών. Οι πληγές του πολέμου της ΕΕ και του ΝΑΤΟ στα Βαλκάνια και η ιμπεριαλιστική ειρήνη που ακολούθησε με το πιστόλι στο κρόταφο έχουν αφήσει το στίγμα των οδυνηρών αποτελεσμάτων τους για τους λαούς τους, ώστε να απειλούνται

νέες διαιρέσεις και κατακερματισμός της Βοσνίας – Ερζεγοβίνης. Παρά τη γιγαντιαία επιχείρηση αποπροσανατολισμού και χειραγώγησης συνειδήσεων, η επιχείρηση της διεύρυνσης της ΕΕ στα Βαλκάνια συναντά την αντίσταση ολοένα και περισσότερων εργατικών - λαϊκών δυνάμεων, που αντιλαμβάνονται ότι η ΕΕ είναι εχθρός των λαών.

4-270-062

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit*. – L'ensemble des pays du voisinage européen entretient des relations avec l'Union européenne dont certains en vue d'une éventuelle adhésion. J'ai voté en faveur de ce rapport qui contient des dispositions encourageantes se justifiant par les risques réels dans ce pays de retour à une instabilité si une perspective européenne n'était pas maintenue.

4-270-125

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris*. - Am votat în favoarea raportului și mă văd nevoită, ca și anul trecut, să constat din nou lipsa de progrese a Bosniei și Herțegovinei în dialogul cu Uniunea Europeană. Este singurul stat din Balcani care efectiv nu depune eforturi pentru a se reforma și a se alinia standardelor europene. Deși la nivel declarativ există această dorință, practic, se bate pasul pe loc. Efectele acestei situații sunt multiple: pe de o parte, ni se arată că politicienii din Bosnia și Herțegovina pun mai presus interesele personale și de partid decât cele ale țării, iar, pe de alta, se promovează în continuare o cultură a discriminării, căci accesul la unele funcții publice este permis doar celor 3 etnii recunoscute prin Constituție. Acest stat riscă să se îndepărteze de Uniune, cu consecințe negative în special asupra cetățenilor.

4-270-218

**Fabrizio Bertot (PPE)**, *per iscritto*. - Ho esaminato con interesse la proposta di risoluzione sulla relazione 2013 sui progressi compiuti dalla Bosnia-Erzegovina: in linea con quanto emerge nella relazione e nonostante i miglioramenti registrati in diversi ambiti, rilevo ancora poca lungimiranza nella visione dei leader politici poco propensi a potenziare la cooperazione e il dialogo al fine di superare le controversie.

Riscontrata anche una partecipazione attiva della popolazione piuttosto scarsa, ritengo che i progressi da fare siano ancora molti soprattutto relativamente allo sradicamento di fenomeni di discriminazione ed esclusione di natura religiosa e/o etnica. Si ravvisa ancora un clima generale di instabilità e incertezza diffusa per mancanza di accordo tra le varie parti politiche.

Accolgo con favore il lavoro della commissione AFET che, oltre ad aver effettuato un'analisi accurata e imparziale, nella relazione fornisce strategie e suggerimenti per raggiungere traguardi a livello politico, socioeconomico e di cooperazione regionale. Al contempo trovo preoccupante che la situazione precaria in materia di Stato di diritto, democrazia e diritti umani abbia portato a una revisione della posizione della Bosnia-Erzegovina ai sensi della CEDU da parte del Consiglio d'Europa e, contestualmente, abbia pregiudicato e rallentato il processo di adesione all'UE.

4-270-250

**Adam Bielan (ECR)**, *na piśmie*. - Panie Przewodniczący! Na tle pozostałych państw regionu, przemiany w Bośni i Hercegowinie postępują zdecydowanie najsłabiej. Brak zaangażowania politycznego stał się powodem decyzji Komisji Europejskiej o wstrzymaniu

pomocy dla tego państwa, a Rada Europy rozważa zawieszenie go w prawach członka tej organizacji. Władze Bośni i Hercegowiny muszą wykonać olbrzymią pracę, jeżeli ich zamiarem pozostaje przystąpienie w przyszłości do Wspólnoty. Podstawą jest współpraca wszystkich ugrupowań celem wypracowania spójnej wizji funkcjonowania państwa. Konieczne są zmiany w zakresie administracji, sądownictwa czy finansów. Problemem pozostaje wysoki stopień korupcji. Mam nadzieję, że podjęte zostaną aktywne działania umożliwiające w niedługim okresie przeprowadzenie w pełni demokratycznych wyborów powszechnych. Bośnia i Hercegowina zasługuje natomiast na uznanie jej konstruktywnej roli we współpracy regionalnej oraz aktywność w zakresie rozwiązywania sporów granicznych z Serbią i Chorwacją.

4-270-500

**Mara Bizzotto (EFD)**, *per iscritto*. - Non condivido le posizioni sostenute nella risoluzione che analizza i progressi della Bosnia Erzegovina nel 2013 e non ritengo che questo paese sia pronto per l'adesione all'UE, per questo motivo mi sono espressa con voto negativo.

4-270-562

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - Preocupa-me a ausência de visão comum demonstrada pelos líderes políticos das três comunidades étnicas do país; é importante que todos os níveis de poder no país intensifiquem a cooperação e o diálogo de modo a melhorar a vida dos cidadãos da Bósnia-Herzegovina. Congratulo-me com o facto de a cooperação com a sociedade civil ter vindo a melhorar, mas é ainda necessário criar mecanismos institucionais de cooperação entre instituições estatais e organizações da sociedade civil, e apelo à participação da sociedade civil no processo de adesão à UE, que deve ser reforçada de forma regular e estruturada.

4-270-625

**Emer Costello (S&D)**, *in writing*. - I would urge Bosnia and Herzegovina's political representatives to seek to put internal difficulties aside and to start the process of constitutional reforms aimed at simplifying the complex political architecture deriving from the Dayton agreement.

The impasse following the Sejdić-Finci ruling, with its significant implications for minority rights, needs to be overcome if we are to see free and fair elections in October 2014. Bosnia and Herzegovina's citizens are becoming increasingly impatient with the lack of economic development, which has dire social consequences, and the lack of a clear vision for the future. Over recent weeks public frustration has been expressed in daily protests involving thousands of people across the country. Bosnia and Herzegovina is standing still while other countries in the region are moving forward and moving towards EU accession.

I want to see Bosnia and Herzegovina joining the EU, if that is the citizens' wish, but the country's political leaders need to take the right steps if it is to move towards such a decision. The EU must deepen its engagement with Bosnia and Herzegovina, and the current tensions must be resolved as quickly as possible, otherwise there is a real risk of wider instability in the region.

4-270-656

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. - Je me suis prononcée contre cette résolution. Sans préjuger du cas de la Bosnie-Herzégovine, je maintiens qu'il est temps de dire stop à l'élargissement.

L'Union européenne doit faire une pause durable dans ce processus. Ce texte pousse ce pays à entreprendre les démarches nécessaires pour son adhésion. Or, s'il est certes important d'encourager la Bosnie-Herzégovine à procéder à certaines réformes structurelles, cela ne doit pas être motivé par la volonté d'adhérer à l'UE. L'Union européenne devrait renforcer son fonctionnement à vingt-huit États membres avant de penser à intégrer de nouveaux pays.

4-270-687

**Ioan Enciu (S&D)**, *în scris*. - Protestele din ultimele săptămâni, cele mai violente de la proclamarea independenței Bosniei și Herțegovinei sunt un simptom al crizei profunde prin care trece economia acestui stat, dar și al crizei de încredere ce afectează relațiile dintre cetățeni și autorități.

Am votat în favoarea rezoluției care exprimă profunda dezamăgire a forului parlamentar cu privire la persistenta lipsă de viziune comună a liderilor politici ai celor trei comunități etnice. Afectată de corupție endemică, Bosnia și Herțegovina este una dintre cele mai sărace țări din Europa. Ineficiența sistemului judiciar, proporțiile crimei organizate, nerespectarea libertății presei sunt câteva din carențele grave care riscă să compromită procesul de democratizare, dar și statalitatea deja fragilă a Bosniei și Herțegovinei.

4-270-750

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - A arquitetura institucional da Bósnia-Herzegovina indicia o modo imperfeito e inacabado como o país foi (re)construído após a guerra que o assolou e que vitimou seriamente as suas populações. Populações, essas, que ainda estão longe da reconciliação e da convivência plenas e que não demonstram capacidade para construir em conjunto e de modo coerente um Estado funcional. A União Europeia parece ser o destino natural deste país mas creio que este destino demorará a concretizar-se e poderá mesmo ser posto em causa pelas forças centrífugas que ameaçam a coesão da Bósnia. As três comunidades devem dar sinais inequívocos de que são capazes de empreender um esforço comum que as beneficie às três e promover a respetiva reconciliação. A União Europeia dá e deve continuar a dar um forte contributo neste sentido mas não poderá substituir-se aos povos, aos seus dirigentes, às suas decisões e prioridades. Cabe aos Bósnios-Herzegóvinos mostrar de que são capazes.

4-270-875

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Esta resolução apoia a manutenção do estatuto da Bósnia-Herzegovina como protetorado da UE e da NATO, mantendo abertas as feridas de uma guerra fratricida em que tiveram uma responsabilidade determinante. A maioria do PE não se coíbe de exigir uma reforma constitucional e um processo negocial que tenha por objetivo a integração deste País na UE. De que forma? Através de: *alterações necessárias à lei eleitoral...*; da criação de *um mecanismo de coordenação da UE eficaz, que assegure a transposição e a aplicação harmonizadas do acervo da UE em todo o país...*; do estabelecimento de *um espaço económico único; do reiniciar e acelerar do processo de privatização...* Em vez de ajudar a sarar as feridas que se mantêm abertas, a perspectiva de adesão à UE e a aplicação deste guião neoliberal alimenta a permanente instabilidade que desde o fim da Jugoslávia se vive em toda a região. A adesão à UE deve ser essencialmente uma decisão de cada povo, um direito que lhe é negado num país onde esse exercício é condicionado pela manutenção do protetorado, o que evidencia o carácter cada vez mais antidemocrático da UE.



4-271-000

**Monika Flašíková Beňová (S&D),**  *písomne* - V krajine chýba spolupráca a dialóg najvyšších etnických predstaviteľov. Občianska spoločnosť sa veľmi málo zapája do úsilia zreformovať krajinu, prekonať existujúce spory a zlepšiť život občanov Bosny a Hercegoviny. Krajina musí v blízkej budúcnosti uskutočniť kľúčovú ústavnú reformu a naštartovať tak premenu na plne fungujúci právny štát. Proces pristúpenia krajiny k Európskej únii zostáva v nedohľadne v dôsledku nefunkčnosti inštitúcií, deficitu demokracie a v pretrvávajúcej neschopnosti príslušných orgánov splniť požiadavky pre nadobudnutie platnosti Dohody o stabilizácii a pridružení. Pretrvávajúci spor medzi vedúcimi predstaviteľmi politickej scény ovplyvňuje okrem iného aj vykonávanie rozsudku Európskeho súdu pre ľudské práva, čo by mohlo viesť k sponchyneniu zákonnosti volieb v roku 2014. Európska komisia v dôsledku pretrvávajúcich politických sporov v krajine zrušila všetky projekty v rámci predvstupovej pomoci a otázne ostáva aj prerozdelenie peňazí na sociálno-hospodársky rozvoj.

4-271-500

**Mariya Gabriel (PPE),**  *par écrit* . – J'ai voté pour ce rapport parce que la résolution aborde correctement toutes les questions imminentes actuellement en Bosnie-Herzégovine. L'Union européenne continue à respecter son engagement envers ce pays, poursuit le dialogue étroit avec ses dirigeants et énonce ses recommandations en accord avec les valeurs et principes européens. Toutefois, les problèmes politiques internes dus à la division intergouvernementale des représentants des trois communautés ethniques ont pour conséquence la difficile expression d'une voix commune et univoque, ce qui empêche le pays d'avancer plus résolument sur la voie de l'intégration européenne. La Bosnie-Herzégovine doit continuer à faire des efforts pour renforcer son unité et attaquer de front ses problèmes internes, liés à la corruption et à la criminalité organisée, aux violations des droits de l'homme, à la réforme de la justice, à la transition vers une économie de marché et au taux de chômage élevé. Enfin, je soutiens la résolution parce qu'elle souligne les progrès réalisés dans certains domaines par la Bosnie-Herzégovine, ce qui constitue un message d'encouragement pour ce pays.

4-272-000

**Françoise Grossetête (PPE),**  *par écrit* . – J'ai voté contre la résolution sur le rapport de suivi 2013 concernant la Bosnie-Herzégovine. Je considère que l'Union européenne doit marquer une pause dans le processus d'élargissement. Je suis d'ailleurs très préoccupée par l'inefficacité du système judiciaire et l'incapacité croissante des autorités à mettre en œuvre les décisions de justice. Je m'inquiète aussi de la corruption endémique à tous les niveaux de la vie publique et de la persistance de la criminalité organisée dans le pays. Il faut impérativement réévaluer la capacité d'intégration de l'Union européenne et ne pas accélérer les négociations d'adhésion. La priorité doit être d'approfondir le projet européen et de le consolider.

4-272-250

**Lívia Járóka (PPE),**  *in writing* . - Limited progress has been made regarding Roma communities, who still live in very vulnerable conditions. The legislation on harmonising civil registration and the steps taken to improve housing conditions are to be welcomed. However, the situation of Roma in relation to health, employment and education remains fragile. Government policies must better reflect the needs of Roma communities, in line

with the EU Framework for National Roma Inclusion Strategies, as well as the Council Recommendations adopted in December 2013. Many Roma children are still not registered at birth, and therefore cannot attend school and have no health insurance. Furthermore, organised child begging remains an issue of concern. So both entities must pay particular attention to the situation of Roma children and women.

4-272-375

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit*. – J'ai voté en faveur de cette résolution qui souligne le manque de vision commune des dirigeants politiques des trois communautés ethniques du pays et les appelle à davantage de coopération et de dialogue pour surmonter les difficultés existantes. Le texte regrette également le haut niveau de corruption, de blanchiment d'argent et de trafics de diverse nature en raison de l'absence d'institutions efficaces. Une réforme constitutionnelle serait souhaitable pour rétablir un État démocratique fonctionnel à même de faire face à la situation. Malgré tout, la résolution appelle à un engagement continu de l'Union et des dirigeants politiques afin de faire progresser le pays vers un statut de candidat à l'adhésion, malgré son retard par rapport aux progrès effectués par les autres pays de la région. Je me félicite donc de l'adoption de cette résolution.

4-272-500

**Béla Kovács (NI)**, *írásban*. - Ha hinni lehet az állásfoglalásnak, akkor adott egy ország, melynek 20 éve nem sikerül az EU által elfogadható nevet találni. Valamint szinte csak negatívumokkal írható le az állam és a legális gazdaság mibenléte. Van ugyanakkor egy Európai Unió, melynek működésével a polgárainak többsége elégedetlen, a pénze instabil, a munkanélkülisége stabilan nő és abból tartja fenn fejlődését, hogy az újonnan csatlakozó országokat gyarmati sorba kényszerítik a régi tagországok multinacionális cégei. Épeszű ember ebből nehezen tud kihozni működőképes konstrukciót, ezért jó az a módosító, mely szerint rögvest csatlakozhatnak, amint a GDP-jük eléri az EU átlagát.

4-272-562

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto*. - L'UE continua ad essere fortemente impegnata a favore di una Bosnia-Erzegovina sovrana e unita.

I governi e le autorità competenti devono però rafforzare l'efficienza e la funzionalità delle loro istituzioni per garantire il recepimento e l'applicazione dei valori europei in tutto il paese. C'è bisogno quindi di un impegno maggiore e costante dei leader della Bosnia-Erzegovina ed è per questo che l'Europa sta cercando di mediare tra i diversi gruppi politici con l'obiettivo di raggiungere progressi sulla via delle riforme e migliorare la qualità di vita dei cittadini della Bosnia-Erzegovina.

4-272-625

**Bogusław Liberadzki (S&D)**, *na piśmie*. - Ciągły brak wspólnej wizji liderów politycznych trzech grup etnicznych jest niepokojący. Reforma konstytucyjna powinna uprościć skomplikowaną i nieefektywną architekturę instytucjonalną wynikającą z porozumienia z Dayton. Komisja powinna zrobić więcej, aby ułatwić porozumienie w sprawie sposobu realizacji postanowienia Europejskiego Trybunału Praw Człowieka z 2009 r. (Sejdić-Finci) orzekającego o zakazie dyskryminacji mniejszości. UE i szefowie państw muszą wykazać silniejsze zainteresowanie i osobiste zaangażowanie w tym kraju, a Bośnia i Hercegowina powinna być głównym priorytetem następnego komisarza ds.

rozszerzenia. Przedstawiciele polityczni Bośni i Hercegowiny muszą podjąć ostateczny krok i osiągnąć zrównoważone porozumienia w sprawie wykonania orzeczenia Sejdić-Finci. Jest to niezbędne dla zbliżenia Bośni i Hercegowiny do UE.

4-272-687

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *în scris*. - Am votat în favoarea rezoluției Parlamentului European asupra raportului pe 2013 privind progresele înregistrate de Bosnia și Herțegovina. Ținând cont de situația din Bosnia și Herțegovina cu privire la faptul că activitățile politice au continuat să fie obstructionate de dezacorduri politice și de nesustenabilitatea financiară a administrației publice, fragmentarea și politizarea ei și de lipsa de sprijin politic pentru reforma acesteia din urmă, susțin indemnul Uniunii Europene către aceste două guverne de a institui un mecanism UE de coordonare eficient pentru a garanta transpunerea și aplicarea armonizate a acquis-ului pe întreg teritoriul țării, în vederea asigurării prosperității generale a cetățenilor.

4-272-718

**Monica Luisa Macovei (PPE)**, *in writing*. - Bosnia and Herzegovina continues to face major obstacles on the path toward EU accession. As a result of the lack of political will on the part of its leaders, its citizens suffer from the effects of corruption and political division. The economic situation is dire: the unemployment rate is over 43%, one of the highest in the world. Corruption runs rampant: 20% of adult citizens have participated in or witnessed bribery of a public official. Ethnic discrimination is still institutionalised because the Government has failed to implement reforms requested in the European Court of Human Rights ruling in the Sejdic-Finci case.

I welcome the reaffirmation of our commitment to promoting reform in Bosnia and Herzegovina. Reforming the rule of law is crucial to the citizens' welfare. Political leaders must exercise the will to implement the constitutional reform that will eliminate ethnic discrimination in the country's institutions and increase transparency. The judiciary must become fully independent and efficient, and must work with the law enforcement authorities to prosecute those guilty of corruption. The authorities responsible must focus on high-level corruption cases. At the end of the day, this will be the test of the judiciary and of the political class.

4-272-750

**Ivana Maletić (PPE)**, *napisan*. - Bosna i Hercegovina je država puna potencijala. Dio je europskih prometnih koridora. Uz prometne projekte u BiH čekaju realizaciju i sudjelovanje u rastu i razvoju bogati rudnici, drvna industrija, potencijal u obnovljivim izvorima energije, potencijalna nalazišta nafte i plina, turizam, poljoprivreda i prodaja hrane, metaloprerađivačka industrija. Puno je tehnološki neadekvatnih i zapuštenih gospodarskih potencijala koji zajedno s prirodnim resursima i položajem BiH mogu biti okosnica razvoja. Pred BiH su brojne reforme. Od potencijalne kandidatkinje do članice EU dug je put i o tome Republika Hrvatska svjedoči svojim iskustvom. Za reforme je potrebna politička volja i zajednički rad svih segmenata društva. Partnerstvo i otvorenost temelj su uspješnog reformiranja, harmoniziranja i konvergencije. Mi smo ovdje kao hrvatski zastupnici u Europskom parlamentu uz BiH, pratit ćemo i snažno podupirati njen put u EU. Prvi važan korak je realizacija konstitutivnosti hrvatskoga naroda kroz partnersko uključivanje u donošenje odluka.

4-272-812

**Marian-Jean Marinescu (PPE)**, *în scris*. - Rezoluția anuală a Parlamentului European în urma Raportului Comisiei Europene pe 2013 privind progresele înregistrate de Bosnia și Herțegovina atrage atenția asupra neîndeplinirii obligațiilor de către aceasta în vederea perspectivei aderării la UE. Lipsa unui angajament real al autorităților față de UE este vizibil atât la nivelul instituțional și de cultură politică, cât și în sectorul economic și social.

Nesoluționarea aspectelor legate de cooperarea regională și a problemelor privind corupția, spălarea de bani și crima organizată preocupă tot mai mult UE, fără a-i oferi posibilitatea redactării unui raport pozitiv. Ineficiența arhitecturii instituționale și lipsa reformelor structurale și a unei viziuni comune împiedică Bosnia și Herțegovina să avanseze pe calea europeană.

Salut solicitările cuprinse în raport, precum cele referitoare la reforma educației și alocarea de resurse educației copiilor, protecția drepturilor minorităților și a politicilor antidiscriminare, libertatea de exprimare și promovarea pluralismului mass-media.

4-272-827

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. - A Bósnia-Herzegovina continua empenhada em poder vir a fazer parte da UE, o que seria um grande benefício para todos os cidadãos do país. A realização pacífica, livre e justa das eleições locais foi um passo importante nesse sentido. No entanto continua a haver situações que têm que ser melhoradas no sentido de trilharem o caminho da plena adesão. Continua no entanto a ser primordial que todas as forças políticas tenham posições comuns em determinadas matérias, nomeadamente no que respeita às três comunidades étnicas do país. É necessário que as forças políticas intensifiquem a cooperação e o diálogo, a fim de superarem as disputas existentes, com vista a progredir no caminho das reformas e a melhorar a vida dos cidadãos da Bósnia-Herzegovina. É importante também que a sociedade civil participe mais ativamente nos esforços para reformar o país.

4-272-835

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - No he podido apoyar esta Resolución debido a que, pese a que recoge una importante evaluación de cara a los necesarios cambios políticos en el país, reduce los citados problemas al carácter ético. Esta evaluación de los progresos realizados por Bosnia y Herzegovina para su adhesión a la Unión Europea presenta, de forma acertada, la necesidad de emprender importantes reformas políticas en el país de forma urgente. Pero al leer las causas como razones étnicas no se señalan las verdaderas raíces de los problemas actuales, que proceden del ámbito económico y de las medidas neoliberales que se están implementando en contra de la voluntad del pueblo de Bosnia y Herzegovina. Es debido a todo esto por lo que, pese a compartir parte de la evaluación no he podido votar a favor de la presente resolución.

4-272-843

**Louis Michel (ALDE)**, *par écrit*. - Si l'élargissement contribue à la paix, à la stabilité et à la prospérité du continent européen, et si l'Union reste déterminée à aider la Bosnie-Herzégovine sur la voie de l'adhésion à l'Union, il est important que le Conseil s'investisse davantage pour l'aider à se rapprocher de l'Union. Il faut accompagner la classe politique bosniaque pour qu'elle puisse évoluer vers le consensus afin de progresser sur la voie de l'adhésion à l'Union et d'améliorer le quotidien des citoyens. Une attention

particulière doit être accordée aux droits des minorités et des groupes vulnérables, ainsi qu'aux réformes dans les domaines de la justice, des élections, de la lutte contre la corruption et la criminalité organisée, de la lutte contre la discrimination, du pluralisme des médias, de l'éducation, etc. Enfin, les autorités bosniaques doivent établir une meilleure coopération avec les pays de la région dans un esprit de bon voisinage, condition préalable à toute cohabitation pacifique et à toute réconciliation à l'intérieur du pays et dans l'Europe du sud-est.

4-272-859

**Andreas Mölzer (NI)**, *schriftlich*. - Die Lage in Bosnien und Herzegowina hat sich 15 Jahre nach Beendigung des Krieges in keiner Weise gebessert: hohe Arbeitslosigkeit, welche sich in den letzten Tagen in Protesten der bosnischen Bevölkerung gegen die Regierung ausdrückt, Korruption und der Vertrag von Dayton, der dem Land keinen beständigen Frieden gebracht hat. Zwar ist es begrüßenswert, dass die EU der bosnischen Regierung im Kampf gegen Armut oder Korruption hilft, doch lässt sie die Problematik der ethnischen Zugehörigkeit weiter unbeachtet, welche meines Erachtens auch in einen möglichen Beitritt des Landes mitinkludiert werden muss. Des Weiteren tragen Visaliberalisierungen nicht zur Lösung der Asylfrage in der EU bei, sondern verstärken diese Problematik nur. Aus den hier genannten Gründen habe ich gegen diesen Antrag gestimmt.

4-272-867

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente a presente resolução em que se apela ao consenso, entre os diversos líderes políticos das três comunidades étnicas da Bósnia-Herzegovina, através do diálogo e da cooperação, gerando-se um consenso que permita avançar com uma reforma institucional e ainda com reformas ligadas à UE que permitam ultrapassar este período de estagnação e se retomem as reformas necessárias face ao estatuto de país candidato à adesão à UE.

4-272-875

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan*. - Uz pohvale izvjestiteljici na predanom radu rekao bih kako je opći okvir u kojem su s mogle odvijati reforme u BiH tokom 2013. godine bio uglavnom povoljan. Jedna od BIH susjeda, Republika Hrvatska, 1.srpnja postala je članica EU i tako 1000km zajedničkih granica sa B-H pretvorila u EU-BIH granicu. A susjedstvo s EU na nadilazi puko dodirivanje granica; to može i treba biti stimulativno, ali podrazumijeva i obveze. Žalim sto je status B-H očekivano ostao nepromijenjen budući da je zemlja sada već kronično blokirana zbog trenutne unutarnje političke pat pozicije. Reforme u B-H su neophodne te treba prozvati i pozivati političke lidere da započnu intenzivno, ali iskreno raditi u korist europske budućnosti svojih sugrađana. Nadam se kako je istekom 2013. otišlo i jedno razdoblje pasivnog odnosa svijeta prema strukturnim urušavanju jedine balkanske države bez unutarnjeg konsenzusa o EU perspektivi. I na kraju, sam politički dogovor ne znači puno ukoliko se ne dogode krupne promjene u odnosu politike i poslovne zajednice kako bi gospodarstvo postalo konkurentnije, bez opterećenja korupcijom i konfužnim zakonodavstvom. Također se nadam da 2014. godina neće biti, zbog dvostruke izborne godine u B-H i EU, izgubljeno vrijeme već potvrđena prilika za sveobuhvatnu promjenu.

4-273-000

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE),** *in writing* . - Against. We disagree with the mention in several parts of the concept 'constituent peoples'. Furthermore, some of the amendments adopted undermine the legitimacy of the institutions in the 2014 elections without prior implementation of ECHR ruling.

4-273-250

**Dubravka Šuica (PPE),** *napisan* . - Podržala sam ovaj prijedlog jer je jedna od ključnih točaka programa hrvatske EPP/HDZ delegacije u Europskom parlamentu odnos prema BiH te pomoć uspostavi jednakopravnosti svih triju konstitutivnih naroda što dosljedno radimo.

Kao zagovornici europskih vrijednosti zalažemo se za prava manjina, a istovremeno konstitutivni hrvatski narod nema prava, a Rezolucija ima za cilj pomoći pravedno riješiti problem nefunkcioniranja pravne države i poštivanje ljudskih prava. Složene institucije koje proizlaze iz dodatka 4. Daytonskog sporazuma pokazale su da neučinkovitost zajedno s nedostatkom političke volje za postizanje kompromisa imaju negativan utjecaj na napredovanje prema EU. BiH stagnira dok su druge zemlje regije dobile status kandidata. Postoji problem centralističkog Sarajeva u odnosu na ostale krajeve te pretežito i investira u infrastrukturu na tom području. BiH ne smije ostati nedovršena priča EU, proces integracije se mora dovršiti u cilju očuvanja stabilnosti i sigurnosti ovog dijela Europe. BiH mora biti integrirana u svim svojim različitostima. Zahvaljujem Doris Pack na uočavanju problema te na rješenjima koja Rezolucija nudi da se BiH suverena i ujedinjena integrira u EU, a gospodina Fülea molim da s jednakim entuzijazmom pristupi napretku BiH kao što je učinio na relaciji Srbija-Kosovo vodeći računa da je gotovo 1000 km granice Hrvatske i BiH granica EU.

4-273-500

**Kay Swinburne (ECR),** *in writing* . - This report assesses the status of Bosnia and Herzegovina with regard to the European integration process, and identifies the fact that the country is currently at a standstill. It argues that short-term party or ethnic interests are hampering pursuit of the longer-term objectives of a closer relationship with the EU.

I voted in favour of the resolution and I support efforts to continue to work with the authorities to promote political and economic reforms.

4-274-000

**Marc Tarabella (S&D),** *par écrit* . - Nous encourageons les gouvernements et les autorités compétentes à rendre plus efficaces et plus opérationnelles les institutions qu'ils dirigent, ainsi qu'à mettre en place un véritable mécanisme de coordination à l'échelle de l'Union, afin de garantir une transposition et une application harmonisées de l'acquis dans l'ensemble du pays et d'y favoriser la prospérité générale. Nous leur demandons, à cet égard, de veiller à parler d'une seule voix au niveau national. Il faut souligner que, sans ce mécanisme de coordination, le processus d'adhésion à l'Union restera dans l'impasse. Nous invitons tous les partis politiques à s'employer à faciliter le dialogue politique, ainsi qu'à renforcer la culture politique.

4-274-062

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - Contribuindo para as perspectivas de adesão, a União Europeia continua a estar fortemente comprometida com uma Bósnia-Herzegovina (BiH) soberana e unida. Contudo, não pode ser ignorada a crescente preocupação face à falta de visão comum, demonstrada pelos líderes políticos de três comunidades étnicas do país. Tem de haver uma mudança da retórica nacionalista e etnocêntrica que tem vindo a ser exaltada pelos mesmos. Esta divergência entre líderes prolonga-se há quatro anos, o que fez com que o Conselho da Europa já considerasse suspender o direito de representação do país caso não sejam verificados progressos, de acordo com o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, antes das eleições em outubro. Uma reforma constitucional é a chave para transformar a BiH num Estado funcional e eficaz, contribuindo para a eliminação da discriminação étnica. Atualmente a BiH possui um sistema judicial ineficiente e incapaz de implementar as decisões dos tribunais, que são alvo de ataques políticos. Este continua a ser um país de origem, trânsito e destino de tráfico de mulheres, onde acresce ainda o crime organizado, lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas e mercadorias. Porém, é de saudar a melhoria na cooperação com países vizinhos para o controlo de fronteiras.

4-274-125

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris*. - Am votat Rezoluția referitoare la raportul pe 2013 privind progresele înregistrate de Bosnia și Herțegovina. Acordul de stabilizare și asociere (ASA) dintre Comunitățile Europene și statele membre ale acestora, pe de o parte, și Bosnia și Herțegovina (BiH), pe de altă parte, a fost semnat la 16 iunie 2008 și a fost ratificat de toate statele membre ale UE și de Bosnia și Herțegovina.

Îndemnăm liderii politici să se concentreze asupra implementării Foii de parcurs a dialogului la nivel înalt, făcând astfel posibilă îndeplinirea cerințelor necesare intrării în vigoare a ASA. Solicităm grupurilor politice la toate nivelurile puterii din țară să-și intensifice cooperarea și dialogul pentru a depăși disputele existente, cu scopul de a realiza progrese pe calea reformelor și îmbunătățirea vieții cetățenilor BiH.

Ne exprimăm îngrijorarea legată de faptul că s-au înregistrat doar progrese limitate în ceea ce privește drepturile femeilor și egalitatea de gen, deși dispozițiile legale sunt în vigoare. Solicităm aplicarea integrală a legislației și a politicilor relevante, inclusiv în contextul legii electorale, înaintea alegerilor generale din 2014, precum și adoptarea de măsuri concrete care trebuie luate pentru a crește participarea femeilor la forța de muncă și pe scena politică.

4-274-250

**Derek Vaughan (S&D)**, *in writing*. - I believe that there should be more commitment to making Bosnia and Herzegovina an effective and fully functioning state. Reform there requires political will on the part of leaders, both in Bosnia and Herzegovina and at EU level – as outlined in this report, which I fully support. Strengthening the rule of law by fighting organised crime and corruption is the focus of EU assistance to Bosnia and Herzegovina, and that effort must be maintained and built on in order to stabilise the country.

4-274-500

**Angelika Werthmann (ALDE)**, *schriftlich*. - Der vorgelegte Entschließungsantrag von Doris Pack beschäftigt sich mit dem Fortschrittsbericht 2013 über Bosnien und Herzegowina und ist der Ansicht, dass sich eindeutige Fortschritte bereits abzeichnen, aber

dass trotzdem noch Handlungsbedarf besteht. Als Kernpunkte erwähnt sie Korruption, ineffiziente Behörden, den Fortbestand von Menschen- und Drogenhandel, die Diskriminierung von Minderheiten und die strafrechtliche Verfolgung in Bezug auf Kriegsverbrechen. In diesem Sinne kann der Entschließungsantrag als durchaus kritisch gewertet werden, da die Verfasserin ihre Vorbehalte deutlich zum Ausdruck bringt.

4-275-000

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie*. - Nie ma jeszcze statusu kandydata, mimo że negocjacje rozpoczęto w 2005 r., a w 2008 r. podpisano umowę o stabilizacji i stowarzyszeniu. Bośnia i Hercegowina poczyniła jak dotąd dość ograniczone postępy na drodze do spełnienia wstępnych warunków UE. Na przeszkodzie stoją: niestabilność polityczna, zagrożona jedność kraju (separatyzm części serbskiej), głębokie podziały etniczne, duża przestępczość, silne struktury mafijne, słaba gospodarka nieprzystająca do konkurencji na jednolitym rynku i 121. miejsce we wskaźniku wolności gospodarczej. Problemem jest zagwarantowanie niezawisłego, bezstronnego i skutecznego systemu sądowego, szczególnie w związku z podejściem do zbrodni wojennych. Reforma administracji i walka z korupcją w powiązaniu z partiami politycznymi czekają na wdrożenie.

4-275-500

**Inês Cristina Zuber (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Esta resolução não denuncia nem põe em causa, apoiando a situação da Bósnia-Herzegovina como protetorado e dessa forma ajuda a manter abertas as feridas de uma guerra fratricida em relação à qual as grandes potências da UE e a NATO têm uma responsabilidade determinante. Num ato de inadmissível ingerência e desrespeito pela vontade soberano dos povos deste País, defende que o Conselho e a Comissão Europeia se imiscuam no atual processo de reforma constitucional e que inicie um processo negocial que tenha por objetivo a integração deste País na UE. Tendo, para o efeito, sido apresentado um caderno de encargos que esta resolução apoia em várias partes do texto: *alterações necessárias à lei eleitoral...*, *...estabelecer um espaço económico único e de reiniciar e acelerar o processo de privatização...*, *frisa a importância de seguir os princípios do federalismo..* Em vez de ajudar a sarar as feridas que se mantêm abertas, alimenta-se a permanente instabilidade que desde o fim da Jugoslávia se vive em toda a região, o que é inaceitável. A adesão à UE deve ser essencialmente uma decisão de cada povo. Um povo que não tem soberania - e o povo da Bósnia-Herzegovina não a tem - terá fortemente condicionada a decisão sobre a sua adesão.

## **10.12. Fortschrittsbericht 2013 über die Ehemalige Jugoslawische Republik Mazedonien (B7-0073/2014)**

4-277-000

### **Mündliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-278-000

**Zdravka Bušić (PPE)**. - Gospodine predsjedatelju, glasovala sam za izvješće o napretku bivše jugoslavenske republike Makedonije za 2013. godinu u nadi da će ono ohrabriti građane te zemlje i dati im novu perspektivu na putu europskih integracija. Posebno pozdravljam poziv Vijeću da konačno usvoji preporuke Komisije za prelazak na drugu fazu provedbe Sporazuma o stabilizaciji i pridruživanju i da konačno otvori pregovore.



Makedonija je prije deset godina dobila status kandidata i nije se previše pomakla u tom smjeru. Određene negativne posljedice tog stanja se i te kako osjećaju u toj zemlji, zato pozdravljam ovo izvješće i napore ovog Doma da ova zemlja konačno krene na svoj europski put.

4-279-000

**Bernd Posselt (PPE).** - Herr Präsident! Es ist nahezu unerträglich, dass zwar inzwischen mit Serbien und Montenegro verhandelt wird – was ich durchaus begrüße –, dass man aber mit einem Land, dem man schon viel länger Verhandlungen versprochen hat und viel länger den Kandidatenstatus verliehen hat, nicht einmal mit entsprechenden Verhandlungen begonnen hat. Und das liegt ausschließlich daran, dass zwei EU-Mitgliedstaaten – nämlich Griechenland und Bulgarien – die sogenannte Namensfrage, die sie willkürlich erfunden haben, missbrauchen, um die europäische Entwicklung Mazedoniens zu blockieren.

Mazedonien ist eine Demokratie. Mazedonien hat eine hervorragende wirtschaftliche Entwicklung. Mazedonien hat ein vorbildliches Volksgruppen- und Minderheitenrecht, den Ausgleich von Ohrid zwischen den Nationalitäten. Und das alles gefährdet man durch eine sture nationalistische Politik, die den Interessen der Europäischen Union schwer schadet. Deshalb appelliere ich an Griechenland und an Bulgarien, endlich einzulenken. Mazedonien heißt Mazedonien!

4-280-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-280-156

**Luís Paulo Alves (S&D),** *por escrito.* - Aprovo a presente resolução, começando por lamentar a deterioração da reputação do país no que diz respeito à liberdade de imprensa. Partilho a preocupação da Comissão relativa à salvaguarda da liberdade de expressão, pela garantia de uma comunicação social diversificada e pluralista, sem interferências políticas. Tendo em conta que este continua a ser um desafio crucial para o país que apresenta uma falta de pluralismo da comunicação social em parte por culpa da propaganda oficial. Saliento a necessidade de assegurar a independência e a sustentabilidade do serviço público de radiodifusão, incentivando as autoridades a adotar salvaguardas na lei de imprensa a este respeito. Considero, ainda, que a atual lei de imprensa deve ser sujeita a uma nova consulta e ser objeto de diálogo, para que reformas tão importantes só sejam decididas com um amplo apoio de toda a comunidade jornalística do país. Para tal, são necessários mais esforços para restaurar e reconstruir a confiança entre o governo e os meios de comunicação social. Neste aspeto União Europeia pode contribuir com a publicação do *Livro Branco* sobre o reforço das relações entre a sociedade civil e os meios de comunicação social, que deve ser uma base importante para se iniciar esse processo.

4-280-125

**Pino Arlacchi (S&D),** *in writing.* - I voted for this resolution because it calls once again on the Council to set a date for the start of EU accession talks with the Former Yugoslav Republic of Macedonia. It is important to stress that any further delay could create unreasonable disparity in the region. I believe that any bilateral issues should be addressed at the earliest possible stage in the accession process and preferably before the opening of the talks.

4-280-140

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit*. – L'ensemble des pays du voisinage européen entretient des relations avec l'Union européenne dont certains en vue d'une éventuelle adhésion. J'ai voté en faveur de ce rapport qui contient des dispositions encourageantes se justifiant par les risques réels dans ce pays de retour à une instabilité si une perspective européenne n'était pas maintenue.

4-280-187

**Elena Bănescu (PPE)**, *în scris*. - Am votat în favoarea rezoluției și susțin drumul european al Macedoniei. Este pentru al cincilea an la rând când Comisia Europeană recomandă începerea negocierilor cu această țară. Din păcate, persistă problema numelui țării, care blochează o decizie în Consiliu. Cred că această situație trebuie depășită, deoarece blocajul actual nu avantajează nici Grecia, și nici Macedonia. Pe de o parte, Macedonia ar putea să își piardă încet-încet interesul pentru drumul european, văzând că Uniunea îi închide porțile. Astfel, există riscul ca reformele economice începute să fie oprite. Pe de altă parte, Grecia nu are absolut nimic de câștigat de pe urma blocajului. Există riscul ca, pe viitor, să se creeze o stare de nemulțumire generală față de Uniunea Europeană în Macedonia, fapt ce poate duce la instabilitate în regiune.

4-280-218

**Fabrizio Bertot (PPE)**, *per iscritto*. - Ho votato a favore della proposta di risoluzione sulla relazione 2013 sui progressi compiuti dalla ex Repubblica jugoslava di Macedonia.

Ritengo soddisfacenti i passi avanti fatti da questo paese per migliorare il proprio sistema normativo, avviare le riforme necessarie a tutti i livelli e rafforzare ulteriormente il concetto di Stato di diritto. Alla luce di tutto questo mi allineo con l'invito della commissione AFET al Consiglio a fissare in tempi ragionevoli una data di inizio per i negoziati di adesione all'UE, considerato che ulteriori proroghe potrebbero comportare un impatto significativo in termini di rischi e costi per la stabilità dell'intera regione.

Al contempo penso che la Grecia, approfittando della Presidenza di turno, debba assumere un atteggiamento propositivo e dinamico per poter rilanciare il processo di integrazione europea della Macedonia, cercando di appianare le tensioni bilaterali tuttora esistenti. Credo che il Parlamento debba incoraggiare il paese a rimuovere qualunque ostacolo per il proprio futuro nell'UE e a prendere decisioni concrete nei settori che ancora mancano di politiche efficaci, tra cui clima e ambiente, lotta al crimine organizzato e immigrazione.

4-280-250

**Adam Bielan (ECR)**, *na piśmie*. - Panie Przewodniczący! Republika Macedonii, według mojej opinii, spełnia wszelkie wymogi predestynujące do rozpoczęcia negocjacji akcesyjnych. Mam nadzieję, że ustalenie terminu początkowych rozmów odbędzie się bez dalszej, niepotrzebnej zwłoki. Kluczową sprawą wciąż pozostaje znalezienie zadowalającego wszystkie strony rozwiązania sporu dotyczącego nazwy kraju. Obecna prezydencja Grecji może okazać się szansą wypracowania konstruktywnego porozumienia. Popieram postulat objęcia Macedonii makroregionalną strategią na rzecz regionu Morza Adriatyckiego i Morza Jońskiego. Kraj ten od lat wykazuje pełną aktywność na polu współpracy regionalnej, w tym na szczególną uwagę zasługuje pozytywny bilans przewodnictwa w procesie współpracy w Europie Południowo-Wschodniej (SEECP). Ponadto liczę na pogłębienie

współpracy gospodarczej z Macedonią, a także korzyści ze wspólnych działań w zakresie bezpieczeństwa energetycznego.

4-280-500

**Mara Bizzotto (EFD)**, *per iscritto*. - Non condivido le posizioni sostenute nella risoluzione che analizza i progressi dell'ex Repubblica jugoslava di Macedonia nel 2013 e non ritengo che essa sia pronta per l'adesione all'UE, per questo motivo mi sono espressa con voto negativo.

4-280-750

**Biljana Borzan (S&D)**, *napisan*. - Pozdravljam ovaj izvještaj i izražavam žaljenje što Europsko vijeće pet godina za redom odlučuje kako neće otvoriti pregovore o članstvu s Makedonijom. Nažalost, najveće žrtve dugogodišnjeg spora i nefleksibilnosti njegovih aktera su građani Makedonije, ali i stabilnost tog dijela regije. Koristi, osim kratkoročne političke, nema apsolutno nitko. Makedonija po gotovo svim pokazateljima zaslužuje biti u pregovaračkom procesu, no treba naglasiti kako politička kultura i sloboda medija u toj zemlji zadnjih godina nazaduju. Nadalje, zamjetan je porast nacionalizma koji također ne pridonosi pozitivnoj percepciji Makedonije u EU. Hrvatska je prošla vrlo dug i na trenutke izrazito frustrirajući put do punopravnog članstva u EU. Vodeći se vlastitim iskustvom možemo s pouzdanjem reći kako neke od ranije navedenih negativnih pojava barem djelomično imaju korijen u nepravednom odnosu nekih zemalja članica EU prema Makedoniji. Pozivam i Makedoniju i zemlje članice s kojima graniči da sjednu za stol, prestanu razmišljati kratkoročno i počnu djelovati europski.

4-280-812

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - O início das negociações com a UE representa um passo positivo no sentido da resolução dos atuais conflitos com os vizinhos do país e, ao mesmo tempo, irá gerar novas reformas para melhorar a situação do país; apelo ao Conselho no sentido de fixar uma data para o início das negociações de adesão. É importante que o país consolide as reformas e reveja as políticas e práticas que ainda possam constituir um obstáculo ao seu futuro europeu e a assegurar progressos genuínos em domínios fundamentais.

4-280-827

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. - Je me suis prononcée contre cette résolution. Sans préjuger du cas de l'ancienne République yougoslave de Macédoine, je maintiens qu'il est temps de dire stop à l'élargissement. L'Union européenne doit faire une pause durable dans ce processus. Ce texte pousse ce pays à entreprendre les démarches nécessaires pour son adhésion. Or, s'il est certes important d'encourager l'ancienne République yougoslave de Macédoine à procéder à certaines réformes structurelles, cela ne doit pas être motivé par la volonté d'adhérer à l'UE. L'Union européenne devrait renforcer son fonctionnement à vingt-huit États membres avant de penser à intégrer de nouveaux pays.

4-280-843

**Ioan Enciu (S&D)**, *în scris*. - Am votat în favoarea rezoluției care solicită Consiliului European să stabilească o dată pentru începerea negocierilor de aderare a Macedoniei la Uniunea Europeană. După cinci ani de amânări consecutive, în pofida recomandării pozitive

a Comisiei, există riscul ca lipsa unei perspective europene clare să afecteze ritmul reformelor și să amplifice tensiunile interne.

Consider că UE trebuie să aibă în vedere alinierea masivă la acquis-ul european și îndeplinirea criteriilor de la Copenhaga și să stimuleze eforturile părții macedonene în realizarea de progrese privind justiția, democrația și drepturile omului, prin deschiderea capitolelor 23 și 24. Există o serie de aspecte sensibile care trebuie monitorizate în continuare și e de datoria autorităților macedonene să acționeze concret pentru soluționarea lor: de la clarificarea diferendului privind denumirea statului, până la combaterea corupției și încetarea discriminării romilor, în special segregarea copiilor romi din școli.

4-280-875

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - Há menos de um ano reiterei o meu apelo à Grécia e à antiga República Jugoslava da Macedónia para que procurassem ultrapassar as divergências e fossem capazes de revelar-se fiéis ao espírito europeu generoso e fundador de que todos tanto necessitávamos. E fiz votos que a União Europeia e os demais Estados-Membros contribuíssem ativamente para o sucesso desta convergência. Infelizmente, apesar de propostas da Comissão, não se registam evoluções relevantes no percurso da candidatura macedónia. Espero que a presidência grega possa demonstrar a sua abertura e capacidade negocial e dar o exemplo que tem faltado na apreciação objetiva dos avanços macedónios que não devem ser preteridos nem minorizados face à questão da denominação do país que ainda opõe os gregos aos seus habitantes.

4-280-906

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - O processo de adesão à UE da Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM) é indissociável do processo de desmembramento da antiga Jugoslávia, da guerra fratricida instigada e perpetrada pelas potências da NATO e da UE, da retórica nacionalista e xenófoba, do apoio aos grupos de extrema-direita e neofascistas. O impasse nas negociações com a Grécia em torno da designação do nome do país é um reflexo deste processo. Em vez de colocar ênfase no diálogo e numa solução mutuamente aceitável e respeitadora das soberanias de ambos os povos, esta proposta vem mais uma vez colocar pressão e promover a ingerência com o objetivo de acelerar o início das negociações de adesão à UE da ARJM. Na perspetiva da UE, os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, das suas grandes potências e da NATO sobrepõem-se a qualquer outro, independentemente das suas consequências, algo que não devíamos estranhar pois foi esta mesma convergência de interesses que conduziu povos vivendo lado a lado durante muitos anos, em paz e progresso, à guerra. Esta resolução evidencia também o apoio da maioria do PE ao carácter inseparável dos alargamentos da UE e da NATO.

4-281-000

**Monika Flašíková Beňová (S&D)**, *písomne* - Opätovné neotvorenie prístupových rokovanií s Macedónskom zvyšuje frustráciu verejnej mienky v krajine a zvyšuje vnútorné napätia. Európska komisia bude musieť vykonať všetky nevyhnutné činnosti, aby sa rozhodnutie o otvorení prístupových rokovanií začalo počas súčasného predsedníctva Grécka. Odkladanie začatia prístupových rokovanií predstavuje pre krajinu neustále sa zvyšujúce finančné náklady a naďalej sa zhoršuje ekonomická situácia v regióne. Zodpovedné orgány v Macedónsku musia urýchliť prijímanie reforiem a posilniť právny štát, reformu justície a verejnej správy, ale aj zlepšiť súdržnosť medzi etnikami. Vláda musí

pokračovať v reformách v oblasti verejných výdavkov a verejného obstarávania a skvalitniť tak správu verejných vecí.

4-282-000

**Françoise Grossetête (PPE)**, *par écrit* . – J'ai voté contre la résolution sur le rapport de suivi 2013 concernant l'ancienne République yougoslave de Macédoine. Je considère que l'Union européenne doit marquer une pause dans le processus d'élargissement. L'ancienne République yougoslave de Macédoine doit en particulier progresser vers l'état de droit en renforçant sa lutte contre la corruption financière et la criminalité organisée. Le respect de la diversité et du pluralisme des médias restent aussi très problématique pour le pays. Il faut impérativement réévaluer la capacité d'intégration de l'Union européenne et ne pas accélérer les négociations d'adhésion. La priorité doit être d'approfondir le projet européen et de le consolider.

4-282-250

**Iñaki Irazabalbeitia Fernández (Verts/ALE)**, *por escrito* . - He votado a favor entre otras razones por que se ha logrado aprobar una enmienda de nuestro grupo que puede ayudar a desbloquear en nombre del Estado y el conflicto entre la Antigua República Yugoslava de Macedonia y Grecia. Esta es la enmienda: «Acoge con satisfacción, en este sentido, la propuesta de un nombre compuesto con un indicativo geográfico presentada por el Sr. Nimetz, enviado de las Naciones Unidas, y opina que constituye una buena base para un compromiso, siempre y cuando no se cuestionen la nacionalidad, la identidad, la cultura ni la lengua de la Antigua República Yugoslava de Macedonia». Ello sugiere la posibilidad de denominar al Estado Macedonia del Norte, Alta Macedonia o una denominación similar que satisfaga a tirios y troyanos.

4-282-375

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit* . – J'ai voté en faveur de cette résolution qui encourage la Macédoine à consolider les réformes engagées afin de sécuriser les acquis obtenus et de progresser vers le respect des critères politiques conditionnant l'adhésion à l'Union européenne. Le texte regrette néanmoins la détérioration de la liberté de la presse et appelle à une plus forte mobilisation contre la corruption à haut niveau, en ayant davantage recours à la saisie des actifs des coupables ainsi qu'à leur suivi. Je me félicite de l'adoption de la résolution.

4-282-500

**Béla Kovács (NI)**, *írásban* . - Ha hinni lehet az állásfoglalásnak, akkor adott egy ország, melynek 20 éve nem sikerül az EU által elfogadható nevet találni. Valamint szinte csak negatívumokkal írható le az állam és a legális gazdaság mibenléte. Van ugyanakkor egy Európai Unió, melynek működésével a polgárainak többsége elégedetlen, a pénze instabil, a munkanélkülisége stabilan nő és abból tartja fenn fejlődését, hogy az újonnan csatlakozó országokat gyarmati sorba kényszerítik a régi tagországok multinacionális cégei. Épeszű ember ebből nehezen tud kihozni működőképes konstrukciót, ezért jó az a módosító, mely szerint rögvest csatlakozhatnak, amint a GDP-jük eléri az EU átlagát.

4-283-000

**Jan Kozłowski (PPE)**, *na piśmie* . - Głosowałem za przyjęciem rezolucji posła Howitta, gdyż uważam, że przygotowany przez niego dokument jest kompleksowy i rzetelny. W

swojej wypowiedzi odniosę się do aspektów polityki zatrudnienia. Zgadzam się ze sprawozdawcą, że rząd FYROMu powinien podjąć wzmożone działania na rzecz poprawy sytuacji na rynku pracy. Jak wynika z dokumentów Komisji Europejskiej, w Byłej Jugosłowiańskiej Republice Macedonii stopa bezrobocia w drugim kwartale 2013 roku wynosiła prawie 30%. Co więcej, jak wynika z raportu Komisji Europejskiej FYROM w ubiegłym roku dokonał bardzo małego postępu w tworzeniu efektywnego i sprzyjającego włączeniu społecznemu rynku pracy.

Mam jednak nadzieję, że rząd FYROMu podejmie stosowne kroki, aby doprowadzić do pobudzenia wzrostu gospodarczego oraz zwiększenia poziomu zatrudnienia. Pochodząc z kraju, który stosunkowo niedawno dołączył do Unii, zdaję sobie sprawę, jak wielkie wyzwania stoją przed Byłą Jugosłowiańską Republiką Macedonii. Jestem jednak przekonany, że determinacja i ciężka praca pozwolą osiągnąć cel, jakim jest przystąpienie do Unii Europejskiej.

4-283-125

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto* . - Per continuare il processo d'integrazione europea dell'ex Repubblica jugoslava di Macedonia è necessario creare un contesto positivo per appianare le attuali differenze nei confronti della piattaforma valoriale e dei principi europei.

La Commissione ha espresso diverse preoccupazioni riguardo ad esempio la salvaguardia della libertà di espressione e la gestione dei media, non del tutto liberi da interferenze politiche. Bisogna mettere a punto nuove iniziative finalizzate a trovare una soluzione comune e superare l'attuale fase di stallo. L'avvio di negoziati con l'UE servirà inoltre da input per risolvere le attuali controversie con i paesi confinanti e generare riforme per migliorare la situazione del paese.

4-283-156

**Monica Luisa Macovei (PPE)**, *in writing* . - I am disappointed that the Council has not yet opened accession negotiations with the Former Yugoslav Republic of Macedonia. This is a clear failure on the part of the Council. Bilateral political disputes must be solved at a bilateral level and should not be an impediment to the European accession process.

In spite of the challenges that Macedonia continues to face as a result of that unacceptable position, the Copenhagen criteria have been met to a degree at which talks can begin; and the process of accession negotiations will assist Macedonia in achieving further crucial reforms. Although there is more work to be done, Macedonia has made great strides in recent years on fighting corruption and promoting the rule of law. I encourage Macedonia to uphold the highest standards of professionalism, transparency and fairness among its public administrators and to work for the independence and integrity of its media and its judiciary. I also urge it to prioritise the fight against corruption, particularly by further pursuing high-level corruption cases.

As Macedonia continues to make substantial progress towards these goals, we must uphold our commitment by moving forward with accession negotiations.

4-283-187

**Ivana Maletić (PPE)**, *napisan* . - Republika Makedonija učinila je brojne pozitivne pomake na svom putu prema članstvu u EU. Implementirala je prvu fazu Sporazuma o stabilizaciji i pridruživanju koja uključuje slobodu kretanja radnika, poslovni nastan, pružanje usluga,

te nastavila daljnji politički i ekonomski dijalog temeljem ovog sporazuma. Implementacija strategije proširenja podržana je kroz IPA-u, a u pripremi je strategija za razdoblje 2014.-2020. kojom će se osigurati koherentni okvir za financijsku pomoć kroz IPA-u II. Kao glavni ekonomski cilj postavljena je promocija rasta i zapošljavanja, a rezultati su vidljivi u drugoj polovini 2013. kada je BDP zabilježio rast od 3,9% u usporedbi s prethodnom godinom, ponajviše zbog porasta investicija. Usvojen je akcijski plan za zapošljavanje mladih za razdoblje 2012. – 2015., ali dugoročna nezaposlenost je i dalje veliki problem, osobito jer su sredstva alocirana za programe za aktivno tržište rada nedovoljna, a glavni poslodavac ostao je javni sektor. Makedonija pokazuje zrelost u provođenju reformi i u potpunosti je spremna za pregovore s Europskom unijom te zaslužuje status države kandidatkinje. Pozivam Europsku komisiju, države članice, osobito Grčku da podrže, otvaranjem pregovora, daljnje napore Makedonije na putu prema članstvu u EU.

4-283-250

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - He votado en contra de la Resolución debido a que supone que la Unión Europea continúa avanzando en el proceso de cooperación con la República balcánica ignorando el litigio internacional que dicha República mantiene con Grecia por motivo de su denominación. Independientemente de la evaluación que desarrolle esta Resolución, en aras del respeto del Derecho internacional, la Unión Europea no debería mantener este tipo de relaciones con la Antigua República Yugoslava de Macedonia. El litigio que la citada República mantiene con Grecia aún no ha llegado a una resolución en los foros internacionales en los que se está tratando y, como consecuencia de ello, la Unión Europea debería respetar dichos procedimientos del Derecho internacional y no comenzar estas negociaciones hasta que se resuelvan a través de los justos cauces jurídicos. Es por esto por lo que he votado en contra de la Resolución.

4-283-375

**Louis Michel (ALDE)**, *par écrit*. – Suite à la déclaration du Conseil et de la Commission, nous tenions à réaffirmer notre volonté de poursuivre l'élargissement aux pays des Balkans. À cet égard, nous regrettons la décision du Conseil d'une nouvelle fois reporter l'ouverture des négociations d'adhésion avec l'ancienne République yougoslave de Macédoine (ARYM). Cela risque de mettre en péril la crédibilité de l'ensemble du processus d'élargissement de l'Union et de nuire à la stabilité régionale. Nous invitons la Grèce à profiter de sa présidence pour insuffler un nouvel élan à ce processus. Par ailleurs, nous encourageons l'ARYM à consolider ses réformes et à mettre un terme aux politiques ou aux pratiques qui pourraient nuire à sa candidature. À cet égard, nous appelons le pays à assurer le respect de la liberté d'expression et plus particulièrement de la liberté des médias. Il s'agit là d'une liberté fondamentale et d'un élément crucial sur la voie de l'adhésion à l'UE. Enfin, nous appelons le pays à reconnaître le rôle important de la société civile et sa valeur ajoutée dans le débat politique. Nous invitons l'ARYM à prévoir un espace de dialogue et à garantir la représentation de la société civile dans le processus d'élaboration des politiques.

4-283-500

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing*. - Real progress on justice, democracy and human-rights issues will be best served if the Former Yugoslav Republic of Macedonia is able to open negotiations – including specifically on these chapters – with the EU. To that end, I voted in favour of the resolution calling for negotiations to be opened.

4-283-625

**Andreas Mölzer (NI)**, *schriftlich*. - Die ehemalige jugoslawische Republik Mazedonien spielt bei der Erweiterung der EU im südosteuropäischen Raum eine entscheidende Rolle. Das Land ist aber in einer Situation, die, angefangen vom Namensstreit mit Griechenland bis hin zur ungelösten Frage der albanischen Minderheit, sicherlich zu einer der kompliziertesten am Balkan zählen. Des Weiteren wird das Land von Korruption und kriminellen Machenschaften heimgesucht. Zwar kann die EU der mazedonischen Regierung hierbei helfen, die genannten Faktoren einzudämmen, jedoch sehe ich sowohl an der innenpolitischen Lage als auch aus europäischer Sicht kein gegebenes Fundament, um hier Beitrittsgespräche zu eröffnen, bzw. für einen Beitritt in naher Zukunft. Deshalb konnte ich hierbei nicht zustimmen.

4-283-687

**Katarína Neveďalová (S&D)**, *písomne* - Macedónsko za rok 2013 dosiahlo pokrok vo viacerých oblastiach. Zníženie nezamestnanosti a zvýšenie HDP, ale krajina má stále ťažkosti pri riešení problémov menšín žijúcich na jej území, ide najmä o albánsku a rómsku menšinu.

Prístupové rokovania môžu však podľa nás urýchliť posledné potrebné reformy v krajine, ktoré sú nutné pre jej členstvo. Ide hlavne o reformy týkajúce sa súdnictva, verejnej správy a tiež aj o otázky týkajúce sa ľudských práv. Apelujeme na zlepšenie susedských vzťahov, najmä s Bulharskom a Gréckom. Ak nedôjde k prístupovým rokovaniam, hrozí, že krajine porastú neočakávané náklady, čo bude mať negatívny vplyv na regionálnu stabilitu. Mohlo by to spôsobiť aj prehĺbenie domácich problémov a vnútorného napätia. Prístupové rokovania by preto mali slúžiť pre Macedónsko ako určitý stimul na urýchlenie vybudovania silného demokratického štátu zachovávajúceho európske hodnoty, ktorých konečným výsledkom bude členstvo v EÚ.

4-283-702

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - No relatório intercalar sobre a Antiga República Jugoslava da Macedónia de 2013, a Comissão entendeu que o país continua a cumprir suficientemente os critérios políticos para a adesão à UE e recomenda como prioridade para o próximo ano a implementação e execução de enquadramentos legais e políticos já existentes. Por estas razões voto positivamente o presente relatório intercalar.

4-283-718

**Sandra Petrović Jakovina (S&D)**, *napisan*. - Podržala sam ovu rezoluciju jer bi daljnje odgađanje određivanja datuma početka pristupnih pregovora s jedne strane moglo dovesti do sve većeg nezadovoljstva u samoj zemlji, a s druge bi strane moglo ugroziti vjerodostojnost procesa proširenja Europske unije. Ono što bih svakako htjela istaknuti kao zastupnica najnovije države članice Europske unije je da su daljnje reforme na području pravosuđa i izbornog sustava nužne, kao i jačanje civilnog društva, medijske slobode te podizanje svijesti o antidiskriminacijskim politikama i toleranciji. Podržavam naglašavanje i važnost otvorenog i intenzivnog dijaloga kao načina rješavanja osjetljivih pitanja, poput pitanja imena države, što čini istinske temelje Europske unije.



4-283-750

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan .* - Priznanje izvjestitelju za rad i napor da usuglasi kompleksan dokument na temelju različitih pristupa temi. Za osobito žaljenje je još jedno odgađanje početka pregovora s Makedonijom, usprkos preporukama i Europskog parlamenta i Europske komisije. Ipak, ohrabruju vijesti o približavanju suprotstavljenih stajališta što naznačuje mogućnost raspleta spora koji tako dugo neopravdano drži Skopje po strani pregovaračkog procesa dovodeći u pitanje efekte reformi koje se provode ili se trebaju provesti. Ovo, naravno, ne znači da treba zanemariti i probleme koji traže predano zalaganje vlasti u Skopju od borbe protiv zlouporabe administrativnih resursa, preko sumnji u pristranost pravosuđa i raširene korupcije. Djelovanje političkih stranaka, pogotovo onih na vlasti, treba biti transparentnije. Važno je i pitanje odnosa politike prema medijima i jamčenje njihove slobode u praksi, a ne samo deklarativno u dokumentima. Uz to, pozornost valja usmjeriti na prilike u lokalnoj samoupravi koja je u svakoj demokratskoj zemlji važno ustavno pravo koje građani moraju slobodno konzumirati. No, Makedonija iz izvješća u izvješće napreduje u savladavanju prepreka, njeni građani su proeuropski orijentirani i te činjenice treba konačno integrirati u snažno političko priznanje od strane EU i njenih institucija.

4-283-875

**Andrej Plenković (PPE)**, *napisan .* - Podržao sam Rezoluciju o Izvješću o napretku bivše jugoslavenske Republike Makedonije te smatram kako je napravljen pozitivan pomak. Mišljenja sam kako treba potaknuti otvaranje pristupnih pregovora, a slijedom opetovanih i višegodišnjih prijedloga Komisije. Aktualno predsjedanje Vijećem od strane Grčke, koja je i 2003. znala poduprijeti daljnji proces proširenja (podnošenje zahtjeva za članstvo Hrvatske u Ateni u veljači 2003. i Sastanak na vrhu u Solunu u lipnju iste godine) trebalo bi iskoristiti za rješavanje otvorenih pitanja.

4-284-000

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *in writing .* - In favour. For the first time, the text welcomes the UN proposal for a composite name respecting Macedonian nationality, identity, culture and language.

4-284-125

**Νικόλαος Σαλαβράκος (EFD)**, *γραφτώς.* - Καταψήφισα την έκθεση προόδου για την ΠΓΔΜ, καθώς περιλαμβάνει ανακριβή στοιχεία και δεν απεικονίζει την πραγματική κατάσταση στην χώρα. Η επίλυση των εκκρεμών ζητημάτων εξαρτάται από την κυβέρνηση της χώρας αυτής και η μείωση του εθνικισμού και των προκλητικών πράξεων και δηλώσεων είναι απαραίτητα στοιχεία για να βρεθεί αμοιβαία αποδεκτή λύση σε πνεύμα καλής γειτονίας. Σε κάθε περίπτωση δεν πληρούνται τα κριτήρια της Κοπεγχάγης.

4-284-250

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto .* - Appoggio l'invito al Consiglio di fissare una data d'inizio per i negoziati di adesione, alla luce delle riforme avvenute nel paese e che continueranno a proseguire nel prossimo futuro, in direzione della piena realizzazione dello Stato di diritto.

Il Consiglio dovrebbe appoggiare l'apertura del processo di screening, contribuendo a incrementare la realizzazione di riforme. Un importante problema resta ancora la mancata

individuazione di una soluzione reciprocamente accettabile, equa e giusta per la soluzione della controversia sul nome. Sono poi da apprezzare i progressi in materia di libertà di espressione, ma ritengo che un grave caso sia ancora rappresentato dall'incarcerazione del giornalista Tomislav Kezarovski. In questo senso, sono da apprezzare le attività intese a migliorare la professionalità, l'indipendenza e l'efficienza della magistratura.

4-284-312

**Davor Ivo Stier (PPE)**, *napisan* . - Donošenjem ove rezolucije za vrijeme grčkog predsjedanja Unijom, Europski parlament je poslao vrlo jasnu potporu otvaranju pristupnih pregovora s Makedonijom. Pitanje imena zbog kojeg jedna država članica trenutno blokira konsenzus u Vijeću mora se riješiti bilateralnim putem, a ne preko pristupnih pregovora. U rezoluciji se također spominju područja u kojima se očekuje da Makedonija nastavi s reformama, ali je glavna poruka da je potrebno otvoriti pristupne pregovore kako bi se te reforme mogle kvalitetno i učinkovito provesti. Jedina odredba ove rezolucije s kojom se ne slažem (protiv koje sam glasovao i na Odboru za vanjsku politiku) jest članak 50. u kojemu se kritizira donošenje novog makedonskog zakona o prekidu trudnoće. Smatram da Europski parlament nije nadležan za donošenje takve kvalifikacije koje nisu u skladu s načelom supsidijarnosti.

4-284-375

**Dubravka Šuica (PPE)**, *napisan* . - Podržavam ovaj prijedlog budući da bivša jugoslavenska Republika Makedonija ispunjava političke kriterije za članstvo u EU . Pokretanje pregovora je pozitivan korak ka rješavanju aktualnih sporova sa susjedima te se stvaraju uvjeti kako bi stanje u zemlji napredovalo, i to na svakoj razini – političkoj, ekonomskoj i socijalnoj. Naravno, potrebno je postupno rješavati probleme poput slobode medija, točnije, utjecaja politike na medije, korupcije. Također, ovim putem potičem Grčku da tijekom predsjedavanja iskaže svoju dobronamjernost u rješavanju spora oko imena te tako pomogne Makedoniji u pristupnim pregovorima, kao što je pomogla Hrvatskoj prije jedanaest godina.

4-284-500

**Kay Swinburne (ECR)**, *in writing* . - I voted in favour of this resolution on the Former Yugoslav Republic of Macedonia and progress towards possible EU membership; the ECR group has supported the opening of accession negotiations and believes that it will have wider benefits for the Western Balkans and the EU as a whole.

4-285-000

**Marc Tarabella (S&D)**, *par écrit* . – J'ai voté en faveur de cette résolution. J'encourage le pays à consolider ses réformes et à mettre un terme à ses politiques et pratiques qui pourraient toujours faire obstacle à son avenir européen, ainsi qu'à assurer des progrès réels dans des domaines essentiels, tels qu'ils sont énoncés dans les conclusions du Conseil européen, en particulier dans les déclarations sur l'élargissement et le processus de stabilisation et d'association. La mise en route de négociations avec l'Union européenne constitue une étape positive vers la résolution des litiges actuels avec les pays voisins, tout en étant également la source de nouvelles réformes permettant d'améliorer la situation du pays.

4-285-004

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - Esta proposta de resolução surge no contexto de ter sido conferida à antiga República Jugoslava da Macedónia o estatuto de *país candidato à adesão à União Europeia*. O país é incentivado a consolidar as reformas e práticas políticas que podem ser ainda um obstáculo para o seu futuro Europeu, salientando que até à data foram cumpridos todos os compromissos assumidos pelo país no âmbito do Acordo de Estabilização e de Associação. De recordar que as boas relações de vizinhança e a cooperação regional são um dos pilares essenciais para o processo de adesão à UE. Consequentemente e considerando a minoria albanesa no país e as questões bilaterais sensíveis com os países vizinhos, Grécia e Bulgária, deve ser fomentada uma abertura para um diálogo intenso entre todas as partes, no espírito do futuro europeu comum. Destaca-se ainda pela positiva, o papel construtivo que o país tem tido em termos de cooperação regional, com a participação em várias iniciativas como a Iniciativa Centro-Europeia (CEI) e a Iniciativa Regional para a Migração, Asilo e Refugiados (MARRI).

4-285-003

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris*. - Am votat pentru Rezoluția referitoare la Raportul pe 2013 privind progresele realizate de Fosta Republică Iugoslavă a Macedoniei. Macedonia a obținut statutul de țară candidată la UE prin decizia Consiliului European din 16 decembrie 2005.

Salutăm îndeplinirea de către această țară a angajamentelor asumate în temeiul Acordului de stabilizare și asociere și stadiul avansat al alinierii legislației la *acquis*. Susținem că în cadrul procesului de integrare toate țările candidate și potențial candidate ar trebui să fie tratate pe baza propriilor merite și reiterăm apelul adresat Consiliului de a stabili neîntârziat o dată pentru demararea negocierilor de aderare.

Invităm Grecia să își utilizeze președinția Uniunii Europene pentru stimularea procesului de integrare europeană a țării, reafirmându-și astfel angajamentul asumat în Agenda de la Salonic din 2003 și creând un mediu pozitiv pentru soluționarea diferendelor bilaterale în spiritul valorilor și principiilor europene. Invităm Președinția elenă să valorifice dinamica pozitivă a conducerii sale pentru a dezvolta noi inițiative în vederea depășirii actualului impas în care se află negocierile și în vederea găsirii unei soluții. Subliniem că bunele relații cu țările învecinate constituie un pilon esențial în procesul de aderare la UE a acestei țări, și presupun și găsirea, sub auspiciile ONU, a unei soluții negociate acceptabile pentru ambele părți privind chestiunea numelui.

4-285-002

**Angelika Werthmann (ALDE)**, *schriftlich*. - Der vorgelegte Entschließungsantrag von Richard Howitt beschäftigt sich mit dem Fortschrittsbericht 2013 über die ehemalige jugoslawische Republik Mazedonien und er ist der Ansicht, dass sich eindeutige Fortschritte bereits abzeichnen, aber dass trotzdem noch Handlungsbedarf besteht. Als Kernpunkte erwähnt er Korruption, ineffiziente Behörden, den Fortbestand von Menschen- und Drogenhandel, die Diskriminierung von Minderheiten und auch die wenig fortgeschrittene Klimapolitik. In diesem Sinne kann der Entschließungsantrag als durchaus kritisch gewertet werden, da der Verfasser seine berechtigten Vorbehalte deutlich zum Ausdruck bringt.

4-285-005

**Inês Cristina Zuber (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Tal como noutras repúblicas da antiga Jugoslávia, a situação na Antiga República Jugoslava da Macedónia é instável e constitui um fator de desestabilização para a toda a região. Desde logo, permanece a negociação com a Grécia em torno da designação do país, num processo rodeado de uma retórica nacionalista que em vez de aproximar os povos, os afasta. Esta proposta vem mais uma vez no sentido de acelerar a data para o início das negociações de adesão, o que é desrespeitador da soberania dos povos de ambos os países e só vem contribuir para exacerbar divisões e clivagens existentes. A adesão à UE é um processo de decisão soberana de cada povo, assim como o é o direito ao desenvolvimento económico e social. Deve competir a cada povo a livre decisão, sem qualquer ingerência externa. O povo deve decidir com base no conhecimento verdadeiro do significado dos critérios exigidos pela UE para que um país se torne seu membro, nomeadamente o critério da existência de uma economia de mercado. É inaceitável que o interesse da adesão da ARJM à NATO, processo inseparável da militarização da UE e do alargamento das suas zonas de influência na região dos Balcãs, se sobreponha aos interesses e direitos do povo. Daí o voto contra.

### 10.13. Fortschrittsbericht 2013 über Montenegro (B7-0072/2014)

4-287-000

#### Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung

4-287-062

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente resolução, considerando muito positivo a participação do Montenegro em várias iniciativas, como por exemplo as iniciativas relacionadas com a reconciliação regional e o projeto *Seis dos Balcãs Ocidentais*, assim como o desejo do governo de assumir a liderança de iniciativas de cooperação regional. Deste modo, insto o Montenegro a reforçar a sua cooperação cultural e económica com os Estados-Membros vizinhos da União Europeia. Felicito o governo por manter boas relações bilaterais com todos os seus vizinhos, incluindo o Kosovo. No entanto, sublinho a necessidade de resolver rapidamente o litígio em matéria de fronteiras terrestres e marítimas com a Croácia, nomeadamente tendo em conta a exploração preliminar *offshore* de petróleo. Incentivo, ainda, a delimitação definitiva das fronteiras com a Sérvia, a Bósnia-Herzegovina e o Kosovo, a fim de eliminar possíveis fontes de tensão. Não deixo no entanto de saudar os progressos no que toca ao Processo da Declaração de Sarajevo, inclusivamente na aplicação do Programa Regional de Habitação.

4-287-093

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit*. - L'ensemble des pays du voisinage européen entretient des relations avec l'Union européenne dont certains en vue d'une éventuelle adhésion. J'ai voté en faveur de ce rapport qui contient des dispositions encourageantes se justifiant par les risques réels dans ce pays de retour à une instabilité si une perspective européenne n'était pas maintenue.

4-287-125

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris*. - Am votat în favoarea rezoluției, pentru că sunt o susținătoare a extinderii Uniunii. În prezent, putem spune că Muntenegru este țara cea mai avansată în procesul de negocieri cu Uniunea, deci ar putea deveni următorul membru al

UE, atunci când va îndeplini toate condițiile de aderare. Totuși, doresc să atrag atenția că persistă în continuare probleme legate de funcționarea justiției, dar și de combaterea criminalității organizate și a corupției.

De asemenea, aș dori să avem o dezbatere publică mai concretă asupra viitorului procesului de extindere a Uniunii, în contextul alegerilor europene. Sper că viitoarea Comisie Europeană, precum și noul Parlament European vor lua mai serios în considerare reinventarea Agendei Salonic, prin acordarea unei perspective de aderare și altor state, precum Republica Moldova.

4-287-187

**Fabrizio Bertot (PPE)**, *per iscritto* . - Ho votato a favore perché penso sia giusto incoraggiare una rapida prosecuzione dei negoziati di adesione all'UE.

Il governo montenegrino ha finora avviato un programma di riforme globali e ambiziose che, tuttavia, dovrà essere implementato all'insegna della massima trasparenza, conducendo ampie consultazioni a livello nazionale, potenziando la comunicazione con il pubblico, ovvero informando le parti interessate per agevolare la loro partecipazione al processo.

Da un lato, ai fini dell'adesione, possiamo ritenerci soddisfatti per i progressi compiuti relativamente alla riforma del sistema giudiziario, alla ratifica delle convenzioni dell'OIL e della Carta sociale europea, all'adozione dello Small Business Act e alle trattative di adesione alla NATO nonché alle buone politiche di vicinato sviluppate sinora. Dall'altro, credo che le forze politiche debbano convergere maggiormente verso un dialogo sostenibile e una cooperazione costruttiva per migliorare il sistema elettorale, riformare l'amministrazione pubblica, ridurre l'influenza politica sul sistema giudiziario, sradicare la corruzione a livello di istruzione, sanità, edilizia, appalti, amministrazione e pianificazione territoriale.

Occorrono altresì nuovi sforzi per tutelare le minoranze, favorire la crescita economica, sostenere maggiormente le PMI, arrestare fenomeni di violenza ritenuti socialmente legittimi contro donne e bambini e, infine, rafforzare la sorveglianza delle frontiere sulla "rotta dei Balcani" combattendo contrabbando e riciclaggio di denaro.

4-287-250

**Adam Bielan (ECR)**, *na piśmie* . - Panie Przewodniczący! To ważne, że projekt europejski cieszy się poparciem wszystkich sił politycznych oraz większości społeczeństwa, a Czarnogóra zdołała wstępnie zamknąć pierwsze rozdziały negocjacyjne oraz otworzyć kilka następnych. Program akcesyjny powinien pozostać główną siłą napędową dalszych reform politycznych, społecznych i gospodarczych kraju. Na uwagę zasługuje przy tym włączenie do struktur negocjacyjnych przedstawicieli społeczeństwa obywatelskiego. Polityce akcesyjnej służą przemiany ustrojowe, w tym zwiększenie roli parlamentu, zwiększenie niezawisłości sądownictwa czy rozpoczęcie reform administracyjnych. Konieczne jest natomiast zintensyfikowanie działań sprzyjających wzrostowi zaufania publicznego do systemu wyborczego i mechanizmów demokratycznych. Warto odnotować, że fundusze w ramach Instrumentu Pomocy Przedakcesyjnej są rozdzielane prawidłowo i sprawnie, co pozwala na rozważenie uproszczenia procedury administracyjnej w zakresie tych środków.

4-287-500

**Mara Bizzotto (EFD)**, *per iscritto*. - Non condivido le posizioni sostenute nella risoluzione che analizza i progressi del Montenegro nel 2013 e non ritengo che questo paese sia pronto per l'adesione all'UE, per questo motivo mi sono espressa con voto negativo.

4-287-773

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - Congratulo-me com a inclusão de representantes da sociedade civil nas estruturas de negociação e apelo a que o governo demonstre a máxima transparência possível durante o processo de negociação e de adesão. O Governo e o Parlamento têm a responsabilidade de informar de forma transparente e todas as partes interessada e facilitar a ampla participação destas partes neste processo. O processo de integração deve contar com a plena participação do Parlamento e das organizações da sociedade civil e beneficiar de um vasto apoio democrático. É importante que o governo se centre no aumento do crescimento económico para combater a pobreza e que aplique reformas estruturais com vista a atrair e manter o investimento estrangeiro direto, que é crucial para a diversificação da economia.

4-287-778

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. – Je me suis prononcée contre cette résolution. Sans préjuger du cas du Monténégro, je maintiens qu'il est temps de dire stop à l'élargissement. L'Union européenne doit faire une pause durable dans ce processus. Ce texte pousse ce pays à entreprendre les démarches nécessaires pour son adhésion. Or, s'il est certes important d'encourager le Monténégro à procéder à certaines réformes structurelles, cela ne doit pas être motivé par la volonté d'adhérer à l'UE. L'Union européenne devrait renforcer son fonctionnement à vingt-huit États membres avant de penser à intégrer de nouveaux pays.

4-287-787

**Ioan Enciu (S&D)**, *în scris*. - Rezoluția pe care am votat-o salută deschiderea a cinci noi capitole de negociere Muntenegru-UE în decembrie 2013. Autoritățile muntene grene au realizat deja progrese semnificative și dorim să încurajăm cooperarea bilaterală pentru o evoluție mai rapidă a negocierilor de aderare.

Rezoluția subliniază importanța continuării și implementării reformelor, în special în sfera administrației publice în vederea aplicării acquis-ului comunitar și a justiției, prin simplificarea și eficientizarea sistemului judiciar. Nu în ultimul rând, țin să atrag atenția asupra necesității unor eforturi mai intense pentru asigurarea unui control eficace al frontierelor, în vederea combaterii criminalității organizate și a operațiunilor de contrabandă pe așa-numita „ruta balcanică”.

4-287-796

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - A abertura de cinco novos capítulos de negociação indicam a seriedade que o Montenegro tem emprestado ao seu processo de adesão à União Europeia, circunstância que não posso deixar de saudar. Sendo certo que muito falta para que a efetiva adesão se dê, não o é menos que o Montenegro constitui um bom exemplo de convergência com a União e de compromisso com os seus valores. Faço votos para que persista nesta senda e possa estreitar os laços com a União, que deve estar atenta aos seus progressos e incentivá-los.

4-287-843

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. - Depois de terem dividido, agredido e aberto feridas entre os povos da antiga Jugoslávia, as grandes potências da UE e da NATO pretendem impor o seu domínio económico, explorar os seus povos e os seus recursos naturais. Apesar das evidências demonstrarem que a UE não é um projeto de progresso, particularmente para países com economias mais frágeis como a do Montenegro, a adesão à UE continua a ser um objetivo a atingir, a qualquer custo, para o grande capital deste país e da UE, particularmente das grandes potências. A maioria do PE defende neste relatório, como condição para a adesão, a alteração da sua legislação laboral, da lei eleitoral, o fim dos mecanismos soberanos de proteção da economia e da atividade produtiva, destruindo PME e os pequenos e médios agricultores, a realização de privatizações, entre outras medidas neoliberais que são contrárias aos interesses dos montenegrinos. Nesta proposta, congratula-se o compromisso do Montenegro em aderir à NATO e a contribuição para as suas missões, como mais um passo positivo para a adesão à UE, demonstrando, uma vez mais, a ligação entre o alargamento da UE e da NATO, com a primeira a ser o pilar europeu da segunda.

4-287-875

**Mariya Gabriel (PPE)**, *par écrit*. - J'ai voté en faveur de ce rapport parce qu'il exprime une position précise et exhaustive au sujet de l'avancement du Monténégro dans le processus d'intégration européenne. Le rapport de la Commission sur les progrès du pays est le deuxième publié depuis l'ouverture des négociations et il indique des résultats clairement positifs. Le Monténégro a marqué un progrès dans le domaine de l'économie de marché, mais a aussi amélioré sa capacité à assumer les obligations découlant de l'adhésion à l'Union et continue de répondre suffisamment aux critères politiques. Pour ces raisons, je soutiens le rapporteur, qui souligne l'ouverture de cinq nouveaux chapitres de négociation en décembre 2013. Toutefois, le rapport indique aussi que le pays rencontre des problèmes pour lutter contre les abus des fonds publics et réformer la législation électorale, ainsi qu'avec le respect du droit de liberté d'expression. Enfin, je soutiens ce rapport parce qu'il affirme l'engagement de l'Union à poursuivre le dialogue et à guider le Monténégro dans son processus d'intégration.

4-288-000

**Françoise Grossetête (PPE)**, *par écrit*. - J'ai voté contre la résolution sur le rapport de suivi 2013 concernant le Monténégro. Je considère que l'Union européenne doit marquer une pause dans le processus d'élargissement. Le Monténégro doit poursuivre la réforme de son système judiciaire et renforcer sa lutte contre la corruption financière et la criminalité organisée. Il faut impérativement réévaluer la capacité d'intégration de l'Union européenne et ne pas accélérer les négociations d'adhésion. La priorité doit être d'approfondir le projet européen et de le consolider.

4-288-250

**Livia Járóka (PPE)**, *in writing*. - Authorities must take further measures to combat discrimination, improve the living conditions of Roma and their access to social security, health, education, housing and employment services, and ensure their proper participation in public services. The Commission must therefore urge Montenegro to sign up to the European Framework for National Roma Inclusion Strategies by launching and submitting

a 10-year national inclusion strategy after the expiry of the current strategy to improve the status of the Roma and Egyptian (RAE) population.

The Government must further reinforce the legal framework and promote stronger measures to prevent and combat human trafficking, as well as to strengthen the capacities of law-enforcement and judicial authorities dealing with human trafficking, and to reinforce the identification and protection of victims, especially children and women. Gender equality legislation must also be properly enforced with particular regard to the recently adopted strategy for implementing the law on protection from family violence. The Ombudsman's capacity in relation to children's rights and those of the Council on the Rights of the Child must be enhanced.

4-288-375

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit*. – J'ai soutenu cette résolution qui salue l'ouverture récente de cinq chapitres de négociation en vue de l'adhésion éventuelle du Monténégro et qui appelle à la poursuite des réformes dans ce pays, afin que de nouveaux domaines puissent être à leur tour ouverts à la négociation. Néanmoins, le pays a encore de nombreux efforts à faire afin de lutter contre le crime organisé, la corruption et les mauvaises pratiques électorales qui subsistent encore. Des efforts similaires doivent être entrepris pour améliorer l'indépendance de la justice et la liberté de la presse. Je me félicite de l'adoption de cette résolution.

4-288-500

**Béla Kovács (NI)**, *írásban*. – Végre egy sikertörténetet olvashattunk. Montenegro lényegesen jobb eredményeket tud felmutatni, mint a ma tárgyalt másik két volt jugoszláv régió, sőt még Albániánál is. Az Európai Unió pedig soha nem állt ilyen rosszul gazdaságilag, pénzügyileg, társadalmilag. Így a két színvonal lendületesen közeledik egymáshoz. Én a montenegróiak helyében inkább más gazdasági térségi együttműködés felé orientálnék. Lehet persze, hogy ők még nem tudják, legfeljebb mosogatni mehetnek majd egy bécsi cukrászdába, akárcsak mi magyarok. Ami azért valljuk be egy kicsit más, mint az eredeti ígéret volt, miszerint lehet saját cukrászdánk Bécsben.

4-288-593

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto*. – L'entusiasmo ampiamente condiviso dall'intero spettro politico e dalla società in generale nei confronti del progetto europeo ha permesso al Montenegro di compiere passi importanti sulla via dell'integrazione con l'UE.

Il Montenegro deve però risolvere alcuni problemi interni e conseguire risultati concreti nel settore dello Stato di diritto prima di una totale integrazione nell'Unione. Il governo deve dimostrare la massima trasparenza possibile in tutto il processo di negoziazione e di adesione, anche interpellando le organizzazioni della società civile e l'opinione pubblica in modo tempestivo e trasparente, circa gli sviluppi dei negoziati di adesione nonché facilitando la loro ampia partecipazione a tale processo.

4-288-640

**Monica Luisa Macovei (PPE)**, *in writing*. – Montenegro has recently made commendable progress on the path to EU accession, as outlined in this resolution. Yet the country still struggles to implement reforms and maintain the rule of law, as evidenced by its ranking as 67th on the Transparency International Corruption Index.



The Montenegrin judicial system must become more independent, predictable and effective: judges and prosecutors must be appointed in a transparent and merit-based manner; the jurisprudence must be unified; and common criteria for judicial training must be applied. The investigation and prosecution of war crimes, in particular, must be pursued more rigorously. On the fight against corruption, Montenegrin authorities must focus on high-level corruption cases. This is the test of the judiciary and of the political class. In addition, confiscating criminal assets, convicting money launderers and targeting the misuse of public funds should be further encouraged and observed as metrics of success.

While the Government of Montenegro is taking important steps to lay the groundwork for reform, the difficult task of fully implementing these reforms still lies ahead. The EU should continue to push and support the Montenegrin Government not only to put in place the reforms but also to commit the political will and resources, including adequate funding, that are necessary to enact them in full.

4-288-687

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito* . - He votado en contra de esta Resolución debido a que se trata de un nuevo ejemplo de la hipocresía que pueden alcanzar las instituciones europeas en sus exigencias dirigidas a terceros países. Las recomendaciones que se realizan a la República de Montenegro se refieren a la implementación de reformas neoliberales, privatizaciones de compañías públicas, nuevas leyes, etc. Todas estas exigencias están orientadas a la introducción del capital extranjero para tomar posesión de la economía del país y orientarla hacia el beneficio de las compañías europeas. Al mismo tiempo el informe llama a resolver el desempleo y respetar los derechos laborales cuando las políticas económicas recomendadas están orientadas en la dirección contraria. Es por todo esto por lo que he decidido votar en contra de la Resolución.

4-288-718

**Louis Michel (ALDE)**, *par écrit* . – Considérant les progrès réalisés par le Monténégro en faveur de l'intégration européenne et l'enthousiasme manifeste pour le projet européen, nous nous réjouissons de l'ouverture de cinq nouveaux chapitres de négociation en décembre 2013. Nous encourageons le pays à poursuivre ses efforts afin de s'aligner sur les normes européennes et l'invitons plus particulièrement à renforcer la lutte contre la corruption financière et la criminalité organisée. Nous saluons la participation de la société civile dans le processus de négociation et encourageons le gouvernement à étendre au maximum l'éventail d'organisations de la société civile représentées lors des discussions. Par ailleurs, nous tenions à féliciter le Monténégro pour les efforts accomplis en vue d'accroître l'indépendance du système judiciaire et de le rationaliser. Néanmoins, nous attirons l'attention sur différents secteurs qui nécessitent de nouvelles réformes. En ce qui concerne le système électoral, nous soulignons la nécessité d'accélérer le processus de réforme afin de renforcer la confiance du public. De plus, nous rappelons l'importance de la réforme de l'administration publique ainsi que l'importance du respect de la liberté des médias. Nous condamnons toute tentative d'intimidation à l'égard de la presse et exhortons le pays à garantir l'indépendance des médias.

4-288-750

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing* . - Montenegro is well on its way to becoming an EU Member State. This resolution highlights progress with Montenegro's accession programme, as well as the problems encountered thus far. I voted in favour of it.

4-288-812

**Andreas Mölzer (NI)**, *schriftlich*. - Die Mitgliedschaft der noch jungen Republik Montenegro sollte, neben dem Beitritt Serbiens, im südosteuropäischen Raum an primärer Stelle liegen. Dennoch muss in verschiedenen Bereichen, wie z. B. der Gesetzgebung, der Korruptions- und Armutsbekämpfung, noch einiges erreicht werden, damit das Land auch die Reife für einen Beitritt besitzt. Gerade in der Frage des Wirtschaftswachstums, der sozioökonomischen Probleme sowie in der Korruptionsbekämpfung kann die EU einen entscheidenden Beitrag leisten. Ein verfrühter oder gar überhasteter Beitritt Montenegros wäre gerade zum jetzigen Zeitpunkt fatal und würde das Vertrauen anderer Beitrittskandidaten im südosteuropäischen Raum erschüttern. Ich habe daher diese Überlegungen in mein Abstimmungsverhalten miteinfließen lassen.

4-288-843

**Katarína Neveďalová (S&D)**, *písomne* - Čierna Hora v roku 2013 pokročila na ceste k integrácii do Európskej únie. Plnenie konkrétnych opatrení a účinné reformy ju posúvajú v rámci prístupových rokovaní bližšie k splneniu všetkých požiadaviek potrebných pre jej oficiálne členstvo.

Reforma súdnictva a boj proti korupcii a organizovanému zločinu patria k snahám o postupné vybudovanie právneho štátu. Za významné kroky považujeme aj posilnenie právomoci parlamentu, kultúrnu a hospodársku spoluprácu so susednými štátmi vrátane Kosova.

Krajina však potrebuje dokončiť volebné reformy a reformy financovania politických strán, aby sa tým zabezpečila vyššia dôvera voličov. Za dôležité považujeme aj začlenenie zástupcov občianskej spoločnosti do rokovacích štruktúr a včasné informovanie občanov zo strany vlády, výsledkom čoho bude zvýšenie transparentnosti počas rokovaní. Obavy z pretrvávajúceho násillia na ženách naďalej pretrvávajú a tiež zdôrazňujeme osobitnú úlohu nezávislých a udržateľných verejnoprávnych médií.

Napriek nedostatkom, na ktoré Európska únia poukázala, Čierna Hora v poslednom období preukázala iniciatívu odstrániť ich v čo najkratšom čase, a preto je reálne, že prístupové rokovania budú mať rýchle pokračovanie.

4-288-851

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - Votei favoravelmente a presente resolução relativamente ao progresso de Montenegro de 2013 que inclui cinco novos capítulos de negociação (dezembro de 2013) e incentiva a pronta continuação das negociações de adesão, desde que as reformas sejam prosseguidas e aplicadas e sejam alcançados resultados concretos. Reconhece-se ainda os progressos feitos pelo país no sentido da integração europeia, entre os quais se destaca o entusiasmo pelo projeto europeu, quer por parte do espetro político, quer por parte da sociedade em geral.

4-288-859

**Sandra Petrović Jakovina (S&D)**, *napisan*. - Na putu stabilnosti i demokratizacije, veliku nadu polazemo i punu podršku dajemo Crnoj Gori koja je otvorila pregovore s Europskom unijom i približava se ulasku u NATO savez. Crna Gora je od obnove svoje neovisnosti napravila veliki iskorak u demokratizaciji društva, vladavini prava i implementaciji europske pravne stečevine kao osnovnog puta na kojem se ona nalazi. Stoga naglašavam kako je u zajedničkom interesu nastavak pregovora, te nastojanja da se

u Crnoj Gori u skladu s demokratskim načelima pregovori i dovrše. Vlada i Parlament Crne Gore ulažu velike napore u svrhu izjednačavanja raznolikosti društva u Crnoj Gori što može poslužiti kao primjer svim ostalim zemljama koje žele postići stabilnost i uvjete za početak pregovora za ulazak u Europsku uniju. Zbog svega navedenog, glasala sam u korist ovog izvješća.

4-288-875

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan .* - Prije svega čestitam Crnoj Gori na uznapredovalom eurointegracijskom putu. Nastavak pregovora ovisit će prvenstveno o napretku u područjima poput vladavine prava, neovisnosti pravosuđa, slobodi medija, efikasnijoj borbi protiv kriminala i korupcije, i to će biti najvažnija mjerila za ocjenjivanje napretka u pregovorima. Važno je i da se rasvijetle nedavni napadi na medije i novinare jer, ukoliko ostanu nerasvijetljeni, a počinioci i nalogodavci nekažnjeni, mogu biti uzrok usporavanja europskih integracija. Pojedine strukture u tranzicijskim zemljama, među kojima je i Crna Gora, osjećaju se ugroženo pred valom demokratizacije društva. Europski standardi sigurno ugrožavaju njihove materijalne i političke pozicije, i oni tome pružaju otpor, između ostalog i kroz napade na medije. Dinamika europskih integracija neće ovisiti samo o Crnoj Gori, budući da proširenje trenutno nije prioritet EU-a, i da su u fokusu konsolidacija ekonomije, izlazak iz financijske krize i predstojeći europski izbori. Ipak, Crnoj Gori treba pružiti punu podršku kao i pokazati optimizam oko njenog prijema, osobito ako EU konačno izađe iz financijske krize. U tom slučaju sigurno neće biti problema da Crna Gora bude primljena u članstvo možda već krajem ovog desetljeća kao država koja nema veliki teritorij i puno stanovnika, ali sigurno predstavlja dodatnu vrijednost europskom projektu.

4-288-937

**Andrej Plenković (PPE)**, *napisan .* - Podržao sam Rezoluciju slijedom Izvješća kolege Tannocka a nastavno na Izvješće Europske komisije o napretku Crne Gore u pristupnim pregovorima. Pozdravljam otvaranje pet novih poglavlja na Međuvladinoj konferenciji u prosincu 2013. Nastavno na iskustva pregovaračkog procesa između EU i Hrvatske došlo je do metodoloških modifikacija dinamike pregovora. U tom kontekstu smatram kako je otvaranje poglavlja 23. i 24. vrlo važan korak za daljnji tijek pregovora i poduzimanje reformi u području pravosuđa, temeljnih prava i borbe protiv korupcije u Crnoj Gori. Posebno izdvajam i nužnost rješavanje pitanja sukcesije vojne imovine bivše SFRJ. Pritom se zalažem za restituciju školskog vojnog jedrenjaka „Jadran“ koji je korišten u civilne svrhe u Hrvatskoj, a nalazi se u Crnoj Gori.

4-289-000

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *in writing .* - In favour. Montenegro was granted candidate status in 2010. In June 2012, accession negotiations started. Chapters 25 (science and research) and 26 (education and culture) have provisionally been closed. For the rule of law and justice chapters (23/24) the government has recently presented action plans. During the last presidential elections in March 2013 it became clear that the Montenegrin democracy is far from being stable and that Prime Minister Djukarnovic's clan is still in control of almost everything. Voter lists have been manipulated, as have identity cards; public funds and public resources have been used for election campaigns by Djukarnovic's party, which only got a few votes more than the opposition. The structure - in light of the political criteria chapter - of this year's AFET report also makes it clear that the most relevant problems relate to (basic) political criteria...

4-289-125

**Davor Ivo Stier (PPE),** *napisan .* - Proces pristupnih pregovora je prilika za dubinsku transformaciju i europeizaciju društva. Crna Gora se odlučila za ovaj put ispunjavanja zahtjevnih kriterija za punopravno članstvo u Europskoj uniji kojim će se također želi postaviti temelje za novu arhitekturu mira i dugoročne stabilnosti u jugoistočnoj Europi. Upravo zbog toga je važno što su se odmah na početku tog procesa, a u skladu s novim pristupom Europske komisije prema proširenju, otvorila poglavlja 23. i 24. Kroz ta najzahtjevnija poglavlja, tijekom cijelog pregovaračkog procesa, Crna Gora će provoditi dubinsku reformu pravosuđa. Vladavina prava je naime ključni preduvjet za gospodarski rast, ali i za daljnju demokratizaciju i društveni razvoj, što uključuje i suočavanje s totalitarnom prošlošću te osuđivanje svakog radikalizma. U tom kontekstu se od Crne Gore očekuje razvoj dobrosusjedskih odnosa s Hrvatskom kao države članice Europske unije, a poseban naglasak mora biti stavljen na zaštitu hrvatske manjine u Boki Kotorskoj.

4-289-250

**Dubravka Šuica (PPE),** *napisan .* - Pozdravljam Izvješće o napretku Crne Gore i poduzete napore u pristupnim pregovorima s EU. Neophodan je nastavak provođenja reformi, s posebnim naglaskom na vladavinu prava, borba protiv korupcije i organiziranog kriminala su jamac za nastavak europskog puta ove države. Kao nova članica Europske unije Hrvatska je prošla dugotrajan proces do statusa članice i ono što mogu napomenuti Crnoj Gori jest da se reforme ne rade zbog ulaska u Europsku uniju nego radi Crne Gore kako bi sama postala bolja država za svoje građane. Hrvatska i Crna Gora još uvijek imaju neriješena određena pitanja kao što su sporovi na kopnenim i pomorskim granicama, te sam uvjerena kako ćemo doći do rješenja problema u duhu dobrosusjedskih odnosa u što skorijem roku.

4-289-500

**Kay Swinburne (ECR),** *in writing .* - I voted in favour of this resolution. I will continue to support Montenegro's Euro-Atlantic ambitions and its efforts on political and institutional reform and economic development.

4-290-000

**Marc Tarabella (S&D),** *par écrit .* - Nous prions instamment toutes les forces politiques, qu'elles fassent partie du gouvernement ou de l'opposition, ainsi que les acteurs clés de la scène économique et sociale, de rester focalisés sur le processus d'intégration du pays à l'Union européenne en encourageant un dialogue durable et une coopération constructive. Je regrette qu'à la suite de la retentissante "affaire des enregistrements" de cette année, la commission d'enquête sur les allégations de détournement de fonds publics en faveur de partis politiques ait omis de tirer des conclusions d'ordre politique dans son rapport final et que le suivi judiciaire reste lacunaire à cet égard. Je souligne qu'il importe de veiller à ce qu'une enquête approfondie soit menée et à ce que des mesures appropriées soient prises, le cas échéant. J'invite par conséquent les autorités monténégrines responsables à présenter une conclusion rapide, libre et équitable de la procédure judiciaire, avec la coopération de tous les acteurs concernés, en considérant toutes les infractions avec minutie, objectivité et dans le plein respect de la législation. Je me félicite de la récente annonce d'une enquête sur l'affaire des enregistrements vidéo de Cetinje, au titre de laquelle toute personne qui serait en infraction avec la loi électorale s'exposerait aux sanctions appropriées dûment établies.

4-290-125

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - O progresso do processo de adesão do Montenegro é bastante positivo. Foram abertos cinco novos capítulos de negociação em 2013 e foram feitas alterações constitucionais para reforçar a independência do poder judicial, de forma a reduzir a pressão política no que respeita à nomeação de magistrados do Ministério Público e foram também tomadas medidas com vista a agilizar o sistema judicial do país. Contudo, ainda há um longo caminho a percorrer. É preciso melhorar a confiança do público no sistema eleitoral, devendo o Parlamento acelerar a reforma eleitoral, pois urge que exista um sistema de registo de eleitores, único, totalmente transparente e responsável. A luta contra a corrupção e o crime organizado tem de ser reforçada, através de investigações, processos e condenações em todos os níveis. A liberdade de comunicação é vital para que se exerça a democracia em pleno. A intimidação verbal e física de jornalistas tem vindo a aumentar, sendo da responsabilidade de todos aqueles na política e nos meios de comunicação alimentar um clima de tolerância e respeito. Esta mesma tolerância deve ser alargada a todos os espetros da sociedade civil, tais como no que respeita à inclusão de minorias e aceitação da homossexualidade, que ainda é alvo frequente de violência.

4-290-250

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris*. - Am votat pentru rezoluția referitoare la Raportul pe 2013 privind progresele realizate de Muntenegru. Salutăm deschiderea a cinci noi capitole de negociere în decembrie 2013 și încurajăm o evoluție rapidă a negocierilor de aderare, cu condiția continuării și implementării reformelor și a obținerii de rezultate. Îndemnăm toate forțele politice, de la guvernare sau din opoziție, precum și principalii actori sociali și economici să rămână concentrați asupra calendarului de integrare a țării în UE, prin intermediul unui dialog durabil și al unei cooperări constructive. Salutăm rezoluția privind metoda, calitatea și dinamica procesului de integrare a Muntenegrului în UE, adoptată de Parlamentul Muntenegrului la 27 decembrie 2013. Considerăm că procesul de integrare trebuie să implice pe deplin parlamentul și organizațiile societății civile și să se bucure de un sprijin democratic larg. Subliniem necesitatea creșterii încrederii publicului în sistemul electoral și în structurile democratice și solicităm parlamentului să accelereze reforma electorală prin modificarea setului de legi care reglementează alegerile și finanțarea partidelor politice. Subliniem importanța reformării administrației publice în vederea aplicării acquis-ului și considerăm că este esențial să se consolideze mecanismul de coordonare și monitorizare a aplicării strategiei privind administrația publică și să se ia noi măsuri cu scopul de a se crea o administrație transparentă, profesionistă, eficace și bazată pe merit.

4-290-500

**Angelika Werthmann (ALDE)**, *schriftlich*. - Der Bericht zeigt, dass Montenegro im letzten Jahr überaus viele Fortschritte bei der Errichtung eines demokratischen Nationalstaates gemacht hat und sichtlich bemüht ist, den Forderungen der EU-Rechtsvorschriften gerecht zu werden. Leider sind die Korruption und organisiertes Verbrechen immer noch zu stark im Land vertreten. Auch die Gleichstellung der Geschlechter und die häusliche Gewalt gegen Frauen und Kinder sind noch zu alltäglich. Diese Missstände müssen effektiver und rascher beseitigt werden, genauso wie die Transparenz und Rechtsstaatlichkeit stärker gefördert werden müssen. Dennoch zeigen verstärkte regionale und internationale Zusammenarbeit, dass Montenegro auf seinem Weg ist. Die andauernden Bemühungen

des Landes werden sichtlich anerkannt und Montenegro wird dazu angehalten, weiter an dieser positiven Entwicklung zu arbeiten.

4-291-000

**Jacek Włosowicz (EFD),** *na piśmie*. - Czarnogóra od grudnia 2010 r. posiada status oficjalnego kandydata do UE. W 2011 r., po pozytywnej ocenie postępów Czarnogóry, Komisja Europejska sugerowała nawet oficjalne rozpoczęcie negocjacji akcesyjnych, lecz propozycja ta została przez Radę UE w grudniu 2011 r. odłożona w czasie. Słaba gospodarka, wysoka przestępczość, korupcja, dyskryminacja, brak pełnej wolności prasy to nadal przeszkody stojące na drodze tego kraju do Unii. Upłynie jeszcze parę lat, zanim licząca 680 tys. mieszkańców dawna republika jugosłowiańska zostanie członkiem Wspólnoty, tym niemniej Czarnogóra wyprzedza nieco w wyścigu inne kraje regionu, używając już na swoim rynku waluty euro.

4-291-500

**Inês Cristina Zuber (GUE/NGL),** *por escrito*. - Depois de terem dividido, agredido e aberto feridas entre os povos da antiga Jugoslávia, as grandes potências da UE e da NATO pretendem impor o seu domínio económico, explorar os seus povos e os seus recursos naturais. Apesar das evidências demonstrarem que a UE não é um projeto de progresso, particularmente para países com economias mais frágeis como a do Montenegro, a adesão à UE continua a ser um objetivo a atingir, a qualquer custo, para o grande capital deste país e da UE, particularmente das grandes potências. A maioria do PE defende neste relatório, e como condição para a adesão, a alteração da sua legislação laboral, da lei eleitoral, o fim dos mecanismos soberanos de proteção da economia e da atividade produtiva - destruindo PME e produções dos pequenos e médios agricultores, a realização de privatizações, entre outras medidas neoliberais que são contrárias aos interesses dos montenegrinos. Nesta proposta, congratula-se o compromisso do Montenegro em aderir à NATO e a contribuição para as suas missões, considerando-o um passo positivo para a adesão à UE, demonstrando uma vez mais a ligação entre o alargamento da UE e da NATO, com a primeira a ser o pilar europeu da segunda. Votámos contra.

#### **10.14. Abschaffung der Genitalverstümmelungen bei Frauen und Mädchen (B7-0091/2014)**

4-293-000

##### **Mündliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-294-000

**Claudette Abela Baldacchino (S&D).** - Tolleranza zero għall-vjolenza kontra n-nisa. Din hija t-triq 'il quddiem u nittama li dan il-Parlament ma jkollux għalfejn jerga' jiddiskuti l-vjolenza kontra n-nisa. Insemmi kif, fil-Parlament Malti, kien ukoll ipprezentat Private Member's Bill dwar *Female Genital Mutilation, Forced Marriages* u anke *Enforced Sterilization*. Dun juri l-impenn ukoll f'pajjiżi dwar din il-kwistjoni.

Kull hdx-il sekonda madwar id-dinja jsehħ każ ta' female genital mutilation, il-WHO stmat li madwar 140 miljun tifla jew mara fid-dinja kull sena jgħaddu minn din il-proċedura. Minn dawn huwa stmat li 110 miljun ikunu ġejjin mill-Afrika. Għalhekk aktar huwa rilevanti għall-pajjiżi Ewropej li għandhom influż ta' immigranti li jaraw li jkollhom il-liġijiet f'pothom.

Sur President, niehu din l-okkazjoni biex nappella lil dan il-Parlament u anke lill-Kummissjoni Ewropea għal studji adegwati. Nappella wkoll wara din ir-risoluzzjoni biex is-sena 2016 tkun verament is-sena Ewropea li ggħib fi tmiem il-vjolenza kontra n-nisa. Sfortunatament mhux bħal din is-sena. Din is-sena lanqas biss għandha sugġett.

4-295-000

**Philip Claeys (NI)**, - Voorzitter, het is een goede zaak dat dit Parlement een resolutie aanneemt voor een sterke aanpak van de gruwelijke realiteit van de genitale verminking van vrouwen. Maar om tot een efficiënte aanpak van het probleem te komen, is het hoog tijd dat we eerst komaf maken met dat wereldvreemde cultuurrelativisme dat erin bestaat om alle culturen als gelijkwaardig te beschouwen. Een cultuur die genitale verminking van vrouwen aanbeveelt, toestaat of zelfs maar gedooft, is geen cultuur die gelijkwaardig is aan die van ons.

Om een probleem te bestrijden, moet men eerst een correcte diagnose durven stellen, en die diagnose leidt ons tot *the inconvenient truth* dat barbaarse praktijken als de vrouwenbesnijdenis vooral plaatsvinden in Afrikaanse en islamitische culturen. Het heeft geen enkele zin om die waarheid niet onder ogen te zien. Met beschuldigingen als islamofobie komt niemand een stap vooruit, zeker de slachtoffers niet. De islamitische wereld heeft juist meer debat nodig over de achterlijke praktijken die er bestaan in plaats van geen debat.

4-296-000

### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-296-125

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. - Aprovo a presente Resolução, salientando que as instituições internacionais, europeias e nacionais desempenham um papel fundamental na prevenção da MGF, na proteção das mulheres e raparigas e na identificação das vítimas. Creio firmemente ser essencial a adoção de medidas que proibam a violência com base no género, incluindo a mutilação genital feminina. Neste sentido, considero de grande relevância o compromisso da UE em prosseguir com ações de protesto e promoção do abandono desta prática nos países nos quais ainda se realizam. Reitero o meu apelo à Comissão no sentido de apresentar, com a maior brevidade possível, uma proposta legislativa da União Europeia, visando estabelecer medidas de prevenção contra todas as formas de violência contra as mulheres (incluindo a MGF). E tal como referido no Programa de Estocolmo, incluir na proposta uma abordagem global da UE na matéria, incluindo planos de ação conjuntos estruturados, tendo em vista pôr termo à MGF na União Europeia. Destaco, ainda, a necessidade de a Comissão e o SEAE assumirem uma posição firme em relação a países terceiros que não condenem a MGF.

4-296-187

**Marta Andreasen (ECR)**, *in writing*. - I voted for the oral question on female genital mutilation (FGM), asking the Commission about its intentions to propose a strategy and action plan aimed at addressing FGM. Although I do not want to see an EU legislative instrument, I would like to see more coherent policy, detailing how Member States can tackle this brutality.

In particular, I would like to see Member States pursuing, prosecuting and punishing any EU resident who has carried out FGM, and I would like to see them recognise that FGM is a gross form of violence against women and violence against the child. (According to the World Health Organisation, the majority of cases of FGM have involved young girls between infancy and the age of 15.)

4-296-250

**Pino Arlacchi (S&D)**, *in writing* . - I voted for this resolution, which endorses the Commission's communication entitled 'Towards the elimination of female genital mutilation'. With this tool, EU funding to prevent female genital mutilation (FGM) and to improve support for victims will be increased. FGM is a brutal practice which does not occur only in third countries but also affects women and girls living in the EU and constitutes a clear violation of fundamental rights. For this reason we call, via with this resolution, on the Member States to use all existing mechanisms to pursue, prosecute and punish any resident who has committed the crime of FGM, even if the offence was committed outside the borders of the Member State concerned.

4-296-312

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit* . – Le jour du vote, c'était la Journée mondiale pour l'éradication des mutilations génitales féminines (MGF). Dans cette perspective, j'ai soutenu cette résolution. Comme vous le savez, il s'agit de pratiques dégradantes touchant à l'intégrité physique des femmes et des jeunes filles, une forme de violence particulièrement cruelle et dangereuse. En France, les "MGF" peuvent être traitées comme un crime, acte de torture et de barbarie. Au-delà, c'est contre toutes les formes de violences faites aux femmes contre lesquelles nous devons lutter. Par ce vote, nous appelons la Commission à présenter une proposition d'acte législatif de l'Union établissant des mesures de prévention contre toutes les formes de violence contre les femmes (y compris les MGF).

4-296-343

**Francesca Barracciu (S&D)**, *per iscritto* . - Il problema delle mutilazioni genitali femminili è una questione che ci riguarda da vicino.

Lungi dall'essere un orrore che accade in paesi terzi, è un abominio che arriva fino a noi, assieme ai flussi migratori di quelli che diventano nuovi cittadini europei. Il diritto all'integrità fisica e l'eguaglianza di genere sono diritti umani e valori che l'Unione europea riconosce come fondanti, e su tali principi non c'è possibilità di compromesso.

È necessario che sia ben chiaro che le mutilazioni genitali femminili sono inaccettabili per ogni società contemporanea. Esse mortificano le donne in quanto tali, ne mutilano il corpo e lo spirito, minano la loro salute e perpetuano lo stato di sottomissione nel quale ancora molte donne sono tenute. Pur nel rispetto delle diverse culture, ci sono principi sui quali l'Europa non fa compromessi. L'integrità fisica e i pari diritti delle donne, di tutte le donne, devono essere uno di questi.

4-296-375

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris* . - Am votat în favoarea rezoluției, deoarece tratează o gravă violare a drepturilor fetelor și femeilor. Este îngrijorător faptul că această practică există încă în Europa și mărturisesc că numărul celor afectate de acest fenomen mă îngrozește. Aceste fete și femei, în cazul în care supraviețuiesc mutilării, rămân cu sechele fizice și



psihologică greu de imaginat. Medicii care acceptă să efectueze o astfel de intervenție trebuie excluși din practica medicală; simpla tentativă de a o face ar trebui incriminată. Valorile culturale și tradiționale nu ar trebui în niciun caz să fie folosite ca scuză pentru a practica mutilarea genitală asupra copiilor, fetelor sau femeilor.

4-296-390

**Regina Bastos (PPE)**, *por escrito*. - Segundo dados da ONU, mais de 140 milhões de raparigas, jovens e mulheres foram submetidas à mutilação genital feminina e mais de 30 milhões de meninas correm o risco de serem vítimas deste ato de extrema de violência durante a próxima década. A mutilação genital feminina é uma violação dos direitos fundamentais e dos direitos da criança que não pode em caso algum ser justificada por qualquer tradição ou religião. Aplaudo o compromisso da União Europeia de prevenir a mutilação genital feminina, melhorar o apoio às vítimas e, em colaboração com o Serviço Europeu para a Ação Externa, reforçar o diálogo internacional. O papel das instituições internacionais, europeias e nacionais é fundamental para a prevenção da mutilação genital feminina, a proteção das mulheres e raparigas, na identificação das vítimas e na adoção de medidas que proibam a violência com base no género. É essencial associar, de forma estreita, a sociedade civil em campanhas de sensibilização, mas também no desenvolvimento de material pedagógico e de formação de modo a erradicar estas práticas. Por estas razões, votei a favor desta resolução.

4-296-406

**Fabrizio Bertot (PPE)**, *per iscritto*. - Ho votato a favore della proposta di risoluzione relativa all'eliminazione delle mutilazioni genitali femminili perché qualsiasi fenomeno di violenza di genere, incluse le minacce, la coercizione o la privazione della libertà devono costituire una priorità nell'agenda dell'UE.

Una mutilazione, oltre a provocare un danno fisico, sessuale e riproduttivo è motivo di sofferenza emotiva e instabilità psicologica grave per le donne. Combattere contro le mutilazioni genitali femminili significa combattere per il rispetto dei diritti umani e dei principi sanciti dalla Carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea: è pertanto dovere dell'UE adoperarsi per vietare qualunque tipo di violazione di tali diritti. Qualunque tipo di pratica ablativa va dunque abolita e condannata in virtù anche di quanto affermato dall'Organizzazione mondiale della sanità.

Troppe donne e bambine sono ancora vittime di violenze brutali di qualunque natura basata sul genere che compromette il loro benessere psicofisico. Nessun fenomeno di questo tipo può essere giustificato dal rispetto di tradizioni ormai radicate nelle varie culture e, in quanto tale, va adottata una politica di tolleranza zero nei confronti di chi pratica le mutilazioni. Infine, plaudo all'invito fatto alla Commissione di proclamare il 2016 Anno europeo per porre fine alla violenza contro donne e ragazze.

4-296-437

**Mara Bizzotto (EFD)**, *per iscritto*. - Ritenendo il testo ben sviluppato in tutte le sue parti ho inteso sostenere con il mio voto la risoluzione contro le mutilazioni genitali femminili.

4-296-468

**Biljana Borzan (S&D)**, *napisan*. - Procjenjuje se kako jer genitalno osakaćeno 125 milijuna žena u svijetu te oko pola milijuna u EU. UNICEF procjenjuje da je će 30 milijuna

žena i djevojčica vjerojatno biti podvrgnute tome postupku tijekom narednog desetljeća. Pri tome postupku koriste se najrazličitija pomagala kao što su žileti, noževi, staklo, a postupak se najčešće vrši bez anestezije i dezinfekcijskih sredstava. Osim što je sam postupak bolan, te žene najčešće imaju dugotrajne komplikacije poput infekcija spolovila, trovanja krvi, a posljedice su i psihičke: depresija, podvajanje ličnosti, poremećaji ponašanja i slično. U nekim državama EU osnovani su domovi zdravlja specijalizirani za njegu žrtava genitalnog sakaćenja. Nužno je razviti posebne module osposobljavanja za zdravstvene djelatnike koji rade s migrantima te institucionalizirati multidisciplinarnu suradnju sektora zdravstva, obrazovanja, zaštite djece, socijalnih službi, pravosuđa, imigracije i azila po problemu. Jednako je važno osnaživati žene i dati im priliku da donesu informirane odluke za sebe i svoje kćeri. Brojke nam pokazuju koliki je značaj problema. Naša je ljudska dužnost zaštititi mlade žene i djevojčice od takve okrutne prakse.

4-296-484

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. - Congratulo-me com o compromisso assumido pela UE de disponibilizar financiamento para prevenir a mutilação genital feminina, melhorar o apoio às vítimas, reforçar o diálogo internacional e encorajar a realização de atividades de investigação, tendo em vista a identificação clara de mulheres e crianças em risco.

4-296-500

**Minodora Cliveti (S&D)**, *în scris*. - Am votat acest raport deosebit de important, deoarece se referă în primul rând la drepturile femeilor la integritate corporală, dar și la egalitatea acestora cu bărbații. Raportul „salută comunicarea Comisiei intitulată «Eliminarea mutilării genitale a femeilor», în care Comisia se angajează să utilizeze fondurile UE pentru a preveni MGF și pentru a îmbunătăți asistența acordată victimelor, inclusiv protecția femeilor supuse acestui risc, în conformitate cu normele UE în materie de azil și, împreună cu Serviciul European pentru Acțiune Externă (SEAE), să consolideze dialogul internațional și încurajarea cercetării cu scopul de a identifica în mod clar femeile și fetele supuse acestui risc”.

Deci, raportul este deosebit de important pentru statele membre, deoarece acestea, în cadrul politicilor de emigrare, trebuie să-i urmărească pe emigranții statelor terțe în care aceste practici sunt normale și, în consecință, să nu permită efectuarea lor pe teritoriul UE.

4-296-750

**Vasilica Viorica Dăncilă (S&D)**, *în scris*. - Deoarece mutilarea genitală a femeilor este o formă de violență împotriva femeilor și fetelor și constituie o încălcare a drepturilor lor fundamentale, precum și o încălcare a principiilor prevăzute în Carta drepturilor fundamentale a Uniunii Europene, consider că este absolut necesar ca combaterea mutilării genitale a femeilor să fie inclusă într-o abordare generală și coerentă vizând combaterea violenței împotriva femeilor la nivel european și nu numai.

4-296-875

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. - Ce texte appelle l'Union européenne à s'engager pour mettre fin aux mutilations génitales féminines dans le monde. Les mutilations génitales féminines constituent une forme de violence particulièrement cruelle et une attaque aux droits de la femme contre laquelle nous devons lutter sans relâche. Il est nécessaire de s'assurer d'une protection appropriée de ces femmes. Aussi, l'appel à ratifier la convention d'Istanbul sur la prévention et la lutte contre la violence à l'égard des femmes me

semble-t-elle être un instrument approprié pour présenter une position uniforme de l'Union européenne.

4-297-000

**Rosa Estaràs Ferragut (PPE)**, *por escrito*. - La mutilación genital femenina es una forma de violencia contra las mujeres y las niñas, una violación inaceptable de los derechos fundamentales de la Unión Europea. Por eso, es necesaria firmeza por parte de la Unión Europea para proteger los derechos fundamentales y denunciar esta abominable práctica en el marco de la lucha contra la violencia contra las mujeres. No solo se registra en terceros países sino que también afecta a las mujeres y niñas que residen en la Unión Europea, que son objeto de esta práctica brutal en su territorio, o en sus países de origen antes de trasladarse a la Unión Europea, o durante sus desplazamientos hasta este destino. Por eso es muy positivo el compromiso de la Unión Europea para reforzar la ayuda a las víctimas y utilizar fondos europeos para impedir esta agresión brutal, así como el compromiso de acabar con esta lacra.

4-297-250

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - Há perto de 150 milhões de mulheres e crianças do sexo feminino que foram vítimas de mutilação genital, uma prática bárbara com consequências físicas e psicológicas irreversíveis, que muitas vezes conduz à morte. Esta prática, justificada por razões religiosas em inúmeras regiões do planeta, nomeadamente em África, mais não é do que uma violação clara dos direitos das mulheres e das crianças do sexo feminino que deve ser combatida e merece uma ação europeia no sentido de a tentar eliminar.

4-297-375

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *par écrit*. - Chaque année, des millions de femmes et de filles dans l'Union européenne et dans le monde sont victimes des violences que sont les mutilations génitales féminines, et beaucoup d'autres en sont menacées. Or, on ne peut laisser ainsi les femmes être l'objet de violences du simple fait qu'elles sont femmes. En cette journée internationale pour l'élimination des mutilations génitales, le vote de cette résolution doit donc être pour nous l'occasion d'exiger une tolérance zéro pour ces crimes et la nécessité d'éradiquer ces pratiques inacceptables. L'Europe et les États membres doivent user de tous les instruments à leur disposition pour prévenir ces crimes et empêcher que les filles et les femmes qui vivent sur le sol européen ne subissent jamais pareille expérience traumatisante. Qu'il s'agisse de la directive sur les victimes, de la création de fonds européens ou de la mise en place d'une plate-forme entre praticiens pour lutter contre ces pratiques archaïques, aucun effort ne devrait être ménagé pour en finir avec ces crimes odieux.

4-297-437

**Salvatore Iacolino (PPE)**, *per iscritto*. - Mi sono espresso a favore della Proposta di risoluzione riguardante "L'eliminazione delle mutilazioni genitali femminili" perché la violenza contro le donne è contraria al valore europeo fondamentale della parità tra uomini e donne.

Le MGF sono una forma di violenza contro donne e bambine, che purtroppo si verifica ancora oggi nei paesi terzi e negli Stati membri. Questa pratica è una violenza che si basa sul genere e che provoca un danno fisico-sessuale-psicologico; le complicità e talvolta le scarsissime condizioni igieniche di questi interventi possono portare alla morte.

La Commissione continui a sostenere misure di prevenzione contro ogni forma di violenza di genere. Risulta difficile giustificare infatti pratiche violente come l'infibulazione, effettuate clandestinamente nel territorio degli Stati membri, con motivazioni di carattere religioso e sociale. Con questa risoluzione il Parlamento ha voluto riportare al centro del dibattito l'integrità della persona e i diritti umani fondamentali.

4-297-468

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit*. – J'ai soutenu cette résolution qui condamne la pratique barbare et de torture que sont les mutilations génitales féminines, dont ont été victimes près de 140 millions de femmes et de filles dans le monde, y compris dans l'Union européenne. La résolution appelle la Commission à présenter un acte législatif établissant des mesures de prévention contre toutes les formes de violence contre les femmes, y compris les mutilations génitales féminines. Je me félicite de l'adoption de cette résolution.

4-297-484

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto*. – È assolutamente necessario includere la lotta contro la mutilazione genitale femminile nell'ambito di un approccio generale e coerente, volto a combattere la violenza contro le donne.

La mutilazione genitale femminile è una forma di violenza contro donne e bambine che costituisce una violazione dei loro diritti fondamentali ed è contraria ai principi sanciti nella Carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea. Le nostre istituzioni devono continuare a svolgere un ruolo fondamentale nell'ambito della prevenzione, del sostegno alle vittime e del dialogo internazionale, per cercare di mettere fine a questa pratica violenta.

4-297-500

**Barbara Matera (PPE)**, *per iscritto*. – La mutilazione genitale femminile è una pratica efferata e assurda che colpisce moltissime donne, arrecando danni fisici e psicologici devastanti.

Nonostante siano 500 000 le donne che nell'Unione europea hanno subito tale brutale violenza, l'Europa non ha ancora predisposto una politica condivisa di contrasto a questa pratica orrenda. Occorre mirare ad azioni che contrastino questo triste fenomeno attraverso una legislazione chiara, come accaduto ad esempio in Italia, con l'istituzione dell'assoluto divieto di praticare le MGF e con l'adozione di misure di prevenzione che coinvolgano in modo diretto i genitori immigrati. Sarà importante raggiungere un livello di contrasto alle MGF in tutti i paesi membri e sarà fondamentale promuovere lo scambio delle migliori prassi fino ad ora utilizzate, sulla scia dei risultati raggiunti, adottando una strategia coordinata per la soppressione totale di questa pratica.

Per le suddette ragioni ho votato a favore di questa risoluzione, con particolare riferimento al paragrafo 4, nel quale si chiede un atto legislativo che abbia l'obiettivo di stabilire misure di prevenzione contro questa forma di violenza che annulla la dignità delle donne.

4-297-625

**Véronique Mathieu Houillon (PPE)**, *par écrit*. – Les mutilations génitales féminines sont une forme de violence contre les femmes et les filles, ce qui constitue une violation de leurs droits fondamentaux que je combats avec force. Je me félicite que la Commission européenne s'engage afin d'éradiquer les mutilations génitales féminines. J'appelle cela de mes vœux de longue date au Parlement européen. Nous pourrions aller plus loin et je

demande notamment à la Commission de prendre une position ferme à l'égard des pays tiers qui ne condamnent pas ces pratiques brutales.

4-297-750

**Roberta Metsola (PPE)**, *in writing*. - Female genital mutilation is a brutal form of violence against women and girls that constitutes a violation of their fundamental rights and violates the principles set out in the Charter of Fundamental Rights of the European Union. I voted in full support of the resolution on the elimination of female genital mutilation.

4-297-781

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - He votado a favor de esta Resolución debido a que comparto plenamente la preocupación sobre las prácticas de mutilación genital femenina que se están extendiendo también en Europa. La práctica de la mutilación genital femenina es una gravísima práctica en contra de las niñas y las mujeres que se extiende de manera generalizada por muchos países. La Unión Europea debe ejercer su responsabilidad para tratar de evitar que se continúe aplicando dicha práctica. La Resolución señala también el elevado número de solicitudes de asilo que llegan a los Estados miembros de mujeres que pueden ser mutiladas y sobre las que inevitablemente los Estados miembros deberán actuar. Es por todo esto por lo que he decidido votar a favor de la Resolución.

4-297-812

**Louis Michel (ALDE)**, *par écrit*. - Le droit reconnu à toute femme de disposer de son corps est un droit fondamental. Or les mutilations génitales féminines nient ce droit le plus élémentaire, au nom d'une tradition, d'une culture, d'une pratique, d'une coutume inacceptable de nos jours. Il faut expliquer aux communautés migrantes les séquelles physiques et psychologiques qu'entraînent de telles pratiques portant gravement atteinte à la dignité humaine. Nous devons combattre la persistance de ces pratiques qui se perpétuent avec l'accord tacite de certaines femmes emprisonnées dans le carcan des traditions. L'éducation des filles est un moyen pour les mener à l'émancipation et à la capacité de ne pas reproduire l'inacceptable.

4-297-875

**Marlene Mizzi (S&D)**, *in writing*. - Female genital mutilation (FGM) is a barbarian practice, which inflicts unbearable pain and humiliation on the women forced to undergo it. I voted in favour of this resolution as I believe that FGM has no place in this day and age.

4-298-000

**Cristiana Muscardini (ECR)**, *per iscritto*. - Da anni, in questo Parlamento, abbiamo denunciato le pratiche di mutilazione genitale femminile, un problema tanto presente nei paesi terzi quanto in Europa.

Nel 2008 sono stata relatore del documento di lavoro contro le MGF al Parlamento europeo. Siamo dunque favorevoli ad una proposta di risoluzione che chieda espressamente alla Commissione e al Servizio per l'azione esterna dell'Unione di dare il via ad una forte e capillare campagna di sensibilizzazione per mettere in rete tutte le istituzioni territoriali dei paesi membri, di coinvolgere nel progetto gli Stati con i quali l'Europa ha rapporti economici e di partenariato e d'implementare i progetti di cooperazione internazionale che coinvolgono le associazioni femminili africane in Europa.

Solo così saremo in grado di ridurre questo abuso fatto ai danni della dignità, della persona e del rispetto delle bambine. Siamo altresì consapevoli che gli inefficienti controlli alle nostre frontiere e l'aumento dell'immigrazione clandestina possono aver aumentato tali pratiche nei nostri paesi. È un dovere europeo combattere questo "disvalore" e inserire nella strategia globale per combattere la violenza contro le donne, contenuta nel recente trattato di Istanbul, le azioni da intraprendere, a livello scolastico e della società, contro le mutilazioni genitali femminili.

4-298-125

**Franz Obermayr (NI)**, *schriftlich*. - Seit über 20 Jahren gelten Genitalverstümmelungen als Menschenrechtsverletzungen. Trotzdem hat sich die Situation in den Ländern, in welchen Genitalverstümmelungen vorwiegend praktiziert werden, seither kaum verbessert. Es ist eine Schande, dass diese widerwärtige und frauenverachtende Praxis noch nicht eingedämmt und zudem durch die Massenzuwanderung nach Europa importiert wurde: Rund 500 000 Opfer von Genitalverstümmelungen gibt es Schätzungen zufolge in Europa! Oft werden in der EU ansässige Migrantinnen während eines Besuchs in ihrem Heimatland beschnitten, wo die Tat nicht verfolgt wird, weil sie entweder dort keinen Strafbestand darstellt oder von den Behörden toleriert wird. Es braucht dringend eine wirksame Bekämpfung und eine Sensibilisierung der Gesellschaft auf diesem Gebiet. Der vorliegende Entschließungsantrag enthält wichtige Schritte, allerdings wird mit keinem Wort darauf eingegangen, dass Genitalverstümmelungen auch im islamischen Kulturkreis stattfinden. Daher habe ich mich enthalten.

4-298-250

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - As instituições internacionais, europeias e nacionais cumprem um papel determinante na prevenção da mutilação genital feminina, na proteção das mulheres e raparigas, assim como na identificação das vítimas e na adoção de medidas que proibam a violência com base no género, em que se compreende a mutilação genital feminina. Por estas razões, voto positivamente a presente resolução.

4-298-500

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan*. - U raspravi ovako osjetljivoj temi prvo bih želio pohvaliti sjajan rad organizacije Make Every Woman Count (MEWC) koja je u svoje četiri godine postojanja učinila mnogo da bi poboljšala živote žena i djevojaka u Africi. Ta organizacija je pomogla da svijet čuje priče o strašnim sudbinama mnogih mladih djevojaka primjerice u Tanzaniji, koje su podvrgnute ovom strašnom postupku sa samo 9 godina. Djevojke koje uspiju pobjeći i školovati se često ostaju pomagati drugima, a mogućnost da bi pomoć Europske unije i naša podrška u Parlamentu mogla spasiti samo jednu djevojčicu, vrijedna je nastavka borbe. Šokiraju podaci kako je 100 do 140 milijuna žena u svijetu podvrgnuto ovim postupcima, kao i da su brojne sugrađanke u EU koje su porijeklom iz zemalja u kojima su takvi postupci uobičajeni već bile izložene takvom zločinu. Uz pravno sankcioniranje počinitelja ovih strašnih djela te pomoć onima koji se već bore protiv ovakve prakse potrebno je dodatno ulaganje u edukaciju s ciljem smanjenja i potpunog prestanka s ovim praksama. Pripadnicima zajednica u kojima su ovakve prakse prihvatljive pod izlikom tradicije potrebno je omogućiti školovanje putem stipendija, pružiti im šansu da učine promjenu u svojim zajednicama, te putem multilateralnih odnosa podržavati i poticati strogo kažnjavanje počinitelja ovih zločina.

4-299-000

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *in writing*. - In favour. We welcome the Commission Communication 'Towards the elimination of female genital mutilation', in which it undertakes to use EU funding to prevent FGM and improve support for victims, including protection for women at risk under EU asylum rules, and, together with the European External Action Service (EEAS), to strengthen international dialogue and encourage research with a view to clearly identifying women and girls at risk. We also welcome the Commission's commitment to facilitating the exchange of experience and good practices on FGM issues between Member States, NGOs and experts, and its emphasis on the need to continue to closely involve civil society, including that of third countries, not only in awareness-raising campaigns but also in the development of educational material and training. Furthermore, we point out that international, European and Member State institutions play a vital role in the prevention of FGM, the protection of women and girls and the identification of victims and in taking measures to ban gender-based violence including FGM, and welcome the EU's commitment to continue to take action to promote the abandonment of FGM in countries where it is practised.

4-299-250

**Salvador Sedó i Alabart (PPE)**, *por escrito*. - En pleno siglo XXI y teniendo en cuenta que este lamentable hecho afecta, no ya a cientos de millones de mujeres en el mundo mayoritariamente en países en vías de desarrollo o subdesarrollados, sino directamente a más de medio millón nada menos dentro de la Unión Europea, la máxima representación de la ciudadanía que es este Parlamento no puede permitir que esta práctica siga llevándose a cabo de ninguna de las maneras. Esta práctica ha de ser considerada como violencia hacia la mujer e incluso como un atentado contra la infancia, ya que el mayor porcentaje se lleva a cabo en niñas y adolescentes menores de edad. No puede existir ninguna alegación, ni siquiera las que se hacen en orden a la libertad religiosa protegida como derecho fundamental dentro de la Unión, o las de aspectos relativistas por cuestión de diversidad cultural. Es una práctica que hay que luchar por eliminar y erradicar de manera global y efectiva.

4-299-500

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto*. - La comunicazione della Commissione "Verso l'eliminazione delle mutilazioni genitali femminili" trova il mio pieno appoggio, in quanto si impegna a ricorrere ai fondi dell'UE per prevenire tali pratiche e migliorare il sostegno fornito alle vittime, compresa la protezione delle donne a rischio a norma delle disposizioni dell'Unione in materia di asilo, e si impegna altresì, insieme al Servizio europeo di azione esterna, a rafforzare il dialogo internazionale e a promuovere la ricerca al fine di identificare chiaramente le donne e le bambine a rischio.

Questo genere di pratiche rappresenta una palese violazione dei diritti umani, oltre che una pratica discriminatoria basata sulla differenziazione di genere; pertanto deve essere combattuta dalle forze democratiche al fine di garantire il pieno rispetto dei diritti della persona. La Commissione dovrebbe presentare quanto prima una proposta di atto legislativo dell'UE che istituisca misure di prevenzione contro ogni forma di violenza nei confronti delle donne (comprese le mutilazioni genitali femminili) e una strategia esauriente dell'UE in materia, che includa ulteriori piani d'azione comuni e strutturati per porre fine alle mutilazioni genitali femminili nell'Unione.

4-299-625

**Dubravka Šuica (PPE)**, *in writing* . - I voted in favour of eliminating female genital mutilation (FGM) as I believe it is an intolerable form of violence. It involves the partial or total removal of external genital organs, for cultural or other non-therapeutic reasons. FGM is a form of gender-based violence which breaches fundamental rights to life, liberty and security.

According to the resolution, tabled by several political groups, more than 180 000 girls in the EU are at risk of FGM. Unfortunately, there are no reliable data available on the practice; however, the EU organises large-scale community discussion sessions, as well as community and district-wide public declarations on the issue, in order to increase awareness. I support the Commission's request that the European Institute for Gender Equality should develop a methodology to help improve estimates of the number of women and girls affected by FGM in the EU.

Fortunately for Croatia, the Working Group for the Development of an Action Plan on Violence against Women 2007-2010 concluded that FGM is not a problem for Croatia, where it is rare for women to request shelter as the result of incidents of genital mutilation. Nevertheless, a law was passed prescribing sanctions for genital mutilation and other forms of violence against women.

4-299-750

**Kay Swinburne (ECR)**, *in writing* . - This resolution tackles a vitally important issue, the elimination of female genital mutilation (FGM). I welcome its call for stronger action in this area and for the Commission and the European External Action Service to take a firm stance on third countries which do not condemn FGM. I voted in favour of the resolution today.

4-300-000

**Marc Tarabella (S&D)**, *par écrit* . – En tant que député en charge de l'égalité hommes-femmes et de la condition féminine, je suis encore plus sensible à cette thématique. Nous avons d'ailleurs appelé à nouveau la Commission à présenter sans délai une proposition d'acte législatif de l'Union établissant des mesures de prévention contre toutes les formes de violence contre les femmes (y compris les mutilations génitales féminines) et définissant, comme indiqué dans le programme de Stockholm, une stratégie complète de l'Union en la matière, comportant notamment de nouveaux plans d'action communs structurés en vue d'éradiquer cette pratique dans l'Union.

4-300-062

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito* . - Pensa-se que a mutilação genital feminina (MGF) afete mais de 125 milhões de mulheres em todo o mundo, sendo 500 000 no espaço da União Europeia. É uma prática reconhecida internacionalmente como uma das mais cruéis formas de violência praticada contra as mulheres, sendo uma violação clara dos seus direitos humanos. É de saudar a comunicação da Comissão intitulada *Para a eliminação da mutilação genital feminina*, na qual nos comprometemos a utilizar o financiamento da UE para prevenir a MGF e melhorar de forma significativa o apoio às vítimas. O papel das instituições internacionais, europeias e dos Estados-Membros é vital para a prevenção da MGF e proteção das vítimas. Creio que seja cada vez mais necessário e urgente que sejam estabelecidas medidas de prevenção contra todas as formas de violência contra as mulheres – incluindo



a MGF, como parte integrante de uma estratégia global europeia. De acrescentar que esta proposta de resolução apela à Comissão para que designe o ano de 2016 como o Ano Europeu para acabar com a violência contra as mulheres e meninas, tendo votado assim favoravelmente à aprovação do documento.

4-300-125

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris* . - Am votat pentru Rezoluția Parlamentului European din 6 februarie 2014 referitoare la comunicarea Comisiei intitulată „Eliminarea mutilării genitale a femeilor” (MGF). Din păcate, conform OMS, aproximativ 140 de milioane de copii, fete și femei, ar fi fost supuși acestei forme crude de violență de gen la nivel global. Această practică crudă a fost raportată în 28 de țări africane, în Yemen, nordul Irakului și în Indonezia.

Reiterăm apelul făcut Comisiei de a prezenta o propunere legislativă a UE care să instituie măsuri de prevenire împotriva tuturor formelor de violență împotriva femeilor și, după cum este indicat în Programul de la Stockholm, o strategie globală a UE cu privire la această problemă, inclusiv alte planuri structurate de acțiuni comune pentru a pune capăt mutilării genitale în UE. Reiterăm apelul adresat statelor membre de a utiliza mecanismele existente, în special Directiva 2012/29/UE, inclusiv instruirea celor care lucrează în domeniu vizând protecția femeilor și a fetelor, și de a urmări și pedepsi orice rezident care a comis infracțiunea de MGF, chiar dacă infracțiunea a fost comisă în afara granițelor statului membru în cauză. Solicităm ca principiul extraterritorialității să fie inclus în prevederile de drept penal ale tuturor statelor membre, astfel încât infracțiunea să poată fi pedepsită în aceeași măsură în toate statele membre.

4-300-250

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *par écrit* . – En ce 6 février, journée mondiale contre les mutilations génitales féminines et l’excision, je ne peux que saluer l’adoption de la résolution de mon ami et collègue de la GUE, M. Gustafsson, afin de lutter contre ces horreurs. L’Unicef estime aujourd’hui que ces pratiques continuent de toucher plus de 125 millions de femmes et de filles, en Afrique, au Moyen-Orient et ailleurs. Bien qu’en théorie les mutilations génitales soient légalement interdites dans la plupart des pays du monde, la volonté politique et les actions concrètes pour lutter contre ces pratiques restent le plus souvent superficielles. Le combat est donc encore loin d’être gagné! N’oublions pas cependant que ces violences faites aux femmes, tout comme celles qui frappent les enfants et en particulier les filles, ne pourront réellement reculer que par l’application de politiques globales et notamment de politiques réelles de coopération visant d’abord à lutter contre la pauvreté et l’ensemble des inégalités d’accès à l’éducation, à la santé et à l’ensemble des droits sociaux. Je soutiens toujours les textes qui vont vers plus d’égalité entre les femmes et les hommes, et la lutte contre les violences faites aux femmes en fait malheureusement partie intégrante.

4-300-500

**Angelika Werthmann (ALDE)**, *schriftlich* . - Der vorgelegte Entschließungsantrag beschäftigt sich mit der geplanten Abschaffung der weiblichen Genitalverstümmelung und bekräftigt und unterstützt den angestrebten Aktionsplan, um gefährdete Frauen und Mädchen zu schützen. In diesem Sinne kann der Antrag durchaus positiv gewertet werden.

4-301-000

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie*. - Zgodnie z definicją Światowej Organizacji Zdrowia obrzezanie kobiet obejmuje całość zabiegów mających na celu częściowe lub całkowite usunięcie zewnętrznych żeńskich narządów płciowych lub inny rodzaj okaleczenia żeńskich narządów płciowych bez medycznego uzasadnienia. Proceder ten ma podłoże kulturowe, religijne lub społeczne i są mu poddawane młode dziewczęta do 15 roku życia. Jest to forma znęcania się nad dzieckiem oraz stosowania przemocy wobec kobiet i dziewcząt. Okaleczanie narządów płciowych ma poważne krótko- i długoterminowe skutki dla zdrowia psychicznego i fizycznego ofiary. W państwach członkowskich Unii, gdzie mieszkają kobiety i dziewczęta, które padły lub mogą paść ofiarą okaleczenia, praktyka ta ma miejsce głównie w kraju pochodzenia, a sporadycznie w państwie członkowskim Unii.

Dnia 21 września 2010 r. Komisja przyjęła strategię na rzecz równości kobiet i mężczyzn na lata 2010–2015, w której określone zostały priorytety w dziedzinie równości płci, w tym położenie kresu przemocy ze względu na płeć. W strategii odniesiono się konkretnie do problemu okaleczania kobiecych narządów płciowych. W obchodzonym 6 lutego 2013 r. Międzynarodowym Dniu Zerowej Tolerancji dla Okaleczania Narządów Płciowych Kobiet Komisja Europejska potwierdziła swoje zdecydowane zaangażowanie w walkę przeciwko tej brutalnej praktyce.

4-302-000

**Marina Yannakoudakis (ECR)**, *in writing*. - The ECR Group takes a strong stance against the genital mutilation of girls and women. We are appalled by this gross violation of girls' and women's right to bodily integrity. It is important for the EU to play its part and we welcome the strategy communication from the Commission and its focus on prevention of FGM. The ECR acknowledges FGM as a serious criminal offence, either when taking place within the EU or outside, by an EU resident or national and therefore recognise that Member States will have criminal legislation in place and we urge Member States to fully implement and enforce this legislation. We do not believe that EU legislation would be effective in this instance and therefore the ECR has voted against paragraph 4. Whilst we recognise that there is a high prevalence in African countries, we do not believe that it is helpful to refer to 'recorded countries' or indeed specific countries. The genital mutilation of girls frequently happens in secret and it is difficult to obtain accurate figures on how many girls and women it affects and which countries are the most prevalent, for this reason we have voted against part 2 of recital D.

4-302-500

**Inês Cristina Zuber (GUE/NGL)**, *por escrito*. - A MGF afeta entre 100 e 140 milhões de mulheres e raparigas em todo o mundo. No momento em que as novas Metas do Milénio a partir de 2015 estão a ser discutidas, é extremamente importante que os direitos das mulheres e a igualdade de género estejam no cerne destas novas metas; da mesma forma, os direitos das mulheres e o combate à violência contra mulheres e raparigas devem ser considerados objetivos prioritários. É importante definir objetivos e medidas concretas, com compromissos concretos, para a erradicação da mutilação genital feminina, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna, com uma forte ênfase na saúde e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em todo o mundo. Como sabemos, a MGF tem um impacto horrível sobre a saúde reprodutiva e sexual das mulheres. É fundamental que existam estratégias coordenadas para acabar com todas as formas de violência contra

as mulheres, com base nos direitos humanos e no princípio da igualdade entre homens e mulheres. Os números deste crime macabro não podem continuar a aumentar se queremos caminhar no sentido do progresso social.

### **10.15. NAIADES II – Aktionsprogramm zur Förderung der Binnenschifffahrt (B7-0094/2014)**

4-304-000

#### **Mündliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-305-000

**Seán Kelly (PPE).** - A Uachtaráin, vótáil mé arís le mo ghrúpa sna vótaí go léir agus glacadh leis an tuarascáil le móramh mór agus is maith sin.

This report deals almost exclusively with cargo. That is understandable, because 500 million tonnes of cargo are carried on inland waterways, mainly on continental Europe, and it points out the necessity to try and make them more efficient, to eliminate bottlenecks and to have them greener, and in that regard it mentions the development of LNG terminals, which I completely agree with. There is one proposal in my country for such a terminal – Shannon LNG. Hopefully that will come to pass.

It also mentions seaports. Again, it is important that these are developed, and again on the Shannon Estuary in Ireland there is a proposal to develop one of the finest deepest seaports in Ireland at Foynes, and hopefully that will come to pass. But one point I want to make is that it ignores leisure and tourism and Mr Bennion and I mentioned that this morning. There is a huge potential to develop leisure and tourism as well as cargo in the inland waterways, and I hope that this will become part of the proposals in due course. Finally, Mr President, thank you for the efficient and fair way you have chaired today's session.

4-307-000

#### **Schriftliche Erklärungen zur Abstimmung**

4-307-125

**Claudette Abela Baldacchino (S&D),** *in writing.* - This resolution invites Member States to further develop national strategies to stimulate inland waterway transport, taking into account the European Action Programme, and to encourage regional, local and port authorities to do likewise.

High quality infrastructure is important as a condition for developing inland waterway transport and inland ports, and integrating them into the trans-European transport network. The resolution also emphasises Member States' responsibility for providing adequate and reliable infrastructure and ensuring regular maintenance so as to preserve good navigation status, with a view to ensuring the role of inland waterway transport as a reliable and cost-effective mode of transport.

4-307-187

**Luís Paulo Alves (S&D),** *por escrito.* - Aprovo a presente resolução, sublinhando a importância de infraestruturas de alta qualidade como condição para o desenvolvimento e a integração na Rede Transeuropeia de Transportes, de transportes por vias navegáveis

interiores e dos portos fluviais. Neste sentido, exorto a Comissão e os Estados-Membros a integrarem todos os pontos de estrangulamento importantes nos planos de execução de corredores a adotar. Destaco ainda o facto de o Mecanismo Interligar a Europa (MIE) conceder financiamento prioritário ao desenvolvimento de infraestruturas vocacionadas para os modos de transporte mais ecológicos, como é o caso das vias navegáveis interiores. Congratulo-me com o facto de as vias navegáveis interiores terem sido incorporadas em seis dos nove corredores da rede principal da RTE-T. Espero que os pontos de estrangulamento e as ligações em falta mereçam o tratamento devido, uma vez que o MIE irá conferir prioridade aos gastos decorrentes da supressão dos pontos de estrangulamento, ao estabelecimento das ligações em falta e, em particular, à melhoria dos troços transfronteiriços da rede básica.

4-307-218

**Sophie Auconie (PPE)**, *par écrit* . – Le transport par voies navigables permet de réduire la congestion des routes et de lutter contre les émissions de gaz à effet de serre. Il représente donc un moyen de transport très important, à développer autant que possible. C'est la raison pour laquelle j'ai voté en faveur de cette résolution.

4-307-250

**Elena Băsescu (PPE)**, *în scris* . - Am votat în favoarea rezoluției, deoarece transportul fluvial nu este încă exploatat la adevăratul potențial în Uniune. Acest lucru se întâmplă pentru că, din păcate, căile navigabile nu sunt întotdeauna la cele mai înalte standarde. Fie că vorbim despre blocaje pe rutele de transport sau despre alte probleme de infrastructură, există în continuare deficiențe. De aceea, statele membre, sprijinite financiar de către Comisie, trebuie să depună toate eforturile pentru a revigora transportul pe căile navigabile interioare.

Vă dau exemplul canalului Dunăre-Main-Rin care, deși ar putea deveni principala axă de transport de mărfuri între estul și vestul Europei, nu este folosit la întreaga capacitate. Abia în ultimii ani, după adoptarea Strategiei Dunării, unele state ca România sau Serbia au depus eforturi comune pentru fluidizarea navigației pe Dunăre.

4-307-281

**Fabrizio Bertot (PPE)**, *per iscritto* . - Ho votato a favore della proposta di risoluzione perché ritengo giusto aggiornare il programma NAIADES 2020, adeguandolo alle nuove esigenze e alle prospettive future.

Credo che la Commissione debba ripensare i finanziamenti, tenendo conto anche di quelli messi a disposizione dalla BEI nel quadro dei fondi unionali, per realizzare gli obiettivi del programma d'azione e, soprattutto, per puntare su un'infrastruttura di alta qualità quale condizione per sviluppare e integrare il trasporto per vie navigabili interne e i porti interni nella rete dei trasporti transeuropea.

Implementare NAIADES II rispecchia la volontà dell'UE di fornire finanziamenti appropriati per le nuove tecnologie, l'innovazione e i servizi di trasporto merci sostenibili nel quadro dei programmi UE esistenti. Concordo con il relatore sul fatto che la Commissione dovrebbe incentivare gli Stati membri all'adozione delle prassi migliori per favorire una rete di trasporti fluviali più integrata e interconnessa mediante catene logistiche multimodali.

4-307-312

**Mara Bizzotto (EFD)**, *per iscritto*. - La risoluzione NAIADES II sottolinea la necessità di aiutare le PMI coinvolte nel trasporto fluviale, ora particolarmente colpite dalla crisi; critica inoltre la mancanza di un impegno concreto da parte della Commissione specialmente in ambito di stanziamento di fondi; per questi motivi ho inteso sostenerla con il mio voto.

4-307-343

**Biljana Borzan (S&D)**, *napisan*. - Prijevoz rijekama i kanalima tih je i energetski učinkovit način prijevoza robe. Igra ključnu ulogu u prijevozu robe od europskih prometnih morskih luka do konačnog odredišta. Ipak, potencijali te vrste prijevoza nisu u potpunosti iskorišteni. Generalno govoreći, program razvoja unutarnjih plovnih putova NAIADES II nije loše zamišljen, no Komisija je trebala biti konkretnija kod mjera i izdašnija kod sredstava. Po pitanju „ozelenjavanja“ riječnih flota pak, otišlo se korak predaleko. Brod na rijeci troši oko 15 puta manje goriva nego kamion, a oko 3 puta manje nego vlak. Dodatno smanjenje emisija i neizbježni popratni troškovi brodarima u ovom trenu nisu potrebni. Ono što im jest potrebno je financiranje projekata izgradnje riječne infrastrukture iz europskih fondova poput CEF-a. To se posebno odnosi na dunavske plovne putove u zemljama nizvodno od Austrije jer oporavak tamošnjih brodara od posljedica krize ide sporije nego primjerice onih na Rajni.

4-307-375

**Vasilica Viorica Dăncilă (S&D)**, *în scris*. - Consider benefică pentru Europa introducerea căilor navigabile interioare în șase din cele nouă coridoare ale rețelei primare a TEN-T și susțin necesitatea îmbunătățirii secțiunilor transfrontaliere ale rețelei primare, precum și finanțarea sistemelor de aplicare telematice, care permit asigurarea serviciilor de informare fluvială adecvate. Totodată, susțin necesitatea implicării tuturor partenerilor locali și regionali și încurajării participării întreprinderilor mici și mijlocii în domeniu pentru a asigura o infrastructură adecvată, care va permite transportului pe căi navigabile să joace rolul unui mod de transport fiabil și rentabil. Pentru aceasta, consider că statele membre trebuie să coopereze pentru a elabora strategii naționale de stimulare a transportului pe căi navigabile interioare, luând în considerare programul de acțiune european.

4-307-437

**Rachida Dati (PPE)**, *par écrit*. – Cette résolution vise à appuyer la proposition de la Commission européenne visant à mettre en place le programme d'action Naiades II pour la période 2014-2020. Avec ce texte, le Parlement européen appelle la Commission à allouer des moyens suffisants à un tel programme qui assure la promotion du transport par voies navigables dans l'Union européenne. Il est important de soutenir de manière adéquate ce secteur composé essentiellement de PME. De plus, le transport par voies navigables présentant de faibles émissions de gaz à effet de serre, il est judicieux de s'intéresser à son développement.

4-307-468

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. - Parece-me uma excelente iniciativa da Comissão Europeia a de atualizar e renovar o programa NAIADES até 2020, já que este programa presta apoio a ações específicas definidas no mesmo e que tem um grande impacto na atividade das PME a atuar no sector. As infraestruturas de alta qualidade são uma condição necessária

para o desenvolvimento e a integração na Rede Transeuropeia de Transportes do transporte por vias navegáveis interiores e dos portos fluviais, por isso, têm o meu apoio.

4-307-500

**Catherine Grèze (Verts/ALE)**, *par écrit*. – Le fret fluvial est beaucoup moins polluant que le transport routier. Dans ma circonscription du Sud-Ouest de la France, je défends son retour sur le canal des Deux-Mers. Je suis satisfaite que le groupe ait obtenu un amendement sur l'aide à la modernisation de la flotte de petit gabarit, qui est la plus écologique, afin d'améliorer sa compétitivité. De même, notre amendement demandant le respect de la réglementation environnementale pour les voies de transport fluvial a été adopté de justesse, ce qui n'est pas le cas de celui sur la recherche de connexions intermodales. Dans sa formulation actuelle, la résolution avantage surtout les projets colossaux prévus sur le Rhin et le Danube. Les deux plus grands fleuves de l'Europe sont souvent réunis dans une même vision, celle d'un « axe Rhin-Danube ». Nous, écologistes, ne cherchons pas à adapter les fleuves et rivières aux bateaux de plus grandes tailles, mais plutôt de calibrer la flotte en fonction des caractéristiques des voies d'eau. C'est cette seconde option que je défends avec le développement d'un fret au « gabarit Midi » sur le canal des Deux-Mers. Je souhaite donc m'abstenir sur le programme Naïades II.

4-307-562

**Philippe Juvin (PPE)**, *par écrit*. – J'ai soutenu la proposition de résolution sur le programme d'action pour le développement du transport par voies navigables, Naiades II. Cette résolution insiste sur l'importance de développer des infrastructures de qualité nécessaires au transport par voies navigables dans l'Union européenne, d'assurer des services d'information fluviale et de prévoir les financements appropriés pour les nouvelles technologies, l'innovation et les services durables de transport de marchandises dans le cadre des programmes actuels de l'Union, afin d'accroître les performances environnementales du transport par voies navigables. Je me félicite de son adoption.

4-307-625

**Giovanni La Via (PPE)**, *per iscritto*. - L'iniziativa della Commissione intesa ad aggiornare e rinnovare il programma NAIADES entro il 2020 sottolinea l'importanza di un'infrastruttura di alta qualità, quale condizione per sviluppare e integrare i trasporti transeuropei.

Il trasporto per vie navigabili è efficiente dal punto di vista energetico e contribuisce al conseguimento degli obiettivi di un'economia a basse emissioni di carbonio, indicati nel Libro bianco sulla politica dei trasporti dell'UE. Tale settore potrebbe inoltre costituire un elemento chiave in Europa per risolvere le problematiche di congestione e ambientali generate dalle merci importate attraverso porti marittimi.

4-307-750

**Roberta Metsola (PPE)**, *in writing*. - I voted in support of an action programme for inland waterway transport. I agree that if the European Union can harness the full potential of inland navigation transport, the inland waterway sector could be a key link in efforts to mitigate congestion and environmental problems throughout the EU.

4-307-812

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. - He votado a favor de esta Resolución debido a que supone una firme apuesta por una diversificación de las principales vías de comunicación del continente que fomente un sistema de transporte más sostenible energética y ambientalmente. El empleo del transporte a través de las principales vías fluviales del continente resulta una apuesta estratégica que puede derivar parte del transporte terrestre, especialmente el transporte de mercancías, a las vías fluviales internas y conectarlo con el sistema marítimo de transporte. El informe también lamenta que la propuesta de la Comisión no recoja ninguna partida financiera para el desarrollo del programa y propone asimismo numerosas medidas para una efectiva implementación del programa. Es por todo esto por lo que he decidido votar a favor de la Resolución.

4-307-875

**Maria do Céu Patrão Neves (PPE)**, *por escrito*. - Atendendo à importância do setor do transporte por vias navegáveis interiores e o seu contributo significativo para o sistema de transportes da União Europeia, nomeadamente no encaminhamento das mercadorias dos portos para o interior da UE e o seu papel na solução de problemas de congestionamento, assim como a sua eficiência do ponto de vista energético, votei positivamente na presente resolução que exorta a Comissão a apoiar a gestão dos transportes multimodais integrados. Concordo com o apoio à expansão e à integração do intercâmbio de dados dos RIS em fluxos de informação relativos a outros modos de transporte para facilitar a integração do transporte fluvial em outros modos de transportes e ao apoio a medidas concretas que tenham em conta as especificidades de um setor em grande parte baseado em PME - motores da economia europeia.

4-308-000

**Tonino Picula (S&D)**, *napisan*. - Svrha dokumenta NAIADES II stvaranje je uvjeta za prijevoz unutarnjim vodnim putovima kako bi taj vid prometa postao kvalitetna vrsta prijevoza. Ovo je vrlo važan dokument za Republiku Hrvatsku ako uzmemo u obzir da je Hrvatska zemlja s iznadprosječnom površinom riječnih voda po glavi stanovnika – najdužih deset rijeka u Hrvatskoj ukupno premašuju 2 000 kilometara dužine. Na poboljšanju kvalitete vodnih putova se u Hrvatskoj kontinuirano radi. Spomenuo bih samo jedan primjer – projekt CRORIS preko kojeg je Hrvatska u proteklih 10 godina izgradila mnoštvo Riječnih informacijskih servisa (RIS), u skladu s europskim direktivama i standardima, a glavni cilj tog projekta bio je osigurati siguran, učinkovit i ekološki prihvatljiv prijevoz na unutarnjim plovnim putovima Hrvatske. Ovaj projekt je osigurao da je danas 100 % hrvatskog dijela Dunava i komercijalnog dijela Drave pokriveno AIS signalom. Na poboljšanju kvalitete vodnih putova treba nastaviti raditi zbog čega podržavam ovu rezoluciju.

Kvalitetan prijevoz unutarnjim vodnim putovima ključni je preduvjet za razvoj ne samo riječnog turizma, nego i za industriju, proizvodnju i, na kraju, stvaranje novih održivih radnih mjesta.

4-308-500

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE)**, *per iscritto*. - L'iniziativa della Commissione intesa ad aggiornare e rinnovare il programma NAIADES entro il 2020 è apprezzabile, tuttavia la Commissione ha preferito non accompagnare la proposta NAIADES II con fondi adeguati e specifici per raggiungere gli obiettivi del programma d'azione.

Pertanto, l'adozione di una strategia ben strutturata con obiettivi raggiungibili a breve e medio termine, insieme a una tabella di marcia concreta che descriva tra l'altro le risorse necessarie per l'attuazione sarebbe un buon passo in avanti verso l'aggiornamento di NAIADES II. È da apprezzare il fatto che le vie navigabili interne siano state integrate in sei su nove importanti corridoi di rete della TEN-T, ma persistono ancora strozzature e collegamenti mancanti.

4-308-750

**Dubravka Šuica (PPE)**, *in writing*. - The European Union's inland waterways network spans 20 Member States. The inland waterway transport sector is relatively small but, with its 140 billion tonne/kilometres, it nonetheless makes a considerable contribution to the EU transport system. Inland waterways play a vital role in bringing goods to the EU's crowded ports. The aim of the Naiades II package is to create the conditions for inland navigation transport to become more efficient and sustainable. The package includes an action programme for the years ahead, focusing on aspects including quality infrastructure, quality through innovation, the smooth functioning of the market, a skilled workforce and quality jobs. In order to further inclusive long-term growth, the Commission has suggested component changes in the inland waterway transport sector, concentrating on improving operating conditions and infrastructure and on innovation. A strong and reliable strategy for the inland waterway sector is essential, encouraging the development of more inland waterways and supporting specific measures set out in the Naiades II package.

4-308-875

**Kay Swinburne (ECR)**, *in writing*. - Looking at how we can better tailor EU legislation to take account of the needs of small and medium-sized enterprises is always worthwhile. This resolution makes some useful recommendations for SMEs on leveraging extra funding and utilising innovative financial instruments, and I voted in favour of it today.

4-309-000

**Marc Tarabella (S&D)**, *par écrit*. - Je me suis prononcé en faveur du texte. Je tiens également à souligner que je ne peux que regretter que la Commission n'ait pas assorti sa proposition relative à NAIADES II de moyens financiers suffisants, spécialement affectés à la réalisation des objectifs du programme d'action, et je demande donc que le dispositif mis en place soit bien structuré, doté d'objectifs réalisables, à court et moyen terme, et assorti d'une feuille de route décrivant notamment les moyens affectés à sa mise en œuvre.

4-309-062

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. - O transporte por vias navegáveis interiores permite uma mudança da rodovia para as vias fluviais, expressa no Livro Branco sobre os Transportes como essencial para um melhor desempenho ambiental. Tal como o transporte marítimo, o transporte fluvial necessita de uma verdadeira estratégia, com ações, medidas, metas e prazos exequíveis. A apresentação do programa NAIADES II demonstra esta vontade por parte da Comissão, mas o importante é não esquecer que os resultados deste plano de ação têm que ser reais e concretos. Para isso, é necessário que seja feito um verdadeiro investimento, que tem que estar definido nas políticas da União. Tal como acredito que o transporte marítimo e as autoestradas do mar devem ser desenvolvidos, em especial pela Comissão e pelos Estados-Membros, voto a favor desta mesma abordagem para as vias navegáveis interiores.



4-309-093

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *în scris* . - Am votat pentru rezoluția referitoare la programul NAIADES II – Un program de acțiune privind transportul pe căi navigabile interioare. Sectorul transporturilor pe căile navigabile interioare are o contribuție semnificativă la sistemul transporturilor din UE prin transportarea bunurilor între porturi și hinterland.

Salutăm inițiativa Comisiei de a actualiza și reînnoi programul NAIADES până în 2020 și sprijinim acțiunile specifice definite în programul de acțiune NAIADES II pentru perioada 2014-2020. Subliniez importanța asigurării unei finanțări adecvate pentru noi tehnologii, inovare și servicii de transport durabile în cadrul programelor UE existente, cum ar fi mecanismul Conectarea Europei, Orizont 2020 și Fondul de coeziune pentru a stimula utilizarea rezultatelor inovării și îmbunătățirea performanței de mediu a transportului pe căi navigabile interioare și solicit Comisiei să elaboreze programe de finanțare concrete pentru realizarea acestui obiectiv.

Solicităm Comisiei să prezinte propuneri cu privire la mobilizarea fondurilor de rezervă, prin utilizarea lor împreună cu instrumentele financiare disponibile în cadrul fondurilor Uniunii existente. De asemenea, invităm statele membre să continue elaborarea de strategii naționale pentru stimularea transportului pe căi navigabile interioare, luând în considerare Programul de acțiune european și să încurajeze autoritățile de port regionale și locale să procedeze în același mod.

4-309-125

**Derek Vaughan (S&D)**, *in writing* . - The inland waterway transport sector in the EU provides an environment-friendly alternative to road and rail. With over 37 000 km of inland waterways in Europe, the sector is vital for transporting goods between towns and cities and it helps to keep both noise and gas emissions down. I welcome an action programme to support this sector and I hope that future spending from the Connecting Europe Fund, the Cohesion Fund and Horizon 2020 will be used effectively to expand the network across Europe, to improve innovation in the sector and to enhance the environmental aspects of inland waterway transport.

4-309-250

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *par écrit* . – Depuis 2006, la Commission européenne a établi un programme européen pour le transport par voies navigables, baptisé Naiades. La Commission a proposé d'actualiser et de renouveler ce programme, arrivé à son terme fin 2013, pour la période 2014-2020, sous le nom de Naiades II. Ce renouvellement est une bonne nouvelle puisque le transport par voies navigables se trouve dans une situation économique difficile. La Commission a fait un certain nombre de propositions afin d'améliorer les infrastructures, de protéger l'emploi, de développer les compétences et l'innovation, mais elle n'a malheureusement pas proposé un financement adéquat pour la mise en œuvre de ces mesures. C'est principalement ce que le Parlement européen a souhaité dénoncer dans sa résolution sur le programme Naiades II et c'est pourquoi j'ai soutenu cette résolution. Le transport par voies navigables a un rôle important à jouer si l'on veut vraiment prendre en compte les questions environnementales. Il est donc assez regrettable que l'Union ne se donne pas les moyens des politiques qu'elle prétend soutenir en ce domaine.

4-309-500

**Angelika Werthmann (ALDE)**, *schriftlich*. - Aufgrund des kritischen Faktors des Datenaustauschs habe ich negativ gestimmt.

4-310-000

**Jacek Włosowicz (EFD)**, *na piśmie*. - Komisja Europejska w dniu 10 września 2013 r. przedstawiła nowy program NAIADES II, którego celem jest zwiększenie liczby przewozów towarowych rzekami i kanałami w Europie przy jednoczesnym stałym podnoszeniu jakości wodnego transportu śródlądowego. Planowane działania mają na celu zwiększenie wykorzystania 37 tys. km dróg wodnych w Europie, a dzięki wprowadzeniu pewnych zmian i ujednolicen przewóz towarów transportem wodnym ma stać się łatwiejszy i bardziej ekologiczny. Program działań NAIADES II ma również przyczynić się do stworzenia stabilnych długoterminowych ram dla inwestycji w żeglugę śródlądową, rozszerzenia działań na rzecz innowacyjności takiego transportu oraz wprowadzenie nowych krótko- i średnioterminowych rozwiązań takich jak np. zmiana kosztownych wymogów technicznych.

4-312-000

**Der Präsident.** - Damit sind die Erklärungen zur Abstimmung geschlossen.

(Die Sitzung wird um 13.40 Uhr unterbrochen und um 15.00 Uhr wieder aufgenommen.)

## **11. Berichtigungen des Stimmverhaltens und beabsichtigtes Stimmverhalten: siehe Protokoll**

4-313-000

### **VORSITZ: RAINER WIELAND**

*Vizepräsident*

## **12. Genehmigung des Protokolls der vorangegangenen Sitzung: siehe Protokoll**

## **13. Zusammensetzung der Ausschüsse und der Delegationen: siehe Protokoll**

## **14. Standpunkt des Rates in erster Lesung: siehe Protokoll**

## **15. Aussprache über Fälle von Verletzungen der Menschenrechte, der Demokratie und der Rechtsstaatlichkeit (Aussprache)**

### **15.1. Lage in Thailand**

4-319-000

**Der Präsident.** - Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über sechs Entschließungsanträge zur Lage in Thailand.

4-320-000

**Véronique De Keyser**, *auteur*. - Monsieur le Président, la Thaïlande est une cocotte-minute sur le point d'exploser avec en arrière-plan, la crise de succession royale, le roi étant âgé et très malade depuis très longtemps.

L'affrontement actuel oppose le gouvernement, qui s'appuie sur les régions rurales et sur les classes les moins favorisées du Nord du pays, et l'opposition, qui se réclame de la monarchie et qui est concentrée en particulier à Bangkok et dans les classes supérieures.

La Thaïlande est le théâtre d'affrontements récurrents depuis le renversement, par un coup d'État militaire, de l'ancien premier ministre Shinawatra, frère de l'actuelle première ministre. Le vieux parti démocrate, à la tête de l'opposition, n'exige d'ailleurs aujourd'hui plus de nouvelles élections qui remettraient sans doute la même majorité en place, mais un gouvernement de technocrates, nommé par le roi et son entourage.

C'est là qu'est le piège, car ce qui en jeu aujourd'hui en Thaïlande, c'est la démocratie et la légitimité populaire. Le fait de vouloir remplacer un gouvernement élu, qui bénéficie d'un fort soutien populaire, par un gouvernement, fût-il de sages, est une mise en cause de la démocratie. La Thaïlande n'a d'ailleurs pas réellement de tradition démocratique. Depuis l'abolition de la monarchie absolue en 1932, elle a connu dix-huit coups d'État et dix-huit constitutions différentes, et le mépris des paysans, eux qu'on appelle encore parfois des "buffles d'eau", reste grand. Notre résolution appelle donc à davantage de démocratie en Thaïlande.

4-321-000

**Krzysztof Lisek**, *autor.* - Panie Przewodniczący! Tajlandia to ważny kraj w Azji i również ważny partner Unii Europejskiej. Nasze stosunki gospodarcze rozwijają się dość dynamicznie. Dlatego musimy zwrócić uwagę Tajlandii jako partnerowi Unii Europejskiej również na znaczące niedostatki demokracji. Dość dramatyczne wydarzenia ostatnich dni wskazują na to, że musimy zwrócić uwagę rządowi Tajlandii, politykom Tajlandii i to i tym rządzącym i tym opozycyjnym, że są pewne podstawowe zasady i reguły demokracji, których wszyscy muszą przestrzegać. Musimy też wezwać armię, aby raczej stała z boku, aby nie wtrącała się w wybory polityczne mieszkańców Tajlandii. Wzywamy więc z tego miejsca wszystkie siły polityczne Tajlandii do tego, aby zainicjować i kontynuować konstruktywny dialog.

4-322-000

**Marie-Christine Vergiat**, *auteur.* - Monsieur le Président, en Thaïlande, les affrontements entre Chemises rouges et Chemises jaunes ne sont pas nouveaux. Le pays est particulièrement instable depuis le coup d'État militaire de septembre 2006, qui a chassé du pouvoir Thaksin Shinawatra, milliardaire populiste, frère de l'actuelle premier ministre, accusé par l'opposition de tirer les ficelles du gouvernement actuel depuis l'étranger et soupçonné de corruption.

C'est un blocage constitutionnel qui avait amené les militaires au pouvoir en 2006 et l'on peut craindre aujourd'hui que le scénario se répète. Depuis octobre 2013, l'opposition tente par tous les moyens de déstabiliser le pouvoir en place. La cour constitutionnelle, la justice et la commission électorale sont aux mains de cette opposition sur la base de nominations faites au moment où l'armée était au pouvoir. Le principal parti d'opposition, le parti dit "démocrate", semble avoir du mal à admettre que depuis 2001, il a perdu toutes les élections législatives. Il prône sans relâche le remplacement du suffrage universel par un conseil du peuple non élu. Certains vont même jusqu'à dire que le système "un citoyen, une voix" n'est pas adapté au royaume de Thaïlande.

Comme, pour tenter de résoudre la crise, le gouvernement a dissous le parlement pour provoquer de nouvelles élections, le parti démocrate a appelé au boycott de ces élections

et ses partisans ont bloqué 10 % des bureaux de vote, au risque d'un blocage constitutionnel. Des élections partielles doivent avoir lieu fin février. Il vaudrait mieux que tous se préoccupent vraiment de l'intérêt de la population thaïlandaise si on veut éviter une crise comme celle de 2010, qui a coûté la vie à 90 personnes et fait plus de 1 900 blessés.

Le pays a besoin de réformes pour s'adapter à l'évolution de la population. Dans ce pays, le revenu par habitant a triplé en vingt ans. Les attentes de la population ont donc profondément changé. Et les deux principaux partis, chacun dans des genres différents, ne semblent pas avoir compris ces nouvelles aspirations. Oui, c'est la démocratie qui est en jeu en Thaïlande.

4-323-000

**Marietje Schaake**, *author*. - Mr President, several non-democratic measures have been taken by the Thai Government and have led to massive protests in a generally peaceful country. The government is putting aside its Senate, as well as the Constitutional Court's rulings on the Amnesty Bill and on the date of the elections. On top of that, a non-elected people's representation has been proposed. Such actions have led to outcry and protest, and responses have led to death and injury. The Prime Minister has declared a state of emergency.

These very troubling steps have paralysed the country and the elections, as voting did not happen in all areas of the country and the law forbids the opening of the legislature when it is not 95% filled. Without a parliament, no new government can be formed. This deadlock must end, by investigations into the violence and the prosecution of those responsible. All parties must show restraint and respect for the rule of law and abide by democratic principles. This includes a government that ensures free assembly and free expression. It should start by lifting emergency laws.

We welcome the fact that the military has remained neutral and we call on it to continue to do so. We also welcome initiatives of dialogue and reconciliation by all those who have contributed, and stand ready to play any role that may help to overcome the current difficulties and help Thailand onto a democratic track.

4-324-000

**Reinhard Bütikofer**, *Verfasser*. - Herr Präsident, liebe Kolleginnen und Kollegen, lieber Herr Kommissar! Eine zentrale Botschaft sollten wir heute alle gemeinsam aussenden, nämlich den Appell an Regierung und Opposition, die gefährliche Situation in Thailand nicht weiter ins Chaos abgleiten zu lassen. Viele Beobachter sehen das Land inzwischen auf einen Bürgerkrieg zutreiben und sehen mit Sorge, wie die Wirtschaft und auch insbesondere der Tourismus unter den Unruhen leiden.

Es sind auf beiden Seiten Fehler gemacht worden. Deswegen müssen beide Seiten dazu beitragen, diese gefährliche Situation zu überwinden. Aber es gibt einige Prinzipien, die dabei klar sein müssen: Man kann das Grundprinzip der Demokratie – ein Mensch, eine Stimme – nicht zugunsten einer Ständeregierung außer Kraft setzen, wie das einige Eliten in Thailand wollen. Man kann die Meinung der Mehrheit nicht für unbeachtlich erklären.

Es gibt sicherlich einen tiefen sozioökonomischen Konflikt zwischen den städtischen Eliten und den ländlichen Regionen. Und es braucht eine Reform staatlicher Institutionen. Das geht aber nur, wenn beide Seiten anerkennen, dass dies friedlich und im Rahmen demokratischer Regeln gelöst werden muss.

Deswegen der Appell an die demokratische Partei, der Demokratie, die sie in ihrem Namen trägt, eine Chance zu geben, und der Appell an die Regierung, die Notstandsgesetze zurückzunehmen, die sie am 23. Januar erlassen hat.

4-325-000

**Seán Kelly,** *thar ceann an Ghrúpa PPE .* – A Uachtaráin, nuair a léigh mé na rúin seo smaoinigh mé ar an am a chaith mé sa Téalainn naoi mbliana ó shin agus an dearcadh a bhí orm ar mhuintir na Téalainne agus dar liomsa is iad na daoine is míne agus is macánta agus is síochánta ar domhan b'fhéidir. Agus dá bhfaighidís seans seasamh siar mar a dúradh agus féachaint ar cad atá ag tarlú ina dtír b'fhéidir go mbeimis in ann rud éigin a dhéanamh faoi. Is dóigh liom, dá bhrí sin, go bhfuil seans an-mhaith againne go háirithe ag oifig Bhanbharún Ashton an dá thaobh a thabhairt le chéile agus a chur in iúl dóibh féachaint cad atá ag tarlú agus cad a tharlóidh amach anseo agus titfidh rudaí as a chéile mar a dúirt Feisirí eile mura dtiocfaidh siad ar réiteach agus is dóigh liom gur féidir linn an réiteach sin a thabhairt isteach agus daonlathas ceart a bhunú agus gan a bheith ag brath ar chomhairle na daoine agus ar rudaí neamhdhleathacha mar sin agus dá bhrí sin is fiú mar a dúirt an tUasal Bütikofer labhairt le haon ghuth ón Aontas Eorpach.

4-326-000

**Mitro Repo,** *S&D-ryhmän puolesta .* – Arvoisa puhemies, Thaimaassa järjestetyt ennenaikaiset vaalit saivat surkean päätöksen, kun pääoppositioon kuuluva Suthin Taratin ammuttiin Bangkokissa. Thaimaan hallitus on vastannut mielenosoitusten ja levottomuuksien lisääntymiseen kovin ottein. Bangkokin poikkeustilalaki on antanut hallitukselle aivan liian laajat oikeudet. Tiedot lisääntyneistä väkivaltaisista yhteenotoista ovat huolestuttavia, ja väkivaltaisuuksissa kuolleiden ja loukkaantuneiden henkilöiden tapaukset tulee tutkia asianmukaisesti.

Pääoppositiopuolueen vaaliboikotti vaikeutti huomattavasti helmikuun alun vaaleja sekä ääntenlaskentaa. Boikotoiminen vaaleissa ja mielenosoitus ovat eri asioita, mutta erittäin huolestuttavia ovat tiedot siitä, että useampi kuin joka kymmenes äänestyspaikka ei voinut avata oviaan opposition saarron takia. Äänioikeus on pyhä asia. Vain demokratian ja ihmisoikeuksien avulla Thaimaa voi turvata yhteiskuntansa rauhan.

4-327-000

**Raül Romeva i Rueda,** *on behalf of the Verts/ALE Group .* – Mr President, obviously the situation in Thailand deserves more than a debate and a resolution from our House. That is clear. We are talking about democracy and helping to build democracy in Thailand for many reasons.

The situation, based on socioeconomic differences, has turned into violence, which is something which concerns us. We also need to show our solidarity with all the victims and all those people who have lost loved ones. Our resolution should be based on democratic principles and that is what we will probably be adopting at the end of this debate. We have to remind ourselves – and also our Thai colleagues – that elections must be free and fair. That is why we very much deplore the fact that all the reactions against the results seen in the elections are being turned into such a violent situation.

We also urge the Thai Government to revoke the state of emergency, because we understand that this is not the way to deal with the situation, basically because laws are in place to deal with the current situation in the right way. All parties should engage in a constructive

dialogue, based on tolerance and the understanding of mutual points of view. In order to seek a negotiated settlement and to solve the current crisis by peaceful and democratic means, we urge both parties – government and opposition alike – to find a normal, democratic and fair way to resolve their differences.

4-328-000

**Jaroslav Paška**, za skupinu EFD – Politická situácia v Thajsku je nesmierne napätá. Návrh premiérky Shinawatraovej amnestovať zločiny politikov a vládných úradníkov spáchané po roku 2004 vyvolal prirodzený hnev obyvateľstva. Opoziční predstavitelia sa postavili do čela nespokojných občanov a radikálnymi vyhláseniami vyostrili atmosféru pred parlamentnými voľbami. Výnimočný stav vyhlásený 21. januára predsedníčkou vlády zaviedol pre vládne inštitúcie a úradníkov podieľajúcich sa na presadzovaní tohto rozhodnutia absolútnu beztrestnosť. Parlamentné voľby teda prebiehajú v situácii, keď vykonávatelia vládnej moci môžu v mene poriadku beztrestne akýmkoľvek spôsobom ovplyvňovať a meniť volebné rozhodnutia občanov. Považovať poslanecké mandáty, ktoré vzišli z týchto volieb, za legitímne by bolo výsmechom thajskému ľudu aj demokracii. Nech máme s administratívou premiérky Shinawatraovej akokoľvek konštruktívne vzťahy, musíme jej dať najavo, že takto násilím a manipuláciou vyrobený poslanecký zbor nemôže byť základom pre ustanovenie rešpektovanej demokratickej vlády.

Na druhej strane radikálna či monarchistická opozícia, ktorá stupňuje politické konflikty, nesie veľkú časť zodpovednosti na rastúcom napätí. Riešením sa teda javí koordinovaný medzinárodný ekonomický a politický tlak na predstaviteľov znepriatelených strán, aby sa zriekli konfrontačných postupov a vo vlastnom záujme a v záujme krajiny nechali pokojne a slobodne o budúcej vláde rozhodnúť svojich občanov.

4-329-000

**Joanna Senyszyn (S&D)**. - Panie Przewodniczący! Pokojowe rozwiązanie kryzysu wymaga konstruktywnego dialogu opozycji i rządzących, dlatego z zadowoleniem przyjmujemy inicjatywę krajowej Komisji Praw Człowieka zorganizowania spotkania konsultacyjnego z intelektualistami, przedstawicielami ruchów społecznych, przywódcami religijnymi i czterema byłymi premierami. Unia Europejska i ASEAN muszą wspierać dialog i działania na rzecz demokracji w Tajlandii. Kluczowe jest powstrzymanie dalszej eskalacji przemocy; aresztowania przywódców antyrządowych demonstracji mogą dodatkowo zaostrzyć sytuację.

Ponieważ demonstranci zapowiedzieli nieustępliwość w kontynuowaniu protestów, apeluję do władz Tajlandii o zagwarantowanie ochrony wolności słowa, prawa do pokojowych zgromadzeń i zrzeszania się. Kolejnym etapem powinny być wspólne ustalenia rządu, komisji wyborczej i opozycji w sprawie reform i zatwierdzenie ich w referendum. W kontekście prowadzonych negocjacji w sprawie umowy o partnerstwie i współpracy między Unią i Tajlandią podkreślam konieczność przestrzegania demokratycznych zasad i praw człowieka jako podstawy wzajemnej współpracy.

4-330-000

*Catch-the-eye-Verfahren*

4-331-000

**Eija-Riitta Korhola (PPE).** - Arvoisa puhemies, on erittäin harmittavaa, että politiikka on niin tulenarka ja polarisoiva aihe Thaimaassa, jolla on potentiaalia olla yksi Aasian suunnannäyttäjistä.

Demokratia on demokratiaa, ja sitä voidaan parantaa opposition suunnalta ja kansalaisaktiivisilla myös toisen puolueen hallinnon aikana, ei ainoastaan istumalla hallituksessa. Ja vaalien tulisi olla ainoa keinoa valita kansalaisten edustajat. Retoriikka ihmisten kokouksesta ei edistä demokratiaa.

Haluaisin nostaa erään asian esille liittyen Etelä-Thaimaan konfliktiin. Mielenosoituksilla ja poliittisella kriisillä on ollut erittäin negatiivinen vaikutus Etelä-Thaimaan Patani-rauhanprosessiin, joka alkoi lupaavasti viime vuonna. Neuvottelut ovat siirtyneet kauas pois agendalta, ja väkivaltaisuuudet ja iskut ovat valitettavasti lisääntyneet etelässä. Tämä johtuu sekä hallituskriisistä että yleisestä toivottomuudesta konfliktin ratkaisun suhteen. Toivon, että rauhanprosessi pääsee pian taas jaloilleen.

Haluaisin myös osoittaa surunvalitteluni kaikille, joiden läheiset ovat kuolleet viime kuukausien aikana. Tapahtuneet rikokset on tutkittava välittömästi ja tekijät on saatettava oikeuteen.

4-332-000

**Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D).** - Panie Przewodniczący! Pogłębiający się od jesieni ubiegłego roku kryzys w Bangkoku i wciąż rosnąca liczba ofiar i rannych budzi coraz większy niepokój w Europie. Protestujący domagają się zmiany rządu i głębokiej reformy systemu politycznego.

Główne ugrupowanie opozycyjne, Partia Demokratyczna, blokowała 2-go lutego dostęp do większości lokali wyborczych, gdzie odbywała się wstępna tura przedterminowych wyborów, wzywając do ich bojkotu i powołania reformatorskiej „rady ludowej” – w efekcie wybory przerwano.

Trwają brutalne starcia między zwolennikami i przeciwnikami rządu, pogłębiając paraliż kraju i prowadząc do całkowitej jego destabilizacji.

Władze Tajlandii muszą odwołać uchwalony 21 stycznia stan wyjątkowy, zapewniając społeczeństwu poszanowanie podstawowych swobód obywatelskich, w tym wolność wypowiedzi i zgromadzeń!

Partia Demokratyczna powinna z kolei pozwolić na przeprowadzenie w kraju powszechnych wyborów, które byłyby szansą na wyjście z utrzymującego się od 3 miesięcy impasu politycznego i praktycznego paraliżu kraju, który prowadzi donikąd.

Tylko rozwiązanie oparte na poszanowaniu prawa, demokratycznych zasad i politycznej woli tajskiego społeczeństwa będzie trwałe.

4-333-000

**Janusz Wojciechowski (ECR).** - Panie Przewodniczący! Prawie 10 lat temu nasze myśli, serca były z Tajlandią, kiedy była ona jednym z krajów straszliwie dotkniętych nieszczęściem tsunami. Zginęły tysiące ludzi, w tym setki Europejczyków, którzy tam pojechali na wakacje. Staraliśmy się wtedy na miarę naszych możliwości wspierać Tajlandię i pomagać jej w tym nieszczęściu. Wtedy był żywioł, dzisiaj mamy inny problem, problem

wewnętrzno-polityczny, czyli zaostrzający się konflikt, i rzeczywiście martwimy się, żeby on się nie przerodził wręcz w wojnę domową. Apelujemy do obu stron konfliktu – i do władzy, i do opozycji – żeby unikać przemocy w tym konflikcie, bo to doprowadzi naprawdę do dalszych nieszczęść i Tajlandia wiele na tym straci. Wielu ludzi w Europie chciałoby do tego kraju jeździć, podziwiać jego zabytki, wiele wspaniałych miejsc. Niech Tajlandia tego nie traci.

4-334-000

(Ende des „Catch-the-eye“-Verfahrens)

4-335-000

**Štefan Füle**, *Member of the Commission*. - Mr President, we welcome the imminent adoption of Parliament's urgency resolution on Thailand's political situation. Thailand is a close partner of the European Union. Last year was a particularly important year, as we initialled the Partnership and Cooperation Agreement with Thailand, began free trade agreement negotiations, and received the Prime Minister in Brussels.

The European Union is following with concern the recent tensions and the political polarisation in Thailand. The situation has given cause for several statements by the Vice-President/High Representative in the last three months. In her statements she has condemned the use of violence, urged all sides to exert restraint and called for a real and inclusive dialogue and reconciliation.

The recent tensions are a recurrence of what Thailand has experienced earlier in this century. Thailand's democratic political system may now once more be at risk. The elections last Sunday, where many Thais were unable to vote and polls were boycotted, show how challenging and complex the situation has become. The situation has in it the seeds both for a solution and for further deterioration. The Thai political leadership must come together and find a way forward. Only they can take the needed decision.

As this Parliament rightly stresses in its resolution, it is essential to avoid escalation and to engage immediately in a constructive dialogue to seek a negotiated settlement. Thailand needs a peaceful solution through inclusive dialogue based on democratic principles. The alternative is a growing rift in society.

Thailand's future is a matter for the Thai people to resolve. We believe that only real dialogue between the authorities and the opposition, aimed at finding a lasting political solution, based on democratic principles within the constitutional framework, offers a way forward.

4-336-000

**Der Präsident.** - Die Aussprache ist geschlossen.

Die Abstimmung findet im Anschluss an die Aussprache statt.

## 15.2. Das Recht auf Bildung in der transnistrischen Region

4-338-000

**Der Präsident.** - Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über sechs Entschließungsanträge zu dem Recht auf Bildung in der transnistrischen Region.



4-339-000

**Mitro Repo,** *laatija* . - Arvoisa puhemies, minulla on myös eräs tekninen suullinen muutosehdotus, jonka sanon sitten myöhemmin.

Transnistria on syvästi kahtiajakautunut yhteiskunta. Euroopan unionin, yhdessä Etyjin kanssa, tulee tarjota sille tukensa. Oikeus koulutukseen sekä erilaisten koulutusmahdollisuuksien tarjoaminen on perusihmisoikeus. Etenkin lasten oikeutta saada koulutusta omalla äidinkielellään tulee kunnioittaa. Poliittista valtapeliä kulttuurilla ja äidinkielellä ei tule sallia eikä minkäänlaista diskriminaatiota.

Hyvin järjestetty koulutus on se, joka mahdollistaa lasten ja nuorten kehittymisen aktiivisiksi ja yhteiskuntaa eteenpäin vieviksi kansalaisiksi. Vastuu koulutusmahdollisuuksista on ensisijaisesti aluetta hallinnoivilla viranomaisilla. Koulutus ei missään tapauksessa saa olla pelinappula.

4-340-000

**Elena Băsescu,** *Autor* . - Domnule președinte, domnule comisar Füle, ca autor și ca inițiator al acestei rezoluții, mulțumesc colegilor de la toate grupurile politice că au înțeles gravitatea situației din regiunea transnistreană și că ne-au susținut, pe mine și pe Cristi Preda, să impunem acest subiect pe agenda plenarei.

Provocările regimului de la Tiraspol au culminat ieri cu reținerea și umilirea directorului liceului Lucian Blaga, a doi angajați și a șase pacificatori. Aceste tensiuni sunt alimentate și de prezența trupelor rusești în regiune, motiv pentru care am cerut printr-un amendament înlocuirea lor cu o misiune civilă de menținere a păcii. Totodată, consider că mult-lăudatul format 5+2 și-a arătat limitele și ineficiența și el trebuie regândit. Uniunea trebuie să devină membru cu drepturi depline, pe picior de egalitate cu Rusia, și să fie mult mai vocală în rezolvarea conflictului transnistrean.

În final, fac apel la premierul pro-european Leancă să sprijine mult mai ferm dreptul la educație în limba română.

4-341-000

**Marie-Christine Vergiat,** *auteure* . - Monsieur le Président, parlons-nous vraiment d'un sujet touchant aux droits de l'homme ou, plus exactement, d'une urgence en matière de droits de l'homme?

Permettez-moi de m'interroger au vu des situations que nous évoquons habituellement ici le jeudi après-midi. J'aurais préféré que nous parlions de la situation en Libye, en Afghanistan ou à Djibouti, comme l'avait proposé mon groupe. Dans ces pays, il y a vraiment urgence en matière de droits de l'homme.

Certes, le droit à l'éducation, le droit à l'usage de sa langue maternelle, le respect des minorités, la diversité linguistique sont autant de questions qui méritent que l'on s'y intéresse. Toutefois, je ne peux pas m'empêcher de faire le parallèle avec le débat qui s'est déroulé hier soir, ici même, sur la Bosnie, et je ne peux m'empêcher d'y voir une sorte de "deux poids, deux mesures" et de me demander si le dévouement à la cause serait le même si la minorité opprimée en Transnistrie était russe comme c'est le cas dans certains pays de l'Union européenne.

Nous nous abstiendrons sur cette résolution car le droit à l'éducation dans sa langue maternelle doit être protégé en Moldavie, comme en Turquie, d'ailleurs, mais nous sommes sans illusion sur ce qui fait que cette question soit inscrite à notre ordre du jour.

*(L'oratrice accepte de répondre à une question "carton bleu" (article 149, paragraphe 8, du règlement))*

4-342-000

**Cristian Dan Preda (PPE)**, *question "carton bleu"*. – Madame Vergiat, j'aimerais savoir ce qu'est pour vous une urgence: Si le fait d'arrêter un directeur d'école tout simplement parce qu'il veut que les cours soient toujours enseignés en roumain n'est pas une urgence, qu'est-ce qu'une urgence pour vous?

4-343-000

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *réponse "carton bleu"*. – J'ai, tout comme vous, Monsieur Preda, vu les médias mais le directeur d'école a été arrêté hier. Je pense donc que ce n'est pas cela qui a motivé l'inscription de ce sujet à l'ordre du jour. Cela vous arrange, cela facilite la justification de cette inscription, mais au moment où ce sujet a été inscrit, ce n'était pas le cas.

*(L'oratrice accepte de répondre à une question "carton bleu" (article 149, paragraphe 8, du règlement))*

4-344-000

**Reinhard Bütikofer (Verts/ALE)**, *Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte“*. – Frau Vergiat, würden Sie mir zustimmen, dass es im Prinzip die Übereinkunft in diesem Hause sein sollte, dass man nicht Menschenrechte als nachrangig einordnet, wenn einem das politisch in den Kram passt, und dass man nicht nach Lagern sortiert, wenn es darum geht, sich für Menschenrechte einzusetzen?

4-345-000

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *réponse "carton bleu"*. – Monsieur Bütikofer, je ne sais pas si vous avez l'habitude de m'écouter quand j'interviens dans cet hémicycle mais c'est justement ce que je réclame. Je réclame qu'il n'y ait pas deux poids, deux mesures. Je réclame que le prisme ne soit pas focalisé sur tel ou tel pays. Je réclame que, quand il y a urgence en matière de droits de l'homme, quel que soit le pays en cause, nous puissions l'inscrire à notre ordre du jour.

Quand des personnes se font assassiner dans un certain nombre d'États à travers le monde et qu'on n'arrive pas à obtenir un débat le jeudi après-midi, je considère que c'est inadmissible.

4-346-000

**Renate Weber**, *Autor*. – Domnule președinte, dragi colegi, în timp ce noi ne pregătim să votăm această rezoluție, în Transnistria intimidările și abuzurile au escaladat într-un mod alarmant. Discriminarea fățișă îmbracă forme tot mai amenințătoare. Școlilor românești le-au fost blocate conturile iar directorul liceului Lucian Blaga din Tiraspol a fost arestat ieri. Motivul? A adus de la Ministerul Educației din Chișinău salariile colegilor săi, în moneda oficială a Republicii Moldova, ceea ce a fost considerat infracțiune, iar salariile au fost confiscate ca fiind monedă străină nedeclarată.

Este inacceptabil ca dreptul la educație să fie folosit ca instrument de negociere și presiune în jocurile geopolitice ale autorităților autoproclamate din regiunea transnistreană. Locuitorii acestei regiuni, care sunt cetățeni ai Republicii Moldova, vor să le fie respectate drepturile, inclusiv dreptul la educație în singura limbă oficială a statului moldovenesc, limba română. Situația politică din zonă, așa complicată cum e, nu ar trebui să afecteze copiii, părinții, profesorii și școlile. Educația trebuie depolitizată, iar hărțuirile de orice tip împotriva instituțiilor de învățământ în limba română trebuie să înceteze.

Cred că este de datoria noastră să ne asigurăm că mesajele pe care le transmitem nu rămân fără răspuns. Cred că este necesar ca o delegație a Parlamentului European să meargă în Transnistria pentru a se asigura că exercitarea dreptului fundamental la educație revine la normal.

Sunt convinsă că liberalizarea vizelor cu Republica Moldova va avea un impact pozitiv și în domeniul educației. Tocmai de aceea, sper într-un vot favorabil în următoarele săptămâni în Comisia LIBE și în plen și sper ca această liberalizare a vizelor să se materializeze până la finalul acestui mandat al Parlamentului European.

4-347-000

**Hiltrud Breyer,** *Verfasserin* . - Herr Präsident! Es ist ein klarer Verstoß gegen die Menschenrechte, dass in der Transnistrien-Region nicht das Recht auf Bildung in der Muttersprache gelten soll. Obwohl diese sogar die offizielle Sprache ist, wird nun in krasser Weise in das Bildungs- und Schulsystem eingegriffen. Dies ist doch völlig inakzeptabel!

Offener und diskriminationsfreier Zugang zu Bildung muss als eines der höchsten Ziele der Kinderrechte verteidigt werden. Wir wissen: Kinder sind unsere Zukunft. Wir fordern daher das selbsternannte Regime in Transnistrien auf, endlich mit der OSZE zusammenzuarbeiten. Und auch die russische Regierung muss endlich das Urteil des Europäischen Gerichtshofs für Menschenrechte ernst nehmen und diese unhaltbare Situation nicht weiterhin unterstützen.

Wir fordern die Kommission auf, mit allem Engagement jetzt auch die europäischen Instrumente für Demokratie und Menschenrechte zu nutzen, um die Bevölkerung zu unterstützen und freien Zugang zu Information, Bildung und freier Presse zu ermöglichen. Daher finden wir es auch extrem wichtig, dass heute diese Debatte stattfindet. Denn das Europäische Parlament wird sich auch daran messen lassen müssen, ob wir hier vehement dagegen einschreiten, zumal der Europäische Gerichtshof uns auch schon einen Wegplan mitgegeben hat. Daher ist alles daran gelegen, dass wir auch die Kommission nochmal eindringlich bitten und auffordern, alles Mögliche zu tun, um diesen Zustand zu verändern!

4-348-000

**Cristian Dan Preda,** *în numele grupului PPE* . – Domnule președinte, în Moldova există de mai mulți ani două tendințe politice. Una e secesionistă și izolaționistă. O susțin regiuni ca Transnistria sau Găgăuzia. E și punctul de vedere îmbrățișat de Partidul Comuniștilor. Trupele rusești din Moldova sunt instrumentul politic al acestei orientări. Cealaltă tendință e unionistă și pro-europeană. O susțin cetățenii care vor o singură țară, cei care consideră că trebuie să circule fără vize în Uniune, cei care văd în piața europeană o șansă mai mare decât cea oferită de piața rusă. În ultimii ani, orientarea unionistă a primit încurajări de la Bruxelles și a fost ajutată de unioniștii pro-europeni din România.

Confruntarea dintre cele două tabere are în fundal o altă dispută: deși oficial suntem parteneri strategici, Rusia nu ne respectă opțiunile și ne tratează ca adversari. Am pierdut deja confruntarea cu Putin în Georgia și Armenia, suntem într-o poziție foarte proastă în Ucraina. Am putea câștiga măcar în Moldova. Ce ziceți, domnule comisar Füle?

4-349-000

**Marietje Schaake**, *on behalf of the ALDE Group*. – Mr President, the conflict in Transnistria risks being forgotten, when the problems – especially when it comes to access to education – do deserve our attention. We must push the self-proclaimed authorities to work with the OSCE and to end the politicisation of education. The authorities must also cooperate more constructively with the 5+2 negotiations and the Russian Federation should implement the judgment of the European Court of Human Rights and stop violating the right to education.

Russia should also withdraw its troops in order to end the climate of intimidation and fear in the region.

On our side, we should focus on visa liberalisation and the association agreement as well as free trade deals. Improvements in human rights, economic modernisation and social progress will benefit the population as well as the authorities, and us. In parallel with this, we can do more to work with the European Instrument for Democracy and Human Rights with civil society and to facilitate access to information, education and free media. This could counterbalance the restrictions that the authorities have set in place.

4-350-000

**Bernd Posselt (PPE)**. - Herr Präsident! Transnistrien ist eine spätstalinistische, eine kriminelle und auch eine zum Teil gefährliche militaristische Struktur. Auf der anderen Seite müssen wir natürlich erkennen, dass es auch in der Republik Moldau noch viele Probleme gibt. Wir sind besorgt über den Separatismus der Gagausen, aber auf der anderen Seite mahnen wir auch die moldauische Regierung, die Minderheitenrechte und die Vielfalt der Sprachen und Kulturen in Moldau zu respektieren und anzuerkennen.

Wir als Europäische Union spielen hier eine ausgleichende Rolle. Es ist wichtig, dieses leidgeprüfte europäische Land Republik Moldau davor zu bewahren, zerteilt und zerlegt zu werden. Wir müssen einfach offen aussprechen: Transnistrien ist ein Instrument der russischen Vorherrschaftspläne in der ganzen Region, wie wir sie im Südkaukasus und auch in der Ukraine derzeit sehen. Den Missbrauch dieser Konflikte für Dominanzpläne zu unterlaufen und für Menschenrechte einzutreten, ist die Aufgabe dieses Hauses.

4-351-000

**Bogusław Sonik (PPE)**. - Panie Przewodniczący! Pragnę wyrazić swoje zaniepokojenie z powodu naruszania praw człowieka w regionie Naddniestrza, zwłaszcza, o czym dzisiaj mówiłem, w dziedzinie edukacji. Sytuacja jest napięta ze względu na utrzymujący się od wielu lat stan konfliktu. Teraz dochodzą do tego przypadki naruszania praw podstawowych w zakresie kształcenia i działania szkół. A przecież każdy musi mieć możliwość nauki we własnym języku. W odpowiedzi na te napięcia spowodowane samozwańczymi działaniami władz Naddniestrza zaplanowano wznowienie negocjacji w dniach 27–28 lutego tego roku w ramach formuły „5+2”, czyli Mołdawia, Naddniestrze oraz OBWE, Ukraina i Rosja jako mediatorzy oraz Unia Europejska i Stany Zjednoczone w charakterze obserwatorów.

Chciałbym wyrazić nadzieję, iż kolejna runda negocjacji przyniesie szansę na wyjście z tego impasu.

4-352-000

**Monica Luisa Macovei (PPE).** - Domnule președinte, anul trecut un profesor care predă în limba română în regiunea separatistă Transnistria mi-a spus: „Copiii noștri, ca să vină la școală să învețe, merg zeci de kilometri, vin cu riscuri. Unde este siguranța că el, copilul, va veni neînjosit acasă, că hăinuța lui va fi întregă, că nimeni nu-l va împinge și nu-i va da un ghiont când îl aude că vorbește limba română?”

Ieri, directorul Ion Iovcev de la liceul de limbă română Lucian Blaga din Tiraspol și contabilă, au fost reținuți câteva ore sub acuzația că au introdus monedă străină. Valuta erau lei moldovenești pentru plata salariilor profesorilor. Astăzi, directorul și contabilă au stat peste patru ore la interogatoriu și au ieșit fără bani de salarii și fără ștampila liceului. Acum trei luni, în biroul directorului au intrat ofițeri ruși și directorul mi-a spus: „Suntem ostatici”, iar un elev al liceului scria: „Ieri au împrejmuțit liceul, iar astăzi au venit să-l aresteze pe director.”

În ianuarie i-am scris liderului separatist Șevciuc și i-am spus că folosește tactici similare celor folosite de Federația Rusă.

4-353-000

*Catch-the-eye-Verfahren*

4-354-000

**Andrzej Grzyb (PPE).** - Panie Przewodniczący! Sprawy praw człowieka są ważne zarówno w stosunku do krajów, które są sąsiadami Europy, jak i sąsiadów w Europie, zwłaszcza że Mołdawia, która tutaj jest zainteresowana żywotnie, jest przecież krajem Partnerstwa Wschodniego.

Musimy reagować, szczególnie tam, gdzie dochodzi do łamania podstawowego prawa – prawa do edukacji – i to prawa do edukacji w języku mniejszości. Sądzę, że zapowiedź tego spotkania grupy 5+2, która nie ma sukcesów od 1992 roku, może przyniesie w tej sprawie jakiś istotny postęp, ale z drugiej strony wiemy też, że te postanowienia czy ewentualny postęp jest blokowany przez samozwańczy rząd w Tyraspolu. Wydaje się więc, że to jest istotna sprawa z punktu widzenia ochrony praw człowieka również w Parlamencie Europejskim i musimy wyrazić tutaj swoje z jednej strony oburzenie, a z drugiej strony również zaniepokojenie napięciem, bo to napięcie w regionach konfliktów zamrożonych jest szczególnie trudne do rozwiązania.

4-355-000

**Rareș-Lucian Niculescu (PPE).** - Domnule președinte, dragi colegi, acum exact șapte ani, în februarie 2007, autoritățile separatiste din Transnistria au distrus și profanat cimitirul românesc din Tighina, în care erau înmormântați soldații români din cel de-al Doilea Război Mondial. Autoritățile separatiste nu au dezgropat cadavrele, ci doar au nivelat pământul cu buldozerele. Crucile distruse au fost folosite la pietruirea drumurilor. Pe locul fostului cimitir românesc a fost construit un monument al soldatului eliberator rus.

Am reamintit acest episod petrecut cu exact șapte ani în urmă pentru a contura o imagine a regimului transnistrean, care de mulți ani duce un atac iresponsabil împotriva școlilor

cu predare română din această zonă a Republicii Moldova. Reamintesc că aceste evenimente nu au miză locală sau națională, în realitate acestea sunt legate de opțiunea fundamentală între două sisteme de valori: unul european și un altul diametral opus.

În încheiere, fac apel la o rezoluție clară și fermă a Parlamentului European care să apere demnitatea directorului de școală transnistrean și a colegilor săi, umiliți de autorități pentru simplul fapt că au apărât limba română și și-au făcut datoria.

4-356-000

*(Ende des Catch-the-eye-Verfahrens)*

4-357-000

**Ștefan Füle**, *Member of the Commission*. - Mr President, the Republic of Moldova is facing a very difficult political situation this year, in which deep-rooted domestic factors of instability are being compounded by the systematic undermining of the country's sovereignty and territorial integrity from outside.

Attempts to escalate tensions in Transnistria belong to the latter category. We deeply deplore them and we will continue to help Moldova to withstand pressures. In a ruling published in October 2012, the European Court of Human Rights found that harassment of the Romanian language schools in Transnistria was in violation of the right to education of children living in the Transnistrian region and whose mother tongue is Romanian.

The European Union stands firm in the fight for fundamental rights. We strongly condemn any action by the Transnistrian de facto authorities that infringe on the right to education in the territory they control. But the European Union also supports – and will continue to support by all means – Moldova's sovereignty and territorial integrity. An escalation of tensions between Chisinau and Tiraspol poses a formidable threat. We will therefore put all our weight behind efforts to resolve the schools issue by way of negotiation. The OSCE, which coordinates the '5+2 Talks', in November 2012 issued a comprehensive set of recommendations to address this issue, which are highly regarded by the international community.

We feel strongly that the way forward lies in nudging the two sides into renewing dialogue on education issues, along the lines of the OSCE recommendations, with a view to upholding the right to education of all children. Of course, the use of ultimatums at the negotiating table is not acceptable and it will first be necessary to lift current pressure on the Romanian language schools. We will address the schools issue along these lines during the next round of 5+2 negotiations, scheduled for the end of this month.

While paying so much attention to the schools issue, it is crucially important not to gloss over the many other factors of tension in Transnistria. With a new allocation of EUR 28 million of technical and financial assistance agreed last year, we will continue implementing our programme of confidence-building projects, which allow the establishment of lasting cooperation at the civil society and local levels across the Dniester River.

Moreover, we will continue working for the Transnistrian de facto authorities to consider in earnest the substantial benefits the region can gain if it participates in the future Association Agreement with Moldova. This offer is about social progress, improvement in human rights and economic modernisation. Our aim is to open up many new opportunities for the people living in Transnistria, who are also among our closest neighbours.

4-358-000

**Der Präsident.** - Die Aussprache ist geschlossen.

Die Abstimmung findet im Anschluss an die Aussprache statt.

**Schriftliche Erklärungen (Artikel 149 GO)**

4-358-500

**Ioan Enciu (S&D),** în scris. – Îmi exprim protestul față de abuzurile autorităților separatiste din așa-numita Republică Transnistreană și condamn tratamentul discriminatoriu impus populației române din regiune. Este revoltătoare presiunea asupra școlilor românești, ale căror conturi au fost blocate ilegal, iar banii pentru salariile profesorilor au fost confiscati. Cazul arestării directorului Liceului „Lucian Blaga” din Tiraspol și a altor doi angajați ai școlii este elocvent pentru starea drepturilor omului în Transnistria. Uniunea Europeană are datoria de a fi solidară cu acești cetățeni umiliți și agresați la granițele sale.

Solicit Comisiei, Consiliului și Organizației pentru Securitate și Cooperare în Europa să acționeze energic și urgent pentru a determina încetarea acestor abuzuri și respectarea drepturilor fundamentale ale populației din Transnistria, inclusiv la învățământ în limba maternă. De asemenea, cer forurilor europene să renunțe la expectativa comodă în care s-au complăcut până acum față de acest periculos conflict înghețat din imediata vecinătate a UE.

4-358-750

**Tadeusz Zwiefka (PPE),** na piśmie. – Jestem rozczarowany, że po raz kolejny Parlament Europejski zmuszony jest zareagować na niepokojące wieści dochodzące do nas z regionu Naddniestrza. Grudniowe przypadki nękania, zastraszania i stosowania represji wobec obywateli zamieszkujących ten rejon pokazują, że jak niestabilną sytuacją mamy wciąż do czynienia. Potwierdzają to chociażby wydarzenia, które miały miejsce w Liceum „Luca Blaga”, gdzie przesłuchiwanie nauczycieli oraz blokowanie przez kilka tygodni ich kont bankowych są przykładem skandalicznego braku poszanowania podstawowych wolności i praw obywatelskich, takich jak prawo do edukacji, ochrona prywatności i prawo do informacji. Respektowanie autonomii mniejszości narodowych i zapewnienie swoim obywatelom możliwości nauki w języku ojczystym, w zgodzie z własnymi przekonaniem i wyznawanymi wartościami, powinno stanowić priorytet dla władz w regionie.

Zwracam się do instytucji międzynarodowych o większe zaangażowanie się w prace nad wspólnym dialogiem, również pomiędzy mieszkańcami a władzami Naddniestrza. Uważam także, że Unia Europejska powinna odgrywać bardziej aktywną rolę w tym procesie, mającym na celu ostateczne rozwiązanie konfliktu. Przy tej okazji chciałbym wyrazić ubolewanie wobec postępowania Federacji Rosyjskiej, która pomimo wcześniejszych ustaleń dokonanych na szczeblu międzynarodowym nadal nie wycofała ostatecznie sił pokojowych z terytorium Mołdawii. Ciągła obecność obcych wojsk bez wątpienia wywiera negatywny wpływ na atmosferę w tym regionie.

### 15.3. Bahrain, insbesondere die Fälle Nabil Radschab, Abdulhadi al-Khawaja und Ibrahim Scharif

4-360-000

**Der Präsident.** - Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über sechs Entschließungsanträge zu Bahrain, insbesondere die Fälle Nabil Radschab, Abdulhadi al-Khawaja und Ibrahim Scharif.

4-361-000

**Tunne Kelam,** *author* . - Mr President, what we need in this case is a balanced and constructive approach combining criticism with encouragement.

There are many causes of concern: the rule of law and human rights in Bahrain; repression of demonstrations during recent years; and today we are calling for the release of several prisoners of conscience, especially Nabeel Rajab, Abdulhadi al-Khawaja and Ibrahim Sharif.

At the same time, there are also encouraging signals that the Bahraini Government has committed itself to reforms following the national Independent Commission of Inquiry report. We also encourage efforts to reform the penal code to create an independent and impartial judiciary, and there is a National Consensus Dialogue that has started talks with the Crown Prince. So we are going to monitor the situation. We express our criticisms but we also encourage the Bahraini authorities to conduct reforms.

4-362-000

**Geoffrey Van Orden,** *author* . - Mr President, I welcome the very reasonable and balanced remarks by my good friend and colleague, Mr Kelam. To make a general point, first of all: of course we have to stand up for genuine human rights and we must help others on to the path to reform. But we also have to recognise the realities of every particular situation: the presence of extremist elements, interference by outside countries that wish to destabilise a regime and, of course, the need for law and order. But that in itself is not an excuse for arbitrary imprisonment.

Bahrain is a country that has been a longstanding friend and ally of the West, and in particular of my own country. Following the King's initiative, the Crown Prince of Bahrain has shown great leadership in a process of sustained and comprehensive reform, which will improve democracy and help build stability. All politicians of good will in Bahrain, of whatever political colour, should be prepared to engage constructively in the national political dialogue. For their part, the Bahraini authorities need to show restraint and generosity.

*(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 149(8))*

4-363-000

**Marietje Schaake (ALDE),** *blue-card question* . - Mr Van Orden, I was happy to hear you say that you were also concerned about interference from outside actors, such as Saudi Arabia, in Iran. It was actually our group that proposed to refer to this concern in the resolution, but it was your group, as well as the EPP, that did not want to refer to that.



We must look at the broader context in the Middle East when addressing the problems in Bahrain and to make sure that we can overcome them, because we have worse crises to deal with. I just wanted to ask you whether you agree that this is a matter for concern.

4-364-000

**Geoffrey Van Orden**, *Author, Blue-card answer* . - As my good friend and colleague, Ms Schaake, knows full well, I was not, of course, referring to Saudi Arabia. Saudi Arabia is actually a friend and ally of the regime. I was talking about interference from countries on the other side of the Gulf, not least from Iran.

4-365-000

**Véronique De Keyser**, *auteure* . - Monsieur le Président, nos résolutions du jeudi après-midi ne peuvent pas être contre-productives et en particulier pour un pays aussi sensible que le Bahreïn, où s'affrontent, depuis le Printemps arabe, sunnites et chiïtes. Je centrerai donc mon intervention moins sur le cas des prisonniers politiquement détenus et qui méritent d'être libérés que sur l'action de conciliation menée par le prince héritier Salman Al Khalifa.

Nous sommes à la veille du troisième anniversaire de l'insurrection au Bahreïn et, depuis trois ans, la répression n'a pas faibli. Le Parlement européen et nombre d'acteurs internationaux sont intervenus pour appeler à davantage de démocratie et d'ouverture dans ce pays, mais le 15 janvier de cette année, le prince héritier a fait un pas en avant. Il a ouvert un dialogue de consensus national et d'autres signes positifs sont à relever dans le pays. La création d'un poste de médiateur au ministère de l'intérieur, la création d'une unité spéciale d'enquêtes au bureau du procureur public et la création d'une commission des prisonniers et des détenus, chargée de surveiller ou de signaler les cas de torture. Le code pénal et les procédures juridiques devraient être bientôt réformés. Tout cela va dans le bon sens.

Néanmoins, ces projets pourraient bien évidemment n'être qu'un écran de fumée pour calmer l'opinion internationale alarmée par la situation au Bahreïn et nous suivrons donc avec attention et sympathie l'évolution de ce pays en appuyant les réformistes qui s'efforcent pacifiquement de le transformer.

4-366-000

**Marie-Christine Vergiat**, *auteure* . - Monsieur le Président, le Bahreïn continue d'être ravagé par une répression féroce, ignorée, si ce n'est cautionnée.

Trois ans maintenant que toute expression divergente est réprimée brutalement, de l'intérieur et de l'extérieur. Nous le savons tous, ici. Nous connaissons les enjeux dans cette région. Nous voyons ce qui avance, ce qui recule, ce qui stagne et à qui cela incombe.

Nous savons aussi décrypter les instrumentalisation de tous types, y compris celles qui visent à nous faire croire que ce n'est qu'un conflit entre sunnites et chiïtes.

Le Bahreïn fait triste figure de sacrifié du Printemps arabe. Nous savons dans quelles conditions le printemps bahreïnien a été broyé avec l'aide du grand frère saoudien. Mais broyer les aspirations légitimes d'un peuple à la démocratie, au respect de ses droits et à la justice sociale n'a jamais fait taire qui que ce soit.

Le courage des Bahreïniens force le respect. Au Bahreïn, la répression ne fait pas semblant, contrairement au simulacre de réformes qui n'ont d'autre but que de donner quelques gages aux amis occidentaux.

La justice est factice, tout comme le dialogue national prôné par un pouvoir qui prétend discuter avec ses opposants alors qu'il les met en prison à tour de bras: 3 000 prisonniers politiques dans ce tout petit pays de 600 000 habitants!

Tout le monde sait qu'au Bahreïn, ce n'est pas le prince qui gouverne mais son oncle, le premier ministre depuis cinquante ans. La liberté d'expression y est particulièrement malmenée, tant pour les journalistes nationaux que pour les étrangers. Pour Reporters sans frontières, le Bahreïn est un pays ennemi de l'internet. Les défenseurs des droits de l'homme sont, comme souvent, les premières victimes de ce type de pouvoir. Je veux, bien sûr, évoquer les cas de Nabil Rajab, président du Centre des droits de l'homme de Bahreïn, vice-président de la Fédération internationale des ligues des droits de l'homme, et d'Abdulhadi Al-Khawaja, particulièrement torturé et condamné à la prison à perpétuité.

L'Union a un accord de coopération avec les pays du Golfe dans lequel ne figure aucune clause sur la démocratie et les droits de l'homme. Tout est dit.

Sans doute, le fait que le Bahreïn soit un des principaux acheteurs d'armes, un de ceux qui font la relance du commerce des armes, ces derniers mois, n'y est pas non plus pour rien.

4-367-000

**Marietje Schaake**, *author* . - Mr President, the unrest and human rights violations in Bahrain will not be overshadowed by fancy advertising campaigns or the sponsorship of the World Economic Forum on CNN. Anyone who looks more closely at Bahrain realises that it is shameful that the Royal Family and the government have not managed to adequately address the human rights concerns and grievances of the population. Let me stress that they do not need interference from either Saudi Arabia or Iran in their domestic affairs.

Instead, the BICI report, as well as the Universal Periodic Review recommendations, should be implemented, full stop. We also identify a few other urgent reforms that must take place. We oppose forced disappearances and the use of special or military courts to try suspects of so-called national security crimes. Clearly, doctors must not be hindered or see their work politicised. Especially when it comes to juvenile detainees, Bahrain should treat them in line with the UN Convention on the Rights of the Child, to which the country is a party. In this resolution we also call for a moratorium on the death penalty and hope it will be abolished.

Prominent human rights activists, such as Abdulhadi al-Khawaja and his daughter, Zainab, have not yet been released, and neither have Nabeel Rajab or Ibrahim Sharif. Once again we call for the release of all political prisoners and human rights activists.

On a more positive note, I hope that the decision by the Arab League to set up an Arab Human Rights Court in Manama will serve as a catalyst and a reminder about the respect for human rights that needs to be guaranteed in Bahrain and across the region.

The sad thing is that, looking at the entire Middle East, one would hope that problems in Bahrain that are solvable will be dealt with once and for all, so that its ambitions on the global stage are not just economic or strategic, but are matched with granting the people

of Bahrain rights and opportunities and so that I, as an MEP, can swiftly visit the country without being denied a visa.

4-368-000

**Carl Schlyter,** *författare* . - Herr talman! Jag tycker att det är bra att vi uppmanar både Saudiarabien och Iran att inte lägga sig i Bahrains affärer på det sätt som de gör, men vi bör inte heller själva lägga oss i genom att exportera vapen eller utrustning för hantering av folkmassor som kan användas på ett folkrättsvidrigt sätt. Vi kan därmed även själva undvika att bidra till en eskalering av en konflikt.

Bahrains säkerhet hotas inte av internet, eller läkare som icke-diskriminerande vill hjälpa alla sjuka, eller av aktivister som vill utnyttja sin rätt att tala för det som de tror på. Bahrains säkerhet hotas av bakåtsträvande representanter för kungahuset och regeringen, som tror att de kan stoppa en flodvåg av mänskliga rättigheter, öppen debatt och demokrati. Den hotas av att man håller fast vid dödsstraffet som metod, den hotas av militärdomstolar, den hotas av specialdomstolar. Det är där hoten mot Bahrains framtid ligger. Det är dags att vända blad och nu satsa på nya vägar framåt, inte att låsa in dem som kritiserar de gamla vägarna.

4-369-000

**Eija-Riitta Korhola,** *PPE-ryhmän puolesta* . – Arvoisa puhemies, olemme käsitelleet Bahrainin tilannetta jo useamman kerran tässä parlamentissa viime kuukausien aikana. Emme tee sitä turhaan.

Haluaisiin nostaa esille etenkin ongelmat ilmaisunvapaudessa. Bahrain on 165. maailman lehdistönvapaustilastoissa. Se on tippunut 66 paikkaa viimeisen neljän vuoden aikana. 44:ä journalistia ja 22:ta mediaa on rajoitettu pääsemästä Bahrainiin sitten helmikuun 2011. Bloggaajia, journalisteja ja sosiaalisen median käyttäjiä on häiritty ja ahdisteltu. Tämä on pakottanut monet myös itsensensuuriin. Yhdestä twiitistä voi joutua viideksi vuodeksi vankilaan tai maksamaan 10 000 euron sakot.

Bahrainin riippumattoman tutkintakomission raportin jälkeen Bahrainin viranomaiset ovat luvanneet toteuttaa uudistuksia, mutta tehtävää on vielä paljon. Ei käy päinsä, että arabimaiden yhteinen ihmisoikeustuomioistuimien perustetaan maahan, joka ei kunnioita kansalaistensa perusoikeuksia. Siksi toivonkin, että tuomioistuimella on myönteinen vaikutus maan tilanteeseen.

Pyysin malttia ja ymmärrystä viime puheenvuorossani, nyt toivon toimia.

4-370-000

**Mitro Repo,** *S&D-ryhmän puolesta* . – Arvoisa puhemies, Bahrainin ihmisoikeustilanne on synkkä. Viranomaiset käyttävät kohtuuttomia keinoja mielenosoitusten estämiseksi ja sananvapauden polkemiseksi. Lukuisat kansalaisaktivistit ja ihmisoikeuksia puolustaneet henkilöt ovat saaneet pitkiä vankeustuomioita.

Sosiaalisen median käyttö sananvapauden ja ihmisoikeuksien välineenä tulee sallia kaikille, myös jokaiselle bahrainilaiselle. Euroopan unionin ja sen jäsenmaiden tulee tukea Bahrainia ihmisoikeustilanteen parantamiseksi. Kansalaisten tahdon kuuleminen ja aito vuoropuhelu on ensisijaisen tärkeää.

Euroopan unionin on puututtava yksituumaisesti Bahrainin tilanteeseen, jotta bahrainilaisissa vankiloissa istuvat mielipidevangit myös vapautetaan pikaisesti.

4-371-000

**Bernd Posselt (PPE).** - Herr Präsident! Ich spreche hier auch im Namen meiner Kollegin Niebler, der Vorsitzenden unserer Delegation für die Golfstaaten. Wir sehen die Lage in Bahrain mit Besorgnis. Natürlich kämpfen wir für Menschenrechte und wir fordern gerade in diesen drei konkreten Fällen, dass die Behörden unverzüglich handeln.

Auf der anderen Seite können wir hier nicht so einseitig diskutieren, wie dies manche getan haben. Mein erstes Gespräch mit einem bahrainischen Herrscher liegt 30 Jahre zurück. Schon damals sind dort die tektonischen Platten aufeinander geprallt: Sunniten und Schiiten, iranische Vorherrschafts- und Gebietsansprüche – und die gibt es noch heute. Und wir müssen sehen, dass Bahrain durchaus im Religionsdialog und in geopolitischen Ausgleichsversuchen und Friedensversuchen in der Region eine positive und konstruktive Rolle spielt. Das betrifft sowohl den König als auch den Kronprinzen.

Deshalb sollten wir energisch für die Menschenrechte eintreten, wie wir dies tun, aber auch ganz klar sagen, dass wir die Reform- und Friedensbemühungen im Land selbst unterstützen, dass wir für die Ansiedlung des Gerichtshofs und für einen Ausgleich sind!

4-372-000

**Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D).** - Panie Przewodniczący! Sytuacja łamania praw człowieka w Bahrajnie budzi ogromny niepokój międzynarodowej opinii publicznej. Władze otwarcie ignorują podstawowe swobody obywatelskie, w tym prawo do zgromadzeń, protestów czy wolności wypowiedzi w prasie i mediach.

Ofiarami bezpodstawnych aresztowań padają coraz częściej osoby publiczne, takie jak Nabeel Rajab - przewodniczący Bahrajńskiego Centrum ds. Praw Człowieka, przetrzymywany w więzieniu od ponad dwóch lat, Abdulhadi Al-Khawaja - aktywista skazany na dożywocie za swoją pokojową działalność na rzecz ochrony praw człowieka czy Ibrahim Sharif - znany bahrajński opozycjonista, więziony za udział w pokojowych manifestacjach w 2011 r. Osoby te, podobnie jak dziesiątki innych, to ofiary niejawnych procesów, sfabrykowanych dowodów, poniżania, tortur i nieludzkiego traktowania.

Należy potępić politykę bahrajńskich władz, postulując jednocześnie o implementację zapisów raportu Niezależnej Bahrajńskiej Komisji Śledczej z 2011 r., nakazującej ukroczenie nadużyć związanych z nieludzkim traktowaniem więźniów i łamaniem praw podstawowych.

4-373-000

**Štefan Füle,** *Member of the Commission* . - Mr President, let me first stress that the Vice-President/High Representative has been following closely the situation in Bahrain. The European Union has engaged with local authorities at the highest level, as well as with all actors in Bahraini society since the resurgence of unrest in February 2011.

The Vice-President/High Representative warmly welcomes the news that Bahrain's Crown Prince, upon the request of King Hamad, recently held wide-ranging talks with participants in the national consensus dialogue including, in particular, with Al-Wefaq Secretary-General Sheikh Ali Salman, for the first time since the events of February 2011. At this significant

juncture, we believe the consultations undertaken since then have the potential to pave the way for long-term national reconciliation and sustainable reform in Bahrain.

We call once more on all parties to refrain from violence and to work together towards reconciliation without preconditions. But as we have consistently said over the last three years, a lasting reconciliation process requires a combination of moderation and concrete confidence-building steps by everyone, including the release of those arrested in the context of peaceful political activities to overcome the deep polarisation of Bahraini society.

The European Union's Special Representative for Human Rights, Stavros Lambrinidis, who visited Bahrain last June, was given the opportunity to visit some prisoners detained for political activities. We will continue to closely monitor developments on this issue.

The European Union welcomes the positive steps taken by the Bahraini authorities to implement the recommendations by the Bahraini Independent Commission of Inquiry (BICI), thus improving the human rights situation, but much remains to be done and we will continue to encourage Bahrain to implement fully and swiftly the BICI and universal periodic review recommendations and will provide all possible support for the achievement of this goal.

We will also continue to engage with the authorities on the need to tackle impunity and accountability, noting that the Ministry of Interior's Ombudsman, the Public Prosecution Office, as well as the Prisoners and Detainees Commission and the National Institution for Human Rights should play an important and proactive role in this regard, by fulfilling their mandate in full independence. These institutions must produce concrete results in order to win the confidence of the public.

We also considered that a visit by Mr Juan Méndez, the United Nations Special Rapporteur on torture and other cruel, inhumane or degrading treatment or punishment would be a particularly important signal to measure the progress accomplished.

Finally, I want to warmly salute the contribution of the European Parliament's Delegation for relations with the Arabian Peninsula and express my appreciation for its efforts towards enhancing the European Union's engagement towards Bahrain.

4-374-000

**Der Präsident.** - Die Aussprache ist geschlossen.

Die Abstimmung findet im Anschluss an die Aussprache statt.

### ***Schriftliche Erklärungen (Artikel 149 GO)***

4-375-000

**Monica Luisa Macovei (PPE),** *in writing.* – Over the past year, Human Rights Watch has reported that the Bahraini Government's security forces have arrested numerous civilians 'arbitrarily', and tortured and mistreated people in detention. Substantial reform in Bahrain seems a distant hope at this time, as those who might lead reform efforts are often silenced by the government. The major challenge presented by this situation obliges us to continue pushing and supporting the Bahraini Government to make significant progress in changing its policies. I echo the Resolution's praise of the Bahraini Government's recent meeting with opposition leaders participating in the National Consensus Dialogue, as well as efforts to reform the judiciary and to comply with the recommendations of the

Bahraini Independent Commission of Inquiry. Yet justice will not be achieved until Nabeel Rajab, Abdulhadi-al-Khawaja, Ebrahim Sharif, and other ‘prisoners of conscience’ are released, and the law is applied equally and fairly across Bahrain. Thus, I strongly urge the government of Bahrain to heed the urging of the European Union and proceed with reforms without delay.

## 16. Abstimmungsstunde

4-377-000

**Der Präsident.** - Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Abstimmungsstunde.

*(Abstimmungsergebnisse und sonstige Einzelheiten der Abstimmung: siehe Protokoll).*

**16.1. Lage in Thailand (RCB7-0122/2014, B7-0122/2014, B7-0123/2014, B7-0124/2014, B7-0125/2014, B7-0126/2014, B7-0127/2014) (Abstimmung)**

**16.2. Das Recht auf Bildung in der transnistrischen Region (RCB7-0128/2014, B7-0128/2014, B7-0129/2014, B7-0131/2014, B7-0135/2014, B7-0136/2014, B7-0137/2014) (Abstimmung)**

4-380-000

– Vor der Abstimmung über Ziffer 4:

4-381-000

**Cristian Dan Preda (PPE).** - Domnule președinte, propun ca la sfârșitul paragrafului 4 să adăugăm, actualizând informația: „*culminating with the detention of the principal, the accountant and the driver of the high-school on 5th February 2014*”.

‘culminating with the detention of the principal, the accountant and the driver of the high school on 5 February 2014’

4-383-000

*(Der mündliche Änderungsantrag wird übernommen.)*

– Vor der Abstimmung über Erwägung 1:

4-384-000

**Cristian Dan Preda (PPE).** - Domnule președinte, ca și în cazul anterior, e vorba de o actualizare. Propun ca la sfârșitul acestui considerent să adăugăm: „*whereas on 5th February, the principal, the accountant and the driver of Lucian Blaga high-school were detained, while they were transporting the salaries of the high-school staff.*”

‘whereas on 5 February the principal, the accountant and the driver of the Lucian Blaga high school were detained while they were transporting the salaries of the high school’s staff’.

4-386-000

*(Der mündliche Änderungsantrag wird übernommen.)*

– Vor der Abstimmung über Erwägung O:

4-387-000

**Mitro Repo (S&D).** - Arvoisa puhemies, tekninen tarkistus kohtaan ”syyskuussa 2014”. Ehdotamme, että siihen laitettaisiin ”no later than the end of August 2014”. Tämä on vähäinen muutos, mutta se yhdenmukaistaa tekstimme ministerineuvoston joulukuussa tekemän päätöksen mukaiseksi, ja toivon, että tämä sopii muille ryhmille myös.

4-388-000

*(Der mündliche Änderungsantrag wird übernommen.)*

**16.3. Bahrein, insbesondere die Fälle Nabil Radschab, Abdulhadi al-Khawaja und Ibrahim Scharif (RCB7-0100/2014, B7-0100/2014, B7-0121/2014, B7-0130/2014, B7-0132/2014, B7-0133/2014, B7-0134/2014) (Abstimmung)**

4-390-000

**Jean-Pierre Audy (PPE).** - Monsieur le Président, j’avais demandé la parole tout à l’heure lorsque nous avons voté l’avis du Parlement concernant le règlement de la Commission sur l’adaptation des quotas d’émission de gaz à effet de serre et la parole ne m’a pas été donnée.

Je voudrais faire un rappel au règlement sur le multilinguisme. Nous avons en effet voté sur la position du Parlement et le règlement sur lequel nous avons voté, d’une part, ne figure pas sur le site ”séance en direct” et, d’autre part, n’était pas traduit. Les parlementaires ont donc voté sur un document qui est en infraction avec nos règles sur le multilinguisme, ce qui est une nouvelle atteinte au multilinguisme dans cette maison. Je ne parle pas des commissions parlementaires; je parle de la plénière. Monsieur le Président, j’aimerais donc que vous fassiez une observation à la présidence pour que le multilinguisme cesse de se dégrader dans notre Parlement européen.

4-391-000

**Der Präsident.** - Vielen Dank, Herr Audy, das ist in der Tat relevant und auch zur Geschäftsordnung. Wir werden der Sache nachgehen.

Damit ist die Abstimmungsstunde geschlossen.

**17. Berichtigungen des Stimmverhaltens und beabsichtigtes Stimmverhalten: siehe Protokoll**

**18. Beschlüsse über bestimmte Dokumente: siehe Protokoll**

**19. Vorlage von Dokumenten: siehe Protokoll**

**20. Übermittlung der in dieser Sitzung angenommenen Texte: siehe Protokoll**

**21. Zeitpunkt der nächsten Sitzungen: siehe Protokoll**

## 22. Unterbrechung der Sitzungsperiode

4-398-000

**Der Präsident.** - Ich erkläre die Sitzungsperiode des Europäischen Parlaments für unterbrochen.

*(Die Sitzung wird um 16.20 Uhr geschlossen.)*